**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

Kristian Oliveira de Queiroz

**Centralidade periférica e integração relativizada – uma leitura de Tefé no
Amazonas**

(Versão Corrigida)

**São Paulo
2015**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

Kristian Oliveira de Queiroz

Centralidade periférica e integração relativizada – uma leitura de Tefé no Amazonas

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana.

ORIENTADORA: Professora. Doutora.
Maria Mónica Arroyo

**SÃO PAULO
2015**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: QUEIROZ, Kristian Oliveira de.

Título: Centralidade periférica e integração relativizada – uma leitura de Tefé no Amazonas

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutor em Geografia, sob a orientação da Professora. Doutora. Maria Mónica Arroyo.

Aprovada em _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente à Professora Doutora Maria Mónica Arroyo, orientadora desta Tese e minha inspiradora no desafio de entender a geografia. Agradeço pelo treinamento direcionado, pela generosidade com que me acolheu em seu grupo e pela força de ter me entusiasmado no desafio de ver o espaço sempre com novos olhos.

Em São Paulo agradeço à “família Arroyo” e à “família Contel” no Laboplan da FFLCH/USP, principalmente, aos colegas Emerson Euzébio, Igor, Rodolfo Finatti, Matheus Tavares, Daniel Huertas e Aline. Agradeço especialmente à querida Aninha, que irradia luz e força, providencia a todos uma ótima receptividade e alegria no laboratório, o que nos revigora para posteriormente voltarmos ao “front” de estudos. Agradeço aos professores doutores Ricardo Mendes, Márcio Cataia, Fábio Contel, Saint-Clair da Trindade Junior (NAEA/UFPA) e Mario Vale (IGOT-/Universidade de Lisboa) pelos conselhos e “dicas” metodológicas. Agradeço a todos os funcionários da Biblioteca Florestan Fernandes, assim como à Ana e Sandro da “Aquário” por ter suprido com apoio em momentos cruciais. Agradeço à equipe de trabalhos étlicos e intelectuais liderados pelos iconoclastas: Manoel, Marco Antonio, Jean e Eduardo, “todos os caminhos levam a São Paulo!”.

No Rio de Janeiro agradeço ao Bruno e Ricardo da UFRJ e aos funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em Juiz de Fora agradeço aos amigos Eduardo Hargreaves, Ricardo e Rodrigo Noronha, aos funcionários da Biblioteca Municipal Murilo Mendes e do ICHL/UFJF. Em Manaus agradeço aos funcionários da Biblioteca Pública do Amazonas, da Biblioteca Arthur Cézár Ferreira Reis e, especialmente, ao apoio da Dr^a. Kellem Tanara, fundamental para a concretização deste projeto. Em Coari, agradeço ao Sr. Alexei Chaves da SEFAZ/AM pelas informações utilíssimas e pela disponibilidade ímpar. Em Tefé, agradeço aos colegas da UEA, empresários e autoridades institucionais pelas longas conversas, não citarei seus nomes para não cometer injustiças de lembranças perdidas tal o número de colegas que subsidiaram informações.

Agradeço ao Prof. Dr. Guilherme Gitahy Figueiredo por me suprir não apenas com informações e conselhos, mas por fortalecer meu conceito de amizade e companheirismo nessa vida que escolhemos como cientistas sociais e intelectuais ávidos à reflexão e às mudanças de nossa realidade. Obrigado pelo suporte técnico-intelectual que me permitiu entender “quando os espelhos se tornam janelas”. Agradeço a Elinaldo e Geisa pelas inúmeras conversas sobre as “voltas do Juruá” e pelos *insights* inspirados em nossas discussões sobre o Médio Solimões.

Agradeço de forma incondicional à Maria Marly Queiroz, minha mãe, por ter me apresentado à geografia; ao Dr. Claudemir Queiroz, meu pai, por ter me suprido com os subsídios que fortalecem a determinação para o cumprimento dos deveres assumidos; aos doutores Klaus, Kellem e Kriem, meus irmãos, membros fundamentais na conclusão desta tese, em suas conversas e conselhos me disponibilizam “asas” para que eu possa “voar” mais longe.

Agradeço a minha companheira e amiga Milla Cunha, “seu amor me leva a mudanças!”. Agradeço especialmente ao meu “Amigo-mor” Pery Queiroz, fonte de alegria e paz.

“Não serão as palavras e os sons os arco-íris e as pontes ilusórias entre as coisas eternamente separadas?”

Friedrich Wilhelm Nietzsche

RESUMO

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Centralidade periférica e integração relativizada: uma leitura de Tefé no Amazonas**. 2015. 325f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Analisar a integração territorial da região do Médio Solimões no Amazonas por meio do papel da centralidade de Tefé no contexto de uma globalização relativizada é o grande objetivo desta tese. Em primeiro lugar, apresenta-se a história dos fluxos desta região via a periodização da formação histórica da centralidade tefeense. Posteriormente se analisa as funcionalidades da centralidade tefeense sob o contexto de uma modernização incompleta com o intuito de compreender as relações de Tefé com as cidades circunvizinhas, identificando os fluxos contemporâneos mais significativos social e economicamente. Em particular, estuda-se o desempenho dos serviços e das finanças, atividades que integram fragilmente a região de Tefé ao meio técnico-científico-informacional. Trata-se esta questão a partir de seu papel como cidade intermediária concomitante às funcionalidades de uma cidade regional, contribuindo para a discussão de uma dialética do território que produz o encontro entre o velho e o novo e a coexistência de divisões do trabalho modernas e pretéritas. Esta tese fornece subsídios para a compreensão de que os fluxos da centralidade tefeense integram as cidades da sua Região de Influência. Como se realiza esta integração em um subespaço onde estes mesmos fluxos são limitados e, concomitantemente, fundamentais para a economia do município de Tefé e dos circunvizinhos? Qual o papel da centralidade de Tefé na integração e desenvolvimento regional no inexorável processo de globalização contemporânea? A hipótese que uma integração relativizada perpetue a condição de pobreza e de baixo desenvolvimento social e econômico nas cidades da região de Tefé em decorrência da manutenção de condicionantes que estabelecem uma modernização incompleta orienta a pesquisa. Esta integração relativizada ocorre em razão da existência de uma rede de telecomunicações e objetos de teleação com funcionamentos deficientes, via infraestruturas limitadas, que prejudicam a fluidez das relações e dos fluxos. Evidencia-se que fluxos virtuosos, ou seja, os que permitem uma integração territorial e que fortalecem os laços e relações que subsidiam o desenvolvimento econômico e social permitem a Tefé configurar-se como um território de todos. Ao mesmo tempo identifica-se, na região do Médio Solimões, fluxos fragmentadores ou desvirtuosos à integração e ao desenvolvimento partindo de agentes da globalização que operacionalizam de forma verticalizada atividades em benefício de uma parte reduzida da população, dado seu caráter altamente seletivo.

Palavras-chave: Integração territorial; globalização relativizada; modernização incompleta; Amazônia; centralidades.

ABSTRACT

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Peripheral centrality and relativized integration: an interpretation about Tefé in the Amazon.** 2015. 325f. Thesis (Doctorate). School of Philosophy, Literature and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

To analyze the territorial integration of the region of Médio Solimões in the Amazon through the role of Tefé's centrality in the context of a relativized globalization is the main objective of this thesis. First of all, the history of this region's flows through the chronology of historical formation of the tefeense centrality is presented. Subsequently, the functionalities of the tefeense centrality are analyzed under the context of an incomplete modernization with the aim of understanding Tefé's relationships with the neighboring cities, identifying the more significant contemporary flows, both socially and economically. In particular, the performance of services and finances is studied, which are activities that weakly take part in the region of Tefé in the technical-scientific-informational community. This issue is treated from its role as an intermediary city, concomitantly to the functionalities of a regional city, and contributes to the discussion of a territory dialectic that produces the encounter between old and new and the coexistence of modern and past labor divisions. This thesis provides subsidies for the better understanding that the flows of the tefeense centrality integrate the cities of its Influence Region. How does this integration take place in a subspace where these very flows are limited and, concomitantly, fundamental to the economy of the municipality of Tefé and to the neighboring towns? What is the role of Tefé's centrality in the integration and regional development in the inexorable process of contemporary globalization? The hypotheses that a relativized integration perpetuates the condition of poverty and low social and economic development in the cities of Tefé's region due to maintenance of conditions that establish an incomplete modernization orient the investigation. This relativized integration occurs due to the existence of a telecommunication network and teleaction objects with malfunctions, via limited infrastructures, that can damage the fluidity of relations and flows. It is shown that virtuous flows, in other words, the ones that allow a territorial integration and that strengthen the ties and relations that subsidize the economic and social development enable Tefé to become a territory for all. At the same time, in the region of Médio Solimões, fragmented or non-virtuous flows of integration and development that come from globalization agents are identified and they operationalize activities in a vertical way in the interests of a reduced part of the population, given its highly selective character.

Keywords: Territorial integration; relativized globalization; incomplete modernization; Amazon; centralities;

RESUMEN

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Centralidad periférica e integración relativizada: una lectura de Tefé en el Amazonas**. 2015. 325f. Tesis (Doctorado). Facultad de Filosofía, Letras e Ciencia Humanas, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2015.

Analizar la integración territorial de la región del Medio Solimões en el Amazonas a través del papel de la centralidad de Tefé en el contexto de una globalización relativizada es el gran objetivo de esta tesis. En primer lugar, se presenta la historia de los flujos de esta región a través de la periodización de la formación histórica de la centralidad tefeense. Posteriormente se analiza las funcionalidades de la centralidad tefeense en el contexto de una modernización incompleta con el intuito de comprender las relaciones de Tefé con las ciudades circunvecinas, identificando los flujos contemporáneos más significativos social y económicamente. En particular, se estudia el desempeño de los servicios y de las finanzas, actividades que se integran frágilmente a la región de Tefé al medio técnico-científico-informacional. Se trata esta cuestión a partir de su papel como ciudad intermediaria concomitante a las funcionalidades de una ciudad regional, contribuyendo a la discusión de una dialéctica del territorio que produce el encuentro entre el viejo y el nuevo y la coexistencia de divisiones del trabajo modernas y pretéritas. Esta tesis fornece subsidios hacia la comprensión de que los flujos de la centralidad tefeense integran las ciudades de su Región de Influencia. Cómo se realiza esta integración en un subespacio donde estos mismos flujos son limitados y, concomitantemente, fundamentales para la economía del municipio de Tefé y de los circunvecinos?Cuál es el papel de la centralidad de Tefé en la integración y desarrollo regional en el inexorable proceso de globalización contemporánea? La hipótesis que una integración relativizada perpetúa la condición de pobreza y de bajo desarrollo social y económico en las ciudades de la región de Tefé debido a la manutención de condicionantes que establecen una modernización incompleta orienta la investigación. Esta integración relativizada ocurre en razón de la existencia de una red de telecomunicaciones y objetos de teleacción con funcionamientos deficientes, vía infraestructuras limitadas, que perjudican la fluidez de las relaciones y de los flujos. Se evidencia que flujos virtuosos, o sea, los que permiten una integración territorial y que fortalecen los lazos y relaciones que subsidian el desarrollo económico y social permiten a Tefé configurarse como un territorio de todos. Al mismo tiempo se identifica, en la región del Medio Solimões, flujos fragmentadores o desvirtuosos a la integración y al desarrollo que parten desde agentes de la globalización que operacionalizan de forma vertical actividades en beneficio de una parte reducida de la población, dado su carácter altamente selectivo.

Palabras clave: Integración territorial; globalización relativizada; modernización incompleta; Amazonia; centralidades;

Lista de Figuras

Figura 1 – Primeiras Expedições no Solimões	41
Figura 2 – Pedro Teixeira	44
Figura 3 – Tratados e Limites	53
Figura 4 – Cambeba	56
Figura 5 – Dimensões territoriais de Tefé no Amazonas no século XIX	62
Figura 6 – Ega em 1847	64
Figura 7 – Desmembramentos de Tefé	70
Figura 8 – Dom Joaquim de Lange	79
Figura 9 – Atual território tefeense	82
Figura 10 – Região de Influência da cidade de Tefé no estado do Amazonas	91
Figura 11 – Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva e um dos pelotões do histórico 17º BIS em desfile	105
Figura 12 – O Aeroporto de Tefé	110
Figura 13 – Pólo aéreo de reabastecimento para empresas civis e militares	110
Figura 14 – Um dos radares do CINDACTA IV e aeronave executiva da FAB em Tefé	111
Figura 15 – Centro de Telecomunicações de Tefé	112
Figura 16 – A Marinha e a FAB em operação nos rios da Amazônia a partir de Tefé	114
Figura 17 – Balsas-porto particulares do entreposto fluvial de Tefé	115
Figura 18 – Os flutuantes de madeira e vista do entreposto fluvial de Tefé	116
Figura 19 – Instalações do IDSM, Flutuantes na RDS Mamirauá e a Pousada Uacari	118
Figura 20 – Relação de fluxos de financiadores e pesquisadores do IDSM em Tefé (2012)	119
Figura 21 - Nucleação principal do comércio e serviços em Tefé – 2010	127
Figura 22 – Indústria de Cerâmica de Tefé	130
Figura 23 – Indústrias-serviços em Tefé: esquadrias de alumínio e mecânicos especializados com clientes de toda a região	131
Figura 24 – Indústria-serviço Cometa Motocenter	132
Figura 25 – Aviões da Amazonaves	133
Figura 26 – Fluxos de mercadorias e bens do comércio atacadista tefeense	133
Figura 27 – Um dos estabelecimentos atacadistas do Sr. Deusdeth em Tefé	134
Figura 28 – Os trilhos para embarque do pescado no Frigorífico Frigopeixe, a Colônia dos Pescadores Z4 e a Gelopesca	136
Figura 29 – Flutuante Takafaz e comércio flutuante no lago de Tefé	137
Figura 30 – Os “Pontões” de Tefé e um rebocador trazendo de Manaus uma balsa de combustível quase totalmente dentro d’água	137
Figura 31 - O maior Mercado Municipal do Solimões, Tefé, constitui-se da feira, do mercado de peixes, carnes, vestuários, utensílios e equipamentos eletroeletrônicos	139
Figura 32 – Lojas de instrumentos e aparelhagem musical e uma típica mercearia tefeense	140
Figura 33 – Os postos de conveniência	141
Figura 34 – Paradas tefeenses	142
Figura 35 – Prestanistas em Tefé	143
Figura 36 – Ambulantes: carrinho de consertadores de painéis e limpadores de fogões e ambulantes vendendo roupas usadas e melancias numa praça em Tefé	144
Figura 37 - Distribuição da população de Tefé por idade e sexo	148
Figura 38 – Apartamentos sobre comércios em Tefé	153
Figura 39 – Empreendimentos imobiliários em Tefé	174
Figura 40 – Regiões Intermediárias de articulação urbana no Amazonas	176
Figura 41 – A prefeitura e a praça principal de Alvarães bem como o porto em Nogueira e a estrada que liga esta Vila de Tefé à cidade de Alvarães	189
Figura 42 – As palavras “Terra da Farinha” recebem quem chega a Uarini	190

Figura 43 – Avenida principal de Fonte Boa, seu aeroporto, o porto e o “Frigorífico Pescador” ao lado do prédio da Indústria de “Bacalhau da Amazônia”	191
Figura 44 – Centro comercial de Jutai, um dos galpões de sua indústria madeireira, a subida do entreposto fluvial e uma das escolas reformadas que possui o nome de um espiritano holandês	192
Figura 45 – O Terminal Hidroviário, o sortido comércio, grande ponte de madeira e a Igreja de São Francisco em Tonantins	193
Figura 46 - Orla de Marã, a “Indústria do Bacalhau da Amazônia” e a sala de pré-secagem da produção com mantas de bacalhau	194
Figura 47 – Pista do aeroporto de Japurá e a rampa de acesso à cidade	195
Figura 48 – O aeroporto de Juruá, sua orla, o centro poliesportivo e de convenções	196
Figura 49 – Fluxos de integração relativizada do Bradesco	203
Figura 50 – O Banco do Brasil em Tefé: agente integrador no repasse aos municípios de sua hinterlândia do ICMS e do FPM	205
Figura 51 – As relações da Agência do Banco da Amazônia de Tefé	207
Figura 52 – Fila para o recebimento de benefícios na lotérica de Jutai e as lotéricas de Juruá e Fonte Boa	210
Figura 53 – Fluxos de suprimento monetário às Lotéricas da CAIXA de Tefé	211
Figura 54 – As financeiras na mesma rua do Banco Bradesco ao lado de uma firma de consulta e recondicionamento ao crédito vinculada à Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL)	213
Figura 55 – Representantes de Antenas SKY e parabólicas em Fonte Boa e Marã, respectivamente, e filiais da Rede Amazônica em Tonantins e Fonte Boa	220
Figura 56 – Lan houses de Tonantins, de Alvarães, Marã e Fonte Boa	225
Figura 57 – Estrutura interna de Lan Houses de Tonantins e Fonte Boa em comparação com Tefé	226
Figura 58 – O Barco-escola Samaúma 2, uma sala de aula da UAB em Tefé, uma proposta de mestrado em Fonte Boa e um acadêmico virtual numa lan house tefeense	231
Figura 59 – Carros de som em Tefé, trânsito lento devido à passagem de um dos carros de som em Tefé; abaixo a direita, carro de som em Fonte Boa	239
Figura 60 – Sindicato dos mototaxistas de Jutai e cenas cotidianas destes profissionais em Tefé	241
Figura 61 – Dois dos navios do Alto Solimões que não passam por Tefé, mas passam por Tonantins, Jutai e Fonte Boa na região de Tefé em direção a Manaus	245
Figura 62 - Estocagem de prateleiras e recepção da empresa madeireira de Jutai	250
Figura 63 – A sala de secagem e a câmara de estocagem do Bacalhau da Amazônia em Marã e, abaixo, as instalações ainda sem produção de Fonte Boa	251
Figura 64 – Diagrama dos fluxos urbanos externos provenientes do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) em Tefé	272
Figura 65 – Equipamento de extração de óleo e gás assim como o “Cristo” ornamentando a praça de Coari; e o “Terminal Aquaviário Coari” a jusante de Tefé no rio Solimões	284
Figura 66 – Bacias Geológicas da Amazônia com destaque para Bacia Sedimentar do Solimões	288

Lista de Mapas

Mapa 1 – Tefé no Brasil e no mundo	23
Mapa 2 – A região do Médio Solimões	25
Mapa 3 – População urbana na população municipal (%)	85
Mapa 4 - Rendimento médio familiar	86
Mapa 5 – População Parda em Tefé (2010)	148
Mapa 6 – Nível de Centralidades (2013)	165
Mapa 7 – Domicílios com computador e acesso à internet no Amazonas	224
Mapa 8 – Ligações aéreas de passageiros, segundo os fluxos principais no Amazonas (2010)	246
Mapa 9 – INSS: estrutura e ligações (2013)	256
Mapa 10 – Ligações regionais do INSS a partir de Tefé	258
Mapa 11 – Ligações da Secretaria da Receita Federal no Amazonas	259
Mapa 12 – Ligações da Justiça Federal no Amazonas	259
Mapa 13 – Municípios com ausência de instituições públicas federais no Brasil	263

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios do Médio Solimões (2013)	92
Tabela 2 – Produto Interno Bruto dos Municípios	93
Tabela 3 – Repasse de recursos aos municípios em 2012	94
Tabela 4 – Produção madeireira na região de influência de Tefé (2012)	94
Tabela 5 – Produção não madeireira na região de influência de Tefé (2012)	95
Tabela 6 – Produção vegetal na região de influência de Tefé (2012)	95
Tabela 7 - Produção Pesqueira em Tefé	135
Tabela 8 – Evolução populacional de Tefé nos últimos 21 anos	149
Tabela 9 – População dos municípios da Região de Influência de Tefé	149
Tabela 10 – Evolução da população urbana tefeense segundo o IBGE	150
Tabela 11 – As maiores populações urbanas do Amazonas	150
Tabela 12 – Municípios com redução da população no Amazonas	151
Tabela 13 – A população cosmopolita de Tefé	155
Tabela 14 – Número de municípios, segundo os níveis de centralidade	165
Tabela 15 – Número de agências de Bancos, banco postal, financeiras e lotéricas na região de Tefé	201
Tabela 16 – Provedores e Lan houses na região de Tefé	227
Tabela 17 – Faculdades a distância oferecidas na região de Tefé	229
Tabela 18 – Profissionais Liberais na região de Tefé	234
Tabela 19 - Rede de hospedagem da região de Tefé	237
Tabela 20 – Frota de Veículos na região de Tefé (2013)	239
Tabela 21 – Mototaxistas na região de Tefé	240
Tabela 22 – Fluxos fluviais na região de Tefé com destino a Manaus e Tefé	243
Tabela 23 – Fluxos aéreos na região de Tefé	245
Tabela 24 - Royalties de Coari, Tefé e Manaus	281
Tabela 25 – Tabela comparativa entre Tefé e Coari com base no Censo/IBGE 2010	285
Tabela 26 – Comparativo dos serviços financeiros entre Tefé e Coari (2013)	286

Lista de Quadros

Quadro 1 – A Cronologia dos Estados Coloniais Amazônicos	49
Quadro 2 – Evolução da Região de Influência de Tefé	92
Quadro 3 – Centralidade institucional administrativa de Tefé (2013)	103
Quadro 4 – Centralidade de Infraestruturas Institucionais de Tefé	108
Quadro 5 – Centralidade Comercial Quadro	128
Quadro 6 – Fluxos estabelecidos pela centralidade tefeense	157
Quadro 7 – Empresas operadoras de celular na região de Tefé	219
Quadro 8 – As empresas de TV Digital na região de Tefé	220
Quadro 9 – Maiores contribuinte de ICMS no Amazonas (2010)	286

Listas de Entrevistados

- Ailson Cunha.** Professor de Geografia e ex-pesquisador no IDSM. Tefé, 22 jan. 2013.
- Alexei Chaves.** Agência da SEFAZ em Coari. Coari, 27 mar 2015.
- Alisson.** Gerente da Eganet. Tefé, 22 jan. 2014.
- Altamir Marques dos Santos.** Gerente da Lindinet. Tefé, 22 jan. 2014.
- Antonio Ferreira de Saboia.** Superintendente da INFRAERO em Tefé. Tefé, 9 dez. 2013.
- Astrogildo Martins.** Chefe da Floresta Nacional de Tefé/ICMbio. Tefé, 24 out. 2013.
- Capitão Pinheiro.** Oficial de Relações Públicas da 16ª BDA INF SL. Tefé, 20 dez. 2013.
- Cristiany de Castro Lima.** Proprietária da Lan House e Serviços “Colc. Net”. Tefé, 12 jan. 2015.
- Deusdeth Barroso Roberto.** Empresário e proprietário da J F Lopes e Importadora Luany Ltda. Tefé, 7 mar. 2014.
- Dr. Claudemir Queiroz.** Historiador e advogado. Tefé, 10 jan. 2014.
- Dr. Claudemir Queiroz.** Historiador e advogado. Tefé, 4 dez. 2014.
- Edvaldo Souza.** Diretor do DETRAN de Tefé. Tefé, 10 fev. 2015.
- Eneida Batalha.** Diretora do CETAM/Tefé. Tefé, 15 jan. 2014.
- Eucinei Oliveira Alexandre.** Chefe do DSEI Tefé/Am. Tefé, 9 jan. 2014.
- Franciney Santos Lima.** Megarefe e Fazendeiro. Tefé, 25 mai. 2013.
- Francisco “Loro” Bera.** Trabalhador do Entrepasto Fluvial de Tefé. Tefé, 6 jan. 2014.
- Francisco Lira de Souza Neto.** Gerente da agência da CAIXA em Tefé. Tefé, 30 jan. 2015.
- Gilberto.** Presidente da Associação de Comerciantes e Empresários de Tefé. Tefé, 10 dez. 2013.
- Gilmar Willian Veloso.** Gerente do Frigorífico Frigopeixe. Tefé, 22 jan. 2014.
- Guilherme Gitahy Figueiredo.** Pesquisador da UFRJ e Professor de antropologia do CEST/UEA. Tefé, 12 mar. 2014.
- Helyka Paula P. Batista.** Diretora Geral do Hospital Regional de Tefé. Tefé, 24 jan. 2014.
- Ive Tereza Conales.** Gerente do Centro de Saúde Irmã Adonai. Tefé, 10 fev. 2014.
- Jailson Alves de Moura.** Assessor Contábil da Prelazia de Tefé. Tefé, 14 jan. 2014.
- Janrleide Santos de Oliveira.** Auxiliar administrativa plena. Tefé, 10 mar. 2014.
- Jean Carlos Filho.** Gerente Comercial da Cometa Motocenter Ltda. Tefé, 27 jan. 2015.

José Elenilton Ferreira Lima. Secretário Municipal de Infraestruturas urbanas de Tefé. Tefé, 6 fev. 2014.

José Roberivaldo de Campos. Comandante do DTCEA-TF. Tefé, 20 dez. 2013.

José Ronildo de Oliveira. Gerente da Indústria de Cerâmica Rodrigues Alves. Tefé, 22 jan. 2014.

Karlson Klinger Gualberto Santos. Oficial de Justiça TRT. Tefé, 13 jan. 2014.

Karoline Polyana Queiroz da Costa. Técnica de enfermagem do Centro Municipal de Saúde São Miguel. Tefé, 7 fev. 2014.

Lauri Corso. Chefe da Unidade Avançada Esec Jutai-Solimões/ICMbio. Tefé, 13 jan. 2014.

Lilian Noletto. Coordenadora do MPF Tefé. Tefé, 7 mar. 2014.

Luciano Pinto Oliveira. Subsecretário Municipal de Finanças de Tefé (SEMAF/PT). Tefé, 18 dez. 2013.

Magda Cury. Empresária e proprietária do “Lojão Central” e “Hotel Rei Davi”. Tefé, 12 jan. 2015.

Manoel Wilson Nogueira Pinho. Gerente do Flutuante Takafaz. Tefé, 10 mar. 2014.

Marcelo Henrique da Silva Soares. Analista Judiciário- área administrativa. Tefé, 13 jan. 2014.

Marcelo Ribeiro Queiroz. Assistente de Atendimento de Pessoa Jurídica da Caixa em Tefé. Tefé, 7 fev. 2014.

Marcos Gil Monteiro Cabral. Supervisor da Agência do Banco do Brasil de Tefé. Tefé, 24 jan. 2014.

Marcos Gil Monteiro Cabral. Supervisor da Agência do Banco do Brasil de Tefé. Tefé, 27 jan. 2015.

Maria dos Anjos. Secretária do CEST/UEA. Tefé, 15 jan. 2014.

Maria Marly Oliveira de Queiroz. Professora e Geógrafa. Tefé, 27 out. 2014.

Maria Marly Oliveira de Queiroz. Professora e Geógrafa. Tefé, 27 out. 2014. Tefé, 6 abr. 2013.

Marília Santos. Gerente da Fely Motos Ltda. Tefé, 27 jan. 2015.

Mario Jorge Matos Fonseca. Gerente da Tefé Crédito Ltda. Tefé, 30 jan. 2015.

Mauro Evando Lopes de Lima. Gerente Geral do Banco da Amazônia em Tefé. Tefé, 27 jan. 2015.

Miriam dos Santos Araque. Supervisora Técnica do SENAC Tefé. Tefé, 15 jan. 2014.

Neila dos Remédios Almeida. Secretária Administrativa da Colônia dos Pescadores Z4. Tefé, 22 jan. 2014.

Ocimar Ferreira. Gerente/Proprietário da “RO Ferreira Maceno Ltda”. Jutai, 15 jan. 2015.

Osiel Assunção. Secretário de administração e finanças do município de Juruá. Juruá, 20 jan. 2015.

Roberval dos Santos Takafaz. Proprietário do Flutuante Takafaz. Tefé, 10 mar. 2014.

Ronaldo Ferreira de Souza. Gerente Geral de Unidade de Beneficiamento de Pescado de Maraã. Tefé, 8 jan. 2015.

Rosenildo Queiroz da Silva. Proprietária da Lan House Babalú Net. Tefé, 4 fev. 2015.

Rozana Gomes Caldas. Gerente de Pessoa Jurídica do Banco Bradesco Tefé. Tefé, 27 jan 2015.

Rozana Gomes Caldas. Gerente de Pessoa Jurídica do Banco Bradesco Tefé. Tefé, 6 fev. 2014.

Simone. Administrativa do Centro Municipal de Saúde São Miguel. Tefé, 7 fev. 2014.

Sinderley Fernandes Alfaia. Chefe da Agência da Receita Federal de Tefé. Tefé, 9 dez. 2013.

Sr. Edílson Ferreira. Gerente da “Macedo Madeireira”. Tefé, 3 jan. 2014.

Sr. Luís. Responsável pelo Entrepasto comercial de Tonantins. Tefé, 13 jan. 2015.

Lista das Principais Siglas Utilizadas

16ª BALOG	16ª Base Logística de Selva
17º BIS	17º Batalhão de Infantaria de Selva
AABB	Associação Atlética do Banco do Brasil
ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACET	Associação dos Comerciantes e Empresários de Tefé
ACS	Agentes Comunitários de Saúde
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
BACEN	Banco Central
BB	Banco do Brasil
BRABESCO	Banco Brasileiro de Descontos S. A
CASAI	Casa de Saúde do Índio
CDL	Câmara dos Dirigentes Lojistas
CEO	Centro de Especialidade Odontológica
CER	Centro Municipal de Reabilitação Fisioterapêutica
CEREG	Central Municipal de Regulação e Assistência
CEST	Centro de Estudos Superiores de Tefé
CETAM	Centro de Tecnologia do Amazonas
CIMI	Comissão Indígena Missionária
CINDACTA	Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
COMARA	Comissão de Aeroportos da Região da Amazônia
CPT	Coordenação Pastoral da Terra
DCTEA	Destacamento de Controle do Espaço Aéreo
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
EB	Exército Brasileiro
EMADE	Empresa Amazonense de Dendê
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
ENERAM	Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Amazônia
EPTA	Estação de Prestação de Serviços de Tráfego Aéreo
FAB	Força Aérea Brasileira
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FLONA	Floresta Nacional de Tefé
FNO	Fundo Constitucional de Financiamentos do Norte
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GRCAST	Grêmio Recreativo de Cabos e Soldados de Tefé
GRESSTE	Grêmio Recreativo de Subtenentes e Sargentos de Tefé
HRT	High Technology Resolution
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMbio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDSM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
JUCEA	Junta Comercial do Amazonas
MEB	Movimento de Educação de Base
MPF	Ministério Público Federal
NASF	Núcleo de Apoio a Saúde da Família
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Pólo Industrial de Manaus
REGIC	Região De Influência Urbana
RMM	Região Metropolitana de Manaus
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SENAC	Serviço nacional de aprendizagem comercial
SENAI	Serviço nacional de aprendizagem industrial
SEPROR	Secretaria de Produção do Estado do Amazonas
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SPA	Serviço de Pronto Atendimento
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da zona franca de Manaus
SUS	Sistema único de Saúde
SUSAM	Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas
TASA	Telecomunicações da Amazônia S.A
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCU	Tribunal de Conta da União
TELAMAZON	Telecomunicações do Amazonas S.A
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UC	Unidades de Conservação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UNIP	Universidade Paulista
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVALE	Universidade Vale do Rio Doce
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1. A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CENTRALIDADE TEFEEENSE	37
1.1 Primeiro período: a Vila de Ega – 1541 a 1854	40
1.1.1 – A organização territorial de Samuel Fritz	44
1.1.2 – A Vila de Ega - a valorização estratégica do território	48
1.1.3 – Dois alemães em Ega	56
1.2 – Segundo período: a Cidade de Tefé – 1855 a 1909	67
1.3 - Terceiro período: elo institucional estratégico	73
1.3.1 - Instituições para administração do isolamento	77
CAPÍTULO 2. CENTRALIDADE PERIFÉRICA	85
2.1 A centralidade na periferia	86
2.2 As funcionalidades da centralidade de Tefé	99
2.2.1 – Centralidade Institucional	101
2.2.1.1 – Centralidade Institucional Administrativa	102
2.2.1.2 – Centralidade de Infraestruturas e Serviços Institucionais	107
2.2.3 – Centralidade Comercial	126
2.2.4 – Centralidade Demográfica	145
2.3 – Ilações sobre uma centralidade periférica tefeense	156
2.3.1 – Modernização incompleta e centralidade intermediária	165
CAPÍTULO 3. INTEGRAÇÃO RELATIVIZADA	181
3.1 – Dos agentes de uma integração relativizada na região de Tefé	188
3.2 – Agentes de integração à globalização e ao meio geográfico contemporâneo na região de Tefé	196
3.2.1 – As finanças	198
3.2.2 – Os serviços	215
3.3 – Ilações de uma integração relativizada	247
3.3.1 - Dos fluxos virtuosos na região de Tefé	247
3.3.2 – Dos fluxos virtuosos regionais às relações reticulares globais	262
3.3.3 – Fluxos fragmentadores e solidariedade verticalizada no Médio Solimões	280
CONCLUSÃO	295
REFERÊNCIAS	309

INTRODUÇÃO

Sonhadores são filhos dos porquês!
Casas das maiores ansiedades. Guardam os maiores desejos.
Lúgubres e divertidos. Humildes e sugestivos.
Amigos das mentiras, das poesias e da nobre preguiça.
Críticos da luz, da escuridão e de toda magia do entardecer.
Se metem onde não são chamados, e quando alguém os chama! Não vão.
Desistentes das grandes penitências. Amadores no caminho da verdade.
Persistentes na utopia. Amam o imprescindível. Detestam o previsível.
Louvam o amor, mas nem todas as suas formas.
Fogem da paixão, qualquer uma delas.
Caminham na estrada da dúvida de braços dados com a razão.
Namoram a loucura. Desafiam a lucidez com honra e bravura.
Recuam do perigo, mas só depois que o experimentam.
Bobos hedonistas. Sem vínculo nenhum com essa vida e a esse painel terrestre de três paredes.
Importunos por natureza. “Surfam nas ondas do caos”. Nas praias opostas a essa realidade,
Assim como os piratas espirituais, sabem que quem está a salvo quer correr perigo
e quem está em perigo quer estar salvo.
(QUEIROZ, 2009a, p.11)

O tema desta pesquisa surgiu do desejo de conhecer e compreender as funcionalidades socioeconômicas, político e históricas exercidas por Tefé na região do Médio Solimões amazonense e, concomitantemente, na formação socioespacial brasileira, dirigidas pelas relações capitalistas no mundo contemporâneo, a globalização.

A globalização da técnica informacional impacta com diferentes intensidades os lugares no globo, subsidiada pela política que reafirma os lugares e ajusta os anseios locais para uma adaptação produtiva às novas configurações territoriais impostas pela racionalidade hegemônica provenientes das ações dos agentes da globalização. Estes agentes ligam de maneira verticalizada os pontos que possuem maior aptidão nas redes que sustentam a economia-mundo. Em resistência ao avanço desta técnica e desta racionalidade que impõem valores, normas e ordens com o objetivo de gerir o funcionamento dos espaços de fluxos se encontram os lugares da solidariedade horizontalizada que tendem a uma desorganização vinculada pelas pressões políticas e imposições econômicas e sociais dos agentes das verticalidades (SANTOS, 2011 [2001], p.111).

Alguns lugares absorvem mais os efeitos desta globalização da racionalidade e da técnica a partir de sua estrutura territorial, normativa e informacional previamente estabelecida. Estes fatores delimitam, em sua densidade ou rarefação, a menor ou maior capacidade de absorção destes efeitos. No entanto, nenhum lugar se encontra fora do alcance dos impactos direcionados pela globalização.

A integração territorial se realiza de forma a admitir a repercussão dos resultados econômicos de um subespaço em relação a outros menos favorecidos pelos aportes técnicos e estruturais da globalização, vetores da modernidade que permitem irradiar com maior intensidade as influências econômicas e sociais de subespaços luminosos por intermédio dos aportes representados pelos agentes e ações do capitalismo contemporâneo.

Entretanto, frente à seletividade imposta pelos vetores externos da globalização, acolhidos diferentemente pela capacidade técnica, normativa e informacional do território, se desenvolve uma modernização seletiva e incompleta, tornando relativo o processo de estabelecimento e o desempenho dos instrumentos que operacionalizam o meio técnico-científico-informacional em territórios distantes dos grandes centros econômicos.

Milton Santos (2008 [1987]) afirma que “cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende da sua localização no território” (SANTOS, 2008 [1987], p.107). Indivíduos com a mesma formação cultural, soma de capital e capacidade física possuem possibilidades efetivas desiguais conforme a posição no espaço em que se localizam. Este pensamento suscita uma reflexão quanto à situação social e econômica dos cidadãos na Amazônia.

Desde os tempos coloniais até os dias atuais, as nações que tentaram explorar as riquezas naturais da Amazônia alcançaram parcialmente seus propósitos primordiais, ou mesmo, não chegaram a usufruir do sucesso pleno de suas investidas comerciais e exploradoras¹. A Amazônia sempre foi vista como “recurso futuro” (GONÇALVES, 2005) uma reserva de riquezas e soluções para prováveis crises, disponibilizando de forma especulativa a exploração do petróleo e gás natural além da utilização de um possível potencial hidrelétrico; uma reserva de água potável com o maior aquífero de água subterrânea do mundo; da mesma forma as riquezas minerais e naturais da “última fronteira” nacional tratadas como um componente de exploração futura na fronteira brasileira. Isto a configura como a “eterna nova fronteira” (QUEIROZ, 2013).

---

¹ No caso da Amazônia brasileira refere-se aos projetos pertinentes aos ventos pombalinos no século XVIII; posteriormente à ascensão e decadência da exploração gomífera no século XIX e XX e atualmente à reestruturação do modelo da Zona Franca de Manaus e aprimoramento do Pólo Industrial de Manaus, com bom desempenho frente às demandas e ofertas de produtos industriais do mercado nacional e mesmo internacionais.

A América Latina está situada na periferia dos grandes centros urbanos e econômicos mundiais, a Amazônia, apesar de compor boa parte deste território se encontra na periferia latino americana, ou seja, na “periferia da periferia”. Os interesses estatais de integração e desenvolvimento são direcionados de forma a preservar e conservar suas riquezas naturais mesmo que em determinadas frações da região empresas mundiais aliadas aos interesses governamentais provoquem impactos ambientais significantes como nos estados da Amazônia Legal do Pará, Rondônia, Tocantins e Mato Grosso.

A Amazônia que margeia o rio Solimões no estado do Amazonas é uma região preservada e conservada em relação aos estados com maior atividade antrópica e capitalista. O Amazonas possui 98% de seu território preservado, e destes, 23,5%, ocupado por Unidades de Conservação e Preservação restringindo o uso do território para diversos fins como o cultivo de produtos agrícolas e para a produção pecuária (VERÍSSIMO et al, 2011). A Amazônia que grande parte dos brasileiros conhece está ligada aos desmatamentos, às grilagens de terra, aos índios e a grande selva distante que deve ser preservada. Muitos esquecem que no seio desta “floresta urbanizada” se encontram populações organizadas em comunidades tradicionais, cidades pequenas, médias e mesmo metrópoles nacionais. Algumas na fronteira e outras na borda territorial exercendo suas funções econômicas e políticas durante séculos.

É nesta fração territorial periférica que se encontra Tefé, área de estudo desta pesquisa, longe dos centros de decisão do estado do Amazonas, do país e do mundo (Mapa 1). Este estudo fornece subsídios para compreender que na região do Médio Solimões no estado do Amazonas, o município de Tefé se configura como nodal no funcionamento dos fluxos estabelecidos pela circulação de bens, mercadorias e serviços na rede de transportes e comunicação no interior amazonense.

Mapa 1 – Tefé no Brasil e no mundo

Esta pesquisa parte da hipótese que os meios de produção mais significativos para a economia de Tefé são os fluxos que compõem sua centralidade, funcionalizados a partir dos fixos herdados de uma concentração de instituições e infraestruturas estabelecidas no município pela valorização da posição estratégica do seu território na Amazônia. Por conseguinte, a circulação é a variável que permite o fermento da vida em Tefé. Soma-se a

esse pressuposto a hipótese sobre a influência de uma “globalização relativizada”, típica de espaços opacos², que caracteriza e identifica entraves à integração territorial de Tefé e da região à totalidade brasileira.

Santos e Silveira (2001) discutem esta forma de globalização:

Dentro do território, podemos admitir a existência de áreas em que se pode falar de uma globalização “absoluta” e de outras em que esta globalização é apenas “relativizada”. As primeiras são as áreas de presença mais plena da globalização. Nelas há concentração com pequena contrapartida, de vetores da modernidade, o que leva a possibilidade de ação conjunta de atores “globais” ou “globalizados”. Nessas áreas, a tendência é que a produção, a circulação, a distribuição e a informação sejam corporativas, isto é, que a respectiva demanda principal seja de tais empresas (...) Nas áreas de menor presença da globalização, essas características desaparecem ou se reduzem segundo toda uma gama de extensão e intensidade (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.257).

Em outro momento, Santos (1999, p.7) afirma que “sem dúvida, a globalização é incompleta”. A globalização relativizada tem em sua configuração deficientes vetores da modernidade que corroboram para que os instrumentos econômico-institucionais vinculados ao Estado tenham uma maior atuação na constituição do mercado e se configurem como agentes primordiais da produção e da circulação de bens, mercadorias, pessoas e capital, ou seja, base da força que subsidia o comércio e os demais serviços.

Examina-se também neste estudo a hipótese de que as cidades da região são influenciadas relevantemente pela centralidade tefeense; o movimento que permite acessibilidade das cidades da hinterlândia tefeense a centros urbanos maiores e distantes permite a Tefé sofrer perdas e/ou diminuição das relações com estas cidades de sua influência, enfraquecendo a circulação conferida como principal meio de produção frente à incipiência da produção rural e industrial.

Desta forma, pretende-se evidenciar que este processo advindo do avanço da técnica e da informação da globalização fragmenta e cria obstáculos ao desenvolvimento e à integração plena da região do Médio Solimões (Mapa 2). A este processo de uma

---

² Espaços luminosos são aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização (SANTOS e SILVEIRA, 2001, pg. 264). Na medida em que vai diminuindo a capacidade de resposta aos desígnios do capital hegemônicos é um espaço opaco (RAMALHO, 2006, p. 34).

integração territorial submetida a fluxos de uma modernização incompleta é o que este estudo designa de “integração relativizada”.

Mapa 2 – A região do Médio Solimões

A análise dos condicionantes que permite a continuidade da pobreza, das estruturas consolidadas dos espaços opacos na Amazônia, da circulação limitada, de políticas públicas ineficientes e políticas sociais quase inexistentes permitirá o entendimento desta integração relativizada a partir da centralidade periférica tefeense.

Esta tese fornece subsídios para a compreensão de que os fluxos desta centralidade tefeense integram as cidades da sua Região de Influência. Como se realiza esta integração em um subespaço onde estes mesmos fluxos são limitados e, concomitantemente, fundamentais para a economia do município de Tefé e dos circunvizinhos inseridos em uma modernização incompleta?

Qual o papel da centralidade de Tefé na integração e desenvolvimento regional no inexorável processo de globalização contemporânea? Qual o comportamento de espaços opacos na globalização contemporânea? Tecnologia débil, desigualdades e segregação socioespacial?

Analisar a integração territorial da região do Médio Solimões a partir do papel da centralidade de Tefé no contexto de uma globalização relativizada, que este estudo denomina de integração relativizada, é o grande objetivo desta tese. Para contemplar esta meta este trabalho visa conhecer a história dos fluxos desta região via a elaboração de uma periodização da formação histórica da centralidade tefeense com o intuito de compreender a regionalização estabelecida a partir do raio das relações empreendidas de Tefé para com as cidades circunvizinhas, identificando os fluxos mais significativos social e economicamente.

Este estudo busca fornecer o entendimento das razões pela qual Tefé efetua o controle do espaço e da gestão do território no Médio Solimões, que condicionados pelas funcionalidades de uma centralidade periférica, acaba por produzir uma integração territorial restrita que nestes tempos de globalização se torna relativizada em vários âmbitos. Ou seja, isso leva a presunção que a posição territorial de Tefé no rio Solimões é o seu maior recurso econômico, gerando fluxos e circulação limitados e incipientes consequentes de uma globalização seletiva desenvolvida em espaços opacos, onde um capitalismo regionalizado e/ou adaptado aos meios de produção disponíveis produzem diferentes racionalidades, horizontalidades e mesmo verticalidades, envoltos em um mesmo processo de globalização da técnica, da informação e das normas.

Circulação, fluxos, centralidades

Analisando os problemas de um subespaço periférico permite-se observar mais nitidamente os problemas econômicos e sociais da formação socioespacial a qual está inserido. Desta forma, o macro e o micro, o particular e o geral, a fração e totalidade se

encontram em um sistema complexo que exhibe as funcionalidades, as temporalidades e as organizações diversas inerentes ao território. Santos (2012 [1985], p.13) discute que “quanto *mais pequeno* o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do *mais pequeno*”. Haesbaert (2010, p.183) discute que “paradoxalmente, quando a globalização é mais evidente que se destaca a necessidade de reconhecer as “diferenciações regionais” para uma espécie de adequação a estes processos mais amplos”.

Diversos tempos e espaços coexistem na Amazônia profunda, a região de Tefé é um exemplo desta realidade amazônica. Santos (2012 [1985], p.25) disserta que “o mais pequeno lugar, na mais distante fração do território, tem, hoje relações diretas ou indiretas com outros lugares de onde lhe vêm matéria-prima, capital, mão de obra, recursos diversos e ordem”. A base do entendimento das relações neste estágio do capitalismo atual se estrutura nas relações de poder econômico, de consumo e de aquisição; não importa a distância, a logística e as infraestruturas, as relações são concretizadas.

Nos espaços luminosos estas relações, transações e negociações são efetivadas de maneira eficaz, alcançando seus objetivos primordiais de maneira eficiente. Nos espaços opacos estas relações enfrentam obstáculos que representam objetos de relatividade (BIELSCHOWSKY, 1960) como infraestruturas envelhecidas, deficientes redes de transportes e comunicações, armazenagem e custos; no entanto, realizam-se, mesmo de maneira débil.

O professor Wanderley Messias da Costa (2013) discute a indagação de que “as regiões e os lugares são pobres pelas suas condições intrínsecas e estruturas ou porque ali vivem pessoas pobres, em sua maioria? A primeira causa é mais importante, já que pessoas pobres que vivem em lugares ricos vivem melhor que os pobres dos lugares pobres”³.

Porém, quando existirem lugares com posição estratégica situados em regiões pobres uma centralidade relativizada se configura. Por conseguinte, o melhor entendimento do seu papel só pode ser viabilizado a partir dos contextos em que estão situados e

---

³Comentário fornecido pelo Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa em conferência no X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - X Enanpege no anfiteatro da Unicamp, São Paulo, outubro de 2013.

inseridos na sua respectiva região ou subespaço. É o caso da região de Tefé, no Médio Solimões, vasta área, maior que muitos estados brasileiros juntos ou mesmo países europeus. Trindade Jr. (2011) disserta sobre os espaços relacionais de Harvey (1980) quando de sua análise às cidades da Amazônia Oriental:

Muito mais que definir a cidade média pelo seu patamar demográfico ou pelo seu grau de modernização, parece ser importante considerar o seu papel enquanto espaço relacional no contexto regional em que se insere. (...) Assim, muito mais que definir um perfil de cidade moderna, que se caracteriza por melhor qualidade de vida, faz-se necessário reconhecer a centralidade dessas mesmas cidades. Isso se coloca, pois nem sempre tais cidades revelam uma possível incorporação dos processos de acumulação de capitais decorrentes dos investimentos realizados no contexto regional na região amazônica (TRINDADE Jr., 2011, p.144).

Este autor alega que “para além da dimensão econômica, outras centralidades se fazem presentes, como aquelas que evidenciam novas relações de poder no espaço regional, denominadas centralidades políticas”. Desta forma, corrobora-se para esta discussão de Trindade Jr. os pensamentos de Santos (2008 [1980], 2010 [1981]), Lefebvre (1999), Sposito (2013, 2008, 2001), Queiroz (2012a), que também discutem o fato de que existem processos de formações de diferentes formas urbanas, diferentes papéis que devem ser analisados.

Trindade Jr. (2011) discute que, como cidades médias, as cidades amazônicas desempenham funções que servem de mediação entre as cidades pequenas da região e as metrópoles regionais ou extrarregionais. Sposito (2001) afirma que são consideradas cidades médias aquelas que assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional, não sendo simplesmente centros locais, mas núcleos urbanos com capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades e articular relações de toda ordem de poder (TRINDADE JR., 2011, p.137).

Villaça (2012 [2001], p.237) disserta que “toda aglomeração socioespacial humana – da taba indígena à metrópole contemporânea, passando pelas cidades medievais e as pré-colombianas – desenvolve um centro principal”. Esta formulação pode ser entendida também na dimensão regional. Neste sentido, Villaça discute que:

Os centros não são centros porque neles se localizam os palácios, as catedrais e os bancos (...) o oposto também não é verdadeiro. Não é verdade que os palácios, catedrais ou bancos se localizam nos centros porque eles também são centros. E porque eles são centros? Fica claro o círculo vicioso. Qual a origem ou a fonte da centralidade? Está na

possibilidade de **minimizaremos tempo** gasto e os **desgastes e custos** associados aos deslocamentos espaciais dos seres humanos” (VILLAÇA, 2012 [2001], p.242).

Este estudo busca levar o entendimento de Tefé, como detentora de instituições públicas e financeiras que operacionalizam a demanda de serviços em toda sua região, se constitui como uma centralidade periférica no Brasil. Possui seus determinantes históricos e culturais definidos assim com suas respectivas competências e responsabilidades territoriais que aperfeiçoam seu papel na gestão do território e no controle do espaço. Sua posição estratégica no curso do rio Amazonas, sua funcionalidade na divisão territorial do trabalho e na divisão espacial do consumo promovem uma integração, e concomitante uma fragmentação, inerente à formação social, econômica e espacial do Brasil.

Tefé funcionaliza as amarras territoriais que permitem a circulação nesta região nos últimos três séculos (PESSOA, 2005). A região do Médio Solimões tem nela a sua maior e mais importante cidade. Mesmo com uma população inferior a 100 mil habitantes⁴ desempenha um papel político, econômico e cultural relevante para esta fração do território. Oliveira (1995b) comenta sobre as cidades amazônicas:

[...] As cidades amazônicas embora pequenas e com pouca ou nenhuma importância para as outras regiões do país, tem organização e estrutura que extrapolam sua dimensão específica, configurando forma e estilos que estão além da circunscrição espacial. Nelas encontram-se instituições regionais, nacionais e até internacionais, influenciando de forma direta ou indireta o cotidiano. Em outras palavras, as cidades amazônicas são produzidas a partir do específico, tendo dimensões gerais. (OLIVEIRA, 1995b, p. 39).

Propomos explicar que Tefé utiliza seu território como eixo da circulação na região; isto é, na limitação de meios de produção (entendidos como fixos associados), os fluxos providenciam o uso do território e agem como tais produzindo outras atividades consorciadas que provocam o consumo e capital de giro na cidade. Os fluxos permitem a sobrevivência de Tefé a partir de seus fixos propriamente ditos, assim, estes se configuram como os meios de produção mais relevantes para a economia e autonomia da cidade.

Para uma melhor discussão, Arroyo (2006a) disserta:

---

⁴ De com o Censo do IBGE de 2010 Tefé possui 61.453 habitantes.

Com a difusão dos transportes e das comunicações, e conforme avança a expansão capitalista, criam-se as condições para que os lugares se especializem, **sem a necessidade de produzir tudo para sua reprodução**. Assim, ao passo que a economia local deixa de ser preponderantemente autárquica, estabelece-se uma crescente divisão territorial do trabalho. Esse processo – progressivo e acelerado com a incorporação de novas técnicas – ocasiona uma intensificação dos intercâmbios, que se dá em espaços cada vez mais amplos. As diversas instâncias produtivas – a produção, a distribuição, a troca e o consumo – tornam-se cada vez mais independentes das condições propriamente ditas locais e cada vez mais dependentes de um nexo que escapa à comunidade (ARROYO, 2006a, p.74).

Arroyo referencia Gottman (1952) para discutir os lugares especializados que são um resultado direto da circulação, os *carrefours*, representados por portos ou entrepostos comerciais que modificam a organização do espaço a partir da circulação pertinente a cidades “que se constituem como entroncamentos e exercem um efeito de polarização, sobressaindo do seu entorno”. Desta maneira, Tefé fortaleceu seu papel como cidade política e, posteriormente, econômica, utilizando seu sítio e sua posição estratégica localizada no centro geográfico do rio Amazonas, na foz do rio Japurá e do rio Tefé para funcionalizar por intermédio seu entreposto fluvial a organização do espaço e o domínio territorial na região.

Desta valorização territorial emerge o interesse do Estado para que o domínio do território seja também o domínio estatal. Mas, em tempos de globalização, as empresas e os fluxos pertinentes à circulação permitem uma porosidade territorial vinculada a uma fluidez territorial (ARROYO, 2001) que viabiliza as trocas mercantis e econômicas na borda do território, negligenciando muitas vezes, a presença e a fiscalização do Estado em suas obrigações de guarda, manutenção e defesa da soberania frente aos modernos sistemas de informação, comunicação e redes de transportes privados que nem sempre podem ser regulados e interceptados.

A valorização e desvalorização do espaço

Moraes e Costa (1996) discutem que a construção do território é sua exploração, pois implica, simultaneamente, em domínio e apropriação. A própria formação do território expressa uma acumulação de trabalho ao longo da história. O comando do processo de formação territorial pelo valor econômico só vai manifestar-se em toda sua plenitude com o domínio do modo de produção capitalista. Este prioriza a criação de valor apropriando-se do território em processo de acumulação de capital.

Neste contexto, Smith (1988) aponta para o fato de que o espaço pode funcionar como um meio de produção, pois assim como o território, se torna um apêndice do desenvolvimento social. Cita o caso do transporte individual, quanto maiores os meios de transportes e comunicação, mais o território é lançado na economia como um meio de produção. Onde o espaço se manifesta no mundo contemporâneo, se torna um produto da atividade humana, ou seja, um produto social. (SMITH, 1988, p.132).

David Harvey (2005), em sua obra “A produção capitalista do espaço”, se pergunta:

Como lugares, regiões e territórios evoluem considerando relações espaciais variáveis? Observamos como os jogos geopolíticos de poder, por exemplo, se interligam com a posição de mercado, em estruturas variáveis de relações espaciais, que, por sua vez, privilegiam determinados locais e territórios para acumulação capitalista (HARVEY, 2005, p.199).

Posteriormente, este autor ressalta que os fluxos de mercadorias precisam ser mapeados em relação ao fluxo de capital. Martins (1990, p.20) em sua obra “O cativo da terra” advoga que o capital se instala e se adapta às relações não capitalistas para suprir sua própria expansão, para setores e lugares que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. Por conseguinte, em regiões longe do interesse do grande capital, o capitalismo se adapta aos condicionantes regionais baseados no comércio e na circulação de mercadorias.

Desta forma, a globalização juntamente com o ideal capitalista derruba obstáculos absorvendo territórios, regiões, nações e continentes com o poder do capital, mesmo que para isso **não possa haver** necessariamente **crescimento econômico** e **industrialização** como causas e razões para o “acontecer hierárquico” de um capitalismo adaptado regionalmente, pois estas áreas e populações são recobertas pelo poder do consumo global que afirma seus meios de produção.

De acordo com Lefebvre (1999 [1970]) a concentração da população acompanha a dos meios de produção; o tecido urbano prolifera, ou seja, as manifestações com predomínio da cidade, dispersando também o comportamento consumista que muitas vezes atrai a população rural para cidade num sonho vago, “assaltando” suas identidades e construindo um indivíduo urbano pertencente à “sociedade burocrática do consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 15). A ampliação e a expansão das articulações capitalistas propiciam ao espaço entrar na produção, reorganizando esta à subordinação dos grandes centros que permitem acesso ao mundo globalizado, de onde é originário, pois o

capital já nasce mundializado. Neste sentido, presume-se que Tefé com o maior mercado consumidor na região baseado na massa de assalariados institucionais – e sendo o centro urbano mais vulnerável, por ser o maior, ao avanço e à absorção da globalização – admite um papel funcional na divisão espacial do consumo.

Neste sentido, evidencia-se que uma globalização “relativizada” (SANTOS e SILVEIRA, 2001), ou seja, com o menor comando corporativo da produção, circulação, distribuição e a informação e maior presença nestes setores da ação estatal, se configura em Tefé. Todavia não se expressa apenas como a globalização em espaços opacos, conforme definem seus autores, mas também onde o capitalismo se adaptou aos mecanismos que permite sua expansão, ou seja, aos meios de produção disponíveis que subsidiem a circulação e os fluxos na região de Tefé. A pobreza do povo e as dificuldades de acessibilidade de uma cidade num deserto verde não impedem o desenvolvimento do consumo e de uma tecnosfera advinda da economia-mundo.

Bernard Kayser (1966, p.694) afirma que a regionalização nos países subdesenvolvidos depende de uma metrópole regional incompleta, uma cidade grande, média ou pequena, que preside a vida de relações de uma região geralmente vasta, “cobertos com uma direção específica dos fluxos em um espaço bem definido”, uma bacia urbana, uma drenagem dos fluxos como uma bacia para um só ponto. Santos (2008[1981], p.139), em face à bacia urbana de Kayser, chama de “Zonas não completamente polarizadas”, ou seja, exercem um comando incompleto em sua área de influência.

Com várias dificuldades para construção de um processo de desenvolvimento social coerente, presume-se que a região amazônica sofreu nas últimas décadas o que Costa (2008a) chama de:

[...] movimento de diferenciação interna de largo espectro impulsionado por vetores de natureza multidirecional, e que, em grande medida, estão relacionados aos usos divergentes, competitivos e conflituosos dos lugares e de suas potencialidades intrínsecas (recursos naturais, posição na rede de fluxos, infraestrutura e outras), bem como as migrações de capitais produtivos (COSTA, 2008a, p. 243).

Presume-se que a potencialidade intrínseca econômica possa permitir a autonomia política e econômica de Tefé repercutida na integração providenciada pelos seus fluxos às cidades de sua influência. Essa potencialidade estaria estruturada nos movimentos que alicerçam a sua centralidade e na localização estratégica da cidade, que possui suas

características de cidade polarizada ligada às funcionalidades organizadas e estruturadas a setores em torno da administração, dos transportes e do comércio, somadas a sua posição geográfica vantajosa na rede de transportes e comunicação.

Como afirma Santos (2011 [1979]), a valorização do espaço acarreta o desenvolvimento de formas e arranjos espaciais que a economia-mundo absorve por intermédio de adaptações contínuas de seu modo de produção hegemônico. Entender esta dinâmica econômica que possibilita a sobrevivência de uma das populações mais pobres do país é o grande objetivo deste trabalho.

Conceitos e procedimentos metodológicos norteadores da pesquisa

A contextualização teórico-conceitual que estrutura esta pesquisa envolve questões pertinentes à “globalização relativizada” de Santos e Silveira (2001); à análise das interações dos elementos espaciais de SANTOS (2012 [1985]) assim como da dialética do território (2008 [1979] e sua discussão do acontecer solidário (1994b); ao conceito de concretude territorial e espaços letárgicos e luminosos de Silveira (1999); à leitura da divisão territorial do trabalho de Arroyo (2006; 2001) assim como sua concepção de porosidade e fluidez territorial; ao conceito de centro de gestão de território de Corrêa (2012); à discussão de espaços relacionais por Saint-Clair (2011; 2013); ao uso dos lugares por intermédio da potencialidade intrínseca de Costa (2008); à divisão espacial do consumo de Harvey (2005); à discussão sobre a valorização do espaço de Moraes e Costa (1984); ao estudo das cidades na era da globalização de Sassen (1998; 2010); a discussão da teoria dos fluxos centrais de Peter Taylor (2010).

Os procedimentos metodológicos para as atividades de pesquisa foram diversos.

- O levantamento bibliográfico foi realizado por intermédio de pesquisas realizadas nas bibliotecas de cinco cidades brasileiras: em Tefé, a Biblioteca da Universidade do Estado do Amazonas, a Biblioteca Henry Walter Bates do Instituto Mamirauá, a Biblioteca Municipal Protásio Lopes e os arquivos da Prelazia de Tefé; em Manaus, as Bibliotecas Arthur César Ferreira Reis e a Municipal de Manaus; em São Paulo, a Biblioteca Florestan Fernandes na FFLCH/USP; no Rio de Janeiro o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Biblioteca Nacional; e em Juiz de Fora (MG) a Biblioteca Municipal Murilo Mendes. A aquisição e fichamentos de livros, jornais, revistas, artigos, teses, compêndios, boletins, resumos, documentos oficiais,

sobre a histórica do Amazonas foram utilizados prioritariamente no levantamento de dados bibliográficos, além do uso de sites da internet. Assim como o levantamento de dados primários com entrevistas a historiadores tefeenses, professores amazonenses, brasileiros de outros estados e pessoas ilustres de outros países que contribuíram pessoalmente para a construção da centralidade Tefeense. Uma leitura de fatos relevantes com a organização de uma periodização que conduza ao entendimento da valorização do espaço, do território, da consolidação do uso político e econômico da posição estratégica e da centralidade de Tefé será realizada.

- O uso de um “sistema de referências e informações” funcionando como um banco de dados, ou seja, um arquivo com o fim de armazenar informações cruciais sobre os dados obtidos para a pesquisa em sua integralidade como fichamentos de livros, artigos e demais documentos científicos, os pensamentos de autores clássicos e atuais, fotografias de lugares importantes e de instituições antigas, assim como dados de entrevistados e das entrevistas. A organização por pastas de referência e pastas informativas que subsidia este estudo no processo de coleta e armazenamento de dados necessários aos tópicos a serem trabalhados, como mapas, figuras, tabelas, quadros, fotos, entrevistas, *insights*, documentos oficiais, teses, dissertações, artigos, trabalhos, anais de eventos, filmes, CDs, DVDs, sites, dados sistematizados da pesquisa de campo e lembranças acadêmicas de colegas e amigos que conseguimos durante o trabalho.
- Para a melhor compreensão da operacionalidade da centralidade tefeense elaborou-se uma classificação a partir das funcionalidades que promovem centralidades exercidas pelas instituições, infraestruturas, pelo consumo e pela população. Isto auxiliou na delimitação da área presidida pelos fluxos pertinentes à circulação a partir de Tefé, assim como o método das interações dos elementos espaciais de Santos (2012 [1985]) que supriu a estrutura metodológica para a realização desta fase.
- Para o entendimento do espaço do Médio Solimões, além das pesquisas bibliográficas e virtuais, o levantamento de dados de fontes primárias subsidiadas pelo trabalho de campo baseadas em expedições, realizadas nos meses de dezembro de 2014 a fevereiro de 2015, aos oito municípios que compõem a região de influência de Tefé e outros dois da região do Médio Solimões a qual Tefé

influência, Coari e Carauari. O trabalho de campo foi crucial para o levantamento de dados nos municípios da região de influência de Tefé.

- O levantamento de dados primários sobre a economia, a agropecuária, a pesca, o comércio, das empresas, dos serviços, das instituições estatais (em todas as suas hierarquias: municipal, estadual e federal, existentes em Tefé) e da sociedade civil realizou-se por meio de visitas a entidades na cidade de Tefé e da região. Para isto o “sistema de referências e informações” subsidiou no armazenamento e organização dos dados coletados para o seu respectivo tratamento, organização, representação, análise e apresentação.
- O uso de questionários foi fundamental em diferentes setores da pesquisa, primeiro aos comerciantes e empresários, posteriormente aos representantes das instituições, e por último para a população de Tefé e das cidades de sua influência com intuito de coletar informações inerentes às suas atividades e instituições, assim como verificar as dificuldades e interpretações idiossincráticas de diversos problemas locais e em relação aos fixos e fluxos estabelecidos. Dentre as técnicas de amostragem este trabalho utiliza a amostragem aleatória simples, amostragem por agrupamento e amostragem sistemática. O tratamento de dados para análise foi realizada com “métodos estatísticos básicos” com tratamentos de dados por intermédio de tabelas e quadros e estimativas de média, além de ter servido de base de informações para a elaboração de figuras e mapas para melhor representação.
- As reuniões e discussões com os colegas na universidade (USP) e nos colóquios do Laboratório de Geografia Política, Planejamento Ambiental e Territorial (LABOPLAN) organizados pela orientadora Prof^a. Dr^a. Mónica Arroyo foram de fundamental importância para o amadurecimento e elucidação das questões envolvidas no tema e para a concretização deste estudo.

A tese será dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo visa compreender a formação histórica da centralidade tefeense. Sua gênese está arraigada aos condicionantes históricos mundiais desde a conquista do vale do Amazonas até a organização espacial contemporânea. A análise da valorização do espaço e do território tefeense, da consolidação do uso político e econômico de sua posição estratégica e da centralidade constituída atualmente em suas características econômicas e sociais principais é realizada a partir de um esforço de periodização.

O segundo capítulo possui como objetivo o estudo das funcionalidades da centralidade tefeense com o fim de conhecer o raio de alcance das relações que delimitam a região de Tefé. Três categorias foram escolhidas para a melhor compreensão desta centralidade: primeiramente a *centralidade institucional*, subdividida em institucional administrativa e infraestruturas institucionais; posteriormente a *centralidade comercial* e por último a *centralidade demográfica*.

O terceiro e último capítulo analisa a integração territorial relativizada que a centralidade tefeense efetua. Esta análise se realiza a partir da leitura dos fluxos de serviços e finanças onde agentes da globalização, por intermédio da técnica e da informação, permitem aos municípios da região de Tefé se relacionarem e se integrarem à globalização sob uma articulação de uma modernização incompleta e um cenário socioespacial de uma globalização relativizada.

Na Conclusão apresenta-se uma reflexão e discussão de algumas perspectivas do objeto de pesquisa com o intuito de contribuir com o conhecimento geográfico e com a construção de subsídios que possam ser úteis àqueles que moram e se interessam pelo estudo desta fração territorial.

CAPÍTULO 1. A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CENTRALIDADE TEFEENSE

*O teto dos sonhos perdidos é a realidade que nos rodeia.
 O fim de tudo o que nos faz voar.
 Que tira nossas asas da alma, nos aniquila e nos aprisiona
 onde a fuga é a fantasia e o sonho é a alegria de delirar na lucidez.
 Nesta realidade, só a mesquinhez traduz o verdadeiro sonho
 Que revela o verdadeiro homem.
 Aquele que constrói com a destruição e engana com a própria verdade.
 Nega o óbvio e aconchega o estranho.
 Socorre o sadio e desdenha o doente.*

(QUEIROZ, 2009, p.61)

O objetivo deste capítulo é a construção de uma leitura para o entendimento de Tefé como fragmento territorial amazônida. Para o melhor entendimento desta fração do território brasileiro é necessário conhecer a totalidade amazônida e suas relações com o mundo, compreender sua sociedade, cultura, economia e sua política, enfim sua história em um ponto de mutação com o todo.

Entender a formação territorial pertinente a um país inserido em sociedades periféricas se condiciona à compreensão da evolução temporal ou histórica de forças e eventos que se encontram à distância, provenientes de nações localizadas no centro do sistema mundial. Isto, porém, não impede que subespaços atuem com certa autonomia tornando-se produtos de influências externas e precedentes com influências do “peso da inércia de forças produzidas localmente” (SANTOS, 2012 [1985]; 2009 [1996]). Assim são construídas as cidades importantes da Amazônia como Tefé no Solimões amazonense.

A centralização econômica e geográfica foram maneiras que muitas Coroas europeias utilizaram para facilitar a gestão de espaços destinados à exploração de recursos e de pessoas como os índios na América e os negros na África. Isto possibilita a compreensão das operacionalidades de vários países que se tornaram regiões subordinadas às Coroas da Europa.

A totalidade em movimento e as apreensões das influências em cada subespaço por forças de âmbito mundial provocam particularidades e singularidades características de cada local que serão observáveis em sua economia, suas relações sociais, sua política, cultura e na construção de paisagens urbanas. No entanto, estes elementos são ligados a uma totalidade regida pelo avanço capitalista, apropriando populações e territórios que se

inserir à dinâmica e ao comportamento pertinente ao processo de globalização do capital na periferia amazônica, isto provoca consequências nem sempre positivas.

O estudo de regiões sob o contexto de uma modernização incompleta com complexidade física e cultural singular como a do Médio Solimões na Amazônia amazonense se torna útil e base para o entendimento da pobreza arraigada, da economia estagnada e de uma sociedade imersa em “globalitarismos” (SANTOS, 2011 [2000]) latino-americanos que maquiagem negativamente a verdadeira face amazônica, esta sim vinculada à fartura de sua biodiversidade e a riqueza cultural inerente aos povos da floresta.

A baixa densidade demográfica da região esconde um povo quase esquecido, envolto a uma porosidade e fluidez territorial que lhes transmutam a identidade já enfraquecida com inúmeras ações ineficazes decorrentes de políticas públicas atreladas aos interesses socialmente escamoteados pertinentes a relação do binômio governo-iniciativa privada (IANNI, 1981) que produzem as esperanças falsas de desenvolvimento na “eterna nova fronteira” (QUEIROZ, 2013).

Com o objetivo de compreender a gênese da centralidade de Tefé no Amazonas, elabora-se este esforço de periodização que permitem o entendimento da organização espacial estruturada pelos homens que adentraram na maior selva do mundo em diferentes tempos e permitiram-lhe conferir uma estrutura político-econômica ao território. Sem função a estrutura perde a sua historicidade (OLIVEIRA, 1982) o que releva o conhecimento dos tempos históricos para o reconhecimento da dinâmica da totalidade.

No decorrer dos últimos quatro séculos, Tefé acumulou responsabilidades administrativas, políticas e econômicas. No entanto, as condições materiais e estruturais concedidas pelo Estado foram direcionadas de forma incipiente para contemplar estas responsabilidades e deveres. Pela carência de técnicas e de um grande mercado, isto provocou um desenvolvimento restrito, impondo a Tefé responsabilidades que extrapolam sua capacidade de gerir o território e assumir plenamente os objetivos impostos pelas políticas territoriais e públicas destinadas ao desenvolvimento desta região.

Este capítulo discutirá o entendimento dos fatores que permitiram a formação desta centralidade e da singularidade que estrutura a posição do território como um recurso de atração de instituições e do estabelecimento de um mercado consumidor que subsidia um

comércio para a circulação nas cidades de influência de Tefé inseridas na mesorregião do Solimões e para os fluxos estabelecidos com os outros estados e países.

Santos (1985, p.38) discute que a periodização fornece a chave para se entender as diferenças de lugar para lugar no mundo subdesenvolvido assim como afirma que entender o futuro é impossível se não entendermos o passado (SANTOS, 2003, p.56). Cita De Blij para explicar que a região é para o espaço o que o período é para o tempo:

O tempo é divisível em períodos e não compreendemos o tempo senão assim, porque de outra forma o entenderíamos como algo uniforme. A força do tempo é dada pelas possibilidades reais que o homem encontra, num dado momento, para construir sua vida, quer o homem possa usar estas possibilidades ou não. É isto que define o tempo (SANTOS, 2003, p.57).

Com o intuito de proporcionar um melhor entendimento da formação histórica da centralidade tefeense este estudo esboça uma periodização constituída de três períodos. Estes respectivos intervalos cronológicos permitem enxergar os momentos e os marcos mais relevantes que subsidiam a gênese dos fluxos pertinentes a Tefé na região do Médio Solimões amazonense.

O primeiro período disserta sobre a valorização do espaço amazônida e do sítio de Tefé compreendendo a contextualização da criação das primeiras povoações/aldeias pelos espanhóis e posteriormente os portugueses a qual decorreu a criação da Vila de Ega vinculado as primeiras tentativas de estabelecer na Amazônia, região do “Eldorado”, uma colônia mercantil frente a um desafio enorme de “desnaturalizar” o mundo amazônico pelos missionários de diferentes ordens religiosas e agentes diversos. O segundo período discorre sobre a valorização do território tefeense a partir da leitura dos fatos importantes ocorridos no século XVIII quando das primeiras tentativas portuguesas para delimitação do território e direcionamento da soberania frente aos interesses de outros países europeus na região, assim como a ocupação do sítio e desenvolvimento de uma organização espacial a partir da elevação de Tefé a cidade. O terceiro período aborda a consolidação do uso político e econômico de sua posição estratégica e os motivos que possibilitaram a Tefé exercer um papel atrator/irradiador de fluxos. Discutindo os fatos mais relevantes decorrentes das iniciativas da população e do governo de encaminhar uma integração territorial à formação socioespacial brasileira.

1.1 Primeiro período: a Vila de Ega – 1541 a 1854

As grandes expedições inicialmente empreendidas em direção ao Vale do Amazonas foram cruciais para a acumulação de informações e dados pertinentes à natureza do grande rio, sua flora e fauna que subsidiaram a expedição que “conquistaria” este espaço em nome da Coroa portuguesa no século XVII, a expedição de Pedro Teixeira.

Pela posição geográfica e sítio da atual Tefé passaram muitas destas expedições, destaca-se a expedição Orellana e Carvajal; a de Lope de Aguirre e Pedro Ursua e a mais importante a de Pedro Teixeira e Acuña.

Francisco de Orellana foi o segundo em comando da expedição de Gonzalo Pizarro em direção ao “El Dourado” em busca de ouro e ao país da canela, no então Vice Reino do Peru. A expedição saiu de Quito em 1541, o Frei Gaspar Carvajal foi como escriba desta viagem, proveniente da mesma cidade de Orellana e Gonzalo. Após decepções ligadas à fome e a frustração de nada ter encontrado além de selva, rios e provações no Natal deste mesmo ano, o grupo principal se divide, Orellana continua a descida do rio em busca de comida e Gonzalo mantém posição. Desta forma, os “tesouros” foram esquecidos para dar lugar à luta pela sobrevivência. Foram escolhidos 57 homens, doentes e soldados sadios, por Gonzalo e Orellana para esta missão entre eles Carvajal e o Frade Gonzalo de Vero.

Assim, o destacamento de Orellana desceu as corredeiras do Napo até alcançar o curso principal do Amazonas, o Marañon. Carvajal não se interessou ademais para o relato da geografia e os aspectos naturais do rio. De acordo com relatos de Carvajal e os cálculos da distância percorrida por volta de 16 de maio de 1542 a expedição se encontra pelo que hoje é a região do Médio Solimões no estado do Amazonas, onde se localiza Tefé. Chegando ao rio Negro, onde hoje é o sítio de Manaus em 3 de junho do mesmo ano, este é o único nome dos rios escolhidos por eles que sobreviveu até os dias de hoje (SMITH, 1990).

Após o famoso e lendário encontro com as índias brancas “Amazonas”⁵ originando o nome do grande rio as correntes fluviais levaram-nos ao oceano Atlântico finalizando a trágica e mítica expedição na ilha em Nueva Cadiz, 17 dias depois de saírem da foz, depois

---

⁵Significa pororoca, *a-mazos*, sem seios, inspirados nas mulheres guerreiras que habitavam Cítia (atual Ucrânia), que retiravam a glândula para o uso do arco.

de 19 meses de viagem. A expedição mostrou o valor a ser direcionado ao grande rio repleto de populações indígenas de culturas variadas, verdadeiras civilizações diferentes da europeia, mas não inferior a ela⁶.

A segunda expedição, de Pedro Ursua, foi prejudicada pelos motins, assassinatos e ações criminosas vinculadas à tripulação e ao infame Lope de Aguirre. Esta viagem cruzou o Amazonas com sua tripulação cometendo mais ações levianas, a maioria dos seus membros não se interessava pela geografia do rio, apenas pelas tramas e conspirações, baseadas nestas situações seus infames soldados eram chamados de *marañones*, o próprio rio Amazonas recebeu o nome Marañon pela incerteza do primeiro marujo que o viu, a dúvida *mare an non?* Mar ou não. (SMITH, 1990). Essa expedição utilizou os conhecimentos e habilidades adquiridas com a expedição de Orellana, porém não obteve êxito em seus objetivos primordiais.

Figura 1 – Primeiras Expedições no Solimões

Fonte: Elaboração própria.

Enfatiza-se que as duas viagens possuíam objetivos definidos a alcançar, a primeira de Gonzalo Pizarro e Francisco de Orellana, eram a conquista de riquezas e especiarias, ou melhor, ouro do mito El Dorado e canela das árvores do oeste. A segunda de Pedro Ursua e

---

⁶Orellana retornou a Espanha em maio de 1543 depois de uma estadia em Portugal. Conseguiu permissão real para explorar a área de Nova Andaluzia, nome dado pelos espanhóis para a Amazônia atual, casou-se com Ana de Ayala, e enfrentou diversas dificuldades burocráticas para retornar ao vale do Amazonas. No Natal de 1545, emergiu no Amazonas com a metade da frota (2 galeões) e dos homens que partiu da Espanha, novamente em busca de comida e sobrevivência não alcançou o objetivo de instalar Nova Andaluzia se perdendo do canal principal do grande rio. Morreu em algum dia do mês de novembro de 1546 aos 35 anos (SMITH, 1990, p.115).

Lope de Aguirre, encontrar e conquistar os Omáguas e o El Dorado, as duas fracassaram em decorrência da carência de conhecimento cartográfico, hidrográfico, etnográfico e climatológico.

No entanto, em 5 de fevereiro de 1637 dois frades franciscanos espanhóis desembarcaram no porto do Forte do Presépio na Vila de Belém atual Pará, enfrentando as mesmas dificuldades de Orellana e Aguirre, como fome, sede, cansaço, tédio e ataque indígenas, eram Domingos Brieva e Andrés de Toledo⁷ (ACUÑA, 1994 [1641]; GARCIA, 2010; GUERREIRO, 2010; SMITH, 1990).

O governador Jácome Raimundo de Noronha que governava interinamente aguardando a chegada do detentor efetivo do cargo, Bento Maciel Parente, entusiasmado com a viagem relatada pelos dois frades sobreviventes organizou uma expedição confiando o seu comando ao Capitão Pedro Teixeira, imediatamente promovido a Capitão Mor (MACHADO, 1989). A missão seria a conquista do rio Amazonas em nome da Coroa portuguesa, Noronha acreditava na ampliação do poderio das fortificações na embocadura do Amazonas, valorizava esta elevadíssima área estratégica, caso perdessem em combate para os estrangeiros perderiam não só o Amazonas, mas a entrada que ligava a Pernambuco, rico em açúcar e tabaco, além de deixar a costa brasileira vulnerável. Machado (1989) afirma ser Noronha o primeiro a ter uma visão geoestratégica da região e realizar as ações necessárias para implementá-las.

Pedro Teixeira⁸ considerado neste período um mito nas forças reais lusas por ter expulsado com coragem e violência os estrangeiros do Vale do Amazonas, comandou a histórica expedição⁹ utilizando os conhecimentos acumulados das primeiras expedições e

---

⁷ Relataram fazer parte de uma expedição que havia partido de Quito em 17 de outubro de 1636, sob o comando de Juan Palácios o objetivo era a subjugação dos índios encabelados e da busca do El Dorado. Na foz do Aguarico foram atacados por estes índios que mataram o comandante e superior dos missionários, Frei Laureano da Cruz, os outros sobreviventes retornaram a Quito. Posteriormente, os dois frades e seis soldados preferiram sair em busca do El Dorado e desceram o rio. Durante a viagem, passando pelo Napo, Marañon, Solimões, Amazonas, Cametá, Belém e São Luís, desenharam um dos primeiros mapas do curso do grande rio (ACUÑA, 1994 [1641]; GARCIA, 2010; GUERREIRO, 2010; SMITH, 1990).

⁸ Para maior aprofundamento ver: GUERREIRO, 2010; LOUREIRO, 1948; REZENDE, 2006; MACHADO, 1989; REIS, 1948, 1966, 1997.

⁹ Dentre os 70 portugueses escolhidos para esta viagem, Pedro Teixeira escolheu cada um e também alguns dos muitos índios, como chefes e guerreiros com suas famílias; 1.200 deles foram destacados já evangelizados e uma pequena parcela de negros também faziam parte deste elenco da viagem; 47 canoas de grande porte e 23 de pequeno porte levavam mantimentos, armas e munição. Por ordens de Teixeira uma canoa se destinava especialmente a levar mercadorias para trocar por informações durante o caminho. Dentre

as cartas desenhadas pelos frades para realizar o caminho inverso até então, ou seja, subir o Amazonas. Quando já se encontrava no Solimões, nas proximidades de onde se localiza a microrregião de Tefé nos dias atuais, antiga Parauari, acima da atual Alvarães, a expedição encontrou índios Curuziraris, que usavam adornos nos beiços e no peito. Teixeira obteve em troca de mercadorias algumas argolas, brincos e colares. Chegando posteriormente em Quito especialistas espanhóis confirmaram que o metal era ouro. A partir de então este ponto do percurso no Médio Solimões ficou valorizado para futuras e decepcionantes buscas (CABROLIÉ, 1983, p. 27).

Após a recepção da comitiva de Teixeira em Quito, se insere na expedição de retorno a Belém o frei jesuíta Cristóbal de Acuña, escriba responsável pelo roteiro ou diário de navegação, com ordens de estudar o Amazonas e seus afluentes assim como tudo que o margeava, um verdadeiro trabalho iconográfico base para o conhecimento científico.

O primeiro relato do rio Tefé ou Tapi, rio a partir da qual se desenvolveu a cidade de Tefé, é direcionado por Acuña:

A quatorze léguas dessa aldeia a que chamamos de Aldeia do Ouro, pelo lado norte, fica a boca do rio Japurá que é por onde se entra no rio do Ouro...a altura da boca deste rio está a dois graus e meio, assim como o povoado que, quatro léguas mais abaixo, pelo lado sul, está situado sobre uma grande barranca na desembocadura de um rio caudaloso e límpido denominado **Tapi** pelos nativos, e em cujas margens há uma infinidade de gentios que são conhecidos pelo nome de Paguanas. São terras, como disse ocupadas pela nação dos Curuziraris, num espaço de oitenta léguas, arvoredos não muito frondosos e abundantes lagos, e prometem muitas e boas comodidades aos que povoarem (ACUÑA, 1994 [1641], p.129).

Posteriormente, Acuña relata o Lago Dourado Catuá, grande lago a leste de Tefé, como um âmbito de tranquilidade passada pelos arvoredos desse sítio. Muitos outros pesquisadores e aventureiros também expressaram esta percepção como o francês La Condamine no século XVIII e Paul Marcoy no século seguinte, os alemães Spix e Martius, o inglês Henri Walter Bates, e o casal americano Agassiz no século XIX.

---

os escolhidos do Capitão Mor estavam o coronel Bento Rodrigues de Oliveira, poliglota, falava Tupi e conheciam os costumes indígenas; o capitão Pedro da Costa Favela, velho amigo e cartógrafo; Capitão Bento da Costa, piloto-mor; como toda expedição há a tradição de levar religiosos, representado nesta viagem pelo Frei capuchino Agostino das Chagas, capelão-mor; capitão Antônio Azambuja, mestre de campo; sargento mor Filipe Coutrim de Matos; os capitães de infantaria, Pedro Baião de Abreu e Inácio Gusmão; o filho de Teixeira, sargento Luís Teixeira e muitos outros. O frade Domíngos Brieva era o guia da jornada e ao chegar em Quito seria entregue à Espanha (GARCIA, 2010; GUERREIRO, 2010, SMITH, 1990).

Figura 2 – Pedro Teixeira

Fonte: GARCIA, 2010, p.24.

De acordo com Spix e Martius (1976 [1938]) e Mello (1967) o nome Tefé deriva da palavra Tapé que significa fundo em Tupi. Acuña foi o primeiro a relatar tal sítio¹⁰ geográfico, viajantes subsequentes se referenciam com as prerrogativas de Acuña quanto às características. A viagem de Pedro Teixeira e os relatos de Acuña levantaram dados suficientes para requerer o território agora legitimamente conquistado e conhecido. Configuram-se como a gênese do que iria ser o território de vários municípios, estados e do próprio Brasil. A viagem prossegue com a chegada, mais de dois anos depois da partida, em Belém em 12 de dezembro de 1639.

1.1.1 – A organização territorial de Samuel Fritz

A expedição de Pedro Teixeira que viabilizou a coleta de informações levantadas por Acuña e o mapa elaborado pelo piloto Bento Maciel proporcionou material útil para a organização do território no vale do Amazonas. Inicialmente, foram base para a organização de aldeias missionárias, as “Missões”, a qual a catequização de índios, a exploração de riquezas e recursos providenciaram a povoação do Marañon, Solimões até a embocadura do rio Negro, território conhecido como a Província Jesuítica de Maynas.

---

¹⁰ Baseada em Dickinson (1959), George (1961) e Beaujeu-Garnier (1995) Tourinho disserta que sítio envolve as feições precisas do terreno onde o assentamento surgiu e sobre o qual se expande. O termo posição, ou situação, é usualmente aplicado para significar a localização em relação a um território mais amplo. No caso urbano a posição refere-se a localização da cidade em relação, por exemplo, aos outros núcleos de povoamento ou as vias de comunicação interurbana (TOURINHO, 2011, p.96).

A fundação e manutenção de povoados pelos missionários religiosos¹¹ no rio Solimões foi primordial para a gestão do território e o “acultramento” dos índios. Também foram úteis para ambas as coroas ibéricas, estas, por conseguinte, por intermédio dos trabalhos de catequização e evangelização dos gentios do novo mundo pelos religiosos dinamizaram seus respectivos objetivos de ocupação e colonização. Este pode ser considerado o primeiro sistema de controle territorial ibérico de impacto significativo na ocupação posterior do vale do Amazonas.

Muitas das futuras cidades deste subespaço se desenvolveram a partir da posição utilizada na instalação destes povoados. Porém, muitos sítios modificaram-se, mudando o assentamento do povoado, ou posteriormente da vila, para outros sítios a qual as respectivas cidades evoluíram acompanhando as configurações políticas e econômicas históricas que melhor acomodassem as atividades antrópicas necessárias para o desenvolvimento da sociedade nesta fração da Amazônia.

Reis (1997, p.24) comenta que muitos se destacaram em seus trabalhos entre eles: Samuel Fritz, João Batista Sana, Juan Batista Julian e Carlos Bretano. No entanto, destes destacados religiosos jesuítas espanhóis, Samuel Fritz¹² transcendeu o trabalho de evangelização contribuindo para uma obra libertadora e construtora de uma sociedade amazônica, ultrapassando os interesses políticos e econômicos da Espanha para com a construção de uma organização missionária que atendia índios fugitivos não apenas de outros índios em guerras travadas entre si, mas dos próprios portugueses em operação de missões de resgate. Maroni (1988) alega que Fritz funcionalizava uma postura de Chefe para os indígenas, protegendo e ajudando-os.

---

¹¹A presença religiosa na Amazônia é parte do trajeto de loteamento da União Ibérica. Os religiosos acompanharam as expedições espanholas, portuguesas e francesas. Como ação interventiva da conquista e da colonização ibérica são também os organizadores das aldeias, primeiros aglomerados populacionais criados sobre os agrupamentos originários. Cada lote definido na competição mercantil era um espaço conquistado para a colonização espiritual. Aos franciscanos da Província de Santo Antônio, seguiram-se os jesuítas, os carmelitas, os mercedários, os capuchinos da Piedade e os frades da Conceição da Beira Minho (SILVA, 2004; REIS, 1997).

¹²De acordo com Rodolfo Garcia (1918), Samuel Fritz nascido na Bohemia austríaca, na vila de Orania em 9 de abril de 1654, filho de nobres alemães, entrou para a companhia de Jesus muito jovem. Aos 19 anos de idade com conhecimentos de Filosofia e Humanidades foi destinado à cátedra de Teologia. Porém, seus interesses em estudar e doutrinar os selvagens da América e retirá-los de suas condições bárbaras o condicionou a participar destes trabalhos no Vice Reino do Peru nas Índias Ocidentais.

Em torno de 1685, Fritz se estabeleceu em São Joaquim, fundada por ele, e sua principal atividade era entre os Omáguas. Por se encontrar em uma região isolada não esperava as ordens ou resoluções da Igreja ou do Estado para resolver problemas corriqueiros que necessitavam de rapidez em suas soluções. Os trabalhos do jesuíta Samuel Fritz sob a Coroa espanhola incluíram dimensões territoriais do Napo ao Solimões limitando-se à embocadura do rio Negro, pacificando os Omáguas, Jurimáguas e Cuchivaros (GARCIA, 1918, p.358).

Após a organização dos índios, Fritz fundou várias Missões, apenas entre os Omáguas fundou 28 delas, as mais importantes foram: São Joaquim do Omáguas (hoje em território da Colômbia), Nossa Senhora de Guadalupe (atual Fonte Boa), São Paulo Apóstolo ou São Paulo dos Cambebas (atual São Paulo de Olivença), São Cristóvão (desapareceu), Santa Tereza de Tefé¹³ (atual Tefé) e Sant'Anna de Coari (Coari) todas as fundações do ano de 1689 (GARCIA, 1918; REIS, 1989, 1997).

Samuel Fritz foi o fundador de muitas povoações, verdadeiras células das cidades estratégicas no Solimões, entre elas, Tefé. Como penúltima missão do lado direito do Solimões, em posição que facilita a comunicação no continental rio Amazonas, confere interesse por parte de Portugal na gestão e defesa do território no vale do Amazonas.

Fritz viajou a Belém com o objetivo de reclamar e protestar às autoridades contra a perseguição e captura dos índios no vale do Amazonas para o tráfico escravo colonial no Maranhão. Fritz pediu providências contra os predadores que atacavam suas missões e dispersavam os índios. O governador Arthur Sá de Menezes, enquanto afirmou que tomaria as devidas providências a Fritz, avisou as autoridades em Portugal e manteve o Padre Fritz preso durante dois anos no Colégio dos Jesuítas. Quando do seu retorno ao Solimões a guarnição lusa que o escoltava tomou posse em nome da Coroa portuguesa de toda a região inclusive o Maraion dos Omáguas. Foi efetuado um marco que simbolizava o ponto de divisão entre as duas colônias, simbolizando que existira a partir de então um território português e que Samuel Fritz deveria seguir rio acima fora dos limites inseridos pelo marco recém estabelecido (GARCIA, 1918). Durante o tempo em que Fritz esteve ausente

---

¹³ Loureiro (1978) e Silva (2004) afirmam que o nome correto é Santa Tereza de Tapé, este estudo adotou as informações mencionadas por Reis (1982, 1989, 1997, 2001); Ceretta (2008); Garcia (1918); Garcia (2010); Cabrolié (1983); Machado (1989); Filho (2011); Bates (1979); Agassiz (1975).

de suas Missões nas Maynas e no Solimões os portugueses encaminharam o frei carmelita Manuel da Esperança e outro companheiro para o prosseguimento das atividades missionárias. Em 1693, Fritz retorna e reanima as missões, os Omáguas, Jurimáguas e Aisuares se organizam novamente com as obras restabelecidas. O padre agora se tornara um mito para os índios e para os escravos que o viam como um redentor.

Após o Conselho Ultramarino em Lisboa ser notificado dos acontecimentos, este ordenou imediatamente a prisão de Fritz, porém até 1709 as autoridades portuguesas não cuidaram com interesse do caso (PINTO, 2006, p.139). A Carta Régia de 20 de março de 1708 deixou o governador Christóvão da Costa Freire ávido para cumprir as instruções de expulsar definitivamente os jesuítas do Solimões. Os carmelitas ocuparam as missões. Porém, as forças do governador de Quito Dom Luiz de Iturbide atacaram com violência os carmelitas, destruindo as aldeias e capturando Ignácio Correia¹⁴. Christóvão da Costa Freire em nome de Portugal enviou em 14 de outubro de 1709, 150 soldados e 300 flecheiros, que em combate aprisionaram o Padre espanhol Sana e mais 14 soldados espanhóis, possibilitando assim o retorno dos carmelitas portugueses ao Solimões (CERETTA, 2008; GARCIA, 1918; PINTO, 2006).

Dom João V proferiu que a partir deste momento iniciava-se a valorização estratégica do Solimões contra os inimigos da Coroa portuguesa, numa carta de 13 de janeiro de 1711 o rei incita a construção de uma casa forte para defesa e ratificação da soberania no Solimões por intermédio dos canhões (PINTO, 2006, p.141). Uma forte capilaridade territorial dos trabalhos evangelizadores dos jesuítas ainda permitiu reminiscências da existência destes em áreas portuguesas no Solimões. Em 1769, o marquês de Pombal, expulsa definitivamente os jesuítas de todos os domínios portugueses. Em 1770 foi erigido o Forte São Francisco Xavier de Tabatinga para defesa do território dos rivais espanhóis e aliados.

É importante ressaltar que com a destruição das missões, Tefé também fora devastada em 1709. Segundo Cabrolé (1983) após a expulsão dos jesuítas, os carmelitas Frei André da Costa e Frei Baltazar da Madre de Deus foram colocados em Parauari aldeia fundada pelo Padre Sana no momento em que Fritz foi nomeado Superior das Maynas.

---

¹⁴ O que aconteceu em Sacramento no sul do Brasil ocorria agora no Amazonas na guerra entre as Colônias.

Além de ter fundado neste mesmo período a missão de Taiassutuba abaixo de Fonte Boa e Saiassutuba ou ilha dos veados fundada entre 1706 e 1707, onde Frei André da Costa reuniu e organizou os índios de diversas aldeias destruídas e encaminhou-os ao sítio de Tefé, fundada por Fritz (CABROLIÉ, 1983, p.10), a organização provinda de Frei André da Costa em 1718 estruturou o sítio e a posição da atual cidade de Tefé (LOUREIRO, 1978, p.149).

Durante a prisão em Belém, Fritz conseguiu informações importantes que lhe possibilitaram confeccionar o primeiro mapa do rio Amazonas, gravado em Quito em 1707, impresso em Londres em 1712 e publicado em 1717 na coleção “Lettres edifiantes et curieuses, écrites par lês missionaires de La Compagnie de Jésus”, utilizando o esboço de Bento Maciel, o piloto de Pedro Teixeira, como fonte de dados para a confecção deste importante documento cartográfico.

1.1.2 – A Vila de Ega - a valorização estratégica do território

Dom José I foi o novo rei de Portugal em 13 de setembro de 1750, nomeando seu Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra Sebastião José de Carvalho e Melo o Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal, que também exercia o cargo de Inspetor-real do Erário real, ávido em transformar Portugal em potência na Europa.

Devido o Tratado de Tordesilhas ter sido vencido com árduo trabalho conduzido por Alexandre de Gusmão, os ministros plenipotenciários da Espanha, Dom José Carvajal y Lancaster e de Portugal Dom de Mello e Silva, Visconde de Vila Nova de Cerveira, assinaram em 13 de janeiro de 1750 o Tratado de Madri, que tinha como pilar de sua fundamentação o princípio jurídico de pertencimento da terra a quem de fato a ocupasse, o *Uti Possidetis*. Em troca da Colônia de Sacramento, das Filipinas e da margem esquerda do Amazonas. Acima do Japurá, Portugal recebia da Espanha o território das Missões e o reconhecimento definitivo das terras além de Tordesilhas (GARCIA, 2010; LOUREIRO, 1978).

Visando o cumprimento deste Tratado foi criado em 31 de julho de 1751 o Estado do Grão Pará e do Maranhão, houve apenas a redefinição do Estado que já existia. O antigo Estado possuía sede em São Luís, porém neste novo Estado a sede do Governo Geral se estabeleceu em Belém (Quadro 1).

Quadro 1 – A Cronologia dos Estados Coloniais Amazônicos

1631	1652	1654	1751	1772
Extinção do Governo-Geral e divisão do Estado Colonial do Maranhão em duas Capitânicas, a Capitania do Maranhão e a Capitania do Grão Pará, diretamente subordinadas à União Ibérica.	Extinção do Estado Colonial do Maranhão e criação de duas Capitânicas autônomas, a Capitania do Maranhão e a Capitania do Grão Pará, diretamente subordinada à Coroa Portuguesa.	Criação do Estado do Maranhão e do Grão Pará (Governo Geral na cidade de São Luís).	Criação do Estado do Grão Pará e Maranhão (Governo Geral na cidade de Belém).	Desdobramento do Estado do Grão Pará e Maranhão em dois Estados Coloniais: Grão Pará e Rio Negro (Governo Geral em Belém) e Maranhão e Piauí (Governo Geral em São Luís).

Fonte: GARCIA, 2010, p.22. Organizado pelo autor.

O novo governador nomeado do Estado do Grão Pará e Maranhão chega a Belém em 24 de setembro de 1751. Era o irmão do Marquês de Pombal, Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado que fora encarregado de demarcar os limites e as fronteiras do Javari, Japurá, Negro e Madeira, cujas instruções foram direcionadas pelo Tratado de Aranjuez em 24 de Junho de 1752 (GARCIA, 2010, p.31).

Durante o governo de Joaquim de Mello e Póvoas que perdurou até 1760 sob instruções reais de Mendonça Furtado de 5 e 6 de junho de 1755 que elevou para a vila as povoações do Amazonas adotando nomes portugueses, como Santa Tereza de Tefé que passou a chamar vila de Ega, São Pedro e São Paulo obtiveram o nome de São Paulo de Olivença, Itacoatiara passava a ter o nome de Serpa, Santana do Sacará chamava-se então de Silves. O título de lugar foi direcionado a Sant'Anna de Coari chamou-se Alvelos, Parauari era Nogueira (mesmo nome atual), Caiçara como Alvarães, Taracoetuba como Fonte Boa. Enfim, futuras cidades que atualmente fazem parte da região de influência de Tefé¹⁵.

Este é o início do delineamento da formação territorial e das características regionais atuais. De forma imediatista, brusca e até inesperada, os povoados

¹⁵ Muitos autores alegam que a elevação de Tefé a vila ocorreu no ano de 1759, porém este trabalho ressalta que este ano foi o de instalação da vila, o ano de criação é 1755 baseando-se em GARCIA, 2010; FILHO, 2011; REIS, 1989; LOUREIRO, 1978; MONTEIRO, 2002; QUEIROZ, 2012.

transformaram-se em vilas na recém criada Capitania de São José do Rio Negro. Sem mesmo comportar estruturas, embasamento jurídico e político para estruturá-las¹⁶. O governo Pombalino trouxe a nova configuração amazônida por intermédio da valorização do território com fins de defesa e perspectivas de exploração do comércio.

No vasto Solimões, o Estado “se fez presente” substituindo os missionários por agentes governamentais, possibilitando a lugares estratégicos na confluência de rios importantes às comunicações assumirem responsabilidades territoriais que muitas vezes extrapolavam a sua respectiva capacidade de gestão territorial.

Em 1759, Tefé torna-se Vila de Ega, esta elevação a vila permitiu receber uma Câmara Municipal com poderes limitados¹⁷; um destacamento militar e/ou policial; um padre que já possuía, porém agora numa situação hierárquica eclesiástica territorial superior e uma escola que não funcionou pela imposição do governo diretorial de impedir que padres, únicos com conhecimento, exercerem o ensino em escolas (CABROLIÉ, 1983). Foram criados cargos de juízes ordinários, vereadores e oficial de justiça nas vilas, escolhidos entre os moradores. Em 1799, Ega já era um Distrito de Paz exercendo a função o Juíz de Paz Manoel de Jesus da Piedade, de acordo com o “Termo de Vereação e Correição” de 23 de maio daquele ano (MELLO, 1967, p. 121). O governo aprovou em 1757 o Diretório dos Índios que tentava direcionar a estes o *status* de cidadãos, o que não foi alcançado. O estímulo do casamento entre índios e brancos promoveu uma cidadania de segunda categoria aos mestiços e mamelucos. A proibição de casas coletivas e a obrigação do uso do português como língua oficial não promoveu resultados satisfatórios. Neste período, os diretores das vilas como Ega plantaram um pelourinho, símbolo da justiça e da autoridade do governo na vila (MELLO, 1967).

Inicialmente, a produção agrícola e a coleta de produtos da selva pelos indígenas locais foram utilizados como motivos para uma vantagem locacional. A existência de tribos que possuíam melhores habilidades na localização e coleta destes produtos para

---

¹⁶ A organização judiciária da Capitania do São José do Rio Negro terminara em 30 de junho de 1760 com a instalação da Comarca de São José do Rio Negro (GARCIA, 2010).

¹⁷ A era pombalina foi um governo que limitava muitas ações pontuais e locais para que suas decisões fluíssem e fossem acatadas com mais facilidade por estes governos locais, o que se pode denominar atualmente como ditadura. Charles R. Boxer em sua obra “O Império Marítimo Português” intitula seu Capítulo 8 de “A ditadura pombalina e suas consequências (1755-1825)” (BOXER, 2002 [1969], p.190).

encaminhá-las aos núcleos de povoamento corroborou para uma melhor harmonia social frente ao contexto “civilizatório” português. O nível superior de aculturação, em relação a outras tribos, de indígenas que habitavam o sítio de Ega permitiu um aprimoramento no processo de comercialização de drogas do sertão, somada a organização social desenvolvida por estes índios no trato com a sua relativa auto-suficiência provinda da agricultura, caça, pesca e fabricação de arranjos de argila úteis como utensílios para armazenagem tais como jarros, potes, cestas, panelas, fornos, etc.

Charles-Marie de La Condamine, pesquisador a serviço da França que passou por Ega em agosto de 1743, antes mesmo de ser elevada a vila, comenta sobre a próspera missão do rio Tefé que reunia várias tribos como os Passés, Sorimões, Jumás, Manaus, etc. O que comprova a aglomeração de tribos que no passado estiveram dispersas e foram reunidas pelos Carmelitas como Frei André da Costa após o serviço do Pe. Samuel Fritz. O francês comentou que as missões portuguesas eram melhores que as espanholas, verificou a existência entre os índios de detalhes importantes como camisas de pano de Bretanha sobre as mulheres índias; casas com fechaduras assim como de utensílios vindos da Europa como pentes, espelhos, tesouras, etc. (LA CONDAMINE, 2000 [1774], p.76/77). O matemático francês relata:

O comércio com o Pará dá a estes índios e a seus missionários um ar de conforto que logo distingue as missões portuguesas das outras castelhanas do alto Maranhão, nas quais tudo se ressentia da impossibilidade que vivem os missionários da Coroa da Espanha de conseguir qualquer dos cômodos da vida, não tendo nenhum comércio com os portugueses, seus vizinhos, rio abaixo: eles tudo procuram em Quito, aonde enviam gente uma vez ao ano, e donde estão mais separados pela cordilheira do que estariam se houvesse um mar de mil léguas (LA CONDAMINE, 2000 [1774], p. 77).

Neste sentido, o comércio com o Pará já fazia parte do cotidiano de Ega, núcleo de povoamento estratégico governamental elevado a vila assim como a povoação mais importante da região, Barra do Rio Negro, também uma vila, que contrariando a regra de Mendonça Furtado não possuía nome português. Este nome ficou com a força do uso pelos comerciantes de escravos indígenas e drogas do sertão, assim como dos próprios moradores, situação que o então fraco governador da capitania Joaquim de Mello e Póvoas não relevou.

A Carta Régia de 20 de agosto de 1772 dividiu o Estado do Grão Pará e Maranhão em dois Estados coloniais: o de Grão Pará e Rio Negro com sede em Belém e o de

Maranhão e Piauí com sede em São Luís. O governador deste último era Joaquim de Mello e Póvoas, antigo Capitão do Rio Negro. A chegada do plenipotenciário português General João Pereira Caldas a Mariuá (Barcelos), sede da Capitania de São José do Rio Negro em outubro de 1780 trouxe ampliações nas respectivas infraestruturas para iniciar as demarcações do Tratado de Santo Ildefonso nas fronteiras da Capitania que até então era governada por juntas. Este Tratado era decorrente da invasão do rei do Vice Reino do Prata Pedro de Cevallos ao Rio Grande e Santa Catarina entre 1776 e 1777. De acordo com o Tratado de Santo Ildefonso (LOUREIRO, 1978, p.121).

O Tratado assinado em 1º de outubro de 1777 manteve os limites do Tratado de Madri, fazendo prevalecer o princípio jurídico do *Uti Possidetis* sobre o reconhecimento dos direitos de ocupação sobre os território conquistados até 1750 (Figura 3). Uma linha reta partiria do ponto médio entre a foz do Mamoré e do Madeira seguindo a oeste tomaria a margem direita do Javari e desceria o Solimões até o ponto mais ocidental da foz do Japurá de onde subiria e chegaria até ao rio Negro e atingindo a cordilheira no Orinoco (GARCIA, 2010, p.42). O General João Pereira Caldas com competências de Capitão Mor mandou construir três palácios e um quartel em Barcelos, casas e alojamentos em Borba, Tefé e Tabatinga, ações já ocorridas durante as demarcações do Tratado de Madri. O início dos Trabalhos de demarcação ocorreu em 1781. Um período importante para Ega e seus arredores.

A “corte do Solimões”, nome dado a Ega durante a estadia da última Comissão de Limites Luso-ibérica (1782 a 1788) onde ali se estabeleceria como quartel general condicionando a presença de um comércio significativo permitindo que a população aumentasse, assim como, a circulação estabelecida entre Maynas e Pará utilizando Ega como entreposto de abastecimento ou descanso (SPIX E MARTIUS, 1976 [1938]). Neste sentido, Bates relata que:

Ega era o quartel-general de uma grande comissão científica que se formou entre 1781 e 1791 para estabelecer os limites entre os territórios espanhol e o português na América do Sul (...) quando agrônomos, agrimensores e desenhistas percorreram grandes trechos da região acompanhadas por numerosos soldados e indígenas (BATES, 1979, p.205).

Figura 3 – Tratados e Limites

Fonte: REZENDE, 2006. Organizado e Adaptado pelo autor.

O uso da posição estratégica de Ega no Solimões pelas comissões de demarcações de limites serviu como cenário para uma situação enquadrada como uma das mais embaraçosas das operações de demarcações, devido às ações do chefe da 4ª divisão Theodosio Chermont. Pelos Tratados de Madri e Santo Ildefonso Ega se localizava praticamente nos limites entre as duas colônias, posicionada em uma posição privilegiada para as comissões de demarcações espanhola e portuguesa, ambas se estabeleceram em Ega na foz do rio Tefé e pela proximidade da foz do Japurá. O comissário chefe espanhol Dom Francisco de Requeña se estabelecera em Ega junto a sua comitiva castelhana, aos portugueses e aos moradores. De acordo com Capistrano de Abreu (2000, p.216) foi o

engano na definição de furo ou boca do rio Japurá que iniciou as discussões malogradas sobre os entraves de posse territorial. Posteriormente, Requeña reclamou a posse de Tabatinga e o General João Pereira Caldas declarou estar apto a entregá-la se os espanhóis lhe entregassem São Carlos, Forte do Alto Rio Negro, construído pelo comissário intransigente Dom Iturriaga nas demarcações precedentes do Tratado de Madri (REZENDE, 2006). Além destas questões Chermont assinou um termo deixando de investigar a parte superior do Japurá o que provocou a sua demissão e de seu sargento mor Henrique Wilkens Matos por Pereira Caldas que justificou declarando que o termo era contrário ao artigo XII do Tratado, não convencendo Requeña do ato em 1782 as relações entre as comissões se romperam (MACHADO, 1989).

As relações se estremeceram entre ambas as comissões, entretanto os espanhóis permaneceram em Ega, nome dado pelos portugueses, ou Tefé antigo nome utilizado pelos castelhanos. Por conseguinte, mais portugueses eram deslocados para a vila, intensificando as relações sociais entre os moradores, demarcadores, técnicos e cientistas a qual o interesse nesta missão muitas vezes transcendia as peijas e desentendimentos de seus superiores.

Os espanhóis progrediram as roças e a agricultura, estimularam o comércio e construíram algumas casas, inclusive com objetivos militares. Em 1790 Requeña fora reenviado a Maynas devido a morte em 1788 do Rei Carlos III, seu apoiador, levando consigo 355 pessoas de Ega (LOUREIRO, 1978, P.139). No ano de 1799, quando o ex comissário desceu o rio para ir para Europa os portugueses o impediram de ver as povoações do caminho ou verificar informações topográficas e outras de seu interesse imediato (MACHADO, 1989, p.130).

A Carta de 26 de agosto de 1786 do Ministro Martinho de Melo e Castro comunicava que o Brigadeiro Manuel da Gama Lobo D'Almada era o novo Governador de Rio Negro, subordinado ao governo do Pará e sob as ordens de Pereira Caldas, assumiu o Comando Geral da Comissão de Demarcação de Limites do Tratado de Santo Ildefonso em 25 de dezembro de 1788. Porém, apenas em 26 de maio de 1789 D'Almada assumiu integralmente o poder no lugar de Pereira Caldas que enfermo se dirigiu a Belém.

Com gado espanhol, somados aos advindos do município de Alenquer no baixo Amazonas e do rio Negro, Lobo D'Almada empreende as primeiras fazendas em Tefé e

Barcelos, prosperando a pecuária. A agricultura também foi incentivada, com o cultivo de algodão, café, anil e tabaco progredindo no número de arrobas. Desde então o gado e o sal espanhol desciam de Maynas assim como produtos importados da Europa são negociados pelos portugueses rio Solimões acima a partir de Ega. A população de Ega durante as demarcações em 1784 consistia em 1200 pessoas, porém castigada por uma epidemia de varíola em 1814 diminuiu para 808 habitantes (SPIX E MARTIUS, 1976 [1938]). Embarcações começam a se adaptar ao trajeto de subida do traiçoeiro Solimões, aprimorando as técnicas de transporte de cargas e passageiros pelos os pilotos, navegadores e construtores de embarcações impulsionadas por vela ou remo.

Os fluxos em Ega lhe permitiram uma centralidade que somada a sua pequena, mas útil infraestrutura a inseriu definitivamente na rota dos grandes pesquisadores da Amazônia. As obras de La Condamine e posteriormente de Alexander Von Humboldt sobre a região amazônica repercutiram na Europa e também despertaram o espírito de grandes curiosos da realidade, intelectuais ávidos por conhecer e estudar este fragmento do então desconhecido “novo mundo”.

A Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, foi uma das maiores expedições brasileiras que contou com ilustres nomes como o patriarca da independência José Bonifácio e o Visconde de Cairu José da Silva Lisboa. Empreendida entre 1783 e 1793, levantou dados a Portugal sobre a antropologia, geografia, etnologia, economia, zoologia e a botânica da Amazônia. Lobo D’Almada compartilhou dados de Alexandre Ferreira disponibilizando o geógrafo Euzébio Antônio de Ribeiro e o astrônomo José Simões de Carvalho para auxiliar os trabalhos da viagem.

Quando da sua estada em Ega, em 27 de agosto de 1787. Alexandre Ferreira procurou um Omágua ou Cambeba que ainda possuía cabeça achatada semelhante a que Pedro Teixeira e Acuña relatava em seus escritos, foi quando um índio chamado Dionísio da Cruz se apresentou, civilizado, piloto de embarcações e construtor delas, longe daqueles antropófagos que os expedicionários procuravam ver, o desenhador da expedição José Joaquim Freire o copiou (Figura 4) (FERREIRA, 2008, p.204).

Figura 4 - Cambeba

Fonte: FERREIRA, 2008. Estampa 24.

A Carta Régia de 12 de maio de 1798 extinguiu o Diretório e emancipou os índios que abandonaram o trabalho em toda a capitania, Lobo D'Almada tinha multiplicado fábricas e serviços, comércio e atividades da agropecuária, todos estes setores foram afetados, pois seu funcionamento era baseado nos braços dos índios. Em 22 de novembro de 1799 foram extintas as comissões de demarcações. Mesmo com esta perspectiva, Garcia (2010) comenta que Ega florescia na virada do milênio de 1800 ao contrário das vilas do rio Negro que estavam em decadência e pobreza.

Para ilustrar melhor Ega neste período de turbulências políticas e militares esta pesquisa recorre aos relatos de dois grandes cientistas que lá estiveram no final da segunda década do século XIX.

1.1.3 – Dois alemães em Ega

A viagem dos Alemães Johan Baptiste Von Spix e Carl Friedrich Phillip Von Martius que se iniciou em 1817 no Rio de Janeiro e terminou em 1820 na Amazônia foi a primeira autorização dada pelo governo português nos últimos 70 anos à pesquisa estrangeira iniciando o período das grandes viagens científicas na Amazônia. Esta viagem contribuiu para a fitogeografia, etnografia, lingüística, botânica, antropologia e sociologia, de forma singular. Em nome da Academia de Ciências da Baviera catalogaram e

sistematizaram dados e informações fundamentais para evolução das ciências na América do Sul e no mundo¹⁸.

Spix e Martius visitaram a vila de Ega em sua expedição no mês de novembro de 1819, promoveram um relato minucioso de sua realidade. Comentam sobre a saída das águas perigosas, da ferocidade do rio Solimões e o encontro da tranquilidade de entrar no lago de Tefé¹⁹:

O Solimões, nestas paragens, reparte-se por inúmeras ilhas e espraia-se em mais de uma légua de largura. Deveras importante é o aspecto do enorme rio; um labirinto de impetuosas corredeiras, que, ora menos, ora mais rápidas (...). A 25 de novembro, alcançávamos afinal a foz do rio Tefé. Abre-se limitada a leste por uma barranca de argila escarpada, a oeste por uma ilha baixa, para ostentar o soberbo espetáculo da vasta bacia, na qual o rio Tefé se espraia. O majestoso lago tranqüilo, com suas praias de areia alva, limpa, e mais para o interior cercado de pujante mata, cuja fronde se arqueia imóvel em cúpula no azul do céu, dava a impressão extremamente aprazível. (...) as águas pretas e sossegadas eram habitadas por jacarés (...). A vila de Ega distante duas léguas da sua Foz, está situada na margem oriental deste alargamento em forma de lago do rio Tefé, justamente no ponto em que se encontra a maior largura, uma milha alemã (...). As casas da vila de Tefé, numa rua ao longo da margem, são todas de um pavimento só e construídas em taipa, como venezianas de madeira às janelas em vez de vidraças, e cobertas de folhas de palmeiras. Só pelo tamanho e pelas fechaduras das portas é que se diferenciam das choças que tínhamos visto em algumas aldeias de índios. Elas formam uma rua irregular, ao longo da margem do lago, algumas viradas de lá para dentro e formando praças livres em volta da igreja e da casa do comandante militar (...) o número de habitantes deve montar a umas 600 almas (SPIX e MARTIUS, 1976 [1938], p.160/161).

O Solimões ainda é um rio Jovem e com força, leva sedimentos desde o Marañon até a sua foz com vigor, as cidades e populações de sua margem geralmente expõem os barcos às correntezas do Amazonas. Ega possui um sítio adequado a ancoragem de embarcações, pois se localiza fora do Solimões, no rio Tefé, o grande lago, na verdade, é o

---

¹⁸ De acordo com Reis (1982, p.84) relacionam-se as viagens mais importantes à Amazônia do século XIX depois de Spix e Martius: Herdon e Gibbon (1935), Eduardo Poepping (1832), Alcide D'Orbigny (1834), Robert Schomburg (1834/39), Richard Shomburg (1840/44), Castelnau (1843/7), Adalberto da Prússia (1843), Tardy de Montravel (1846), Henry Walter Bates (1848/59) e Alfred Russel Wallace (1848/52), Caetano Osculatti (1847), Richard Spruce (1849/64), Willian Chandless (1861/5), Luiz e Elizabeth Agassiz (1865/6), James Orton (1867), Charles Frederic Hart (1867), Franz Keller-Leuzinger (1865), José e Francisco Keller (1869), Orville Derby (1870), Edward D. Mathews (1889), Henri Coudreau (1882/99), Olimpia Coudreau (1882/1903).

¹⁹ Na realidade este Lago de Tefé é o alargamento do rio Tefé antes de seu encontro com o Solimões, por força do uso do nome pelo povo ficou conhecido como lago.

alargamento do rio perto de sua foz, como descrito pelos viajantes promove um sossego às ondas e correntezas do agressivo Solimões ou Amazonas.

Os cientistas afirmam que a população chegava a 600 habitantes durante sua estadia, bem menor do que a época das Comissões das Demarcações 1782 a 1791 (1200 habitantes):

Ega tinham naquele tempo, o duplo da população de agora; está atualmente muitíssimo reduzido o número de operários e negociantes, e do luxo não resta mais vestígio, a não ser como afirmam muitos, na disposição dos habitantes só para ociosidade, para o divertimento, particularmente, porém só para embriaguez. (...). Apenas alguns moradores, e entre os índios um único, se ocupam com o cultivo de produtos coloniais para exportação; outros mandam expedições ao rio Japurá, Iça, Juruá, Jutai e Javari para mandar colher os produtos silvestres: salsaparrilha, cacau, óleo de copaíba e castanhas-do-maranhão (SPIX e MARTIUS, 1976 [1938], p.162).

Durante a época da presença dos espanhóis e portugueses animavam a economia e a sociabilidade de Ega, a vila floresceu, porém com as epidemias de varíola e o fim do Diretório dos índios houve a dispersão ou fuga destes para outros lugares até para Belém. O fim das atividades provindas das demarcações provocou um período de decadência que pode ser abrangida ao fracasso da política pombalina na região.

Como se apresenta no relato dos cientistas, os comerciantes e negociantes de Ega já buscavam em outros rios, vilas e povoados produtos e recursos pertencentes às drogas do sertão e também outros tipos de mercadoria como tartarugas para produzir manteiga, caça e produtos piscosos para fortalecer o comércio. Uma licença do governo era direcionada para empresas realizarem o comércio nos rios circunvizinhos, favoritismos aconteciam nas escolhas destas empresas que disputavam a autorização promovendo intrigas e rixas. Desta forma, instituiu-se nas colônias do Japurá, na foz do Iça e nos lugares com população significativa e estável, um juiz ordinário, escolhidos entre os cidadãos de Ega, Fonte Boa ou Olivença, que devia anualmente prestar contas ao comandante militar em Ega²⁰.

---

²⁰Spix e Martius escreveram que: “Esses juizes ordinários frequentemente oferecem a mais violenta opressão dos índios empregando-os sobre o pretexto do serviço público, unicamente para seus fins particulares. Aliás, a população indígena em Ega está sob a direção de um juiz próprio, que eles escolhem no seu próprio meio e que precisa ser confirmado pelo governador (SPIX e MARTIUS, 1976 [1938], p.162).

O comandante tem o manejo da polícia, a superintendência da Ribeira e das obras encomendadas para os estaleiros do Pará. Cortam-se muito por aqui, madeira excelente para a construção de navios, que regularmente são remetidas para a capital. No governo do Sr. Vitório da Costa, foi iniciada perto da entrada do lago, uma grande plantação de algodão, de cujo cultivo são encarregados os índios, em serviço forçado ou mediante exíguo jornal (...). A queixa da falta de negócios, da impossibilidade até de mandar colher os produtos naturais brutos, que se ouve aqui como em toda parte, no rio Negro, parece de fato uma justa crítica ao sistema de obras públicas. Este país tem para suas riquezas uma população demasiado pequena, que possa suportar monopólios de qualquer gênero, sem prejudicar a indústria particular (SPIX e MARTIUS, 1976 [1938], p.162/163).

Os pequenos povoados e as vilas tinham uma função comercial na Amazônia interligando o fluxo das atividades. Longe 2.000 quilômetros de Belém, Ega possuía uma vantagem locacional significativa aos viajantes e comerciantes, representada pelo seu porto, fora do traiçoeiro Solimões, seguro de nuvens de insetos, correntezas e perigos das tempestades, porto seguro para sanar o cansaço das longas viagens e da carência de alimentação.

Machado (1989) afirma que as características ecológicas e de salubridade diferenciam os vales amazônicos possibilitando a valorização de certos sítios. Assim como Ega, na fração territorial mais distante do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves em 1819. As maiores populações neste período se concentravam em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Por sua vez, Ega mostrou relativa dinamicidade econômica em construir uma centralidade periférica regional, longe dos centros populacionais de sua época, a partir de interesses políticos atinentes à sua posição estratégica na fronteira dos Tratados de Madri e Santo Ildefonso.

Neste momento, Tefé encontra-se na borda do território, numa fronteira móvel ainda por se estabelecer definitivamente. Entretanto, após o fim do governo pombalino e do início das discussões e aflições políticas que iriam levar à independência do Brasil, a administração nos rincões do território não foi atendida de um cuidado e uma gestão adequada.

Apesar das vilas e povoados sofrerem a decadência administrativa governamental, em Ega ocorreu uma porosidade territorial que lhe renderam bons frutos por um período, principalmente em relação ao comércio, com influências peruanas, inglesas e brasileiras, consolidando sua posição estratégica para o comércio amazônida.

A dispersão geográfica de povoados e as quantidades sazonais e irregulares de mercadorias provocavam a necessidade de escoamento desta produção através de uma frota de canoas, disponível em Ega, onde se estabelecia os seus proprietários com uma circulação limitada, pois a produção também era restrita, em uma região gigante onde poucos queriam investir em transportes para escoamento de drogas do sertão, pesca e artesanato. Era o início das atividades de aviamento no interior da Amazônia conhecido na região como “regatões”. Spix e Martius comentam:

Ega era o empório comercial da parte alta do Solimões e de todos os seus afluentes. Negociantes ingleses e brasileiros do Pará estabeleceram sucursais aqui, para a venda de mercadorias européias e para a compra, em primeira mão, dos produtos locais. Encontram-se aqui as mercadorias de maior procura: estampados, e tecidos de algodão riscados, alguma seda, chapéus, linhos, panos, artigos de ferro, aço em quantidade e variedade suficiente. Os preços, embora consideravelmente mais altos que no Pará, são, todavia, duas vezes menores do que nas vizinhas províncias peruanas, de Mainas, Quichos e Macas, onde as mercadorias dos portos do pacífico são importadas e levadas até a cordilheira. Os artigos naturais que seguem rio abaixo, vindos de Ega são: cacau, salsaparrilha, manteiga de tartaruga, pirarucu seco, algum café, algodão óleo de copaíba, favas de pixurim, castanha-do-maranhão, carajuru urucu e madeiras de construção. A maioria destes produtos vêm do Solimões e do Japurá; poucos são os que saem do Tefé, cujas margens são relativamente pobres. As plantações são florescentes aqui, mas muito sujeitas a devastações pelas formigas. (SPIX e MARTIUS, 1976 [1938], p.163).

Este relato dos pesquisadores demonstra a vocação comercial de Ega e a falta de confiança na agricultura, a sua posição privilegiada atraiu grandes mercadores ávidos em ampliar seus negócios, comerciantes e investidores ingleses assim como das Maynas peruanas e do Pará brasileiro. As palavras de Spix e Martius possibilitam às pesquisas atuais sobre Ega reflexões sobre a origem do paradoxo constituído entre a riqueza de alternativas para a sobrevivência da vila e a carência em que população indígena, mestiça e branca se encontrava. A descrição das casas, das ruas, da praça, da igreja mostra uma realidade que confirma que a Amazônia é um conjunto de contradições sociais advindo de um encontro de culturas, encontro nem sempre harmonioso.

Os dois aventureiros cientistas após estudar Nogueira, outrora aldeia de Parauari, hoje município de Alvarães, do lado oposto do lago de Tefé, desmembraram a expedição em duas rotas e se separaram. Dr. Spix subiu até a fronteira com Tabatinga e Dr. Martius subiu o Japurá, se encontraram novamente em 11 de março de 1820 em Barra do Rio Negro, onde exploraram as colônias do Rio Negro e retornaram a Baviera.

A independência do Brasil levou a incorporação da antiga Capitania do Rio Negro à Província do Pará o que provocou manifestações e desânimo à população. Foram tempos de desprezo e abandono intensificados, os cidadãos do Rio Negro não podiam participar das decisões referentes à sua própria região²¹.

O novo Código de Processo Criminal em 1832 alterou as definições territoriais, vilas foram rebaixadas a lugares ou elevadas a município (lei da organização dos municípios de 1828), lugares foram extintos e vilas prósperas continuaram. Uma “redivisão” de poderes a partir de uma “redivisão” territorial foi direcionada, um novo modelo de administração fora encaminhado. A criação pelo código de três comarcas ultrapassara a determinação jurídica alcançando uma reformulação política nas unidades territoriais no vale do Amazonas.

As três comarcas criadas eram a do Grão Pará com sede em Belém; a do Baixo Amazonas, com sede em Santarém; e do Alto Amazonas com sede na Barra do Rio Negro a partir deste momento denominada Manaus²². Estas comarcas eram subdivididas em Termos e estas em freguesias²³. O Alto Amazonas possuía 4 Termos: Manaus com 3 freguesias e 3 povoações; Ega (Tefé) com 6 freguesias e 5 povoações; Luséa (Maués) com 3 freguesias e 1 povoação; Mariuá (Barcelos) com 7 freguesias e 22 povoações.

Neste momento o nome de vila de Ega é suprimido pelo nome de vila de Tefé. Com 5.865 habitantes o Termo de Tefé possuía como freguesias de sua influência: São Paulo de Olivença, Alvelos (Coari), Maripi, Fonte Boa (Taracoteua), São Cristóvão de Maturá (Evirateua), São José do Javari e Tabatinga. Seus povoados compreendem: Parauari (Nogueira), Alvarães (Caiçara), São Matias, Boa Vista e Tonantins. Ser sede de Termo direcionava o direito aos cidadãos de eleger sua Câmara Municipal e organizar sua

---

²¹ Pontes Filho (2011) alega que o governo imperial solicitara às capitanias que encaminhassem correspondências para tratar da elevação destas, porém as correspondências de São José do Rio Negro ficaram retidas em Belém, permanecendo subjugada aos interesses do Pará (PONTES FILHO, 2011, p.128). Garcia (2010) comenta que as providências para o não pagamento do soldo do soldado Joaquim Pedro da Silva provocou a organização de uma revolta liderada por este soldado, que evolui até chegar a proclamação da Província do Rio Negro em 22 de junho de 1832. Uma força do Pará foi enviada com uma canhoneira, *Independência*, e dois barcos, *Patagônia* e *Andorinha*. Os amazonenses desceram 30 peças de artilharia de Tabatinga e quase afundam o *Independência*, mas foram capitulados e os líderes presos (GARCIA, 2010, p. 56). Porém, isto serviu para a sensibilização da população e da Corte Imperial dos prejuízos políticos, econômicos e sociais que a administração do Pará levava ao Rio Negro.

²² O povo não acostumou com o nome dado em homenagem a nação Manaó e continuou chamando de vila da Barra.

²³ Semelhante a organização lusitana no recém nascido Brasil.

estrutura judiciária com um juiz de direito, juiz municipal, juiz de órfãos, promotor público, escrivão de execuções, oficial de justiça (GARCIA, 2010, p.57).

Segundo Pessoa (2005), neste momento Tefé é sede de uma organização jurídico-territorial vasta, maior que muitos países (Figura 5).

Figura 5 – Dimensões territoriais de Tefé no Amazonas no século XIX

Fonte: Elaboração própria.

Isto lhe possibilita exercer uma autoridade administrativa que lhe confere o poder de atração de pessoas para utilização dos serviços jurídicos ali estabelecidos. Somada às heranças estabelecidas como “empório comercial do Solimões” Tefé começava uma conjuntura diferente, adaptada ao desprezo e abandono estatal, encravada em meio a países andinos, nações indígenas e uma nação próxima chamada Brasil.

É neste período que explode a maior e mais sangrenta revolta do primeiro reinado, a Cabanagem. Loureiro (1978) afirma que esta revolta “paralisou a economia amazônica e despovoou extensas regiões”, prejuízos e malefícios sociais foram encaminhados em decorrência do caos e a desordem empreendida pelos cabanos. Esquecida pelas autoridades esta revolta significava à Comarca do Alto Solimões mais um problema advindo do Pará para ser enfrentado o que estagnou numerosos planos de progresso econômico e social.

Os habitantes e autoridades de Tefé se conscientizaram do problema que representavam os revoltosos e sabiam que em algum momento eles subiriam o Solimões para anexar Tefé a cabanagem. Bates (1979 [1876]) relata sobre este episódio:

Os revoltosos do Pará e do Baixo Amazonas, na rebelião de 1835-6, não conseguiram fazer com que os nativos do Solimões se voltassem contra os brancos. Um grupo composto por quarenta rebeldes subiu o rio com este propósito, mas ao chegar em Ega, ao invés de encontrar simpatizantes, como nos outros lugares, foi cercado por um punhado de moradores armados e massacrados sem piedade. O comandante militar da época – a mola principal da resistência organizada à anarquia – era um negro valente e leal chamado José Patrício. Tratava-se de um militar conhecido em todo Alto-Amazonas por sua inquebrantável honestidade e seu amor à ordem, e a quem tive o prazer de conhecer em São Paulo de Olivença em 1858 (BATES, 1979 [1876], p.205).

Os cabanos em seu ofício de levar o caos para estabelecer a ordem, sabiam que Tefé era uma cidade importante nos rincões do Alto Amazonas, mas de acordo com o respectivo relato de Bates não obtiveram êxito na anexação de Tefé aos seus ideais e a sua revolta.

Neste período, um interessante viajante passou por Tefé e providenciou desenhos e relatos muito ricos, era Paul Marcoy²⁴ aventureiro francês que esteve em Tefé em meados de 1847 a partir da qual escreveu a obra “Voyage à travers l’Amérique du Sud de l’Océan Pacifique à l’Océan Atlantique”. Publicada em 1869, descreveu que Tefé era constituída por aproximadamente 60 casas alinhadas de frente para o lago, uma delas uma “esplêndida mansão assobradada”. Relata que Tefé já possuía sua importância regional, já que nestes rincões carentes da presença estatal, instituições significam uma importância regional maximizada:

Aos meus leitores que irão estranhar esse luxo arquitetônico, devo esclarecer que Ega-Tefé não é uma cidade qualquer. Ela abriga, entre seus mil e quinhentos habitantes, uma quantidade considerável de

---

²⁴ De acordo com Antônio Porro (2001) o nome verdadeiro de Paul Marcoy era Laurent Saint-Cricq, nascido no ano 1815 em Bordéus, França, foi enviado por seu pai para as Antilhas entre 1831-34 para trabalhar nos negócios da família, o que não lhe interessou retornando em seguida, dedicando-se ao jornalismo, à crítica de arte e a exposição de seus desenhos. Em torno de 1840 viajou para a América do Sul, onde explorou o Chile, a Bolívia e o Peru. Em 1846 decidiu explorar o percurso do Peru a Belém do Pará. Passara em Tefé em 1847. Após esta viagem regressou a Paris levando uma coleção de espécies botânicas significativas. Escreveu a obra *Voyage à travers l’Amérique du Sud de l’Océan Pacifique à l’Océan Atlantique*, rica em desenhos, relatos e aquarelas, publicada pela primeira vez em 1853 com seu verdadeiro nome, mas depois adotou o pseudônimo. Depois de mais algumas viagens à Bolívia, Peru e a Amazônia brasileira, retornou definitivamente para Bordéus, onde dirigiu o Jardim Botânico da cidade até 1888 (MARCOY, 2001[1869]).

autoridades constituídas. Tem um comandante militar, um chefe de polícia, uma milícia e seus milicianos, um juiz de paz e o seu delegado – ou subdelegado – um juiz de direito e outros juizes cujos nomes e atribuições me escapam. Ega também tem um mestre-escola, homem sagaz a quem a natureza fez ligeiramente corcunda, mas cuja deformidade torna-se suportável com os trinta mil réis que o estado lhe passa anualmente. A igreja de Ega, um longo edifício quadrangular coberta de palha é assistida por um padre muito jovem (MARCOY, 2001 [1869], p.109).

Figura 6 – Ega em 1847

Fonte: MARCOY, 2001 [1869], p.108.

A Lei provincial do Pará de nº. 86 de 30 de abril de 1841 restabeleceu o nome de vila de Ega a Tefé (ou Teffê nestes tempos), outro decreto de 18 de maio de 1843 re-anexa Ega ao Termo da Barra do Rio Negro que pela Lei 145 de 24 de outubro de 1848, elevou a vila de Manaus para cidade da Barra do Rio Negro. A Lei imperial nº. 582 de 5 de setembro de 1850 elevou a Comarca do Alto Amazonas criando a Província do Amazonas. Nove meses depois foi nomeado seu primeiro Presidente, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha que quando deputado do Pará teve seu projeto de abertura do rio Amazonas à navegação a vapor aprovado (JOBIM, 1937).

É deste período o relato mais bem fundamentado de um pesquisador e aventureiro na região do Solimões, Henry Walter Bates²⁵, cientista autor do clássico “Um naturalista no rio Amazonas”. Suas explorações em Ega narram episódios importantes ao

---

²⁵ Nasceu em Leicester, Inglaterra, 18 de fevereiro de 1825, com Alfred Russel Wallace foi para o Brasil, permanecendo durante 11 anos coletando na região amazônica mais de 8.000 espécies enviadas ao Museu Britânico. Suas aventuras são narradas no livro *Um naturalista no rio Amazonas* cuja publicação primeira se deu em 1863. Bates é muito honrado em Tefé nos dias de hoje, a Biblioteca mais bem estruturada da cidade, a do Instituto Mamirauá, leva seu nome em homenagem a seu trabalho e significância ao conhecimento científico local e mundial.

estabelecimento de fluxos e circulação no Solimões como em sua saída de Barra do Rio Negro (atual Manaus):

Embarquei em Barra no dia 26 de março de 1850, três anos antes de ser estabelecida a navegação de vapores no Alto-Amazonas, numa embarcação que estava voltando de Santarém, para onde tinha ido levar um carregamento de óleo de tartaruga acondicionado em potes de barro, e se destinava a Ega, a única cidade de certa importância que existia nas vastas e desoladas regiões do Solimões (BATES, 1979 [1876], p.191).

O naturalista narra a existência de um fluxo de mercadorias de manteiga de tartaruga em potes de barro, fato visto e descrito anteriormente por muitos outros autores neste trabalho. Entretanto, neste relato verifica-se a existência de um fluxo desta mercadoria entre Ega e Santarém, antes mesmo da navegação a vapor iniciar suas atividades com as embarcações da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas do Barão de Mauá em 1853²⁶. Em 1855 um vapor fazia regularmente a ligação entre o rio Negro e o Nauta, no Peru, levando 18 dias para realizar o percurso de 1.800 quilômetros na subida do rio (BATES, 1979 [1876], p.204).

Assim como Spix e Martius, Bates se surpreende com o lago de Tefé longe da demasia de mosquitos e da correnteza do Solimões. Relata que o lago se configura como “uma magnífica extensão de água com mais de sete quilômetros de largura - formado pelo trecho mais largo do Tefé”. A porosidade territorial se fazia presente com a presença de viajantes de várias nacionalidades, como observado anteriormente durante a atuação das comissões de limites em Ega. O inglês narra a postura da população em relação a isto:

(...) as duas ou três dezenas de famílias que constituíam a classe alta do lugar eram compostas por pessoas decentes, sossegadas e muito sociáveis, cujas maneiras apresentavam uma curiosa mistura de ingênua rusticidade e cortesia formal. A grande vontade que essa gente tem de ser considerada civilizada leva os mais ignorantes dentre eles (...) a se mostrarem amáveis e corteses para com os europeus. (...) Os índios e mestiços das classes baixas (...) pareciam achar muito natural que estrangeiros viessem recolher e enviar para o exterior os belos pássaros e insetos do seus país (...) No final da minha permanência em Ega surgiram ali três franceses e dois italianos, que tinham partido dos Andes e vinham descendo o Amazonas, sendo alguns deles bastantes instruídos: os cinco acharam o lugar tão tranqüilo e sua localização tão aprazível que

---

²⁶ O navio Marajó da Companhia do Barão de Mauá inaugurou suas atividades em 11 de janeiro de 1853 e fazia o trajeto Belém-Manaus-Belém em 10 dias, percurso que os barcos a remo e vela realizavam entre 75 a 90 dias. Exatamente neste ano a borracha aparecia pela primeira vez nas exportações da Província (GARCIA, 2010, p.66).

decidiram estabelecer-se ali pelo resto de seus dias. Três deles acabaram casando-se com as mulheres nativas (BATES, 1979 [1876], p.202/203).

Além disso, Bates descreve as características da população de Ega composta em sua metade por mamelucos, cerca de 50 brancos de raça pura, havendo negros, mulatos e índios puros. Descreve o ainda forte comércio de indígenas, tendo Ega como centro de confluência destes negócios. Assim como também descreve a própria Ega:

(...) o número de seus habitantes não vai além de 1.200. Existem ali exatamente 107 casas, metade das quais não passa de miseráveis casebres de barro cobertos de folhas palmeiras. Pelo menos um quarto da população se encontra quase sempre ausente, comerciando ou recolhendo produtos ao longo dos rios. As terras circunvizinhas, num raio de quarenta e cinco quilômetros, dentro dos quais estão incluídos dois outros vilarejos, conta provavelmente com mais de 2.000 habitantes (BATES, 1979 [1876], p.202/203).

Ega possuía uma infraestrutura aquém para o papel que realmente desempenhava em virtude de sua funcionalidade comercial, social e política à região. Era uma vila adaptada, pobre e ao mesmo tempo exercia uma liderança e um porto seguro como o lugar mais bem estruturado do Solimões. Isto pode ser observado nos relatos de Bates após suas incursões nas cidades circunvizinhas de Ega, onde descreve a corrupção, a ociosidade e as bebedeiras de sua gente. Quando de sua chegada em outras cidades do Solimões como São Paulo de Olivença, Fonte Boa, além dos povoados de Jutai e Tonantins, após passar alguns apuros e diversas situações desagradáveis declara:

Deixei Fonte Boa, de volta a Ega, no dia 25 de janeiro, levando dezesseis horas para descer o vapor o rio, pelo centro da correnteza. A vista da cidadezinha limpa e bem cuidada, com seus espaços livres, sua relva bem aparada, sua vasta enseada e suas praias de areias alvas, me causou uma grande alegria, depois da viagem que havia feito às partes mais agrestes da região. As terras entre Ega e Loreto, o primeiro povoado peruano à beira do rio, são as mais isoladas, despovoadas e inóspitas em toda a extensão do Amazonas, de oceano a oceano. Depois de Loreto começam a se tornar freqüentes os sinais de civilização, do lado do Pacífico, assim como os indícios de progresso, do lado do Atlântico, só se fazem sentir de Ega para baixo (BATES, 1979 [1876], p.287).

Este relato mostra a privilegiada situação e a posição geográfica de Ega, Bates discute que a partir de Ega “os sinais de civilização” começam a aparecer, sua importância se constitui como uma referência de acessibilidade à modernidade.

Isto possibilitou a vila desenvolver uma centralidade baseada nas suas relações com as outras localidades que se encontravam em pior situação que Ega ou Tefé em estruturas e elementos espaciais. Analisando a situação contemporânea da região do Solimões as

narrativas de Bates se colocam muito atuais, pouca coisa mudou, houve modernizações derivadas da acumulação de técnicas e infraestruturas modernas que se adentraram aos municípios e cidades amazônidas, mas a baixa densidade demográfica, as distâncias ainda a serem vencidas nos dias de hoje e a ausência de incentivos e investimentos tornam as cidades destas regiões muito próximas da situação que se encontravam nos anos da década de 50 do século XIX.

Bates escreveu quando de sua partida de Ega:

Mas o lugar, quando o deixei em 1859, permaneceu praticamente o mesmo que eu encontrara ao ali chegar pela primeira vez em 1850 - um vilarejo semi-indígena cujas maneiras e idéias lembravam mais uma cidadezinha do interior, na Europa setentrional, do que uma colônia sul americana. O lugar é salubre e praticamente isento de insetos perniciosos; é cercado por uma perpétua verdejante mata e o seu solo é de uma assombrosa fertilidade, mesmo para os padrões brasileiros; seus inumeráveis rios, com seu labirinto de canais, fervilham peixes e tartarugas; uma frota de navios pode ancorar em qualquer época do ano no lago, que tem ligação permanente e direta com o Atlântico. Que futuro esplêndido aguarda essa sonolenta cidadezinha tropical! (BATES, 1979 [1876], P.205).

Nesta despedida o pesquisador que neste período histórico foi o que por maior tempo estudou Ega e a região escreve com esperanças que ela floresça e prospere citando suas qualidades e potencialidades como sua ancoragem privilegiada, sua fartura em peixes, tartarugas e a salubridade de suas redondezas. Este é um sentido que entusiasmo e enobrece este estudo ao estudar um lugar, um território e uma centralidade com características singulares, com características diferentes dos que os homens podem chamar de ocidente ou oriente (IANNI, 1993), distante do eurocentrismo e de outra configuração advinda de uma comparação com uma cidade setentrional europeia, uma fenda na periferia do mundo, uma cidade amazônida.

1.2 – Segundo período: a Cidade de Tefé – 1855 a 1909

Em 1º de janeiro de 1852 fora instalada a Província do Amazonas, logo as viagens a Barra do Rio Negro pelas autoridades, conselheiros e servidores públicos de Ega se tornaram freqüentes, em decorrência desta mobilidade intensa estes retaliaram em protestos sua indignação:

“A imensa distância que separa a vila de Ega desta capital, além da que vae dali até os confins do município, que também o são do Império, os incommodos, despezas e perigos, inherentes as viagens do Solimões,

tornam por tal maneira difícil e morosa a administração da justiça civil e criminal, que na maior parte dos casos as partes de qualquer processo quererão antes perder ou renunciar o seu direito do que vir defendê-lo perante as justiças da cabeça do Termo (RELATÓRIO DA JUSTIÇA DO AMAZONAS apud JOBIM, 1937, p.18).

Os clamores e reclamações chegaram ao Presidente da Província que em 19 de março de 1855 instalou a Comarca de Tefé, primeiramente com o nome de Comarca do Solimões, desanexando da Barra do Rio Negro e tendo como primeiro juiz Felix Gomes do Rego (JOBIM, 1937, p.18). Esta Comarca foi uma das primeiras da Amazônia e era vastíssima, muitos municípios atuais foram desmembrados de seu território original, praticamente todos os municípios e cidades que hoje constituem a região de influência de Tefé e outras mais ao sul do atual estado do Amazonas.

No ano de 1854 Ega era a vila mais comercial da Província, estimam-se em 100 contos de réis as mercadorias importadas do Pará, cerca de 5.000 arrobas de pirarucu e 3.000 potes de manteiga de tartaruga (PESSOA, 2005, p.49). Neste mesmo ano, desembarcou na vila o presidente da Província Conselheiro Herculano Ferreira Penna acompanhado de Wilkens Mattos que relatou haver uma escola pública de primeiras letras e outras escolas particulares, uma destas regida por um italiano emigrado do Peru. A importância de Tefé crescia também para a Marinha brasileira que ali aportava embarcações militares advindas de vários portos, inclusive do Peru, Wilkens relata o encontro com o Segundo Tenente da Armada Imperial Francisco Pereira Dutra que viera de Lima em missão internacional (JOBIM, 1937, p. 20).

Após esta viagem o conselheiro presidente da província acreditava que a vila já poderia assumir as responsabilidades de uma cidade, os deputados da Assembléia Legislativa Provincial “apressaram” a elaboração de um projeto de Resolução apresentado pelo Deputado João do Rego Dantas e seus correligionários.

A Lei nº. 44 de 15 de junho de 1855 conferiu a Tefé o título de cidade, consolidando a posição estratégica e direcionando responsabilidades territoriais enormes baseadas no imediatismo e na pressa, na aceleração e na urgência política. Neste período, Tefé possui sete casas de telhas e 94 cobertas por palhas, uma igreja espaçosa com carência de reparos, a paróquia possuía 1.894 habitantes, apenas a vila contava com 400 pessoas. Em 1861, o poeta Gonçalves Dias a quem chamou Tefé de “princesinha do Solimões”, estava incumbido pelo governo de inspecionar as escolas primárias do Solimões, em Tefé

contou 18 alunos apesar do número de matriculados ser o dobro disto, além destes o juiz municipal possuía uma escola particular que contava mais oito 8 alunos (JOBIM, 1937, p. 21).

O casal de pesquisadores Luiz e Elizabeth Agassiz realizou estudos na cidade entre setembro e novembro de 1865 em uma expedição que partiu do Rio de Janeiro e chegara ao vale do Amazonas. Afirmaram que “de todas as pequenas povoações que vimos na Amazônia, Tefé é aquela cujo aspecto é mais risonho e agradável”. Estes pesquisadores descobriram espécies e fizeram avanços científicos, seguindo os passos de Bates. Ficaram quatro semanas em Tefé explorando também suas redondezas (AGASSIZ, 1975, p. 153).

A cidade possuía uma extensão territorial de grandes proporções, em torno de 500.000 Km². Isto representava a falta de planejamento no povoamento e nas técnicas de desenvolvimento econômico. Neste sentido, Machado (1989) descreve:

O pequeno número de unidades administrativas mostrava, no entanto, o despovoamento do vale. Com uma pequena infraestrutura e um conhecimento do território que permitiu a escolha correta de lugares estratégicos, os portugueses puderam manter o sistema de controle. Cada sede, por mais rudimentar que fosse, se constituía em lugar de reunião das pequenas forças volantes encarregadas na defesa do território; assegurava a presença de um funcionário do governo, etc. (MACHADO, 1989, p.123).

Desde quando ainda se configurava como a Comarca de Ega (que neste momento possuía *status* de município) até o ano de 1981 a cidade de Tefé sofreu sete desmembramentos originando outros municípios (Figura 7).

Os quatro primeiros ocorrem antes de 1900. Em 1848, realiza-se o primeiro desmembramento com a criação o município de Coari²⁷. O segundo desmembramento ocorreu em 1882 com a criação do Município de São Paulo de Olivença. Em 29 de março de 1891 o terceiro desmembramento quando Fonte Boa foi elevada a vila e Tefé perde esta porção territorial. O quarto desmembramento ocorre em 1894, quando é criado o município

---

²⁷ Este município foi criado a partir do desmembramento do território tefeense no ano de 1848 antes da elevação de Tefé a cidade em 1855. Deste modo, Tefé já possuía Câmara Municipal a partir de 1832 o que lhe conferia o *Status* de município. Nascimento (2013) discorre a respeito deste tema: “Segundo o IBGE (2011, p.16) era visto como município o aglomerado que sediava a Câmara, que poderia ser numa Cidade ou numa Vila. Nesse mesmo raciocínio Teixeira (2003) e Fabres (2008) relatam que não existia diferença entre Vilas e Cidades, nem por tamanho, nem por importância do aglomerado, apenas na sua origem, pois a fundação de uma Cidade era um direito exclusivo da Coroa, enquanto a Vila podia ser originada de ações dos donatários, capitães e governadores” (NASCIMENTO, 2013, p. 4009).

de São Felipe atual Eirunepé, provocando mais uma perda territorial a Tefé (PESSOA, 2005).

Figura 7 – Desmembramentos de Tefé

Fonte: Elaboração própria.

Nesta segunda metade do século XIX no ano de 1874 partem da atual cidade de Tabatinga integrantes da Comissão Mista de Demarcação entre o Brasil e o Peru, que tinham como objetivo principal descobrir a nascente principal do rio Javari. Chefiando a missão estava o Capitão Tenente Antonio Luiz Von Hoonholtz, com grande experiência, inclusive da Batalha do Riachuelo na Guerra do Paraguai. Após as missões de fronteira, muitas delas envolvendo combates sangrentos com índios locais no Javari finalizaram as atividades e negociações das delimitações de fronteiras e foi concedido a este oficial o título de Barão de Teffé. Em 1888, o conde D'Eu, esposo da princesa Isabel esteve em Tefé a serviços da Coroa Imperial a qual batizou uma escola com o nome de sua esposa (PESSOA, 2005, p.53). Em 1874, a cidade já era iluminada a querosene (LOUREIRO, 2007, p. 202).

Em 7 de dezembro de 1866, Dom Pedro II assinou o decreto de abertura dos portos do rio Amazonas à navegação internacional. Roberto Santos (1980, p.76) afirma que a Capitania de São José do Rio Negro possuía 20.000 habitantes em 1840, já em 1870 a Província do Amazonas possuía 55.000 muitos migrantes dos seringais do Pará ou nordestinos em busca de Trabalho. A partir de 1877, vários estrangeiros da Pan Amazônia e brasileiros dos estados do nordeste migraram à Amazônia. Neste período, o Nordeste sofreu uma das maiores secas da história, atraídos pela exploração da borracha e pela extração e comércio de ouro na região estes migrantes utilizaram a posição estratégica de Tefé próximo aos seringais mais produtivos localizados no Juruá, Jutai e Japurá e dos garimpos do Japurá para fixarem-se na cidade.

Em Tefé as atividades comerciais consolidaram o papel do comércio e dos serviços como força motriz da economia tefeense, esta centralidade atraiu milhares de pessoas dispostas a trabalhar e investir na cidade, apesar de poucos realmente possuírem fundos de investimentos. Um rico imigrante, Hermelindo Contreiras chegou a Tefé em 1883 onde aguardou um navio que encomendara da Inglaterra. Neste aguardar ensinou muitos jovens a arte de ourives, estes jovens montaram suas oficinas e trabalharam o ouro em joias para todo o interior do Amazonas, sofisticando a sociedade de Tefé com a atração de outros serviços adjacentes a este. Uma capela foi construída a pedido da esposa de Contreiras a “Bom Jesus dos Navegantes” em frente ao cemitério da cidade, a capela foi destruída pela erosão, porém reconstruída sobre o cemitério atual em 1894 (LOUREIRO, 2007, p. 202).

Um fato que demonstra a consolidação do papel comercial de Tefé foi a grande migração de judeus libaneses, sírios e portugueses em 1882 justificada por Tefé constituir-se como o centro das atividades comerciais do Alto Amazonas. Era o destino de seringueiros, os garimpeiros, comerciantes, regatões e pescadores que encaminhavam suas produções e ali exerciam por intermédio do mercado consumidor estabelecido pelo lucro de suas atividades um atraente pólo de consumo do comércio e de serviços. Enfatiza-se que estes homens e firmas estabeleciam uma matriz em Tefé e a partir disto viajavam para o Juruá, Japurá e às cidades ao longo do Solimões.

Neste momento, a importância econômica da borracha ultrapassa do extrativismo pertinente à coleta das drogas do sertão e da pesca do pirarucu no Solimões. O sistema de

aviamento é o fornecimento e/ou financiamento de mercadorias a crédito, sem dinheiro²⁸, existiam em Tefé dois tipos: i) as casas aviadoras e exportadoras que compravam e exportavam para o exterior. As que operavam em Tefé eram a J.G Araújo, I.B. Sabbá, Mansur Cheuam e outras. Estas firmas ofereciam toda a mercadoria para as casas comerciais mais próximas dos seringais; ii) Casas comerciantes ou aviadoras, estas firmas ofereciam aos seringueiros contratados todas as mercadorias necessárias para o trabalho, em Tefé funcionou a Hatem & Cia e a Casa Jerusalém (LOUREIRO, 2007, p. 66)²⁹.

Bechimol (2008) descreve os judeus que estiveram em Tefé como Fortunato Cagy que posteriormente emigrou para São Paulo tornando-se milionário como distribuidor exclusivo dos carros Ford; e Raphael José Siqueira piloto e prático que conhecia todos os rios da Amazônia (BECHIMOL, 2008, p.108).

É importante ressaltar que neste período é contextualizada a obra “Inferno Verde” de Alberto Rangel (2008 [1907]) que desconstrói a visão paradisíaca que muitos tinham da Amazônia. Trata do cotidiano dos seringais e o aviltamento frentes aos interesses capitalistas de exploração e de construção de um país a margem da história divulgando o teor predatório e rústico da economia da borracha vinculada aos regatões e a um “feudalismo sul americano”. Neste período, Tefé inicia sua funcionalidade como centro de uma economia capitalista adaptada aos condicionantes ecológicos e humanos amazônidas.

Em 1898, o Estado cria novos setores para cobrança de impostos utilizando a posição estratégica de Tefé no Solimões como instrumento de planejamento destes setores. Em 23 de junho de 1901 é fundada a Loja Maçônica Sá Peixoto que organizou na cidade um grande grupo de empresários, comerciantes e autoridades representando uma

---

²⁸ Modalidade de financiamento que foi o embrião de um grande mecanismo que pôs a funcionar toda a economia amazônica da fase da borracha e que persiste ainda em nossos dias (SANTOS, 1980, p.156). Em Tefé, nas comunidades do interior do município e dos outros municípios da região de sua influência a prática desta modalidade permite a configuração de um modo de produção asiática caracterizada pela inexistência do dinheiro e de classes sociais.

²⁹ Garcia (2010) comenta que no decênio entre 1872 e 1882 entraram no porto de Manaus 1.052 navios, 930 nacionais e 122 estrangeiros. A dinamização das atividades econômicas adensava a cadeia produtiva da borracha produzindo vinte anos depois o que Daou (2000) chama de *A belle époque*, investimentos públicos que mudaram o perfil de Manaus se transformando numa “Paris das selvas”, uma cidade moderna. O Código Municipal de Manaus de 1893, por exemplo, “não é apenas um instrumento de ação sobre o espaço; é também um artifício para a consecução de uma nova sociedade” (DAOU, 2000, p.35). E desta sociedade restou patrimônios históricos utilizados até os dias de hoje como o Teatro Amazonas e vários prédios institucionais luxuosos localizados no centro de Manaus.

organização social útil no atendimento das camadas mais pobres da população através de ações e benfeitorias sociais.

1.3 Terceiro período: elo institucional estratégico

A história da sociedade no Solimões está atrelada às ações e iniciativas religiosas para com a região e mais uma vez, assim como a fundação do povoado de Ega no século XVIII, os religiosos agem em prol do desenvolvimento humano e social destas populações no longínquo Amazonas.

Desta vez foi a Congregação do Espírito Santo quem estabeleceu ações de crucial importância para o desenvolvimento de Tefé. Em 10 de junho de 1897 o Pe. Francisco Maria Paulo Libermann e companheiros de fé chegaram a Tefé, seus objetivos constituíam-se em fundar uma missão onde pudessem instalar escolas profissionalizantes e fazer desobrigas nos rios Juruá e Japurá. O Superintendente Dr. Manoel Celso Machado França que nestas perspectivas viabilizaria um desenvolvimento da educação e da moralidade no município sugeriu como terreno para o estabelecimento das ações espíritanas o “Sobrado”, antigo Fortim fora da cidade e próximo a boca do rio Tefé, navegável o ano inteiro pelas embarcações (PESSOA, 1997).

Os espiritanos fundaram a “Missão da Congregação do Espírito Santo sob a proteção do Imaculado Coração de Maria”³⁰ em 27 de julho de 1897. Tefé foi escolhida como sede por se localizar em posição privilegiada facilitando o acesso aos fiéis do Japurá e Juruá. Em 1904, o vigário da cidade cônego Depuy viajou a Europa e apresentou um relatório a Roma propondo que para a melhoria dos trabalhos dos espiritanos fosse desmembrada a diocese de Manaus entre os territórios de Tefé, Acre e Alto Juruá. Houve resistência por parte dos conservadores manauaras aliados do antigo Bispo Dom Aguiar que morreu na viagem a Europa quando de sua tentativa de reclamar tal projeto de Depuy. Maçons, jornalistas e uma parte da elite eram contra a divisão. Porém, o próprio tempo se aliou a Depuy e aos espiritanos, o Amazonas com suas distâncias e dificuldades mostrou

---

³⁰ Este nome da congregação é proveniente da fusão de duas outras congregações: a Congregação do Espírito Santo fundada em 1703 na França por Cláudio Francisco Poullart dês Places, um jovem seminarista e seus companheiros; e a Congregação do Imaculado Coração de Maria fundado pelo Pe. Francisco Maria de Paulo Libermann em 24 de setembro de 1841 para realizar seus serviços missionários no continente africano (PESSOA, 1997, p.5).

sua relevância na decisão papal efetuada pelo Decreto de 23 de maio de 1910. A Congregação Consistorial do Papa Pio X erigiu as prefeituras apostólicas de Tefé e Alto Solimões, São Gabriel da Cachoeira e São Paulo de Olivença. A Prefeitura Apostólica de Tefé foi entregue por este Decreto à Congregação do Espírito Santo francesa (PESSOA, 1997, p. 31).

A Lei nº. 683 de 27 de setembro de 1911 promoveu o quinto desmembramento territorial de Tefé com a criação do município de Xibauá, nome substituído em 25 de abril de 1913 por Carauari (Figura 7).

Neste período, iniciam-se as delimitações e demarcações internacionais com a Comissão Especial de Fronteira, coordenada por Cândido Rondon, em 1911. Menezes (2012) comenta que estes núcleos, em função de sua história e localização, constituem por excelência o lugar de encontro e fixação de ações que envolvem questões pertinentes às fronteiras e limites, Estados, administração, índios, missionários e nacionalização da população.

É preciso ressaltar que neste período Tefé ainda se encontra como município fronteiriço no oeste amazônico³¹. A exploração do caucho por brasileiros, bolivianos, colombianos e peruanos originou o processo de delimitação territorial paralela à crise da borracha que se antecipa às circunstâncias geopolíticas e econômicas que afetam a soberania destas nações no vale de operacionalização das atividades vinculadas à borracha.

Este é o momento político que a Igreja reorganiza suas ações missionárias fomentado pela perda de território devido à unificação territorial italiana. A Congregação de Propagação da Fé é constituída de poder pela Santa Sé com o objetivo de ampliar e revigorar a atuação da Igreja. No Concílio Vaticano I (1869-1870) a Igreja assume uma postura conservadora, sua atuação social será enfatizada às ações educativas, ao trabalho missionário e ao trabalho profissionalizante. Menezes (2009) disserta:

Especialmente na Amazônia sul-americana coube à Igreja a função de constituir-se no braço do Estado nacional responsável pela conquista da soberania, através do exercício da catequese, da promoção da educação, da organização do trabalho, e por consequência da nacionalização da população (...) As Prefeituras Apostólicas estavam, portanto,

---

³¹ Para melhor visualização observar Figura 7 anteriormente.

responsáveis por exercer sobre as paróquias, territórios que corresponderiam mais tarde em municípios; a gestão e o controle do território, podendo, portanto, ser apreendidos às Prefeituras Apostólicas, e quanto uma forma de divisão territorial do trabalho missionário, organizado sobre uma estrutura de diferentes escalas de gestão territorial que compreendiam: prefeituras apostólicas, prelazias, dioceses, abadias, etc. Assim alojaram-se, em Tefé, os Espiritanos, no Alto Solimões, os Capuchinos e, no Alto Rio Negro, os Salesianos. Tais ordens foram responsáveis pela montagem de infraestrutura operacional preferencialmente localizadas em pequenas aglomerações que funcionavam como núcleos de povoamento e que se tornaram posteriormente sedes municipais e atualmente constituem zonas urbanas (MENEZES, 2009, p.301/302).

A Congregação da Propagação da Fé nomeou em 16 de agosto de 1910 o Padre Alfred Michael Barrat como Prefeito Apostólico de Tefé. O território da Prefeitura Apostólica de Tefé era constituído pelos rios Japurá, Juruá e o Tarauacá no Acre, um dos mais populosos (PESSOA, 1997, p.32). Esta Prefeitura eclesiástica foi instaurada em novembro de 1910 e representou uma das principais alavancas do desenvolvimento do município

A partir de 1912 muitas realizações foram executadas como: i) um grande estaleiro com capacidade de construir, montar e consertar navios e barcos da região; ii) uma fábrica de cerâmica (tijolos e telhas) movida a vapor produzindo em larga escala para toda a região, assim como barracões de secagem em larga escala de tijolos e telhas; iii) um moderno torno mecânico que contemplou a fabricação e conserto de peças de motores e máquinas de embarcações; iv) Fábrica de açúcar; v) uma serraria beneficiando o comércio de madeira em toda a região; vi) curtume para o trato do couro de gado e animais silvestres; vii) instalação de um grande moinho para fabricar ração de milho para animais da cidade e da região; viii) Fábrica de chocolate para aproveitamento do cacau produzido na missão e de outros pontos do municípios. Além das plantações de milho, cana de açúcar, arroz, feijão, hortaliças e outras espécies agrícolas. Campos de criação de gado, caprinos, porcos consorciado a laranjeiras, mangueiras, tangerinas, castanheiras e árvores diversas (PESSOA, 2005, p.73; 1997, p.37).

Os membros da sociedade civil motivados pelo desenvolvimento das atividades pertinentes aos espiritanos da Prefeitura Apostólica iniciaram significativos empreendimentos. Um funcionário dos Correios de Manaus utilizando os barcos dos regatões que se dirigiam a Tefé criou o Correio Marítimo de Tefé em 1921. Henrique Lima e Alceu Gama proprietários de grandes canaviais produziram e exportaram aguardente e

açúcar para muitos municípios da região e modernizaram a frota de lanchas para transporte de cargas e passageiros. Monsenhor Barrat comprou uma turbina e instalou-a para produção de açúcar além de incentivar a plantação de canaviais.

Monsenhor Barrat adquiriu uma tipografia em Manaus e trouxe a Tefé imprimindo a revista “O Missionário” e todos os impressos que o comércio precisava. A melhoria da educação pelas ações da Prefeitura Apostólica é proveniente da fundação de várias escolas tanto na cidade como na área rural do município. A Missão dos Espiritanos em Tefé tornou-se referência no estado do Amazonas operando com professores de excelência em atuação no renomado “Asilo Orphanológico de Educandos Artífices e Lavradores da Missão” oferecendo cursos de mecânica, movelaria, serralheria, carpintaria, oleiro, alfaiataria, agricultura, horticultura, zootecnia, construção naval e outros cursos. Em 1919, foi transferida da missão para a cidade mudando o nome para Externato São José, neste mesmo ano foi inaugurado o Seminário São José com enfoque em disciplinas variadas como francês, inglês, latim, grego, filosofia, geometria, ciências naturais e outras matérias que estruturavam intelectualmente o futuro religioso, bem como teatro, música e esportes. Em 1935 terminara as obras em estilo holandês do Seminário que hoje é um dos patrimônios mais valiosos da cidade assim como todo um conjunto arquitetônico somado à praça Túlio Azevedo e um jardim com animais silvestres³². Em 10 de outubro deste mesmo ano foi inaugurado a Catedral de Santa Teresa com o Coral e a Banda de Música Harmonia de Santa Cecília, no entanto, em 1972 o Seminário encerrou suas atividades (PESSOA, 2005, p.75/77; QUEIROZ, 2014³³).

As obras de saneamento básico foram iniciadas em 12 de março de 1926 e um programa de conscientização do lixo na cidade foi organizado. O Hospital de Profilaxia Municipal foi fundado e entregue aos cuidados das Irmãs Franciscanas de Maria que haviam chegado da Europa e juntamente com outros missionários locais exerciam a medicina em apenas 10 leitos. Pela Lei 1.289 que reorganizava os municípios do Amazonas o superintendente municipal passou a denominar Prefeito representando o executivo e a regionalização territorial eclesiástica católica denominada Prefeitura Apostólica teve Monsenhor Barrat como seu o primeiro prefeito.

---

³² Entrevista concedida por Maria Marly Oliveira de Queiroz. Professora e Geógrafa. Tefé, 6 abr.2013.

³³ Entrevista concedida por Dr. Claudemir Queiroz. Historiador e advogado. Tefé, 10 jan.2014.

Com a chegada das Irmãs Franciscanas, novas escolas só para meninas e moças foram criadas. Em 30 de setembro de 1928, Monsenhor Barrat foi substituído na Prefeitura por Dr. Abílio Nery. Na década de 1930 foram instaladas instituições importantes em Tefé como a coletoria de Renda Federal e Estadual, Delegacia, cadeia pública, necrotério, usina de iluminação movida a vapor, o consulado colombiano e peruano foram, além das unidades legislativas tradicionais como a Câmara dos Vereadores antiga Intendência (PESSOA, 1997).

1.3.1 - Instituições para administração do isolamento

Com o início da segunda grande guerra mundial em 1939, os seringais voltam a atuar com funcionalidade militar, tendo em vista que posteriormente ao ataque japonês a Pearl Harbor, base americana no Hawaí em 7 de dezembro de 1941, os EUA entraram no conflito e necessitavam de borracha para a produção de pneus e componentes para sua máquina de guerra. Com o acesso à produção da borracha inglesa na Indonésia interrompida pela ocupação japonesa, o presidente Roosevelt motivou o presidente Getúlio Vargas no Brasil para que se empenhasse na viabilização do fornecimento da borracha amazônica. Desta forma, iniciou-se o 2º ciclo da borracha e Tefé foi contemplada com os fluxos advindos das atividades gomíferas. Mais uma vez o uso de sua posição entre a produção dos grandes seringais do Juruá e Solimões foi privilegiada com ações estatais, porém neste momento com uma configuração de exploração militar e um fluxo da produção para um só destino, os EUA. Para o município encaminharam-se os “Soldados da Borracha” e todo o arranjo espacial que existiu na década de 1870 voltou a funcionar, inclusive as empresas de aviamento³⁴. Esta fase durou até 1945, quando tudo se desvalorizou novamente com o fim da guerra.

A participação de Tefé na segunda guerra não se deu apenas pela borracha extraída de seu território e utilizada nos Jeeps e Tanques das Forças Armadas Norte Americanas. De acordo com Monteiro e Favacho (2011, p.121) e Pessoa (2005, p.93) alguns tefeenses conseguiram se alistar na infantaria em Manaus e posteriormente se dirigir ao teatro de guerra na Itália, como Tarquínio Pinheiro de Assis, Raimundo Pantoja, Raimundo

---

³⁴Entre elas: Hatem& Cia; I.B Sabbá; T. Azevedo; J. Alves, M. Gonçalves e outras.

Pinheiro, Cacildo Queiroz Bezerra e Caetano Crisóstomo Pereira, soldados amazonenses de Tefé da Força Expedicionária Brasileira que participaram de combates na Europa.

Em 1º de maio de 1941 a Panair do Brasil S.A fez seu primeiro voo com um avião anfíbio o “Catalina” com voos semanais Manaus/Tefé/ Iquitos no Peru e outro traslado Manaus/Tefé/Manaus com escalas em todas as cidades localizadas entre estas duas cidades. A empresa corroborou para a intensificação de fluxos, para a consolidação da centralidade tefeense e para o estabelecimento da rede de transportes e comunicação na América do Sul, pois a Telecomunicações da Amazônia S.A (TASA) já possuía transmissores e equipamentos de auxílio ao voo. Os Catalinas da Força Aérea Brasileira (FAB) iniciaram suas atividades auxiliando os Correios e no transporte de enfermos. Devido à posição estratégica da cidade, útil para a operação de voos diários, a Comissão de Aeroportos da Região da Amazônia (COMARA) desmatou a ilha do Abial em Tefé para a construção de um aeroporto. O projeto foi suspenso e os prejuízos aos agricultores da ilha se acumularam, pois não foram indenizados (PESSOA, 2005).

No final dos anos de 1940 dois hospitais já funcionavam, São Vicente e Hospital da Misericórdia, a atração de enfermos de outras cidades a Tefé se intensificava. O prefeito e interventor Cleto Marques Praia realizou importantes obras neste período proporcionando a modernização da arquitetura com um novo prédio da prefeitura, do Fórum, reforma das ruas, ampliação da rede elétrica e a instalação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Filmes eram rodados nas praças e o teatro conscientizava da valorização da higiene e da educação sanitária. A instalação da agência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 20 de agosto de 1942 comprovou em dados a importância econômica e social de Tefé para o Alto Amazonas, segundo ao anuário de 1936 o município contava com 15.236 habitantes. Tefé neste momento se encontrava com uma cidade limpa e moderna nos confins amazônicos (JOBIM, 1937; PESSOA, 1997, 2005).

A Prefeitura Apostólica de Tefé foi promovida a Prelazia *Nullius* pela Constituição Apostólica do Papa Pio XII de 11 de maio de 1950, publicada em 3 de fevereiro de 1951, dois meses depois o Papa nomeou Bispo Titular e Bispo Prelado de Tefé Dom Joaquim de Lange em 26 de abril de 1951 (Figura 8). O holandês Dom Joaquim foi um dos homens mais importantes da história de Tefé, e consequentemente, para história da sociedade do Solimões.

Figura 8 – Dom Joaquim de Lange

Fonte: PESSOA, 2005.

Organizou junto a Prelazia de Tefé a criação da Comissão Indígena Missionária (CIMI); a Coordenação Pastoral da Terra (CPT); Colônia dos Pescadores Z4 de Tefé, Cooperativa Agrícola Mista de Tefé; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tefé; Serraria Braholco; Coordenação de Pastoral e a Escola São José (DR. CLAUDEMIR QUEIROZ, 2014³⁵).

Criou várias escolas e entidades sociais fundamentais para o desenvolvimento de Tefé como a Rádio Educação Rural de Tefé, priorizou as atividades do Movimento de Educação de Base (MEB) assim como instituições de apoio aos agricultores e ribeirinhos como a ACAR afiliada da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) para o desenvolvimento de estratégias que desenvolvessem a agricultura e a qualidade de vida da população criando a partir destes subsídios cooperativas agrícolas. Teve uma atuação fundamental para o funcionamento do Projeto Rondon quando viabilizou a doação de um prédio da Prelazia ao “Campus Avançado” da UFJF em 13 de junho de 1969 momento em que estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) se deslocaram para Tefé, alunos de medicina, enfermagem, odontologia, serviço social, geografia, biologia e pedagogia atuaram junto ao MEB na assistência à população carente e no levantamento de dados cruciais para o desenvolvimento humano e científico do município. Dom Joaquim e o Irmão Falco foram os responsáveis pela construção do

---

³⁵ Entrevista concedida por Dr. Claudemir Queiroz. Historiador e advogado. Tefé, 10 jan.2014.

Hospital São Miguel com 60 leitos. Este possuía tamanha e relevante estrutura e eficiência que sua administração ficou por conta do Estado. Loteou terras improdutivas da Prelazia criando a Agrovila, a terra foi distribuída a agricultores que fugiam das enchentes do Solimões. Além disso, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) foi instalado em Tefé em 1971 com apoio do Bispo (BOLETIM ESPECIAL DA PRELAZIA DE TEFÉ, 2013; KAVELAARS, 2012; PESSOA 1997, 2005).

Ainda nos anos de 1950, o sexto desmembramento do território tefeense se realizou pela Lei Estadual nº 96 de 19 de dezembro de 1955 do Governador Plínio Coelho que criou os municípios de Maraã, Japurá, Jutai e Juruá.

As obras para a construção do novo aeroporto pela Comara iniciaram-se em 1957. Vários brigadeiros e engenheiros participaram da construção do que era um “oásis” para aviação no deserto verde amazônico, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) juntamente com TASA estabeleceram-se apenas em 1973.

Em 1962 uma agência do Banco do Brasil S.A foi instalada em Tefé intensificando os financiamentos para a iniciativa privada e a própria população. Instalaram-se ainda instituições como a Agência dos Correios e Telégrafos; Telecomunicações do Amazonas S.A (TELAMAZON) que proporcionava telefonia à população, posteriormente a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL); além do Mercado Municipal em 1973 assim como a Colônia dos Pescadores em 1975; a Junta Comercial do Amazonas (JUCEA) em 1978; o Sindicato dos trabalhadores Rurais em 1979; o Banco Brasileiro de Descontos S. A (Bradesco) em 1977 e o quartel do Comando da Polícia Militar da região em 1977.

Em 1968, sob a coordenação da Eletrobrás, foi criado o Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Amazônia (ENERAM) (Decreto n. 62.952, de 31/12/1968). O comitê realizou os primeiros estudos hidroenergéticos sistemáticos para o aproveitamento hidrelétrico da Amazônia. Os sistemas dos pólos de desenvolvimento criados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) seriam supridos por estes aproveitamentos hidrelétricos (LEMOS, 2007). Foram desenhados os seguintes pólos de desenvolvimentos da Amazônia: Pólos Belém e Macapá; Pólos Santarém e Monte Alegre; Pólos Manaus, Tefé e Boa Vista e Pólos Porto Velho e Rio Branco. Desde então, paralelo ao nome de Tefé associa-se a um pólo de desenvolvimento, embora nada disto efetivamente tenha se realizado (QUEIROZ, 2012b).

Na década de 1970, a cidade aumentava suas infraestruturas constituindo gradativamente uma morfologia urbana com a inserção de novos bairros, pontes, estádio de futebol, escolas, centros culturais etc.

Os anos da década de 1980 iniciam-se com as promessas advindas de uma nova configuração administrativa que irá influenciar todo o futuro da cidadezinha que BATES (1976) acreditava ter “um futuro esplêndido”, iniciam-se as grandes consequências do clientelismo e da corrupção.

Um exemplo destas consequências maléficas está no caso da Empresa Amazonense de Dendê (EMADE)³⁶ iniciou suas atividades em 1982 com o objetivo de produzir dendê na cidade. Um exército de técnicos e operários, com caminhões, máquinas pesadas, embarcações, balsas e automóveis invadiram Tefé contratando mão de obra local e da região. A participação do prefeito Hélio Bessa na distribuição das melhores terras da área de construção da Emade a comerciantes e engenheiros desvinculou os agricultores destas terras de suas atividades rurais, o clientelismo fixou raízes e renderam frutos (CARVALHO, 2010).

Dom Joaquim de Lange, subjugado pela idade, mas ainda ferrenho em lutar pelo bem estar de Tefé pediu sua substituição e em 7 de agosto de 1980 Dom Mário Clemente Neto assumiu seu o bispado da Prelazia de Tefé. Dom Joaquim já naturalizado brasileiro e cidadão tefeense benemérito se tornou Bispo Emérito de Tefé³⁷. Posteriormente a Dom Mário assumiu Dom Sérgio Eduardo Castriani em 27 de maio de 1998 assumindo em 19 de outubro de 2000. Em 2012 este foi conduzido como Arcebispo de Manaus. Dom Fernando Barbosa dos Santos é o novo Bispo de Tefé, conduzido em 21 de setembro de 2014 ao bispado desta Prelazia.

---

³⁶ Segundo Carvalho (2010, p.175) o governo do Estado do Amazonas criou em 1982, a Empresa Amazonense de dendê – EMADÉ, com o objetivo de instalar um mega projeto para o cultivo de dendê no município de Tefé. O projeto pretendia cultivar a palma e instalar uma agroindústria dos subprodutos do dendê. Aproximadamente 26 milhões de dólares foram alocados pelo banco mundial – BID, porém grande parcela dos recursos foi desviada. A área do projeto possuía 273 mil hectares de floresta, entretanto, apenas 1.400 hectares foram derrubados e no lugar de dendê iniciou-se a prática da agricultura de subsistência por 127 famílias que ocuparam a área e estão envolvidas no plantio de mandioca para a produção de farinha.

³⁷ Após aprofundamento na pesquisa das obras de Dom Joaquim este estudo o considera a figura ilustre mais importante de toda a história de Tefé, seu legado é tão profundo que até mesmo estas linhas são provenientes de sua obra como o grande incentivador da cultura, da educação e das artes no município. Fontes, dados e documentos que ele soube valorizar e preservar que agora este estudo está utilizando advindo dos arquivos da Prelazia o que são extremamente valiosos. Depois de sua atuação as más gestões da administração pública emperraram as atividades da Igreja e esta própria diminui em importância social e política na cidade.

O último desmembramento do território tefeense ocorreu pela Emenda Constitucional nº 12 de 10 de dezembro de 1981 que criou os municípios de Amaturá, Itamarati, Uarini e Alvarães, delimitando a formação do território atual tefeense (Figura 9). Pessoa (2005) afirma que todos os municípios do Solimões foram desmembrados a partir do território de Tefé.

Uma grande escola agrotécnica foi criada em 1986 atraindo alunos de todo o Amazonas, mas a má administração não possibilitou sua continuidade. Estas instalações foram reaproveitadas pelo Exército Brasileiro quando da instalação da 16ª Brigada de Infantaria de Selva e do 17º Batalhão de Infantaria de Selva em 1993. A Capitania dos Portos foi estabelecida numa antiga igreja doada pela Prelazia à Marinha. Rugosidades (SANTOS, 1996) que evitavam os investimentos diretos em construções e infraestrutura.

Figura 9 – Atual território tefeense

Fonte: Elaboração própria.

A presença de polícias como a Civil, Militar e Federal sempre foi uma constante na cidade pela sua posição fronteiriça, somada a rota do narcotráfico e contrabando internacional, porém, além da presença militar da FAB e da Marinha representada pela Capitania dos Portos, o Exército se sobressai com as suas infraestruturas e efetivo de pessoal, com alto contingente de militares. Em 1º de janeiro de 1993 a 16ª Brigada de Infantaria foi transferida de Cruz Alta no Rio Grande do Sul para Tefé assumindo o nome

de 16ª Brigada de Infantaria de Selva. A presença destes militares e de suas respectivas famílias modificou a paisagem tefeense; com a inserção desta população institucional composta por brasileiros de vários estados, houve a intensificação de novas estruturas habitacionais representadas pelas vilas de oficiais e suboficiais, e também com a construção de portos e prédios necessários à operacionalização de suas atividades que permitiu o aumento de fluxos no aeroporto, somada à influência no gênero de vida³⁸ que contribuiu para hábitos diferentes dos amazônidas. Dessa forma, o Exército produziu influências positivas como o enriquecimento cultural e econômico, mas também negativas como ao aumento da criminalidade e da estratificação social (QUEIROZ, 2012a).

Desde 1980 a cidade já possuía uma estação meteorológica, no entanto, agora conta com estruturas e serviços pertinentes ao Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) funcionando desde 2002 que inserem Tefé no conjunto de cidades que possuem instituições que operacionalizam gestões utilizando alta tecnologia militar, influenciando no contexto geopolítico das nações amazônidas como Colômbia, Venezuela e Peru. A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foi instalada em 1º de agosto 2001 atendendo a alunos de todo o Solimões e interior do Amazonas, uma entidade cosmopolita um retrato da população de Tefé, com alunos e professores de muitos estados e países, como militares e servidores públicos em permanência na cidade, além de professores cubanos e visitantes na Amazônia. Enriquecem também alunos de várias etnias indígenas inseridos como acadêmicos no Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST). A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o Instituto Federal do Amazonas (IFAM)³⁹, atuam no ensino técnico-superior também, porém com menores infraestruturas.

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) se configura, em 1999, como um pólo técnico-científico estabelecido em Tefé e funcionaliza a pesquisa e a administração da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, escolhida várias vezes como o melhor destino ecoturístico do mundo. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) fiscaliza as questões ambientais representando grande parte das ações federativas no Solimões. Instituições como o SENAC, SESC,

---

³⁸ Relações gerais apresentadas por Vidal de La Blache a qual consiste em um conjunto de técnicas, os gêneros de vida são formas ativas de adaptação do grupo humano ao meio geográfico. (SORRE, 1984, p.103).

³⁹ A construção do campus do IFAM na cidade está em andamento.

CETAM, SEBRAE, EB e outras instituições promovem ações e iniciativas valorosas quanto ao direcionamento de conhecimentos técnicos e organizacionais que envolvem a iniciativa privada junto à Associação dos Comerciantes e Empresários de Tefé (ACET) e a comunidade tefeense.

Constitui-se assim uma institucionalização construída para administrar de forma moderna a cidade de Tefé e seu entorno. A igreja teve um papel relevante na organização desta institucionalidade até os anos 70 quando da atuação de seus religiosos em parceria com os agentes estatais providenciando fluxos que consolidaram o comércio e os serviços que subsidiarão a centralidade tefeense no Médio Solimões e na Amazônia.

O uso da posição territorial de Tefé na Amazônia lhe permitiu exercer uma função estratégica às instituições das mais diversas hierarquias estatais. Este conjunto de infraestruturas institucionais que lhe condiciona um papel relevante no desenvolvimento da região em que está inserida longe dos centros econômicos brasileiros, ou seja, em uma periferia regional amazônica este é contexto da análise do capítulo posterior.

CAPÍTULO 2. CENTRALIDADE PERIFÉRICA

“A luta pela existência” – isso designa um estado de exceção. A regra é, antes, a luta pelo poder, pelo “mais” e “melhor”, pelo “mais rápido” e “mais freqüente”.

(NIETZSCHE, 2005, p.204)

Santos (2008 [1994], p.15) declara que: “o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele um objeto da análise social”. Neste sentido, o uso do território tefeense se configura pela acumulação de infraestruturas herdadas e construídas no decorrer de sua história, paralelo ao estabelecimento de instituições estatais na cidade. Isto proporciona uma polaridade e uma centralidade no atendimento da demanda de outras atividades adjacentes a estas, contribuindo dessa forma, para a atração de pessoas em busca de seus serviços e uma dispersão de comerciantes em busca de mercado.

Tefé é considerado o maior centro urbano no Amazonas a montante de Manaus (IBGE, 2013; MENEZES, 2009). Sua posição periférica, longe do centro econômico e político do país, lhe confere exercer um papel chave na circulação e na produção do consumo neste subespaço amazônida (Mapa 3).

Mapa 3 – População urbana na população municipal (%)

Fonte: Atlas Censo 2010/IBGE (2013). Organizado pelo autor.

A circulação de mercadorias, bens e capital inerentes ao movimento da centralidade e de seus fluxos produzem um relativo dinamismo econômico a partir da diversificação das funcionalidades tradicionais. Ocorre desta forma, a valorização de Tefé como um centro urbano na região do Médio Solimões que se configura como a expressão formal do processo de centralização definindo-o e redefinindo-o por intermédio da concentração de equipamentos, atividades, pessoas, ideias e informações (AJONAS, 2009). Isto provoca uma melhor situação econômica frente ao desempenho consumidor das cidades circunvizinhas, elevando o rendimento econômico e social de sua população que constitui um mercado de consumo atraente para firmas e serviços no interior do estado (Mapa 4).

Mapa 4 - Rendimento médio familiar

Fonte: Atlas Censo 2010/IBGE (2013). Organizado pelo autor.

2.1 A centralidade na periferia

A periferia é entendida neste estudo como o território que se encontra longe do grande centro nacional de onde provêm as decisões políticas e sociais e onde se concentra o poder econômico, a periferia socioespacial. A periferia distante das sedes das corporações e do grande capital, como o lugar onde existe uma diluição do meio técnico-científico-informacional; entendida como o setor que margeia o território nacional, a borda, perto da fronteira, antes dela, que pela distância proporciona a menor presença e

atuação do Estado o que acaba por ser caracterizada pela pobreza, por desigualdades, diferença e pelo abandono.

A grande metrópole amazônica, Manaus, sétima cidade econômica do país em 2014⁴⁰, é a capital do estado do Amazonas. O Pólo Industrial de Manaus (PIM) vinculado à Zona Franca de Manaus (ZFM) permite que a indústria se estabeleça e direcione sua produção ao mercado consumidor regional, nacional e mundial. Resultado de uma “compartimentação do território”⁴¹, que viabiliza um melhor acesso por parte das empresas por intermédio da composição e do uso das estruturas técnicas, informacionais e normativas que o compõe (QUEIROZ, 2012b).

A Região Metropolitana de Manaus (RMM) compreende as cidades inseridas em contextos sociais e econômicos diretamente influenciados pela economia manauara⁴². Porém, todos os 62 municípios do Estado realizam relações com a capital, apenas os municípios do sul do Amazonas possuem uma influência diminuída sendo influenciada por Porto Velho (IBGE, 2013b). Isto intensifica a dependência das cidades ao grande centro-capital e promove um obstáculo à gestão e autonomia destes centros municipais do interior amazonense. Desta forma, uma “macrocefalia” é configurada.

Manaus é um produto de forças seculares de apropriação e acumulação capitalista que se constitui como a maior cidade da Amazônia e um bom exemplo de cidade comandada por forças exógenas e mundiais. A difusão do modelo de *circuitos de ramo* advinda dos centros mundiais (BENKO, 2002) propiciou às cidades periféricas asiáticas e latino americanas na segunda metade do século XX, a constituírem motores econômicos a partir do oferecimento de benefícios, isenções fiscais e infraestruturas úteis para o funcionamento de complexos industriais e zonas francas com o direcionamento de insumos e impostos reduzidos às empresas e corporações transnacionais. Esta conjectura levou o governo brasileiro a implantar em Manaus este modelo juntamente com o respectivo setor

---

⁴⁰ Disponível em: www.ibge.gov.br, acessado em 09/10/2014.

⁴¹ Compartimentações do território são valorizações feitas, crescentemente pelas firmas, mas com a ajuda do poder público devotado a inventar a viabilidade do território para as empresas. É o caso das Zonas Francas, dos portos secos, dos leilões dos pedaços de território para concessão dos serviços públicos privados (SILVEIRA, 2003, p. 414).

⁴² A RMM é constituída pelos municípios respectivos: Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva (SEPLAN, 2010).

privado. Benko (2002) discute o estabelecimento e impacto na divisão internacional do trabalho deste circuito de ramo:

A teoria globalmente estruturalista: a teoria da dependência, onde a própria causa do “subdesenvolvimento” de uns seria o desenvolvimento de outros, e a riqueza desses últimos se alimentaria da miséria dos primeiros (...) consolidaria duradouramente uma divisão internacional do trabalho entre um centro dominante, manufatureiro e terciário, e uma periferia dominada, exportadora de bens primários, agrícolas e minerais. (...) Contudo no final dos anos 1960, foi necessário curvar-se à evidência: algumas periferias estavam industrializando-se. (...) via-se notadamente suceder (...) uma nova divisão inter-regional do trabalho correspondente a três funções sincrônicas da atividade produtiva no seio de um mesmo ramo: a) concepção, b) fabricação qualificada, e c) fabricação e montagem não-qualificadas. Essa tripartição, típica da organização “fordiana” do trabalho, era então considerada, abusivamente, como a forma definitiva de organização “científica” do trabalho, e seu desdobramento espacial foi batizado de circuito de ramo. A difusão progressiva desta tese, que acompanhou o aparecimento de “novos países industrializados” no Terceiro Mundo, conduzia por volta do final dos anos 1970 a uma nova ortodoxia: a Nova Divisão Internacional do Trabalho (Fröbel, Henrichs e Kreyes, 1980). Os países (ou regiões) desenvolvidos tornavam-se ao mesmo tempo as regiões centrais da organização do trabalho e os principais mercados, mas “deslocalizavam” rumo as regiões mais pobres e menos qualificadas as atividades de mão de obra, destinadas a seu próprio mercado” (BENKO, 2002, p.55).

Manaus, metaforicamente, é a cabeça gigante de um corpo franzino e raquítico constituindo um estado com uma macrocefalia (SANTOS, 2012 [1959]) representada no âmbito social e econômico pelo estado do Amazonas, inserido em cenários e contextos mundiais e regionais. Um centro que atrai e irradia capital que promove a inserção deste subespaço na economia-mundo, criando periferias dentro do estado assim como outras centralidades, como Tefé, cidade intermediária e produto do que Benko (2002, p.20) chama de “fordismo periférico”⁴³.

Sobre o papel destas cidades médias ou intermediárias, Damiani (2006) discute o fato de que:

Um grande hiato, reconhecido como próprio de países subdesenvolvidos, seria a inexistência ou a reduzida quantidade de cidades médias, mantendo as grandes cidades inchadas e incapazes de realizar as

---

⁴³ O Pólo Industrial de Manaus é um complexo corporativo de montagem de equipamentos, veículos e mercadorias, as corporações enviam as peças para este complexo onde há então a montagem com mão de obra advinda da cidade e região, além da produção ser beneficiada por incentivos fiscais e benefícios estruturais estatais e da iniciativa privada.

expectativas de emprego e vida urbana que atraíam na ausência destas estruturas urbanas intermediárias, como modo de equilíbrio socioeconômico (DAMIANI, 2006, p.136).

Deste modo, estas cidades médias ou intermediárias em espaços opacos e periféricos, realizam centralidades que subsidiam as relações e fluxos para com as cidades centrais. Por conseguinte, uma centralidade longe dos centros regionais e nacionais é estabelecida e exercida por Tefé no Amazonas, uma centralidade periférica.

A partir da redefinição contínua de uma centralidade há um processo de valorização da periferia baseada na relação centro-periferia que se intensifica na economia regional e local, ou seja, interurbana e intraurbana, a partir da configuração do centro enquanto estabelecimento dos fixos e irradiador dos fluxos enquanto força que anima a centralidade. Esta circulação permite uma fluidez territorial entre mercados com fins e interesses análogos. Centros constroem e permitem centralidades em diferentes escalas, ou seja, centralidades municipais, regionais, nacionais e mundiais que se reconfiguram e se reorganizam continuamente em uma perspectiva multinodal e fragmentada que serve ao capital em seus interesses de ampliação de mercados e apreensão de novos territórios.

Villaça (2012 [2001], p.237) disserta que “toda aglomeração socioespacial humana – da taba indígena à metrópole contemporânea, passando pelas cidades medievais e as pré-colombianas – desenvolve um centro principal”. Esta formulação pode ser entendida também na dimensão regional. Um ponto do território será beneficiado com maior atenção estatal quando vinculados “às necessidades de afastamentos indesejados, mas obrigatórios”. Como visto anteriormente, foram os afastamentos não desejados e deslocamentos longos que proporcionaram aos juízes e funcionários do Estado do Amazonas a elevarem a vila de Tefé à cidade em 1855 (JOBIM, 1937) corroborando para afirmação de Villaça, assim também quando este autor afirma “o centro não será mais um ponto do mapa ou do território; será um conjunto vivo de instituições sociais e de cruzamento de fluxos de uma cidade real” (VILLAÇA, 2012 [2001], p.238). Desta forma, o centro cresce com a soma de estruturas e objetos necessários para suprir as atividades e demandas que provocam sua importância como demandas administrativas, econômicas e políticas.

Neste sentido, Saint-Clair Trindade Junior (2011) discute sobre a importância das interfaces fixos/fluxos e centro/centralidade na realidade amazônica:

Não é exatamente a densidade dos fixos que define a importância destas cidades nos últimos anos na região, mas principalmente a centralidade – os fluxos –, que muitas vezes intensificam o uso de fixos disponíveis. Neste caso, a centralidade passa a ser compreendida pela convergência de fluxos e pelo caráter centrípeto por eles exercido em direção a um determinado ponto de rede urbana, devido a uma dada disponibilidade de infraestrutura e a uma relativa densidade técnica, de atividades econômicas, sociais e políticas que nesse ponto se concentram (TRINDADE JR., 2011, p.137).

Analogamente, a centralidade exercida por Tefé se providencia pelos seus fixos e fluxos historicamente construídos e estabelecidos durante a sua formação territorial que permitiu um sutil, mas considerável conjunto de infraestruturas, equipamentos sociotécnicos, atividades econômicas, políticas e sociais, conforme analisado no primeiro capítulo deste relatório.

O estudo de Tourinho (2011) abarcou todas as cidades médias da Amazônia Legal; em relação a Tefé realizou uma análise sem precedentes que a configura como uma cidade média inserida num contexto amazônico. Tourinho equipara Tefé a Breves no Pará e Parintins no Amazonas, como cidades criadas antes de 1851 e que possuíam no ano 2000 população inferior a 60.000 habitantes.

Sua categorização condiciona Tefé a cidade média junto às cidades ribeirinhas tradicionais o que muito se enquadra com a realidade, assim como a atribuição e inserção de Tefé quanto a sua classificação no grupo de “cidades médias que possuem eixos rodoviários inexpressivos para as relações interurbanas”, já que Tefé e todas as cidades do Solimões não contam com estruturas rodoviárias e estradas de ligações interurbanas⁴⁴.

Trindade Jr. (2011) discute que como cidades médias, as cidades amazônicas desempenham funções que servem de mediação entre as cidades pequenas da região e as metrópoles regionais ou extrarregionais. Sposito (2001) afirma que são consideradas cidades médias aquelas que assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional, não sendo simplesmente centros locais, mas núcleos urbanos com capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades e articular relações de toda ordem de poder (TRINDADE JR., 2011, p.137). Desta forma, Tefé como

---

⁴⁴ Com o intuito de categorizar características demográficas destas cidades e organizá-las para seu estudo, contesta-se alguns resultados de Tourinho, já que Tefé foi elevada a cidade em 15 de junho de 1855 e não antes de 1851, apesar de já possuir *status* de município de Ega, sendo um dos quatro Termos da Comarca do Alto Amazonas (PESSOA, 2005).

cidade média é um importante eixo integrador e irradiador de relações na subregião amazônica em que está inserida.

De acordo com a delimitação das Regiões de Influência das Cidades (REGIC/2007) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2008), as cidades inseridas no raio de relações de influência de Tefé – classificada como Centro Sub Regional B subordinada a Manaus, constituída por uma população de 61.453 habitantes⁴⁵ – são: Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Jutai, Tonantins, Marabá e Japurá (Figura 10).

Figura 10 – Região de Influência da cidade de Tefé no estado do Amazonas

Fonte: Adaptado por QUEIROZ com base de dados do IBGE/ REGIC /2007 (2008).

Com uma população estimada de 180.539 habitantes, incluindo a população tefeense, um território de aproximadamente 220.060,822 Km², esta é uma região caracterizada por espaços de baixa densidade demográfica, envoltos a uma economia agrícola de subsistência. Quando analisado o contexto urbano observa-se que seus habitantes vivem em sua maioria em áreas urbanas, apenas o município de Japurá que conta uma população rural (54,47%) maior que a urbana (45,53%) não se inclui nesta característica. Neste sentido, Tefé é o município com maior número de habitantes,

⁴⁵ De acordo com o Censo 2010 do IBGE.

possuindo 81,55% de sua população urbana, exerce um papel chave na oferta de serviços, bens e mercadorias na região do Médio Solimões amazonense.

Durante os últimos 40 anos observa-se uma dinâmica na evolução da região de influência de Tefé de acordo com os estudos do REGIC/IBGE (Quadro 2). Quando analisado o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios observa-se a melhor situação de Tefé na região do Médio Solimões (Tabela 1).

Quadro 2 – Evolução da Região de Influência de Tefé

1972	1987	1993	2007
Japurá	Carauari	Alvarães	Alvarães
Maraã	Fonte Boa	Carauari	Fonte Boa
	Japurá	Fonte Boa	Japurá
	Juruá	Japurá	Juruá
	Jutaí	Juruá	Jutaí
	Maraã	Jutaí	Maraã
		Maraã	Tonantins
		Uarini	Uarini

Fonte: IBGE/2008.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios do Médio Solimões (2013)

Ordem	Municípios	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	Ranking 1991	Ranking 2000	Ranking 2010
1º	Tefé	0,349	0,438	0,639	3286	4137	3312
2º	Coari	0,312	0,389	0,586	3933	4917	4495
3º	Carauari	0,268	0,344	0,549	4717	5356	5209
4º	Tonantins	0,257	0,327	0,548	4882	5444	5225
5º	Fonte Boa	0,243	0,320	0,530	5067	5464	5395
6º	Alvarães	0,306	0,373	0,527	4041	5128	5416
7º	Uarini	0,290	0,358	0,527	4335	5270	5416
8º	Juruá	0,291	0,362	0,522	4315	5234	5449
9º	Japurá	0,208	0,304	0,522	5343	5515	5449
10º	Jutaí	0,187	0,304	0,516	5451	5515	5477
11º	Maraã	0,265	0,291	0,498	4734	5534	5535

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil PNUD/IPEA, 2013.

Mesmo possuindo os benefícios milionários dos royalties do petróleo da Província do Urucu, Coari ainda possui um menor IDHM, isto mostra seu papel como Centro Local, assim como Carauari que sedia as operações de exploração de gás natural no seu território e já pertenceu à região de influência de Tefé. Carauari, atualmente, se desenvolve como “Centro de Zona B” de acordo com a mesma classificação do IBGE e possui apenas o

município de Itamarati como de influência direta apresentando um desenvolvimento mais atrelado aos condicionantes econômicos de Eirunepé outro Centro de Zona B.

O desenvolvimento se baseia na capacidade de relações econômicas e espaciais que as cidades possam efetuar com as cidades vizinhas (BECKER, 2013). Coari não efetua relações significativas com as cidades circunvizinhas e sim com cidade que é influenciada, no caso, Manaus, proporcionando influência restrita ao desenvolvimento da região em que está inserida e que Tefé preside.

Coari possui o segundo PIB do Amazonas, perde apenas para Manaus, e o 19º da região Norte (IBGE, 2013) (Tabela 2). Porém, de acordo com Oliveira (2008) do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (Nepecab), apesar de toda a riqueza advinda do petróleo, Coari possui vínculos pouco relevantes com as demais cidades da rede, e o seu desenvolvimento econômico não agrega valor nem local nem regionalmente (OLIVEIRA, 2008, p.183).

Tabela 2 – Produto Interno Bruto dos Municípios

Ordem	Municípios	PIB (R\$ 1.000)	Renda Per capita
1º	Coari	1.376.424	18.132
2º	Tefé	369.906	6.024
3º	Fonte Boa	123.394	5.445
4º	Carauari	121.115	4.712
5º	Uarini	102.774	5.959
6º	Jutaí	88.455	4.092
7º	Maraã	83.294	6.014
8º	Tonantins	83.201	3.310
9º	Alvarães	62.987	3.944
10º	Juruá	49.215	4.322
11º	Japurá	37.272	6.025

Fonte: IBGE/SEPLAN-AM, 2013.

Coari como um “Centro Local” de acordo com o Regic 2007 (2008) assume um papel controverso frente ao seu poder econômico, é um retrato das consequências perversas do modo de produção capitalista que produz crescimento em detrimento da qualidade de vida e do desenvolvimento das cidades absorvidas por sua degradação.

Em outro enfoque, Tefé representa uma centralidade periférica quando concentra a partir do uso dos tributos pagos pela população local e regional às instituições estabelecidas em sua sede, arrecadações importantes para a manutenção dos fluxos que permitem a circulação de capital. A importância do conhecimento dos valores destes recursos advindos dos repasses dos impostos é vinculada ao papel que estas instituições

estatais funcionalizam a partir de seus serviços à população regional em Tefé (Tabela 3). A região de influência de Tefé é condicionada às infraestruturas e serviços institucionais que geram uma maior valorização estatal às arrecadações municipais.

Tabela 3 – Repasse de recursos aos municípios em 2012

Municípios	ICMS	IPVA	ROYALTIES	IPi	TOTAL
Tefé	14.733.642,64	264.965,05	391.906,62	112.654,93	15.503.169,24
Jutaí	7.761.620,57	13.359,88	206.454,71	59.346,13	8.040.781,29
Japurá	6.315.479,75	2.686,59	167.988,18	48.288,75	6.534.443,27
Fonte Boa	6.072.043,94	16.207,41	161.512,95	46.427,43	6.296.191,73
Maraã	5.773.358,92	5.277,91	153.568,09	44.143,68	5.976.348,60
Juruá	5.327.560,38	12.441,77	141.710,08	40.735,03	5.522.447,26
Alvarães	5.190.848,72	12.215,47	138.073,63	39.689,74	5.380.827,56
Tonantins	5.063.053,12	5.628,19	134.674,36	38.712,64	5.242.068,31
Uarini	4.838.668,00	20.455,78	128.705,79	36.996,97	5.024.826,54

Fonte: SEPLAN – AM/2012.

Por conseguinte, as instituições se tornam relevantes para a economia do município, pois sua produção agrária é limitada. A base da economia rural de Tefé é a farinha de mandioca tradicional da região, em torno de 900 toneladas deste produto são produzidos no município de Tefé (BILLACRÊS e SCHWADE, 2009).

Em Tefé a farinha produzida na região é encaminhada e embalada para Manaus seu principal mercado de consumo em larga escala. Entretanto, excetuando esta economia regional produtiva de farinha de mandioca que é significativa para a sobrevivência dos produtores da região de Tefé, a produção de outros produtos madeireiros e não madeireiros na zona rural poderiam ser melhor aprimoradas para suprir o potencial econômico municipal no que tange à agregação de valor e para a acumulação de capital, o que permitiria assim constituir como um relevante instrumento econômico em Tefé (Tabelas 4, 5 e 6).

Tabela 4 – Produção madeireira na região de influência de Tefé (2012)

Produtos Madeireiros (em m³)	MUNÍCIPIOS								
	Tefé	Fonte Boa	Japurá	Juruá	Jutaí	Maraã	Tonantins	Uarini	Alvarães
Espécies florestais Manejadas	3.852	800	1.400	200	1.231	X	700	X	X
Estaleiro	X	X	X	X	30	X	20	X	X
Marcenaria	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Movelaria	120	179	6,00	X	21	X	15	240	180
Serraria	X	105	X	X	90	X	X	X	X

Fonte: IDAM, 2012. Organizado pelo autor.

Feijão	12,1	9,4	X	X	19,8	X	6	X	1,2
Milho	504	X	X	25	X	X	X	X	X
Andiroba/cultivo	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cacau	0,3	2,5	X	X	X	X	X	X	X
Caju (castanha)	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cafê	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cana de açúcar	X	X	X	X	120	X	X	X	30
Castanha do Brasil cul.	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Copaíba /cultivo	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Guaraná	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Juta	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Malva	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Mandioca	1.287	333	189	24	1.371	192	42	147	139,5

Fonte: IDAM, 2012. Organizado pelo autor.

Em Tefê, as importações ainda não foram substituídas pelas produções locais, que se tornam insuficientes para autonomia alimentar da cidade. Quase tudo é importado, grande parte da produção de alimentos é advinda de Manaus o que propicia o ágio dos insumos embutidos no transporte e no acondicionamento das mercadorias, encarecendo o valor de compra e tornando-os pouco acessíveis à população mais pobre.

Becker (2013, p.38) afirma que “cidades são criadas por processos econômicos definidos por suas relações com outras cidades da rede de que participam”. Neste sentido, a agricultura de subsistência base da produção de muitas cidades do Médio Solimões fica atrelada ao mercado consumidor tefeense. A circulação de muitos destes produtos agrícolas para Manaus é realizado a partir de entreposto fluvial tefeense. Isto provoca uma organização das redes de relações intrarregionais permitindo a muitas cidades realizarem trocas com Tefê e esta presidir as respectivas relações empreendidas.

Quanto à pecuária, a cidade possui apenas a de corte que depende da compra de bovinos e caprinos do estado do Pará, principalmente das cidades do baixo Amazonas como Alenquer, Oriximiná e Óbidos. Segundo o megarefe Franciney Santos Lima, que realiza suas compras de gado na cidade de Alenquer no Pará, em torno de 100 cabeças de gado por mês, juntamente com outros dois empresários que circulariam mais 300 cabeças de gado, estas rezes ficam em pastos de criadores locais que possuem o objetivo apenas de manter o rebanho para o corte permanecendo no máximo dois meses no pasto destes respectivos pecuaristas. O rebanho bubalino possui em torno de 150 cabeças, chegam a Tefê via balsas e embarcações dos fornecedores pecuaristas⁴⁶.

---

⁴⁶ Entrevista concedida por Franciney Santos Lima. Megarefe e Fazendeiro. Tefê, 25 mai.2013.

Rebanhos com fins de produção láctea são pouquíssimos, apenas alguns fazendeiros produzem para si e vendem para clientes amigos. O leite consumido na cidade é industrializado, enlatado ou em caixas, importado de fornecedores de outras regiões. Não há associações ou cooperativas de pecuaristas, estes utilizam a criação extensiva para corte. A severidade do clima equatorial prejudica o pasto, restringindo grandes rebanhos, mas isto não impediu como visto anteriormente, por exemplo, o desenvolvimento de pequenas pastagens que surpreenderam Spix e Martius, Bates e Marcoy possibilitando a Lobo D'Almada empreender um pólo pecuário no século XIX. Atualmente, a falta de investimentos no setor prejudica a ampliação deste recurso econômico na região.

Apesar de não possuir um grande frigorífico para as atividades pecuaristas ou um matadouro estruturado, o comércio de carnes bovinas, bubalinas, caprinas, avelinas e de caça é significativo para a economia da cidade e da região. Carnes de paca, anta, jacaré, tatu, cutia e outros animais silvestres são muito apreciadas pela população local e bastante consumidas nos bairros mais carentes da cidade. Entretanto, são proibidas por Lei de serem comercializadas, e sua apreensão pela Polícia Federal acarreta multa e/ou prisão de acordo com a quantidade ou a espécie do animal apreendido para consumo, por isso este tipo de comércio alimenta o mercado negro no consumo de animais silvestres, incluindo quelônios caríssimos como a tartaruga, iaçá e o tracajá.

O estabelecimento de fazendas de pequeno e médio porte para suprir esta demanda pecuária é direcionado em Tefé, apesar desta atividade econômica regional contar com uma logística complexa e ações de uma iniciativa privada desorganizada e mal capacitada, constitui-se em Tefé um bom núcleo econômico de fornecimento de alimentação à população local e de cidades vizinhas. O Mercado Municipal de Tefé e alguns açougues configuram fixos para a revenda promovendo fluxos de consumidores regionais.

Além dos produtores rurais, a produção extrativista também é representada pelos planos de manejo da Floresta Nacional de Tefé e da Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna, muitos dos manejos destas unidades de conservação são desenvolvidos com acompanhamento técnico e acadêmico com o fim de compreensão da produtividade advinda das culturas e do manejo operacionalizados. O Chefe da FLONA-Tefé Astrogildo Martins esclarece que entre as culturas desenvolvidas na Flona estão a farinha de mandioca, meliponicultura (mel), castanha (manejo), açaí, seringa, óleos vegetais, madeira (manejo), artesanato de madeira morta: marchetaria, manejo de recursos aquáticos: manejo

do pirarucu e peixes ornamentais que são comercializados por comerciantes locais e regionais⁴⁷.

A agricultura, a pecuária e o extrativismo são promessas ecossistêmicas de uma economia limitada pelos argissolos e plintossolos tefeenses (SILVA, 2009) que apresentam produtividade limitada, que somada à tecnologia e estudos científicos podem contribuir de diferentes maneiras para contemplar as necessidades da população, minimizando e substituindo as importações e criando cadeias produtivas que permitam a autonomia agrícola de Tefé e das cidades de sua influência.

A centralidade se configura como a relação da cidade com a região em seus movimentos inerentes aos fluxos estabelecidos, possui um caráter histórico, e se constrói a partir de fatores econômicos, políticos, culturais, religiosos.

A economia em espaços opacos se caracteriza por possuir uma debilidade no nível de trocas, na medida em que a introdução de elementos modernos em uma economia “tradicional” apresenta seus efeitos e distorções. Tefé, cidade que possui um papel fundamental para a circulação desses fluxos no Médio Solimões se configura como uma cidade limitada e muitas vezes precária quando do oferecimento de seus serviços neste espaço polarizado, um modelo de difusão de uma modernização incompleta que irradia desenvolvimento parcial. Neste sentido, configura-se uma centralidade que providencia relações com sua região de forma limitada e precária reciprocamente, uma centralidade regionalmente periférica.

Para o melhor entendimento do papel de Tefé na região, assim como das funcionalidades e importância de sua centralidade será necessário o conhecimento de seus elementos espaciais, suas firmas, infraestruturas, sua população, sua natureza ecológica e instituições, isto pode ser alcançado a partir da análise dessas funcionalidades e da regionalização pertinente ao raio de alcance destes respectivos fluxos estabelecidos.

---

⁴⁷Entrevista concedida por Astrogildo Martins. Chefe da Floresta Nacional de Tefé/ICMbio.Tefé, 24 out. 2013.

2.2 As funcionalidades da centralidade de Tefé

Em cidades com carências e deficiências na manutenção de meios de produção que possibilitem a sobrevivência de suas populações os elementos que estruturam o espaço se configuram como meios de sobrevivência.

A partir da delimitação de Santos (1985) sobre os elementos que compõem a estrutura do espaço este trabalho propõe uma leitura dos meios de produção que configuram, concomitantemente, os elementos espaciais de Tefé. Como visto anteriormente a insuficiência das atividades agrícolas e da pecuária, assim como a ausência de bens de capital que poderiam ser representados por uma grande fábrica ou indústrias propicia ao maior centro urbano do Médio Solimões no Amazonas um condicionante atinente a uma modernização incompleta e crônica, sem os aportes da industrialização e de seus agentes de crescimento demográfico e econômico.

Desta forma, evidencia-se que os fluxos pertinentes às atividades institucionais, concernentes às infraestruturas destas instituições e de outros agentes, assim como as relações do comércio e das pessoas são o que proporcionam a sobrevivência da cidade e da região. Entender os fluxos tefeenses a partir de sua centralidade é entender os meios de produção e os elementos que compõem o seu respectivo subespaço.

Santos (2008 [1985], p.16) reflete sobre as considerações dos “elementos” de Leibniz quando afirma que a sua propriedade essencial é força e não extensão, assim discute que:

Os elementos disporiam, então, de uma inércia, pela qual eles podem permanecer nos seus próprios lugares, enquanto, ao mesmo tempo, existem forças que buscam deslocá-los ou penetrar neles. Desse modo, sendo espaciais (pelo fato de disporem de extensão), eles também são dotados de estrutura interna, pela qual participam da vida do todo de que são parte e que lhe atribui um comportamento diferente (para cada qual), como reação ao próprio jogo das forças que os atingem (SANTOS, 2008 [1985], p.16).

Estes elementos espaciais são delimitados por Santos: as instituições, as infraestruturas, as firmas, o meio ecológico e os homens (SANTOS 2008 [1985], p.16). Para este estudo os homens e o meio ecológico produzem uma relação redutível e intercambiável, pois os homens dependem do meio ecológico em um estado-floresta como o Amazonas, muitas vezes o meio ecológico é mais importante do que os próprios homens

quando da formulação de projetos vinculados à sociedade civil e da iniciativa de programas governamentais para o desenvolvimento dos povos e das cidades na floresta.

Santos (2008 [1985]) comenta que “os homens podem ser tomados como firmas ou como instituições, da mesma maneira que as instituições aparecem como firmas e estas como instituições”. Isto se deve à redutibilidade e intercambialidade das funções de cada elemento que aumenta com a o desenvolvimento histórico. O autor cita um bom exemplo:

O caso das transnacionais ou das grandes corporações, que não apenas se impõem regras internas de funcionamento como intervém na criação de normas sociais a um nível de amplitude maior que o da sua ação direta, e até se tornam concorrentes das instituições e, mesmo, do Estado. A fixação do preço das mercadorias pelos monopólios dá-lhes uma atribuição que é própria das entidades de direito público, na medida em que interferem na economia de cada cidadão e de cada família, e mesmo de outras firmas, competindo com o Estado na arrecadação da poupança. É certo, porém, que, no momento atual, as funções das firmas e das instituições de alguma forma se entrelaçam e confundem, na medida em que as firmas, direta ou indiretamente, também produzem normas, e as instituições são, como o Estado, produtoras de bens e de serviços (SANTOS, 2008 [1985], p.16).

As instituições, firmas, as infraestruturas e os homens produzem em Tefé a vida que movimenta o espaço, a inércia dinâmica⁴⁸ que promove a partir de pontos fixos (elementos) a movimentação e os fluxos que irão configurar o comportamento e as funções destes elementos como um sistema vivo; onde as ações e reações são partes do todo e, nesta totalidade, estas partes se sincronizam. A vida que anima o espaço e o espaço que promove a vida são produtos de uma mesma força, única e crucial.

O movimento gera a centralidade a partir de um centro; os fluxos são advindos dos fixos. A leitura dos meios de produção de Tefé está vinculada ao entendimento destes movimentos institucionais, comerciais, humanos e do uso das infraestruturas necessárias para o deslocamento das mercadorias, do capital, das ideias e das pessoas.

Desta forma, este estudo dividiu as funcionalidades da centralidade de Tefé em 3 categorias: primeiramente a centralidade institucional que se subdividirá em institucional administrativa e infraestruturas institucionais; posteriormente a centralidade comercial e por último a centralidade demográfica. A análise destas funcionalidades será realizada com

---

⁴⁸ De acordo com Milton Santos (2008 [2002], p. 45) a forma é tanto resultado como condição de um processo.

o objetivo de entender o raio de ação destes fluxos e a circunscrição regional formada pelas atividades pertinentes aos elementos espaciais de Tefé.

2.2.1 – Centralidade Institucional

Paul Marcoy (2001, [1869]) em sua viagem a Ega em 1847 já comentava sobre a singularidade da vila antes mesmo de ser elevada a cidade em 1855 conforme discutido neste trabalho anteriormente. Ega já contava com autoridades, instituições e responsabilidades territoriais que extrapolavam sua real capacidade de gestão de suas respectivas funções. Pode-se evidenciar que até os dias de hoje esta realidade ainda permanece.

De acordo com a leitura deste trabalho, em seu processo histórico Tefé ganhou importância vinculada à sua localização estratégica, ou seja, sua posição e seu sítio. O Estado valorizou Ega e posteriormente Tefé como forma de alcançar mais facilmente o interior do Amazonas e diminuir os deslocamentos a partir da capital Manaus, estabelecendo instituições estatais que proveriam o atendimento a toda região do Médio Solimões.

Ressalta-se que os municípios do Amazonas não são municípios comuns brasileiros, pois seus territórios são imensos, se comparados com suas sedes pequenas, ou seja, cidades pequenas, muitas vezes proto-urbanas. A região de influência de Tefé conta com 9 municípios incluindo Tefé, é necessário refletir sobre uma regionalização a partir das atividades que compõem a gerência administrativa institucional territorial tefeense. Neste sentido, cabe ressaltar que determinadas instituições possuem responsabilidades administrativas com o número de municípios maior que da região do Médio Solimões e da região de influência de Tefé, providenciando uma área de responsabilidade institucional maior que as dimensões territoriais do estado de São Paulo. Para exemplificar estas dimensões territoriais, apenas o município de Jutai, que está inserido na Região de Influência de Tefé é maior que o estado do Rio de Janeiro⁴⁹. A região de influência de Tefé chega a ser maior que países como a Holanda, Portugal e Bélgica juntos.

---

⁴⁹ Rio de Janeiro possui 43.696,1 Km², enquanto Jutai possui 69.551,829 Km². O estado de São Paulo possui 248.209,4Km² enquanto que a Região de Influência de Tefé possui 220.060.822 (IBGE, 2010).

A discussão da centralidade tefeense requer pensar em dimensões regionais e nacionais, por isso a relevância da leitura deste subespaço brasileiro envolvido em distâncias e dimensões que ultrajam sua real capacidade de gestão.

2.2.1.1 – Centralidade Institucional Administrativa

Segundo Santos (2008 [1981], p.74) as funções administrativas compreendem a função política; da administração pública e privada e a função militar. Cidades com função de liderança no mundo subdesenvolvido se apresentam como administrativas aglomerando instituições e repartições públicas que atraem outras funções como a comercial, as funções bancárias e de serviços.

A Igreja católica foi a primeira instituição a possuir relevância em suas atividades para com o desenvolvimento do município de Tefé. A Prefeitura Apostólica antecessora da atual Prelazia de Tefé iniciou os trabalhos no início do século XX sob a administração de Monsenhor Barrat. Posteriormente, a Prelazia promoveu os subsídios políticos e estruturais para viabilizar a criação de instituições civis e estatais assim como a conscientização da população para a busca por educação e cidadania. Pode-se citar o trabalho de Dom Joaquim de Lange que arduamente propiciou a organização necessária para o estabelecimento de programas de educação e organização comunitária. Grande parte das instituições existentes atualmente em Tefé são produtos do trabalho destes ilustres homens.

A Prelazia atende a 10 municípios e centraliza em Tefé a gestão administrativa para a operacionalização de suas atividades, exercendo com 41 funcionários as tomadas de decisão neste vasto território católico amazônida com sede em Tefé, movimentando mais de 700 mil reais anuais para executar estas atividades (Quadro 3). Várias entidades trabalham a partir da Prelazia como a CPT; CIMI; Cáritas que envolve a Pastoral do Menor, da Pessoa Idosa, Pastoral Carcerária; a Pastoral da Criança; Fundação Dom Joaquim que possui a Rádio Educação Rural de Tefé e várias estruturas ligadas à Prelazia⁵⁰.

---

⁵⁰ Entrevista concedida por Jailson Alves de Moura. Assessor Contábil da Prelazia de Tefé. Tefé, 14 jan. 2014.

Quadro 3 – Centralidade institucional administrativa de Tefé - 2013

Instituições	Jurisdição Territorial	Funcionários
Exército	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Santo Antônio do Iça, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Amaturá, Carauari, Coari, Tonantins, Benjamin Constant	800
Prelazia	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Carauari, Itamarati	41
Marinha	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Carauari	10
PM	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai	191
Receita Federal	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Eirunepé, Coari, Itamarati, Carauari	04
Justiça Federal	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Tapauá, Carauari.	31
Ministério Público Federal	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Coari, Carauari, Tapauá.	14
Justiça do Trabalho	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai	09
Cartório Eleitoral	Tefé, Uarini	03
IBGE	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Japurá, Maraã, Jutai	03
SESAI/DSEI/CASAI	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Itamarati, Envira, Ipixuna, Eirunepé, Coari, Carauari.	31
FUNAI	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Japurá, Maraã.	04
ICMbio	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Tonantins, Amaturá, Santo Antônio do Iça	18
INSS	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Itamarati	12
DETRAN	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai	03
Correios	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai	15
Polícia Civil	Tefé, Alvarães, Uarini, Japurá, Maraã	09
SEFAZ	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai	04

Fonte: Confecção própria com base no trabalho de campo.

Diocesanos e espiritanos são as duas congregações presentes na Prelazia que somadas às irmãs Franciscanas de Maria formam um aglomerado cosmopolita contando com religiosos europeus, africanos, paulistas, mineiros e amazonenses que compõem os diocesanos; os espiritanos constituem-se de irlandeses, holandeses, portugueses e espanhóis, assim como membros de outras nacionalidades que já deixaram a Prelazia, mas

ainda estão nas atividades católicas institucionais de outras regiões do mundo. Dessa forma, a Prelazia de Tefé se configura como uma instituição cosmopolita que abarca responsabilidades políticas sociais e culturais essenciais para a população, ultrapassando as suas respectivas funções religiosa e educativa.

Outra importante instituição sediada em Tefé e que gera fluxos administrativos e operacionais significativos para a centralidade tefeense é o Exército Brasileiro (EB) que sedia a 16ª Brigada de Infantaria de Selva. Compõe-se pelo respeitado e histórico 17º Batalhão de Infantaria de Selva (17º BIS) ⁵¹; a 16ª Base Logística de Selva; a Companhia de Comando da 16ª Brigada e Infantaria de Selva; a Base Administrativa da 16ª Brigada de Infantaria de Selva; o 16º Pelotão de Comunicações de Selva; o 34º Pelotão de polícia do Exército; o Posto Médico de Guarnição e o Comando de Fronteira Solimões/8º Batalhão de Infantaria de Selva na cidade de Tabatinga.

A 16ª Brigada de Infantaria de Selva abrange responsabilidades territoriais que envolvem 14 municípios em uma região maior que muitos países europeus. Com 800 homens e 2400 familiares influenciam diretamente na economia de Tefé, movimentam anualmente em torno de 3 milhões de reais no município⁵².

---

⁵¹O 17º BIS têm suas raízes no Regimento Estremoz, criado por Dom João V no ano de 1707, em Portugal. Em 1767, sessenta anos depois, o regimento Estremoz foi destacado para o Brasil juntamente com mais dois regimentos, todos sediados no Rio de Janeiro. Participou de combates como a Revolta da Cabanagem no Pará; Guerra do Paraguai; Revolução Federalista em 1893 no Rio Grande do Sul e da Segunda Guerra Mundial. Hoje em Tefé, o 17º BIS - Batalhão Curupatyty tem a missão de aprofundar a vigilância estratégica na faixa de fronteira do Brasil com a Colômbia e Peru na área de responsabilidade da 16ª Brigada de Infantaria de Selva (QUEIROZ, 2012a).

⁵²Entrevista concedida por Capitão Pinheiro. Oficial de Relações Públicas da 16ª BDA INF SL. Tefé, 20 dez. 2013.

Figura 11 – Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva e um dos pelotões do histórico 17º BIS em desfile.

Fonte: Levantamento próprio. Setembro/2013.

Outras instituições federais compõem a relevância institucional administrativa em Tefé. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) possui em sua estrutura organizacional e hierárquica o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) e a Casa de Saúde do Índio (CASAI). Essa secretaria federal possui uma importante centralização de atividades na cidade e conta para suas atividades com os serviços de outras empresas como a Maués que disponibiliza profissionais administrativos e a Arena com profissionais da área de alimentação, além de contar com o apoio da Missão Evangélica Caiurá que oferece os serviços de profissionais de saúde junto à instituição; Sua área de abrangência operacional constitui-se de 14 municípios (Quadro 3) com gerência em Tefé movimentando cerca de 1,3 milhões de reais anuais⁵³.

A Justiça Federal representada pela Subseção Judiciária de Tefé mantém em sua centralidade operacional 10 municípios e movimentam anualmente em torno de 210 mil reais na cidade⁵⁴. O Ministério Público Federal (MPF) / Procuradoria da República em

---

⁵³Entrevista concedida por Eucinei Oliveira Alexandre. Chefe do DSEI Tefé/Am.Tefé, 9 jan. 2014.

⁵⁴Entrevista concedida por Marcelo Henrique da Silva Soares. Analista Judiciário- área administrativa. Tefé, 13 jan. 2014.

Tefé abrange em sua jurisdição territorial 11 municípios, inclusive Coari e Carauari, para isso conta com 14 funcionários⁵⁵.

A Justiça do Trabalho representada pela Vara do Trabalho possui uma responsabilidade territorial regional sediada em Tefé com 9 municípios, movimentando em torno de 730 mil reais anuais⁵⁶.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) possui gerência de várias unidades de conservação em Tefé tanto federais como também estaduais, entre as Federais que operam no respectivo prédio da Instituição estão: Estação Ecológica de Jutai-Solimões; Estação Ecológica de Juami-Japurá; Reserva Extrativista do Rio Jutai; Reserva Extrativista do Baixo Juruá; Reserva Extrativista de Auati-Paraná e a Floresta Nacional de Tefé, abrangendo 10 municípios amazônidas⁵⁷.

A Receita Federal em Tefé realiza atividades sobre a jurisdição territorial de 12 municípios amazônidas, inclusive alguns distantes da área de influência de Tefé como Eirunepé e Itamarati e alguns bem mais complexos como Coari e Carauari, pois suas atividades petrolíferas promovem maiores ações e trabalhos fiscais de firmas e pessoas advindas destas respectivas cidades⁵⁸.

Instituições sediadas em Tefé que compreendem em suas atividades administrativas uma área de ação regional que coincide com os 9 municípios constituintes da região de influência de Tefé são: a Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas (SEFAZ); Correios; DETRAN; IBGE e a Polícia Militar.

Instituições como a Polícia Civil, Capitania dos Portos (Marinha), Cartório Eleitoral e a FUNAI exercem suas respectivas responsabilidades territoriais pertinentes à centralidade institucional tefeense em números menores a 9 municípios. Porém, estas instituições não deixam de ser menos importantes para a gestão e uso do território e, concomitantemente, para a centralidade de Tefé.

---

⁵⁵ Entrevista concedida por Lilian Noletto. Coordenadora do MPF Tefé. Tefé, 7 mar. 2014.

⁵⁶ Entrevista concedida por Karlson Klinger Gualberto Santos. Oficial de Justiça TRT. Tefé, 13 jan. 2014.

⁵⁷ Entrevista concedida por Lauri Corso. Chefe da Unidade Avançada Esec Jutai-Solimões/ICMbio. Tefé, 13 jan. 2014.

⁵⁸ Entrevista concedida por Sinderley Fernandes Alfaia. Chefe da Agência da Receita Federal de Tefé. Tefé, 9 dez. 2013.

2.2.1.2 – Centralidade de Infraestruturas e Serviços Institucionais

Santos (2008 [2002], p.67) discute que a partir da repartição das infraestruturas no espaço nacional e pela escolha daquelas que beneficiam um determinado setor da produção e da população a instância política acaba por decidir a localização das empresas, das instituições e dos homens segundo características específicas. Assim, a localização das infraestruturas no território depende da vontade político-institucional em vigor.

Neste sentido, Tefé possui singularidades como a sua posição e as condições históricas favoráveis para a instalação destas infraestruturas pertinentes às atividades de instituições estatais. Seu passado permitiu a construção de uma importância política e social por intermédio do trabalho humano realizado no território usado. O produto deste trabalho humano e mesmo de um planejamento estatal são infraestruturas que permitem a uma cidade inserida na maior selva do mundo exercer funcionalidades de âmbito regional, nacional e global. Suas infraestruturas representadas pelo o aeroporto, o entreposto fluvial, o centro de telecomunicações, a universidade e os hospitais, oferecem serviços não apenas à população tefeense, mas de todas as cidades circunvizinhas, da capital Manaus e de fora do estado do Amazonas (como o aeroporto) que necessitem do uso destas infraestruturas.

Mesmo que limitada, a técnica inerente à manutenção das atividades complexas destas infraestruturas institucionais permite uma densidade e uma presença com desempenho deficiente de instrumentos do meio técnico-científico-informacional em Tefé. Santos discute:

Afirma-se, ainda mais, a dialética no território e, ousaria dizer, a dialética do território, já que o território usado é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética. Essa dialética se afirma mediante um controle “local” da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela política da produção. **A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo controle sobre a porção de território que as rodeia. Este comando se baseia na configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, também, de alguma forma na sua densidade funcional, a que podemos igualmente chamar densidade informacional.** Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais e os seus *relais* nos territórios diversos (SANTOS, 2008 [2002], p.141).

Quadro 4 – Centralidade de Infraestruturas Institucionais de Tefé

Instituições	Cidades inseridas nos fluxos	Funcionários
Telecomunicações (Oi)	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ, Jutai, Tonantins, Carauari, Coari, Beruri, Itamarati, Ipixuna, Eirunepé, Envira, Guajará, Codajás, Anori, Anamã, Caapiranga.	4
Aeroporto (Infraero/Bombeiros)	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ, Jutai, Carauari, Eirunepé, São Paulo de Olivença, São Gabriel da Cachoeira, Coari.	37
Entrepasto Fluvial	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ, Jutai, Benjamin Constant, Tonantins, Carauari, Tabatinga, Santo Antônio do Iça, Coari, Anori, Codajás, Manaus.	19
Hospitais	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ, Jutai, Carauari, Tonantins, Coari, Manaus.	206
Mamirauá	Tefé, Marañ, Manaus, estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pará e Paraná. Países como Portugal, Reino Unido, Estados Unidos, entre outros.	242
UEA	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ, Jutai, Benjamin Constant, Tonantins, Tabatinga, Santo Antônio do Iça, Apuí, Coari, Tapauá, Itamarati, Caapiranga, Anamã, Manaus. Cidades de estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Sant Catarina, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Pará, Distrito Federal, Alagoas, Roraima, Ceará, Bahia, Espanha e Cuba.	101
Cursos Técnicos (SENAC, CETAM, particulares)	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ, Jutai, Manaus, estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e São Paulo.	50
Banco do Brasil	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ, Jutai	22
CAIXA	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ, Jutai	17
Bradesco	Tefé, Alvarães, Uarini, Juruá, Japurá, Marañ.	19
Banco da Amazônia	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ, Jutai, Tonantins, Benjamin Constant, Amaturá, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Iça, Atalaia do Norte, Tabatinga	8

Fonte: Confecção Própria.

Sob a influência de metrópoles como Manaus e Fortaleza e cidades mundiais como São Paulo e Rio de Janeiro, as infraestruturas se conectam em operacionalidades de diversas escalas proporcionando uma dialética operacional, técnica e informacional com as

idades conectadas nesta rede de atividades e serviços. Daí Tefé exercer uma função relevante com a comunicação e integração na região em que está inserida, e que mantém sua centralidade, com o Brasil e o Mundo. Santos afirma que:

Quando a sociedade redistribui suas funções. Ela altera, paralelamente, o conteúdo de todos os lugares. São as funções, que pertencem à sociedade como um todo e mediante as quais se exercitam os processos sociais, que asseguram a relação entre todos os lugares e a totalidade social (SANTOS, 2008 [2002], p.68).

Tefé e suas infraestruturas sempre exerceram uma função à totalidade social, desde sua funcionalidade de abrigo, descanso e abastecimento de drogas do sertão quando do comércio entre o Peru e Belém no século XVIII até os dias de hoje quando conecta estados e mesmo países com as atividades de telecomunicações, do entreposto fluvial e do aeroporto, ou seja, suas infraestruturas.

O aeroporto de Tefé possui um papel integrador e irradiador de pessoas e mercadorias. É o aeroporto que possui a função de suprir combustíveis para as aeronaves das cidades próximas ou em trânsito; deslocamento de passageiros e cargas e único da região com condições de operar em voos noturnos. Apesar de ser considerado um aeroporto doméstico possui a mesma infraestrutura de um aeroporto internacional como o de Tabatinga, por exemplo. Tefé é superior em número de pousos e decolagens a qualquer aeroporto do interior do Amazonas. Tabatinga é internacional por estar situada na tríplice fronteira com Colômbia e Peru, possuindo um posto da Receita Federal, da ANVISA e da Polícia Federal o que o torna um ponto de bastante atenção às autoridades destes respectivos países, porém possui fluxos menores que Tefé⁵⁹.

O aeroporto de Tefé conta com 22 militares do Corpo de Bombeiros que trabalham em convênio com a Infraero. São bombeiros de aeródromos, mas a cidade ganha com a presença deles. Muitos incêndios em Tefé já foram atendidos e socorridos por este destacamento de bombeiros, onde trabalham tefeenses e manauaras.

O aeroporto opera aeronaves de diversos tipos com motores a pistão, turbohélice e aeronaves a jato turbofan como o Embraer 195, da empresa Azul, Total, Amazonaves, Rico, Girassol, MAP, etc. Além de contar com operações militares do Exército, Marinha e

---

⁵⁹ Entrevista concedida por Antonio Ferreira de Saboia. Superintendente da INFRAERO em Tefé. Tefé, 9 dez. 2013.

Força Aérea com exercício de Helicópteros; assim como a operação de “jatinhos” e aviões particulares de diversas instituições e empresas que se deslocam temporariamente a Tefé e para as cidades do Médio Solimões. Para isso, empresas como a BR Aviation operam por concessão a “Pioneiro Combustíveis”; outra empresa de combustível, a “Raizen”, não possui distribuidor no momento, mas opera em Tefé.

Figura 12 – O Aeroporto de Tefé

Fonte: Levantamento próprio. Dezembro/2013.

Figura 13 – Pólo aéreo de reabastecimento para empresas civis e militares

Fonte: Levantamento próprio. Dezembro/2013.

A INFRAERO em Tefé possui na composição de sua superintendência: uma gerência de operações e segurança; coordenação comercial; encarregadoria de manutenção e gerência de navegação aérea, esta última operada pela Estação de Prestação de Serviços de Tráfego Aéreo (EPTA) que opera o controle de tráfego aéreo e meteorológico para o trânsito local e regional. A Infraero absorveu o aeroporto de Tefé em 30 de março de 1980 e influencia diretamente atividades comerciais nas cidades do Médio Solimões e adjacências. O Aeroporto de Tefé, situado e construído em posição estratégica para servir como alternativa de apoio para voos que por motivos diversos dependem do auxílio de informações de navegação aérea é mantido pela Infraero e utilizado por instituições, empresas e pessoas de toda a região, do país e do mundo.

As infraestruturas pertinentes à Força Aérea Brasileira (FAB) são muito importantes para a centralidade tefeense pelo fato de sediar dois grandes radares estratégicos e uma base de operações que possui a função de defesa aérea e controle do espaço aéreo.

Esta base em Tefé chama-se Destacamento de Controle do Espaço Aéreo (DCTEA-TF) e faz parte do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA IV) sediada em Manaus. Em Tefé estão localizados os meios, sistemas e equipamentos que dão suporte operacional ao órgão da FAB que dispõe de 27 destacamentos, sendo um deles o de Tefé⁶⁰.

Figura 14 – Um dos radares do CINDACTA IV e aeronave executiva da FAB em Tefé

Fonte: Levantamento próprio. Dezembro/2013.

As infraestruturas que fazem parte da gestão das telecomunicações do Médio Solimões e outros municípios do interior do Amazonas estão condicionadas e estabelecidas em Tefé. As estações de televisão como RBN, SBT, GLOBO/Rede Amazônica e Rede Boas Novas; assim como a telefonia celular que conta com as operadoras: OI, TIM, CLARO, VIVO dependem destas infraestruturas.

---

⁶⁰ Entrevista concedida por José Roberivaldo de Campos. Comandante do DTCEA-TF. Tefé, 20 dez. 2013.

Figura 15 – Centro de Telecomunicações de Tefé

Fonte: Levantamento próprio. Janeiro/2014.

A empresa OI é a mais importante pelo fato de possuir e operar as infraestruturas remanescentes da Telemar e Embratel que constituía a antiga TELAMAZON S.A. Esta infraestrutura possibilita a comunicação em boa parte dos municípios do Amazonas. Atualmente a OI que é uma prestadora de serviços do sistema Telebrás mantém sua central de gestão e operações na região em Tefé (Quadro 4).

Entre as rádios destacam-se a Rádio Educação Rural de Tefé da Prelazia que completou 50 anos em 2013, a MEL FM, Alternativa FM e a rádio Chibé, projeto universitário de inclusão e difusão de ideias. Elas promovem as comunicações e programas que direta e indiretamente integram as 107 comunidades espalhadas nas margens do rio Tefé. Enviando seus recados com os programas da Rádio Rural ou mantendo as pessoas informadas com os programas governamentais. Entre os jornais impressos, atualmente, Tefé possui o “Expresso do meio dia”, “Solimões”, “Tefé News”. Outros como “A crítica” de Manaus e “O Diário do Amazonas” chegam em pequenos números para serem vendidos a uma clientela restrita na cidade.

A internet via satélite é provida pelas empresas Eganet com 500 clientes⁶¹, a Lindinet que conta em torno de 400 clientes⁶² e a Global. Net que conta com 100 clientes, destes muitos são pessoas que a utilizam como pontos para instalar *cybercafés* ou *lanhouses* em bairros mas afastados do centro da cidade oferecendo um serviço quase

---

⁶¹ Entrevista concedida por Alisson. Gerente da Eganet. Tefé, 22 jan. 2014.

⁶² Entrevista concedida por Altamir Marques dos Santos. Gerente da Lindinet. Tefé, 22 jan. 2014.

caótico⁶³ com a fraca internet local. A Rural Web é uma empresa de Minas Gerais que oferece seus serviços de internet via satélite para uma clientela de profissionais liberais e firmas que dispunham de seus altos valores de serviços, não possui sede em Tefé, todos os seus serviços são realizados por intermédio de seu site⁶⁴. A internet em regiões isoladas como o interior do Amazonas é extremamente cara, para efeito comparativo 1 MB em São Paulo possui o valor de 39,90 reais, em Manaus 5.000 reais, em Tefé o empresário deve pagar 21.000 reais em janeiro de 2014⁶⁵.

A funcionalidade das infraestruturas do entreposto fluvial está em possibilitar os fluxos de mercadorias que atendem as necessidades da população e dos transportes de passageiros com o suporte de 8 empresas de lanchas para até 90 passageiros e 9 navios que atendem até 150 passageiros ligando Tefé a Manaus, além das 7 balsas de empresas diversas que transportam apenas cargas. Estas embarcações realizam o trajeto de todo o Solimões de Manaus a Tefé e Manaus a Tabatinga com escala em Tefé. Em torno de outras 10 embarcações, entre barcos e lanchas, realizam o trajeto para outras cidades do Médio Solimões a partir de Tefé, além dos barcos particulares e de pesca que se dirigem temporariamente e eventualmente a Tefé para escoar sua produção advinda de vários lugares e cidades do Amazonas assim como de outros estados e países amazônidas como Peru e Colômbia.

O transporte de passageiros nos navios possui o grande problema da fiscalização insuficiente, o número de pessoas nos barcos é excedido cotidianamente, apesar do trabalho de fiscalização da Capitania dos Portos que não possui capacidade de contemplar a demanda não apenas em Tefé, mas em toda a região. Não é raro navios e barcos naufragarem por excesso de passageiros e cargas assim como a apreensão de drogas, contrabando de mercadorias e animais silvestres pela Polícia Federal, Polícia Militar e Exército em operações especiais interinstitucionais, verdadeiros agentes de segurança fluvial nos rios e lagos do Solimões.

---

⁶³ Caótico devido às infraestruturas operacionais e equipamentos precários e insuficientes para a demanda existentes nestes bairros. No centro, os serviços são relativamente melhores pelos maiores investimentos em máquinas e computadores.

⁶⁴ Atualmente, o plano mais barato da Ruralweb é de 640 reais muito além do que a maioria da população pode pagar, apesar de uma plano normal das outras empresas a assinatura custar em média 150 reais em janeiro de 2014.

⁶⁵ Entrevista concedida por Alisson. Gerente da Eganet. Tefé, 22 jan. 2014.

Figura 16 – A Marinha e a FAB em operação nos rios da Amazônia a partir de Tefé

Fonte: Levantamento próprio. Dezembro/2013.

Apesar da posição privilegiada de Tefé, onde é possível ancorar e atracar barcos e navios longe da correnteza e dos insetos do Solimões, a cidade ainda não possui um porto legítimo com depósito de armazenamento e estocagem temporária, pessoal ou funcionários para carregamento de cargas, pontos para alimentação, instalações para movimentação e acomodação de pessoas, tudo é adaptado.

O entreposto fluvial de Tefé é na realidade um conjunto de flutuantes⁶⁶ e balsas que funcionalizam os serviços de embarque e desembarque de cargas e passageiros. Existem seis pontos flutuantes principais para estas operações que se contabilizam respectivamente em: um terminal de desembarque de passageiros das lanchas chamadas “ajatos”, mais rápidos e modernos; um flutuante municipal de ferro para desembarque do pescado pertinente ao Mercado Municipal de Tefé e ribeirinhos; dois flutuantes de madeira para desembarque de barcos menores e navios com passageiros e cargas; duas balsas-porto particulares que efetuam estes serviços aos navios que podem custear o preço mais elevado da atracação⁶⁷ e permitem a entrada de carros, motos-caçamba e caminhões para desembarque, apesar do valor maior estes “portos” particulares se configuram como um avanço na infraestrutura portuária em Tefé.

---

⁶⁶ Estabelecimentos que em sua maioria são feitos de madeira ou ferro (Figura 18). Há populações flutuantes em todo o Solimões, principalmente nas cidades principais como Tefé, Coari e Tabatinga.

⁶⁷ As balsas-porto cobram a diária de 150 reais para navios ou balsas atracarem para embarque e desembarque, para estas operações o preço dos veículos que adentram e realizam o trabalho é de 5 reais para motos-caçambas, 15 reais para carros e 20 reais para caminhões em janeiro de 2014.

Figura 17 – Balsas-porto particulares do entreposto fluvial de Tefé

Fonte: Levantamento próprio. Dezembro/2013.

O entreposto fluvial é a maior via de entrada das mercadorias alimentícias, material de construção civil, móveis, vestuário, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, veículos, motores, equipamentos e pessoas a Tefé utilizando navios, balsas e barcos. Neste sentido, os custos aumentam e os valores finais destas mercadorias acompanham este aumento, propiciando a população adquirir estes produtos com preço elevado devido às distâncias e às acomodações em relação à capital. Manaus é o município mais rico da Amazônia, cidade industrial, mundializada e metrópole nacional, fonte dos fluxos que influenciam as cidades mais importantes do interior e de grande parte da região Norte. O custo de vida em Tefé é elevado devido a estes custos e a falta de uma melhor opção de transportes, pela ausência de rodovias e ferrovias e a operacionalização de poucas empresas aéreas. Isto não permite a competitividade que corrobora para a diminuição do valor dos custos, mesmo que no aeroporto já opere empresas nacionais, regionais e particulares.

Os funcionários do entreposto fluvial são representados pelos trabalhadores avulsos, carregadores que se apresentam no momento do embarque ou desembarque para trabalhar, mas não possuem nenhum vínculo empregatício, muitos são aventureiros ou *freelancers* que após ganharem seus pagamentos somem nas beiradas do rio Solimões. Porém, outros além de experientes são bem conhecidos dos proprietários dos flutuantes pela sua credibilidade de possuir uma equipe para tais trabalhos e demais tarefas eventuais. Esta pesquisa contabilizou 13 destes trabalhadores que participam de forma permanente embora informal do entreposto fluvial de Tefé⁶⁸. Juntamente com os gerentes responsáveis

---

⁶⁸ Entrevista concedida por Francisco “Loro” Bera. Trabalhador do Entreposto Fluvial de Tefé. Tefé, 6 jan. 2014.

pelas balsas-porto e alguns auxiliares que compreendem em torno de 8 pessoas, formam a equipe de funcionários do entreposto fluvial de Tefé.

Figura 18 – Os flutuantes de madeira e vista do entreposto fluvial de Tefé

Fonte: Levantamento próprio. Janeiro/2014.

Concorda-se com Huertas (2007, p.251) quando este autor afirma que o produto das inovações tecnológicas mais influentes na navegação regional amazônica são respectivamente o aumento da velocidade, com a gradativa troca de embarcações de madeira por embarcações de ferro ou aço, assim como a inserção e uso de motores mais potentes que propicia o aumento da capacidade de carga e a redução do custo de produção. No entanto, neste estudo sobre a centralidade de Tefé, soma a estas afirmações o fato de não apenas as embarcações estarem se modernizando, os estabelecimentos de embarque e desembarque de carga e passageiros, também acompanham as influências da modernização vinculadas às inserções e ao uso de ferro e aço na composição dos flutuantes, fortalecendo-os e aprimorando sua real capacidade de transferências de cargas e passageiros entre as embarcações regionais e os estabelecimentos de embarque e desembarque.

Nogueira (1999) propõe uma classificação dos empreendimentos de navegação na Amazônia em duas categorias: i) Empresas de Navegação: transportam cargas em comboios no eixo Manaus - São Paulo, utilizando o rio Amazonas com a intermediação de Belém e o rio Madeira até Porto Velho. Caracteriza-se pelo transporte de derivados de petróleo, pela organização sindical, pelo investimento em equipamentos e estruturas como

flutuantes e empurradores, e pela rapidez no carregamento e descarregamento de suas respectivas cargas; ii) Barco Regional: um segmento que transporta não apenas cargas mas também passageiros, barcos de madeira ou de ferro (contemporaneamente) constituem a frota de barcos regionais. Com dispersão de passageiros, de baixo poder aquisitivo e com grandes distâncias como trajeto de viagem.

O entreposto fluvial viabiliza o fluxo de produtos do Mercado Municipal de Tefé abastecido pelos fluxos agrícolas e agropecuários das cidades circunvizinhas assim como de Manaus e cidades de outras regiões brasileiras que movimentam legumes, frutas, produtos alimentícios industrializados e/ou não, farinha de mandioca, produtos típicos regionais, eletroeletrônicos, utensílios de casa e cozinha, vestuário, carnes bubalinas, caprinas, avelinas e de gado. É o maior mercado do Solimões em fluxos, fixos e clientes, atendendo toda a região com revendedores de subsistência ou prestadores de serviços⁶⁹.

O Mercado Municipal de Tefé contribui para a centralidade por intermédio de uma infraestrutura tradicional na região, que propicia a venda dos produtos de agricultores de subsistência e de comerciantes locais que atende a demanda correspondente à necessidade da população não apenas de abastecimento alimentar e cultural ilustrada nas formas precárias de suas estruturas. Este é o centro que atrai e irradia as limitações, a precariedade e a escassez estruturais típicas de cidades subdesenvolvidas amazônicas com características e funcionalidades pertinentes ao circuito inferior da economia urbana. O mercado mostra a força do caboclo amazônica e sua forma de criar, adaptar e providenciar sua sobrevivência nas margens do maior rio da maior floresta do mundo.

A partir das infraestruturas do aeroporto e do entreposto fluvial de Tefé muitas empresas, pessoas e instituições se estabeleceram na cidade, estimuladas pelo suporte oferecido na logística e nas atividades a serem desenvolvidas na região. Instituições instalam suas sedes e bases devido à posição de Tefé no Solimões que facilita o trabalho e o deslocamento de equipamentos e pessoal; exemplifica-se neste sentido, o Exército Brasileiro, a Capitania dos Portos e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

---

⁶⁹ Entrevista concedida por José Elenilton Ferreira Lima. Secretário Municipal de Infraestruturas urbanas de Tefé. Tefé, 6 fev. 2014.

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) se configura como um pólo tecnocientífico que iniciou suas atividades a partir do gerenciamento das atividades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, a primeira deste tipo do país, que se encontra nas proximidades dos municípios de Marã e Fonte Boa. Porém, por Tefé contar com infraestruturas logísticas, comerciais, bancárias e de serviços melhores na região do Médio Solimões o instituto que gere as atividades do Mamirauá e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã localiza sua sede em Tefé.

Figura 19 – Instalações do IDSM, Flutuantes na RDS Mamirauá e a Pousada Uacari

Fonte: Levantamento próprio e arquivo IDSM/2013.

Com uma infraestrutura que conta atualmente com: 4.000 m² de área construída, com salas e acervos de pesquisa, laboratórios, salas de aulas, biblioteca e outros; 16 bases flutuantes de campo; 01 base em terra firme de campo; 01 laboratório de selva em terra firme; 04 barcos regionais; 66 voadeiras/baleieiras; 04 veículos terrestres, o IDSM se tornou uma instituição importantíssima na inclusão social e no acesso à pesquisa em Tefé atraindo centenas de pesquisadores e ecoturistas do Brasil e do mundo, além de contar com a Pousada Uacari considerada por várias revistas especializadas como um dos melhores destinos ecoturísticos do mundo.

As atividades do Mamirauá são financiadas pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, órgãos internacionais de pesquisa e diversos fundos (Figura 20). No ano de

2012 sua arrecadação foi equivalente a 30.681.762,43 reais, em 2013 o ICMS pago a SEFAZ referente a compras no comércio em Tefé foi de 556. 812 reais⁷⁰, isto mostra a importância desta instituição para a economia e a sociedade tefeense.

Figura 20 – Relação de fluxos de financiadores e pesquisadores do IDSM em Tefé (2012)

Fonte: IDSM/2012. Organizado pelo Autor.

A instituição provê junto às entidades parceiras locais e nacionais o incentivo à educação ambiental, à valorização da cultura e do conhecimento local por intermédio das atividades de extensão principalmente com as escolas e com a universidade. Conta com

⁷⁰ Ofício. Nº 08/2014 – IDSM/OS de 20/01/14 destinado a esta pesquisa.

242 funcionários em seu quadro de pessoal⁷¹ gerando empregos e perspectivas profissionais para alunos locais, pesquisadores e comunitários. Possui projetos de manejo de recursos naturais⁷² em 73 comunidades inseridas na Reserva Mamirauá e Amanã. O fluxo de pesquisadores e visitantes do mundo inteiro é constante, entre eles turistas que além de visitarem a reserva Mamirauá num passeio ecoturístico visitam também sua sede em Tefé.

Um projeto que se renova e promove Tefé no Brasil e, principalmente, no mundo. Nestes tempos de globalização esse modelo de gestão e valorização do lugar se apresenta como sustentável e participativo assim como útil à sociedade.

Agentes cruciais para a manutenção da centralidade tefeense no Amazonas são as infraestruturas pertinentes aos hospitais, como o Hospital Regional de Tefé, que possui equipamentos e instalações para atrair pessoas de toda região e até mesmo da capital Manaus, muitos aparelhos existem apenas em Tefé como: aparelho de ultra-sonografia, mamografia, eletroencefalograma, aparelhos cardíacos como Holter e o eletrocardiograma, o Raio X com revelação rápida e ambulâncias especializadas. Além de contar com uma Casa de Apoio em Manaus para envio de enfermos mais complexos. No hospital realizam-se cirurgias gerais e obstetrícias, oftalmológicas, ginecológicas a partir de mutirões de cirurgias eletivas com médicos, enfermeiros e assistentes sociais não apenas brasileiros como também peruanos e bolivianos⁷³.

Outro hospital com grande demanda regional é Centro Municipal de Saúde Irmã Adonai e a Policlínica Santa Tereza localizados no mesmo local, esta última efetua atendimentos de pediatria, fonoaudiologia, neurologia e cardiologia, além de direcionar exames clínicos de rotina, exames de densitometria óssea e a disponibilidade de efetuar a vacinação à população da região de Tefé. Médicos especializados também trabalham na Policlínica Santa Teresa, porém neste caso existe maior rotatividade de profissionais,

---

⁷¹ 01 Diretor Geral; 03 Diretores Adjuntos; 03 Assessores da Direção Geral; 17 Pesquisadores; 33 Extensionistas; 21 Técnicos Administrativos; 07 Técnicos de Informática; 02 Assistentes de Pesquisa; 77 Auxiliares de apoio a Pesquisa; 19 Alunos de Iniciação Científica; 40 Bolsistas; 19 Estagiários.

⁷² Principalmente manejo de pesca, florestal, agroecossistemas, artesanato e turismo de base comunitária

⁷³ Entrevista concedida por Helyka Paula P. Batista. Diretora Geral do Hospital Regional de Tefé. Tefé, 24 jan. 2014.

apenas 7 funcionários fazem parte de seus pessoal , enquanto que o Centro Irmã Adonai são 20.

O Hospital São Miguel ou Centro Municipal de Saúde São Miguel, uma das 8 Unidades Básicas de Saúde existentes no município⁷⁴, é um hospital histórico construído pela Prelazia no início da década de 1970, uma das iniciativas do ilustre Dom Joaquim de Lange e do Irmão Falco, ainda exerce seu papel no trabalho de promover meios para sanar os problemas de enfermos e, concomitantemente, de problemas de saúde pública do município e da região. Em seus departamentos estão os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) com 19 servidores; Serviço de Pronto Atendimento (SPA) com 9 membros; o Centro de Especialidade Odontológica (CEO) com 23 funcionários; o Centro Municipal de Reabilitação Fisioterapêutica (CER I) com 6 profissionais; o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) com 4 servidores; o departamento de Zoonoses e Vigilância Ambiental com 5 membros; a Farmácia Central que oferece gratuitamente remédios à população com 5 funcionários; a Vigilância Sanitária e epidemiológica com 14 e 6 servidores, respectivamente; o Controle de Avaliação e Regulação de Sistema de Informações com 8 profissionais e os demais profissionais do laboratório de dermatologia Gabinete administrativo, secretariado e serventes que soma 172 funcionários para manterem o Hospital São Miguel em plena atividade atraindo pessoas de todas as partes do rio Tefé e do grande Solimões⁷⁵. Os hospitais trabalham em parceria com a Central Municipal de Regulação e Assistência (CEREG), em enfermos com problemas de alta complexidade este órgão pode disponibilizar um acompanhante para levá-lo a Manaus ou disponibilizar o encaminhamento para atendimento nos hospitais da capital⁷⁶.

Os bancos em Tefé desempenham um papel de atração de comerciantes, agricultores, empresários, autônomos, servidores públicos estaduais e municipais de outros municípios para utilizarem das infraestruturas e dos serviços efetuados somente em Tefé, existem quatro instituições: Bradesco, o Banco do Brasil, Banco da Amazônia e a Caixa Econômica Federal.

---

⁷⁴ Entrevista concedida por Karoline Polyana Queiroz da Costa. Técnica de enfermagem do Centro Municipal de Saúde São Miguel. Tefé, 7 fev. 2014.

⁷⁵Entrevista concedida por Simone. Administrativa do Centro Municipal de Saúde São Miguel. Tefé, 7 fev. 2014.

⁷⁶ Entrevista concedida por Ive Tereza Conales. Gerente do Centro de Saúde Irmã Adonai. Tefé, 10 fev. 2014.

Apesar de alguns municípios da região contarem com agências bancárias estas possuem suas operações limitadas pela restrição de infraestruturas e pessoal. Este é o caso, por exemplo, do Bradesco, que possui uma agência pólo do Médio Solimões em Tefé, o pagamento dos funcionários públicos estaduais e de alguns municípios são efetuados por este banco em Tefé. Nos municípios circunvizinhos a estrutura das agências é constituída por “Expressos”⁷⁷ com limites de saques, depósitos e a realização de serviços mais complexos. Desta forma, muitas pessoas se dirigem a Tefé para utilizar os serviços da Agência Regional com melhores infraestruturas e pessoal, com 19 funcionários⁷⁸.

A instituição financeira “Caixa” possui agências em Tefé, Coari e São Paulo de Olivença, porém, o fluxo de pessoas de outros municípios que se dirigem a Tefé para utilizarem os serviços da agência local é significativo, inclusive de Coari que possui uma agência. Com 17 funcionários, a Caixa Econômica Federal em Tefé possui um papel importante no financiamento da produção local, assim como de imóveis e empreendimentos em Tefé⁷⁹.

O Banco do Brasil possui a maior infraestrutura, a única que possui elevador para portadores de dificuldades especiais. O BB conta com 22 funcionários e realiza em Tefé os pagamentos de servidores públicos municipais de cidades como Alvarães, Fonte Boa, Marañ, Jutai, Juruá e Japurá. Os pagamentos de servidores de instituições federais também são direcionados pelo BB como os pertencentes às Forças Armadas. As cidades da região do Médio Solimões possuem apenas Bancos Postais do Banco do Brasil nos Correios onde os valores de saques e de depósito são bem limitados⁸⁰.

Soma-se à atividade financeira e bancária as 3 lotéricas e as 9 financeiras que possibilitam aliviar as demandas da população para os pagamentos de contas, taxas e na realização de empréstimos com pagamentos a longo prazo⁸¹. O Banco Postal efetua uma importante atuação, pois além dos serviços postais realiza serviços bancários. Contel

---

⁷⁷ Máquinas eletrônicas que são alimentadas com dinheiro e papel para efetuar operações de saques, depósitos, extratos e pagamentos de contas.

⁷⁸ Entrevista concedida por Rozana Gomes Caldas. Gerente do Banco Bradesco Tefé. Tefé, 6 fev. 2014.

⁷⁹ Entrevista concedida por Marcelo Ribeiro Queiroz. Assistente de Atendimento de Pessoa Jurídica da Caixa em Tefé. Tefé, 7 fev. 2014.

⁸⁰ Entrevista concedida por Marcos Gil Monteiro Cabral. Supervisor da Agência do Banco do Brasil de Tefé. Tefé, 24 jan. 2014.

⁸¹ Existem “agiotas” que de forma ilícita efetuam seus empréstimos aos “desesperados” que deles necessitam.

(2006, p.250) afirma que em Tefé a coincidência entre estes serviços é de 100%, pois a única agência dos Correios abriga um Banco Postal.

O Banco da Amazônia instalado em 2014 disponibilizou 50 milhões de reais em projetos dos clientes de pessoa física ou jurídica no interior do Amazonas a partir de sua sede em Tefé que efetua uma centralidade envolvendo 14 municípios a partir de visitas institucionais da gerência⁸², a análise das relações deste banco serão mais aprofundadas no capítulo posterior.

Um grande produtor de fluxos de pessoas devido às infraestruturas existentes em Tefé são as instituições de ensino técnico, superior e médio. Ressalta-se que das 107 comunidades da área rural do município de Tefé apenas 68 possuem escolas com o acesso somente ao Ensino Fundamental, os respectivos alunos que desejarem prosseguir seus estudos devem se dirigir a cidade de Tefé. No entanto, alunos de outras cidades também se dirigem à cidade, condicionados pela má qualidade de ensino das escolas de seus municípios de origem, mas principalmente pela ausência de perspectivas destas cidades em prover emprego e oportunidades ao final do Ensino Médio (QUEIROZ, 2012a). No maior centro urbano da região acreditam que serão contemplados com emprego e renda, porém quase sempre isso não acontece, “inchando” a cidade com jovens desempregados por intermédio dos fluxos intermunicipais, muitos destes se deslocam para Manaus com os mesmos objetivos.

As Escolas Municipais contam com 1890 professores em 2013, além dos concursados e efetivos, muitos provenientes de outros municípios e atuam na instituição por intermédio de Processo Seletivo Simplificado que ocorre anualmente organizado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) este profissional possui contrato de um ano apenas. O mesmo modelo é adotado pela Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC) suas escolas são as únicas que possuem Ensino Médio. Em seu quadro possui 665 professores e 207 funcionários para atender 12.751 alunos matriculados⁸³.

A infraestrutura da SEMED e SEDUC na área urbana inclui 16 escolas municipais e 16 escolas estaduais distribuídas nos bairros da cidade de Tefé. Existe apenas uma escola

---

⁸² Entrevista concedida por Mauro Evando Lopes de Lima. Gerente Geral do Banco da Amazônia em Tefé. Tefé, 27 jan. 2015.

⁸³ Relatório anual da SEDUC/Tefé.

particular que oferece Ensino Fundamental e Supletivo do Ensino Médio, além de uma escola exclusiva para filhos de militares. Existem 3 centros particulares que oferecem cursos técnicos como radiologia, enfermagem, informática, segurança do trabalho, contabilidade, etc. O SENAC e o Centro de Tecnologia do Amazonas (CETAM) oferecem cursos com boa qualidade técnica e são bem conceituados. O SENAC possui 22 funcionários com uma infraestrutura que oferece 117 turmas com 32 cursos, entre os mais procurados estão o de auxiliar administrativo, Inglês, Cabeleleiro, Informática e Editor de Projetos Visuais⁸⁴. O CETAM possui em seu quadro 22 funcionários e 113 professores temporários que geram uma rotatividade destes profissionais na cidade, muitos advindos de Manaus e outros estados como São Paulo, Paraná, Pará e Goiás. Esta instituição trabalha em parceria com projetos do Estado como o “Projeto Jovem Cidadão” a qual utiliza as escolas estaduais como suporte estrutural para aulas de informática atraindo alunos de Fonte Boa, Alvarães, Uarini, Japurá e Marañ. Com 20 turmas o CETAM exerce um papel institucional integrador, pois seu auditório é o mais estruturado da cidade, a demanda para eventos, audiências e apresentações de instituições universitárias, administrativas, políticas e sociais é grande, devendo ser agendada até 3 meses antes⁸⁵.

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) possui um papel ímpar na sociedade tefeense, a funcionalidade de sua infraestrutura gera diversos fluxos não apenas para mantê-la, mas também para utilizá-la. Conta para isto com 78 professores e 21 funcionários, além de diversos bolsistas, 16, que trabalham junto à administração. Oferece 12 faculdades sendo 8 de licenciaturas⁸⁶. Com mais de 1500 alunos de diversos estados do país e municípios do Amazonas a UEA permite que Tefé exerça polaridade de educação, pesquisa e extensão (Quadro 4).

Muitos familiares de militares, assim como de servidores públicos de outras instituições que estão em serviço temporário na cidade⁸⁷, estudam no Centro de Estudos

---

⁸⁴ Entrevista concedida por Miriam dos Santos Araque. Supervisora Técnica do SENAC Tefé. Tefé, 15 jan. 2014.

⁸⁵ Entrevista concedida por Eneida Batalha. Diretora do CETAM/Tefé. Tefé, 15 jan. 2014.

⁸⁶ Entrevista concedida por Maria dos Anjos. Secretária do CEST/UEA. Tefé, 15 jan. 2014.

⁸⁷ Geralmente o tempo de permanência de um militar, do Exército, Força Aérea ou da Marinha são dois anos, enquanto que outros profissionais como juízes, promotores e funcionários da Justiça Federal, do Trabalho e Eleitoral e outros variam conforme a necessidade de suas respectivas instituições estatais.

Superiores de Tefé (CEST) da UEA; somada à atuação de professores cubanos⁸⁸ e pesquisadores estrangeiros que eventualmente passam pela instituição produzem uma atmosfera cosmopolita nos corredores da universidade, sotaques, idiomas e as culturas destes profissionais e estudantes transformam a instituição num lugar quase heterotópico e rico em cultura e relações sociais.

Existem dois cursos da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em Tefé sendo oferecidos à distância nas instalações da Escola Municipal Luzivaldo Castro. Para os indivíduos que possuem internet existe a possibilidade de cursar faculdades à distância, a instituição mais procurada é a UNIP, desta mesma forma virtual, cursos de pós-graduação (*lato sensu*) são oferecidos.

As infraestruturas de entretenimento proporcionam grandes fluxos de pessoas, principalmente em festas tradicionais como a “Festa da Castanha” e “Festa de Santa Teresa”. Há três danceterias e clubes como o Círculo Militar, GRESSTE e GRCAST⁸⁹, a AABB e o SESC que promovem campeonatos esportivos e festas particulares atraindo pessoas de toda região para jogar ou participar de shows de alguma atração nacional ou regional. O estádio de futebol possui uma estrutura que poderia ser bem melhor aproveitada no lugar das quadras das escolas locais e campos de futebol que funcionam em parceria com sócios que permitem a organização esportiva e acesso ao lazer. Flutuantes que oferecem serviços de restaurante e bar dinamizam o lazer no lago de Tefé.

As infraestruturas em Tefé desempenham um papel importante para a sobrevivência da cidade representam um trabalho morto⁹⁰ exercem influência na economia, atraindo pessoas, capital e ideias, promovendo assim incentivos para sua manutenção e reformulação de seus objetivos sociais, muitas vezes alterando até seus objetivos primordiais sofrendo rugosidades úteis a sobrevivência de Tefé e da região.

---

⁸⁸ Há um convênio da instituição com o governo de Cuba para que professores cubanos supram a escassez de docentes em cursos como Física, Química, Matemática e Biologia em todas as unidades da UEA no interior do Amazonas.

⁸⁹ Grêmio Recreativo de Subtenentes e Sargentos de Tefé (GRESSTE); Grêmio Recreativo de Cabos e Soldados de Tefé (GRCAST).

⁹⁰ (...) “trabalho morto” da terminologia de Marx e seria mais bem representada, em nossos dias, pelo conjunto de objetos culturais que, ao lado ou no lugar dos objetos “naturais”, cuja significação modificam, formam o que podemos chamar de configuração espacial, configuração territorial ou configuração geográfica, da qual a paisagem é um aspecto ou uma fração (SANTOS, 1996, p.75). “A ação humana tanto depende do trabalho vivo quanto do trabalho morto. O trabalho morto, na forma de meio ambiente construído (*built environment*) tem um papel fundamental na repartição do trabalho vivo (SANTOS, 2009 [1996], p.91).

Pequenas infraestruturas se tornam importantíssimas numa região com poucas. Uma escola da SEDUC; um curso em uma cozinha industrial no SENAC; um curso de informática avançada nos computadores do CETAM; uma faculdade de licenciatura em Geografia na UEA⁹¹; um telefone público da OI numa comunidade do rio Tefé; o uso de internet, bem lenta, como as oferecidas em Tefé, mas que inserem o usuário ao mundo moderno. Pequenas estruturas que acabam tendo seu papel maximizado exercendo com isso vários papéis, transcendendo o habitual e extrapolando a capacidade e a função de seus objetivos primordiais, tornam-se políticas e sociais. Pequenas ações e estruturas que produzem impactos gigantescos em centralidades periféricas inseridas em espaços opacos.

2.2.3 – Centralidade Comercial

O espaço de fluxos estabelecido a partir das atividades da centralidade de Tefé se concretiza por intermédio da manutenção das instituições pelo Estado e da circulação monetária de suas remessas salariais estatais à população tefeense assalariada propiciando a força do comércio, base da centralidade no Médio Solimões. Somada a isto, a necessidade de aquisição de bens e mercadorias pelas populações das cidades circunvizinhas e pertencentes à sua região de influência.

Desta forma, há certo dinamismo territorial e uma especialização do lugar advindo da funcionalidade da centralidade comercial tefeense existente a partir de uma configuração urbana limitada, ou seja, a cidade de Tefé. Ressalta-se que as cidades são processos (BECKER, 2013, p.21) e se definem pelas suas relações e não pelo seu tamanho ou extensão, são espaços relacionais (HARVEY, 1980) que providenciam a continuidade das atividades econômicas, políticas e culturais de uma sociedade. Pretende-se desta forma analisar Tefé em sua centralidade como portadora de uma funcionalidade comercial útil à sobrevivência da região.

A economia tefeense tem sua produção baseada no consumo de bens e mercadorias. Uma divisão territorial do trabalho assim como uma divisão espacial do consumo é estabelecida; a macrocefalia espacial determinada por Manaus, sede do Pólo Industrial de Manaus (PIM) onde se produz grande parte da produção nacional de bens duráveis e eletroeletrônicos a qual exporta para os municípios do interior do Amazonas que tenham

---

⁹¹ Que formou este pesquisador que muito se orgulha de sua academia.

“acesso” a estes bens e mercadorias, suscetibiliza uma fragmentação territorial neste subespaço. As cidades interioranas como Tefé, não produzem produtos ou mercadorias, apenas consomem o que podem comprar, sua produção é baseada na capacidade de suas populações consumirem gerando circulação e autonomia econômica. Por conseguinte, a importação de alimentos, móveis, equipamentos, veículos, combustível, vestuário, etc. é fundamental para a sobrevivência destas cidades amazônicas. Fluxos são criados a partir de Tefé com cidades luminosas como Manaus e São Paulo e a centralidade estabelecida corrobora para as relações globalizadas capitalistas que impulsionam a vida no Solimões.

Figura 21 - Nucleação principal do comércio e serviços em Tefé - 2010

Fonte: TOURINHO, 2011. Organizado pelo autor.

Em 2013, 2703 empresas constituíam atividades diversas em Tefé, destas, 2404 finalizaram o ano em plena atividade e 299 tiveram seus Alvarás de funcionamento cancelados⁹². Entre as firmas em funcionamento destaca-se: lojas de materiais de

⁹² Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças da Prefeitura de Tefé (SEMAF/PT).

construção, mercearias; papelerias; lojas de vestuário, sapatarias, brinquedos; distribuidoras de bebidas; restaurantes; lojas de móveis e/ou eletrodomésticos, artigos domésticos; bares e pequenos bares; padarias; confeitarias e similares; pensões e hotéis, locadoras de veículos e filmes, etc.⁹³

Quadro 5 – Centralidade Comercial⁹⁴

Empresas	Cidades inseridas nos fluxos	Movimentação anual (Reais)
Frigorífico Frigopeixe	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ, Jutai, Carauari, Coari, Manaus, São Paulo, Goiânia, Brasília, Belém.	3.6 milhões
Deusdeth – Importadora Luany e J F Lopes Ltda	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ, Jutai.	5 milhões
Cometa Motocenter	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ, Jutai, Carauari, Eirunepé, Envira.	13.2 milhões
Indústrias de Cerâmicas	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ	2 milhões
Flutuante Takafaz	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ, Jutai.	3 milhões
Colônia dos pescadores Z4	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ, Parintins, Belém e Manaus.	Não informado
Mercado Municipal de Tefé	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ, Jutai, Manaus, estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo.	Não informado
Amazonaves	Estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Acre e Amapá.	Não informado
Navios comerciais e balsas de carga	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Marañ, Jutai, Coari, Codajás, Manaus.	18 milhões

Fonte: Confecção Própria, 2014.

⁹³ Entrevista concedida por Luciano Pinto Oliveira. Subsecretário Municipal de Finanças de Tefé (SEMAF/PT). Tefé, 18 dez. 2013.

⁹⁴ Como citado anteriormente Tefé possui 2.703 firmas, estas informações do Quadro 5 envolve apenas as mais tradicionais e significativas para ilustrar a centralidade comercial tefeense.

Cabe ressaltar que os serviços privados (como profissionais liberais, escolas particulares, etc.) podem ser incluídos nas atividades que envolvem a centralidade comercial em Tefé. Rio (2012) afirma que:

As várias atividades que integram o que consideramos serviços envolvem, além do comércio, organismos de regulação pública ou privada que atuam no controle das atividades, na concorrência ou na certificação de produtos e processos; setor financeiro (bancos de investimento e bancos comerciais); seguradoras de toda espécie, empresas de gestão de riscos; serviços de saúde, educação, restauração, hotelaria, limpeza, transporte e logística etc. A diversidade de atividades que nesse setor são incluídas reforça a tendência mais geral de desindustrialização de muitos dos países desenvolvidos sem que estes, contudo, percam o comando da economia (RIO, 2012, p.167).

Neste sentido, enriquecem a centralidade comercial tefeense com fluxos significativos as clínicas particulares de médicos e exames bioquímicos menos complexos⁹⁵ (8); de estética (11); veterinárias (2); escolas particulares (maternal (4); creches (2); supletivos acelerados (2); ensino fundamental (2) e cursos de pós-graduação *latu sensu* (5) à distância; assim como salões de cabeleiros e manicures (52); danceterias e *boites* (3); organização de festas e eventos (5); representantes comerciais (cosméticos, filtros d'água, utensílios domésticos, etc.); lojas de auto peças para veículos (8); profissionais liberais como advogados (24), dentistas (14) e contabilistas (8); pizzarias (5); estúdios fotográficos (4) e de publicidade (6); lojas de serviços de fotocopiadoras (12); *lan houses* e *cyber* cafês (11); academias de esportes (4); pousadas (8); taxistas (29); mototaxistas (1200); firmas lavadoras de roupas (3), etc.

Estes são números suscetíveis a variações pela continuidade ou não da atividade comercial ou serviço citado, existem muitas atividades semelhantes às citadas que não são computadas por serem clandestinas e não possuem Alvarás de funcionamento da prefeitura. Esposas de militares de outras regiões complementam as rendas de suas famílias oferecendo aulas de danças, ginástica, idiomas; algumas provem atendimentos fisioterápicos, de medicina oriental e estética. Muitos estrangeiros vinculados às atividades de pesquisa do Instituto Mamirauá também oferecem aulas de idiomas e consultorias especializadas anonimamente. Existem alunos de outros municípios que estão em Tefé

---

⁹⁵ Exames como biópsias e outros mais complexos são enviados a Manaus ou a uma clínica parceira destas em Curitiba levando até 1 mês para a obtenção do resultado em Tefé.

apenas para aprender outro idioma ou realizar tratamentos estéticos com estes profissionais.

Não há indústrias de grande porte em Tefé, apenas duas indústrias de cerâmica que vendem tijolos e similares a clientes de toda a região (Figura 22), principalmente às comunidades do rio Tefé e proximidades. As empresas possuem grandes galpões, balsas e caminhões próprios o que favorece os fluxos dos respectivos compradores de outros municípios do interior do Amazonas⁹⁶. Existe uma fábrica de vassouras que fornece pequenas quantidades do produto para consumo interno, sendo vendidas no Mercado Municipal de Tefé e em algumas mercearias. Existem 18 movelarias que produzem móveis de madeiras de lei ou madeiras convencionais.

Figura 22 – Indústria de Cerâmica de Tefé

Fonte: Levantamento próprio. Dezembro/2013.

De acordo com Santos (2008 (2002), p.66), as indústrias-serviços “são oficinas de conserto de veículos, suscetíveis a transformar-se em oficinas metalúrgicas, chegando até alimentar indústrias modernas com dificuldades de prover peças sobressalentes”. Existem serviços mecânicos em Tefé para veículos diversos, como embarcações e até mesmo manutenção de aeronaves. No entanto, destacam-se para a centralidade tefeense na atração de fluxos as metalúrgicas, vidraçarias, serviços com alumínio que fazem escadas, janelas, portas, etc. (Figura 23). Profissionais trabalham com materiais como MDF e compostos industriais importados para manufatura de móveis a qual estão gradativamente se estabelecendo na cidade e atendendo outros municípios.

---

⁹⁶Entrevista concedida por José Ronildo de Oliveira. Gerente da Indústria de Cerâmica Rodrigues Alves. Tefé, 22 jan. 2014.

Figura 23 – Indústrias-serviços em Tefé: esquadrias de alumínio e mecânicos especializados com clientes de toda a região

Fonte: Levantamento próprio. Fevereiro/2014.

Cabe ressaltar neste aspecto que a atuação de indústrias-serviços como da empresa “Honda - Cometa Motocenter” do Grupo Cometa de Mato Grosso. Esta empresa atende 11 cidades não apenas do Médio Solimões como também do sul do Amazonas, vendendo carros e motos, além de contar com a mais moderna indústria-serviço de Tefé e da região, atraindo fluxos destes clientes para a cidade para a manutenção de seus veículos (Figura 24).

A empresa “Cometa Motocenter” possui 54 funcionários e movimenta anualmente 13.2 milhões de reais a partir de Tefé. Ultrapassam o papel de empresa fornecendo subsídios para a manutenção de projetos sociais na cidade e garantindo a muitos de seus funcionários o acesso à cidadania com apoio a formação e qualificação de mecânicos, secretários, atendentes, vendedores, motoristas e estudantes. Muitos mecânicos são enviados a São Paulo e Manaus para cursos especializados com objetivo de aperfeiçoar os serviços de suas atividades.

Figura 24 – Indústria-serviço Cometa Motocenter

Fonte: Levantamento próprio. Fevereiro/2014.

Outros agentes da centralidade tefeense são as franquias que desenvolvem suas atividades comerciais, principalmente de cosméticos (Boticário, Natura e Avon). Vendedores locais se dispersam pelas cidades circunvizinhas estabelecendo sucursais inicialmente informais, formalizando-as posteriormente criando uma rede de vendedoras que movimenta valores significativos para o comércio.

A empresa aérea legitimamente tefeense “Amazonaves” oferece seus serviços a toda a Amazônia. Com 13 aeronaves (Figura 25) freta aviões e serviços a partir de Tefé, favorecendo os fluxos dos Correios com perspectivas para o transporte de linha aérea. Atualmente, Tefé possui linhas diárias de vôos para Manaus e outros municípios do estado efetuados pela empresa Azul e outras empresas já comentadas anteriormente. A Amazonaves é produto do trabalho do piloto e empresário Antônio Picão que ampliou a malha viária para além da região do Médio Solimões. Possui escritórios e veículos em Tefé e Manaus, assim como um grande hangar para manutenção de seus aviões na capital amazonense⁹⁷.

---

⁹⁷ Entrevista concedida por Janrleide Santos de Oliveira. Auxiliar administrativa plena. Tefé, 10 mar. 2014.

Figura 25 – Aviões da Amazonaves

Fonte: Arquivos Amazonaves. Setembro/2013.

Para compreender melhor a organização comercial e a dinâmica econômica de Tefé este estudo propõe dividir o comércio em atacadista, varejista e ambulante. Desta forma, analisemos:

i) Comércio Atacadista: vinculado ao entreposto comercial que difunde as mercadorias e bens para Tefé e as cidades circunvizinhas. As empresas que compram de fornecedores externos à região e ao país são beneficiadas pela atuação dos bancos que financiam suas negociações. Material de construção, alimentos, bebidas, vestuário e veículos são os principais produtos adquiridos e distribuídos para as empresas de cidades da região do Médio Solimões a partir de Tefé.

Figura 26 – Fluxos de mercadorias e bens do comércio atacadista tefeense

Fonte: Levantamento próprio. Dezembro/2013.

A empresa do Sr. Deusdeth Barroso Roberto representa um exemplo da tradição do comércio tefeense. Até os dias de hoje a “J F Lopes Ltda.” e a “Importadora Luany Ltda.” constituem as maiores empresas de material de construção, eletrodomésticos, móveis e

utensílios domésticos (Figura 27). As duas movimentam anualmente mais de 5 milhões de reais e possuem 40 funcionários⁹⁸.

Existem muitas outras empresas que possuem lojas de móveis, eletrodomésticos, e principalmente, materiais de construção em Tefé. Estas possuem relativa importância e enriquecem os fluxos para o comércio local, mas a tradição e história da J F Lopes provê uma singularidade no trato do estabelecimento dos fluxos que nos dias atuais são utilizados por outras empresas concorrentes. Foi pioneira na ampliação do mercado que desenha a centralidade comercial na rede e no espaço de fluxos do Médio Solimões presidido por Tefé.

Figura 27 – Um dos estabelecimentos atacadistas do Sr. Deusdeth em Tefé

Fonte: Levantamento próprio. Fevereiro/2014.

O “Frigorífico Frigopeixe Ltda” (Figura 28) é uma referência na compra e na revenda do pescado do Médio Solimões. Além de comprar a produção de pescadores profissionais que se dirigem a Tefé para vender seu pescado, também financia alguns pescadores para direcionarem uma melhor produção da atividade piscosa que representa boa parte da produção pesqueira total do município de Tefé (Tabela 7).

---

⁹⁸ Entrevista concedida por Deusdeth Barroso Roberto. Empresário e proprietário da J F Lopes e Importadora Luany Ltda. Tefé, 7 mar. 2014.

Tabela 7 - Produção Pesqueira em Tefé

Ano	Período	Quantidade		Espécies
		Produção Total de Tefé	Produção do Frigorífico Frigopeixe	
2012	1º Semestre	986.388 Kg	534.393 Kg	41
2012	2º Semestre	1.310.245 Kg	835.141 Kg	40
2013	1º Semestre	1.110.010 Kg	416.054 Kg	40

Fonte: Boletim Desembarque Pesqueiro/IDSM. Organizado pelo autor.

A empresa possui 20 funcionários fixos, porém chegam a contratar até 120 dependendo da produção e do período do ano. Possui escritórios em Manaus e São Paulo enviando peixes de Tefé para 5 estados brasileiros⁹⁹ e trabalha com perspectivas de exportação para os EUA ainda em 2014. O Frigopeixe produz gelo para as embarcações pesqueiras da região e negocia o pescado advindo de países amazônidas próximos como Colômbia e Peru que comprem a produção de Piracatinga. A empresa movimenta anualmente em Tefé 3.6 milhões de reais¹⁰⁰.

A “Colônia de Pescadores Z4 de Tefé-Am” é uma entidade que administra o frigorífico “Fábrica de Gelo Gelopesca de Tefé” (Figura 28). Trabalham em parceria com o apoio do Governo Municipal junto as Áreas Protegidas circunvizinhas de Tefé explorando o pescado da Floresta Nacional de Tefé (FLONA) e na área do acordo de pesca Pantaleão nas proximidades do município de Marã¹⁰¹. Além de produzir gelo para consumo interno a Z4 oferece acompanhamento na gestão dos acordos de pescas regionais por parte de seus 11 funcionários e 3 diretores. Contribuem para isso, cerca de 400 pescadores colaboradores da Colônia Z4 com uma organização cooperativa. A Z4 efetua transações comerciais que enriquecem a centralidade tefeense com Manaus, Belém, Fonte Boa, Japurá e Marã.

⁹⁹ Peixes como Surubim, Pirarucu, Dourado, Piracatinga, Mapará, Sardinha, Zebra, Jari, Filhote etc. vendem para São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal e Pará.

¹⁰⁰ Entrevista concedida por Gilmar Willian Veloso. Gerente do Frigorífico Frigopeixe. Tefé, 22 jan. 2014.

¹⁰¹ Entrevista concedida por Neila dos Remédios Almeida. Secretária Administrativa da Colônia dos Pescadores Z4. Tefé, 22 jan. 2014.

Figura 28 – Os trilhos para embarque do pescado no Frigorífico Frigopeixe, a Colônia dos Pescadores Z4 e a Gelopesca.

Fonte: Levantamento próprio. Dezembro/2013.

O empresário Roberval dos Santos Takafaz é proprietário do “Flutuante Takafaz Ltda”, importante entreposto comercial para os ribeirinhos das comunidades do rio Tefé e de municípios do raio de influência de Tefé. O Sr. Takafaz representa a mudança no comércio referente à farinha de mandioca, produto que a agricultura de Tefé exporta significativamente para Manaus.

No entanto, devido ao aprimoramento dos grandes consumidores deste produto, comerciantes manauaras, que comprem a produção diretamente do agricultor e não mais do atravessador/intermediário como o Sr. Takafaz, propiciou a diminuição dos interesses de empresas tefeenses no comércio atacadista da farinha local; isto redirecionou o foco destas empresas a partir de então (últimos 5 anos) no comércio atacadista e também varejista de mercadorias alimentícias nos vários flutuantes do lago de Tefé (Figura 29). Neste setor, o Flutuante Takafaz é o seu maior representante¹⁰². Os fluxos dos fornecedores são advindos

---

¹⁰² Entrevista concedida por Roberval dos Santos Takafaz. Proprietário do Flutuante Takafaz. Tefé, 10 mar. 2014.

de empresas de Manaus e São Paulo movimentando anualmente em torno de 3 milhões de reais ao mercado interno em Tefé¹⁰³.

Figura 29 – Flutuante Takafaz e comércio flutuante no lago de Tefé

Fonte: Levantamento próprio. Fevereiro/2014.

Os “pontões” ou postos de combustíveis fluviais são importantes mantenedores de fluxos de embarcações no Médio Solimões que utilizam seus serviços de abastecimento de combustíveis e óleo assim como do comércio de produtos e mercadorias. Muitos são franqueados a empresas nacionais e desempenham um papel importante no abastecimento de combustível e gás de cozinha para o comércio varejista de Tefé e região (Figura 30).

Figura 30 – Os “Pontões” de Tefé e um rebocador trazendo de Manaus uma balsa de combustível quase totalmente dentro d’água.

Fonte: Levantamento próprio. Fevereiro/2014.

¹⁰³ Entrevista concedida por Manoel Wilson Nogueira Pinho. Gerente do Flutuante Takafaz. Tefé, 10 mar. 2014.

Desta forma, o comércio atacadista tefeense constrói relações com fornecedores e clientes regionais e nacionais, em muitos momentos ultrapassando as fronteiras e alcançando outros países amazônidas como a Colômbia e Peru. A manutenção da vida da população do Médio Solimões está atrelada ao desempenho de empresas e firmas que buscam maximizar seus ganhos a partir de um mercado consumidor local limitado, logo, a busca por novos mercados regionais se torna imprescindível. Nesta busca, ampliam-se concomitantemente as relações a partir de Tefé irradiando aos municípios vizinhos as imposições econômicas pertinentes aos custos de logística e abastecimento que dificultam e encarecem o acesso aos produtos comercializados.

ii) Comércio Varejista: vinculado às lojas do Mercado Municipal de Tefé (Figura 31) e ao comércio em geral. A economia varejista em Tefé se caracteriza pela acessibilidade de algumas firmas à modernização¹⁰⁴ e a falta desta para outras, geralmente os mais pobres¹⁰⁵.

Existem lojas de vestuários que maximizam os preços das mercadorias adquiridas por fornecedores e empresas distantes que são comprados no exercício do consumo daqueles que disponibilizam de dinheiro. Nestas lojas uma simples calça jeans sem marca famosa ou requintada pode custar até 800 reais. Existem outras lojas localizadas nos boxes do Mercado Municipal de Tefé e em bairros mais afastados que vendem mercadorias

---

¹⁰⁴ Santos (1979) utiliza o conceito de Moore (1965) para acatar a modernização de um espaço como sua união econômica, política e social ao mundo moderno. Porém, nestes dias de globalização há de se refletir sobre o acesso às redes, às tecnologias e as informações que permitem as modernizações em espaços opacos como Tefé, onde existe uma integração parcial, limitada e relativizada.

¹⁰⁵ Pode ser classificado no clássico enquadramento dos circuitos da economia Urbana de Milton Santos discutida em “O espaço dividido” (1979). Santos discute que os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se por organizarem-se e reorganizarem-se em função de interesses distantes. Desta forma, subespaços não são atingidos de um modo maciço pelas forças de transformação da modernização. Constituem-se assim o Circuito Superior e o Circuito Inferior da Economia Urbana em países subdesenvolvidos. As firmas que possuem acesso a fornecedores de cidades mundiais possuem modernas instalações e estruturas que oferecem produtos especializados e de qualidade, mercadorias contemporâneas e atendimento mais personalizado ao cliente. Estas podem se enquadrar no circuito urbano moderno de produção e consumo de Santos (2008 [2002], p.133) que comenta que “é pouco criador de empregos e grande criador de riquezas, ao menos na aparência, e acha-se quase que totalmente desvinculado da região”. Estas são firmas do Circuito Superior, onde os monopólios de empresas mundiais se fazem presente oferecendo o que há de novo no mercado. Enquanto que as firmas que não contam com capital expressivo se baseiam no trabalho e não no capital e basicamente nos pequenos estoques, formalizando a sobrevivência, oferecendo produtos e mercadorias de baixa qualidade e preços mais acessíveis, difundindo o consumo apoiado na demanda de grandes fornecedores destas mercadorias e produtos. Que também pode ser adequado ao circuito tradicional urbano de produção e consumo de Santos (2008 [2002], p. 134) que “exerce demanda sobre as produções regionais: mantêm com elas uma certa integração; desenvolvem-se em função do crescimento demográfico” e das migrações urbanas que renovam uma população conservadora de hábitos de vida (costumes alimentares, vestuário, etc.) “próximos ao do mundo rural, por ser incapaz de participar completa ou frequentemente de um tipo moderno de consumo”.

baratas e produtos eletroeletrônicos advindos da China e Miami, muitos de procedência duvidosa. Entretanto, como a falta de fiscalização é uma constante e não é convencional utilizar ou pedir notas fiscais pelos consumidores providencia e corrobora para a existência de um comércio ilegal. Nestes pontos do comércio varejista como o Mercado Municipal uma calça jeans custa até 50 reais.

Figura 31 - O maior Mercado Municipal do Solimões, Tefé, constitui-se da feira, do mercado de peixes, carnes, vestuários, utensílios e equipamentos eletroeletrônicos

Fonte: Levantamento próprio.

Os comerciantes, proprietários de mercearias mantenedores de pequenos estoques são maioria na cidade e flexibilizam aos produtos e mercadorias nos bairros mais carentes. Muitos comerciantes tradicionais, donos de supermercados e distribuidoras, reclamam da falta de fiscalização e não entendem como estes pequenos estabelecimentos conseguem revender um produto mais barato do que supermercados que compram em grandes quantidades no atacado em empresas fornecedoras tradicionais¹⁰⁶.

---

¹⁰⁶ Entrevista concedida por Sr. Gilberto. Presidente da Associação de Comerciantes e Empresários de Tefé. Tefé, 10 dez. 2013.

O Mercado Municipal de Tefé supre grande parte das necessidades alimentícias da cidade e da região. Agricultores de todo o rio Tefé e de municípios do seu raio de influência, principalmente Uarini e Alvarães, que compreendem a microrregião de Tefé vendem seus excedentes no mercado. Comerciantes compram frutas e legumes de fornecedores de outras regiões e estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Goiás e Minas Gerais, enriquecendo os fluxos e ampliando as relações com o Brasil a partir do mercado consumidor local.

Os pequenos estabelecimentos são fundamentais para a economia tefeense suprindo as necessidades da população em vários pontos da cidade (Figura 32). Comerciantes de produtos mais sofisticados também mantêm negócios ativos no mercado interno e na região, é o caso das lojas de instrumentos e equipamentos musicais em Tefé que alimenta fluxos com clientes de todo o Médio Solimões. As diversas lojas de equipamentos de informática, papelarias, perfumaria, equipamentos eletrônicos e de manutenção destes proporcionam certa confortabilidade aos consumidores, pois estão distantes dos grandes centros, no que trata da manutenção e acesso às peças e reparos necessários para estes equipamentos funcionarem de forma plena às empresas, estudantes, escritórios de profissionais liberais e demais usuários destes produtos.

Figura 32 – Lojas de instrumentos e aparelhagem musical e uma típica mercearia tefeense

Fonte: Levantamento próprio. Fevereiro/2014.

Os postos de gasolina representam franquias com grande potencialidade modernizadora (Figura 33), pois vinculado ao serviço de combustíveis está o direcionamento de produtos e mercadorias nos chamados serviços de “conveniência” onde o estabelecimento oferece serviços de lanchonete, mercearia e bar.

Figura 33 – Os postos de conveniência

Fonte: Levantamento próprio. Fevereiro/2014.

Muitos vendem os mesmos produtos de mercearias tradicionais, porém estas lojas localizadas nos postos de gasolina funcionam 24 horas. Os postos de conveniência oferecem bebidas e alimentícios importados de boa qualidade e com custo superior, somado ao fato do acesso a estes lugares ser direcionado por veículos motorizados, pois são distantes do centro, geram uma divisão social que já faz parte da realidade de grandes centros urbanos, e de lá este modelo foi importado, como o maior centro urbano do Solimões, Tefé também faz parte desta realidade moderna e contemporânea. Sinais de uma globalização de modelos sociais e econômicos de espaços luminosos.

iii) Comércio ambulante: dos prestanistas, *paraditas* e camelôs.

Os ambulantes já fazem parte da paisagem urbana de países subdesenvolvidos¹⁰⁷. Deste ponto em suas conotações econômica e espaciais, interpreta-se a realidade de boa

---

¹⁰⁷ Os pobres do circuito inferior podem consumir os produtos do circuito superior. Neste sentido, Santos (2011 [1979]) discute o papel do circuito inferior para as populações pobres: “o papel essencial do circuito inferior é de permitir que as classes menos favorecidas tenham acesso, por formas específicas de comercialização, aos produtos fabricados no circuito superior, bem como o de produzir, ele mesmo, os bens de tipo moderno ou tradicional que comercializa através de seu aparelho próprio. Com um orçamento limitado e face ao volume dos preços dos alimentos, as classes médias e os pobres, convidados a consumir bens modernos, devem escolher entre os bens e serviços cujo o pagamento pode ser postergado. Não há outras formas comerciais além das do circuito inferior, que funciona muitas vezes na base do crédito pessoal, que sejam capazes de satisfazer suas necessidades incompressíveis. Da mesma forma um grande número de

parte da economia amazônida. As empresas promovem modelos de vendas que apropria consumidores modestos pertinentes às massas salariais mais baixas. Em Tefé esta parcela é representada pela maioria da população ativa e inativa como “funcionários públicos, pessoal administrativo de empresas privadas e de pequenos empresários de reduzidas rendas, que explica o dinamismo do circuito inferior”.

A sobrevivência é a base do consumo em lugares pobres. Uma forma de vender os excedentes de produções agrícolas e de pesca são os mercados temporários que funcionam apenas alguns dias da semana em determinado local e no período noturno. Santos (2011 [1979], p.93) descreve situação parecida em seu estudo em Lima quando trata das *paraditas* ou “lugares provisórios de aglomeração de pequenos comerciantes à espera de que sejam reunidos os meios necessários para construir um *mercadillo*”. Estes mercadillos são mercados menores construídos pelos próprios interessados. Em Tefé encontram-se várias *paraditas* que atendem a uma clientela pequena mais suficiente para mantê-los trabalhando todas as semanas (Figura 34).

Figura 34 – Paraditas tefeenses

Fonte: Levantamento próprio. Setembro/2013.

---

firmas pequenas e médias oferece uma produção manufatureira de qualidade inferior mas mais acessíveis às classes modestas” (SANTOS, 2011 [1979], p. 92).

Muitos vendedores das “paraditas tefeenses” são advindos de outros municípios e utilizam da criatividade para sobreviver, pescando e vendendo seus peixes, lavando motos, fazendo churrasquinhos, vendendo legumes ou mesmo se colocando à disposição para trabalhar em qualquer função, como carregador, limpador de carros, faxineiros, enfim empregados informais.

Os *prestanistas* são vendedores ambulantes que oferecem mercadorias das mais diversas e parcelam aos clientes em longas prestações (Figura 35).

Figura 35 – Prestanistas em Tefé

Fonte: Levantamento próprio. Fevereiro/2014.

São figuras típicas no comércio das cidades do Solimões, principalmente Tefé e Coari. Muitos são advindos de estados do Nordeste, como Ceará e Paraíba, onde grandes distribuidoras os envia para vender produtos nos municípios amazônidas, como utensílios domésticos, espelhos, cortinas, sapatos, material de cozinha, produtos de mesa e banho. Possuem carrinhos e empurram o dia inteiro debaixo do sol tefeense, por isso trabalham com o corpo todo coberto ou com grandes chapéus de palha. Viajam toda a região criando uma clientela fiel composta por donas de casa, aposentados e funcionários públicos.

Os camelôs ambulantes contribuem significativamente para o acesso de muitos pobres não apenas aos produtos e mercadorias do circuito superior, mas também ao trabalho informal ou mesmo formal (Figura 36).

Figura 36 – Ambulantes: carrinho de consertadores de panelas e limpadores de fogões e ambulantes vendendo roupas usadas e melancias numa praça em Tefé

Fonte: Levantamento próprio. Setembro/2013.

O SEBRAE realizou uma campanha há cinco anos para direcionar aos ambulantes sua legitimação com a sua inserção como microempreendedores individuais admitindo seus direitos previdenciários e trabalhistas. Porém, o governo municipal não direciona os Alvarás de funcionamento para estes trabalhadores. Algumas políticas públicas já foram direcionadas com a construção de um local para todos os ambulantes. No entanto, estes boxes foram subjugados ao corriqueiro jogo corrupto existente na periferia. De qualquer forma, os ambulantes em Tefé se apresentam de maneira tradicional ou não tão convencional. Um exemplo são os limpadores de fogões e filtros que saem nas ruas como os prestanistas oferecendo seus serviços assim como os consertadores de panelas (Figura 36) e os ambulantes de salgadinhos que percorrem seu trajeto em motocicletas.

Montenegro (2011, p.224) em seus estudos sobre o circuito inferior da produção de açaí em Belém discute de forma análoga questões que se encaixam na análise das atividades do circuito inferior tefeense. A autora enfatiza que:

O baixo grau de capitalização destes agentes implica no emprego de técnicas simples, muitos dos objetos técnicos usados e reutilizados, nas atividades e na vida do dia a dia, fazem parte do entorno onde estas pessoas crescem e vivem, seu uso envolve um saber técnico, que lhes é implícito, costumeiro, cotidiano (MONTENEGRO, 2011, p.224).

Neste sentido, observa-se que a diversidade de atividades pertinentes ao circuito inferior é significativa nas cidades da Amazônia, gerando formas e maneiras de comercialização de produtos e mercadorias que propiciam a sobrevivência da parcela da população mais carente advindas de setores mais precários da cidade. Em Tefé, por exemplo, ambulantes vendem banana e macaxeira frita embaladas em sacos plásticos, vendem salgadinhos, roscas e biscoitos feitos de mandioca, assim como sucos de frutas de

fácil acesso na região como cupuaçu, acerola, graviola, açaí e outras fáceis de serem adquiridas, muitas vezes coletadas e não compradas por estes ambulantes. Estas atividades enriquecem a vida comercial tefeense.

A centralidade comercial tefeense é secular e desta forma continua a exercer importante papel nas amarras das atividades e relações advindas dos fluxos que compõem o espaço econômico e social na região do Médio Solimões (Quadro 5). A valorização do território no passado foi decorrente à posição e ao sítio de Tefé que permitiu um comércio significativo nos rincões amazônicos. No entanto, a organização das estruturas geográficas, isto é da população, das infraestruturas, das instituições, das atividades em concomitância com as estruturas sociais e políticas resultantes da imposição do presente sobre o passado; assim como das influências locais, nacionais e internacionais no Solimões não se harmonizam propiciando uma rede de relações comerciais inseridas em contextos precários e carentes de uma estrutura técnica contemporânea.

2.2.4 – Centralidade Demográfica

A centralidade demográfica se desenvolve por meio do encontro e contato de pessoas de diferentes origens em um lugar, fluxos que proporcionam uma organização comunitária baseada nos interesses de uma coletividade que produz as bases de uma organização social construída por uma experiência desenvolvida por meio destas relações e trocas entre as pessoas. No caso de Tefé esta organização constituída historicamente, e vista no primeiro capítulo desta tese, se desenvolveu motivada em primeira instância por interesses econômicos ligados à exploração de drogas do sertão e, principalmente, aos condicionantes institucionais vinculados à posição estratégica na Amazônia Ocidental, fatores que operam como forças centrípetas criando uma sinergia no lugar.

As funcionalidades da centralidade demográfica se entrelaçam às outras analisadas anteriormente neste estudo (centralidades institucionais e a comercial); no entanto, possui elementos próprios que proporcionam uma dinâmica atrelada à circulação regional. Ressalta-se que o nó de rede representado por Tefé na região se contextualiza pelos objetos geográficos estabelecidos e ativados pela circulação, bem como pela energia advinda do movimento demográfico originado pelas necessidades básicas dos homens presentes neste respectivo lugar.

Santos (2012 [1985], p.16) afirma que “os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na qualidade de candidatos a isso”. A presença de jovens, desempregados, crianças e aposentados, ou seja, de pessoas em um lugar, que mesmo não participando diretamente da produção proporcionam a demanda de certo tipo de trabalho para outros, classificam o homem como um elemento na caracterização de um dado espaço (SANTOS, 2012 [1985], p.16/17). Esta demanda produzida pelo indivíduo é contemplada em parte pela centralidade comercial, na produção e uso de bens, serviços e ideias e em parte pela centralidade institucional, com a deliberação de normas e legitimações inerentes às instituições. Sob outro enfoque, a população de um município proporciona benefícios proporcionais a seu tamanho, provenientes do Estado, como por exemplo, no caso do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), onde o repasse monetário do Governo Federal depende do tamanho da população do município.

Santos (2012 [1985]) discute a redutibilidade ou intercambialidade de uns elementos espaciais em relação aos outros; característica que influencia no entendimento desta classificação da centralidade ligada à importância demográfica. O aumento da complexidade nos níveis de vida juntamente com o desenvolvimento histórico do local proporciona a intensificação de um entrelaçamento das funcionalidades dos elementos espaciais. Em relação a esta redutibilidade Santos (2012 [1985]) argumenta:

Desse modo, os homens também podem ser tomados como firmas (o vendedor da força de trabalho) ou como instituições (no caso do cidadão, por exemplo), da mesma maneira que as instituições aparecem como firmas e estas como instituições. Este último é o caso das transnacionais ou das grandes corporações, que não apenas se impõem regras internas de funcionamento como intervêm na criação de normas sociais a um nível de amplitude maior que o da sua ação direta, e até se tornam concorrentes das instituições, mesmo, do Estado. A fixação do preço das mercadorias pelos monopólios dá-lhes uma atribuição que é própria das entidades de direito público, na medida em que interferem na economia de cada cidadão e de cada família, e mesmo de outras firmas, competindo com o Estado na arrecadação da poupança (SANTOS, 2012 [1985], p.17).

A partir deste comentário, pode-se refletir sobre estes entrelaçamentos das funcionalidades dos elementos espaciais que no caso de cidades como Tefé no Médio Solimões representam meios de produção econômicos importantes. Com base nisto, a centralidade comercial e institucional analisada anteriormente não podem ser confundidas

com a centralidade demográfica, apesar de estarem entrelaçadas em suas especificidades funcionais.

Quando este estudo se refere a uma centralidade demográfica se refere à população tefeense que possui suas características próprias, como idade, sexo, raça, seu nível de instrução, remuneração, classe, e outros denominativos que criam uma dinâmica própria influenciando a economia e a sociedade regional por meio das outras centralidades classificadas. Desta forma, a centralidade institucional que se fraciona em institucional e infraestrutural, assim como a centralidade comercial que conta com a atuação de firmas de diferentes tamanhos e tipos de organização podem se relacionar com outras frações das demais centralidades baseadas nas funções dos elementos espaciais respectivos. “Cada fração de um elemento espacial se relaciona e exerce funções específicas com outras frações dos demais elementos” (SANTOS, 2012 [1985], p.21). Neste sentido, um jovem ou um adulto com vigor físico e mental possui um determinado vínculo com o Estado relacionando-se de uma maneira não necessariamente obrigatória com este, tendo o dever e o direito de trabalhar. Enquanto que crianças e idosos merecem a proteção e atenção do Estado, relacionando-se de outra maneira em diferentes contextualizações sociais e mesmo políticas. Distintas relações estatais são direcionadas à mesma população, mas em frações diferentes desta. As relações dos homens com o Estado, com a natureza e com o espaço não são iguais assim como das instituições, das firmas, das infraestruturas disponíveis que fornecem diferentes relações entre si.

Como visto no capítulo anterior deste estudo, pode se identificar uma centralidade humana advinda do encontro de portugueses, espanhóis e índios¹⁰⁸ que em interesse mútuo possibilitaram a construção de um centro urbano, ou primeiramente, proto-urbano, porém com responsabilidades territoriais, sociais, econômicas, políticas e culturais bem definidas. A mestiçagem não apenas em Tefé, mas em todo o Solimões, foi intensificada com as migrações dos nordestinos no século XIX. Ao contrário do que grande parte dos brasileiros imagina a população deste subespaço não é majoritariamente indígena e sim parda, cerca de 80% da população se declara parda, devido aos antepassados nordestinos (Mapa 5). No

---

¹⁰⁸ Bates (1979 [1876]) descreve a população da antiga Ega como habituada a receber pessoas de outros países e regiões em 1852, com esta qualidade, sendo um inglês, houve uma maior facilidade e tranquilidade em escolher auxiliares para sua pesquisa.

município os homens são maioria, 31.518 em relação às mulheres que somam 29.935 (Figura 37).

Mapa 5 – População Parda em Tefé (2010)

Fonte: Censo 2010/IBGE. Organizado pelo autor.

Figura 37 - Distribuição da população de Tefé por idade e sexo

Mais de 100 anos	3	0,0%	0,0%	8
95 a 99 anos	14	0,0%	0,0%	14
90 a 94 anos	25	0,0%	0,1%	34
85 a 89 anos	72	0,1%	0,1%	78
80 a 84 anos	129	0,2%	0,2%	116
75 a 79 anos	206	0,3%	0,3%	199
70 a 74 anos	334	0,5%	0,5%	294
65 a 69 anos	476	0,8%	0,6%	388
60 a 64 anos	567	0,9%	0,9%	554
55 a 59 anos	731	1,2%	1,1%	694
50 a 54 anos	886	1,4%	1,3%	806
45 a 49 anos	1.150	1,9%	1,7%	1.021
40 a 44 anos	1.410	2,3%	2,0%	1.255
35 a 39 anos	1.724	2,8%	2,7%	1.683
30 a 34 anos	2.316	3,8%	3,5%	2.154
25 a 29 anos	2.650	4,3%	4,2%	2.569
20 a 24 anos	3.076	5,0%	4,8%	2.937
15 a 19 anos	3.515	5,7%	5,5%	3.363
10 a 14 anos	3.926	6,4%	6,4%	3.920
5 a 9 anos	4.193	6,8%	6,7%	4.088
0 a 4 anos	4.115	6,7%	6,1%	3.760

Homens Mulheres

Fonte: Disponível em: www.ibge.gov.br; acessado em: 15 jan 2014.

A população de Tefé sofreu algumas oscilações em seu tamanho nos últimos 20 anos (Tabela 8). No entanto, continua como o município com maior quantidade de habitantes na região (Tabela 9).

Tabela 8 – Evolução populacional de Tefé nos últimos 21 anos

Ano	Tefé	Amazonas	Brasil
1991	53.970	2.103.243	146.825.475
1996	62.560	2.376.965	156.032.944
2000	64.457	2.812.557	169.799.170
2007	62.920	3.221.939	183.987.291
2010	61.453	3.483.985	190.755.799

Fonte: Disponível em: www.ibge.gov.br. Organizado pelo autor.

Tabela 9 – População dos municípios da Região de Influência de Tefé

Ordem	Municípios	População
1º	Tefé	61.453
2º	Fonte Boa	22.817
3º	Jutaí	17.992
4º	Maraã	17.528
5º	Tonantins	17.079
6º	Alvarães	14.088
7º	Uarini	11.891
8º	Juruá	10.802
9º	Japurá	7.326

Fonte: Censo IBGE/2010.

A população urbana tefeense aumentou significativamente nos últimos 44 anos, as migrações promoveram consequências de uma aglomeração populacional no Solimões realizada sem o planejamento necessário para atender as necessidades essenciais desta sociedade, porém, fortalecendo o mercado consumidor local e consequentemente regional (Tabela 10).

Tabela 10 – Evolução da população urbana tefeense segundo o IBGE

Ano	1970	1980	1991	2000	2010
Habitantes	7.822	15.797	39.057	47.698	50.069

Fonte: Disponível em: www.ibge.gov.br. Organizado pelo autor.

As cidades no Amazonas tendem a possuir uma população urbana maior que a rural, Tefé é a quinta maior população urbana do estado, a maior no Médio Solimões (Tabela 11). Coari, apesar de possuir uma população maior que Tefé, possui menos habitantes na sua área urbana do que Tefé. Manaus é um exemplo notório da hegemonia das populações urbanas amazonenses. Possui 99, 49% de sua população urbana, apenas 9.109 pessoas constituem sua população rural. Tefé está logo após de Manaus quando da proporcionalidade da população urbana contando com 81, 55% de seus habitantes vivendo na cidade. Conta somente com 11.327 habitantes sem sua população rural.

Tabela 11 – As maiores populações urbanas do Amazonas

Ordem	Município	População Censo 2010	População Urbana	Porcentagem Urbana	População Rural	Porcentagem Rural
1	Manaus	1.802.525	1.713.416	99,49%	9.109	0,51%
2	Parintins	102.066	69.905	68, 49%	32.161	31,51%
3	Itacoatiara	86.840	58.175	66,99%	28.665	33,01%
4	Manacapuru	85.144	60.178	70,68%	24.966	29,32%
5	Tefé	61.453	50.069	81,55%	11.384	18,45%
6	Coari	75.909	49.651	65,39%	26.314	34,61%

Fonte: Censo 2010/IBGE. Organizado pelo autor.

Vários municípios amazonenses sofreram reduções de suas populações, inclusive Tefé, que sofreu um decréscimo de 3.004 habitantes no período de 2000 a 2010 (Tabela 12). Apesar do estado do Amazonas ter constatado um crescimento populacional, as cidades da região de influência de Tefé como Fonte Boa, Japurá, Jutai constataram redução de suas respectivas populações segundo o último Censo do IBGE em 2010. Cabe salientar que outras cidades fora desta região como Itamarati, Santo Antônio do Iça, Tapauá e Urucará também sofreram perda de seu contingente demográfico.

Tabela 12 – Municípios com redução da população no Amazonas

Municípios	Censo 2010	Censo 2000	Redução de habitantes
Fonte Boa	22.659	31.509	8.850
Jutaí	17.964	22.500	4.536
Santo Antônio do Içá	24.487	28.213	3.726
Tefé	61.453	64.457	3.004
Japurá	7.289	10.285	2.996
Envira	16.328	19.060	2.732
Tapauá	19.077	20.595	1.518
Urucará	17.019	18.372	1.363
Itamarati	8.040	8.406	366

Fonte: Disponível em: www.ibge.gov.br. Organizado pelo autor.

A diminuição das migrações corroborada por programas governamentais como o Bolsa Família e a Bolsa Floresta proporcionou a manutenção de várias famílias nos locais de origem na zona rural. No meio urbano se difunde o planejamento familiar, apesar de grande parte da população ainda ser constituída de pobres; a queda da fecundidade da mulher é vinculada aos programas de uso de anticoncepcionais e de programas de educação sexual nas escolas e nos próprios hospitais. A ação do Estado e das instituições religiosas¹⁰⁹ influenciou na execução e monitoramento destes programas sociais para esta queda do crescimento populacional em Tefé. A equação do crescimento populacional, que compreende o crescimento vegetativo (taxa de natalidade menos a taxa de mortalidade) mais a migração, foi alterada no Solimões modificando os valores da população do seu maior centro urbano. No entanto, Tefé continua com a maior população de sua região e mesmo com a diminuição do número de seus habitantes não perde sua posição como cidade regional.

Esta redução providencia refletir que Tefé está perpetuando suas funções tradicionais e se moderniza e se desenvolve o suficiente para propiciar a atração maior de pessoas e manter seus habitantes em seu território. A intensificação dos fluxos institucionais e comerciais nos últimos 14 anos possibilitou um maior acesso dos moradores tefeenses à capital Manaus e a outros lugares. Empresas aéreas com promoções mensais assim como a atuação das empresas de transporte fluvial com navios e lanchas que podem ampliar os horizontes de pessoas que queiram migrar principalmente para Manaus,

---

¹⁰⁹ Principalmente evangélicos.

com fins de estudo ou na busca por trabalho. Tefé não possui muitas oportunidades de ensino superior e os empregos são vinculados aos disponíveis nas instituições estatais ou no comércio.

Diversas instituições absorvem a população com a disponibilidade de empregos via concurso ou processo seletivo e para grande parte da população representam as escassas opções de carreira para estas pessoas, mesmo sem possuírem vocações para segui-la. As carreiras profissionais disponíveis em Tefé e na região são: professor da SEDUC, SEMED, UEA; soldado do Exército, Marinha, Bombeiros ou da Polícia Militar; técnicos administrativos de instituições educacionais ou da área de saúde; trabalhador da Petrobras ou firmas terceirizadas; eclesiástica, com a admissão no Seminário local e construção de uma carreira religiosa católica, e também as propiciadas pelas igrejas evangélicas. Esta situação é tão comum que o número de igrejas evangélicas saltaram de 26 em 2008 para 86 em 2013 apenas no município de Tefé¹¹⁰.

Estudantes, profissionais liberais, militares, servidores públicos, religiosos, pesquisadores e aventureiros constituem os principais atores da centralidade humana em Tefé. Criando contatos com o Brasil e o mundo, a cidade se difunde oferecendo o limitado, o longínquo e o restrito na imensidão amazônica, ou seja, consumo limitado, viagens longínquas e o conforto restrito. Neste sentido, empresários investem nos fluxos destes profissionais que temporariamente se estabelecem em Tefé e não possuem intenção de disponibilizar de muitos custos para sua estadia na cidade. Trata-se principalmente de militares que advêm com o intuito de economizar os valores de suas transferências¹¹¹. É comum ver em Tefé alguns apartamentos para alugar sobre o estabelecimento comercial de alguns empresários ou comerciantes que aproveitam a estadia provisória destes profissionais para aumentarem, via o aluguel, suas respectivas rendas (Figura 38).

---

¹¹⁰ Este número tende a aumentar inexoravelmente no decorrer dos anos de acordo com o levantamento empírico desta pesquisa.

¹¹¹ Os valores da transferência de um militar da infantaria do exército para Tefé pode chegar a 90 mil reais por exemplo.

Figura 38 – Apartamentos sobre comércios em Tefé

Fonte: Levantamento próprio. Fevereiro/2014.

Um mercado consumidor atraente para empresas e pessoas ainda se configura como o principal motivo que permite fluxos demográficos para a cidade, providenciando o estabelecimento de firmas diversas que podem atender a toda a região. Tefé se caracteriza como uma cidade que possui em suas funcionalidades qualitativas pertinentes às centralidades humana, comercial, infraestrutural e institucional um benéfico instrumento para servir às necessidades e atividades da população de toda a região em que está inserida.

A sociedade tefeense e as comunidades de sua zona rural revigoram os eventos sócio-religiosos desenvolvidos e mantidos pelas instituições e grupos sociais tradicionais que ainda mantêm os costumes e as tradições das festas que atraem pessoas de diversos lugares da região para Tefé. Isto permite promover fluxos centrípetos anualmente regulares, no entanto com tempo de duração esporádica.

Exemplos são as festas tradicionais como da Padroeira Santa Tereza e a Festa da Castanha em Tefé, nos meses de outubro e setembro respectivamente, que produzem fluxos de pessoas baseados em atividades culturais, comerciais e institucionais. No período destas festividades, comerciantes (marreteiros) de outras cidades se estabelecem temporariamente em Tefé com barracas que movimentam o comércio a partir de motivações religiosas e culturais. Fluxos de pessoas movidas pela fé e pelo lucro que estruturam uma circulação demográfica e constroem uma identidade regional movimentando instituições religiosas, firmas e pessoas.

O Projeto “Olhares de Tefé” coordenado pelo Prof. Guilherme Gitahy Figueiredo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) sobre a “diversidade cultural e o cosmopolismo em Tefé” apresenta dados que apontam estas características na história

recente na cidade¹¹² (Tabela 13). Neste projeto, 253 tefeenses relataram suas histórias de vida. Destes, 173 entrevistados declararam o município de nascimento, apenas 50, ou seja, 28% nasceu no município de Tefé. Grandes partes destas pessoas nasceram em uma das 107 comunidades do rio Tefé, 15 pessoas são advindas de Fonte Boa ou 8,6%. No total foram declaradas 42 cidades, 9 estados e 5 países de origem, em uma amostra de apenas 173 declarantes. Isto representa os fluxos que atraíram muitos dos atuais moradores de Tefé.

O Prof. Guilherme Figueiredo comenta que:

“Grandes pensadores da antropologia como Lévi-Strauss (1973, Jack Goody (2008) e Mary Pratt (1999) nos levam à compreensão de que o diálogo intercultural é a principal condição para a invenção de novos saberes, arte e tecnologia. Os dois últimos autores demonstraram com dados históricos que todas as conquistas lardeadas pela civilização ocidental como símbolos de sua superioridade jamais foram criações originais, e sim o fruto do contato dos povos da Europa com os demais povos do mundo. Lévi-Strauss argumenta, por seu turno, que uma vez colocado um desafio que exige conhecimento, arte, tecnologia e novas instituições, a maior diversidade de culturas em contato aumenta a probabilidade de se encontrar respostas e soluções (FIGUEIREDO, 2014, entrevista 12/3/2014).

Os fluxos que compreendem a centralidade humana em Tefé ainda são importantes para a manutenção e irradiação da cultura assim como das relações sociais que emanam de uma consuetudinariiedade singular frente os padrões de comportamentos sociais de uma sociedade cada vez mais padronizada aos modelos mundiais vinculada a uma globalização inexorável.

A centralidade humana em Tefé também se constitui de fluxos negativos, principalmente vinculados à urbanização e às consequências sociais de exclusão e violência que este processo gera. Como centro urbano regional Tefé possui problemas com excessos de veículos e problemas no trânsito, poluição sonora relevante (QUEIROZ, 2009) e a violência urbana advinda principalmente do tráfico e uso de drogas. A Polícia Militar e o Exército são os grandes agentes na tentativa de mitigação dos problemas ocasionados

---

¹¹²Entrevista concedida por Guilherme Gitahy Figueiredo. Pesquisador da UFRJ e Professor de antropologia do CEST/UEA. Tefé, 12 mar. 2014.

pelo tráfico e o uso de drogas em Tefé, onde se localiza a base de operações destas duas instituições para toda região.

Tabela 13 – A população cosmopolita de Tefé

Origem	Quantidade	Percentual
Tefé (área rural) ¹¹³	50	28%
Fonte Boa	15	8.6%
Uarini	13	7.5%
Maraã	13	7.5%
Alvarães	12	6.9%
Manaus	9	5.2%
Juruá	8	4.6%
Carauari	6	3.4%
Benjamin Constant	4	2.3%
Coari	3	1.73%
Jutaí	3	1.73%
Eirunepé	2	1.1%
São Gabriel da Cachoeira	2	1.1%
Atalaia do Norte	2	1.1%
Envira	2	1.1%
São Paulo de Olivença	2	1.1%
São Paulo	2	1.1%
Codajás	1	0.57%
Parintins	1	0.57%
Borba	1	0.57%
Japurá	1	0.57%
Itamarati	1	0.57%
Pará	3	1.73%
Ceará	6	3.4%
Paraíba	1	0.57%
Rio Grande do Sul	2	1.1%
Minas Gerais	1	0.57%
Maranhão	1	0.57%
Paraná	1	0.57%
Holanda	1	0.57%
Alemanha	1	0.57%
Espanha	1	0.57%
Peru	1	0.57%

Fonte: Projeto “Olhares de Tefé”. Organizado pelo autor.

A centralidade periférica demográfica apresenta sua culinária, seus hábitos, seus costumes, sua tradição, suas relações humanas que ainda são representantes genuínas de um subespaço, mesmo com traços incipientes da sociedade hegemônica mundial.

---

¹¹³ A zona rural de Tefé possui 107 comunidades que possuem 11.384 habitantes de acordo com o Censo do IBGE/2010.

Corroborando assim para a força do lugar periférico amazônida frente ao avanço da totalidade mundo.

2.3 – Ilações sobre uma centralidade periférica tefeense

O objetivo da leitura da centralidade institucional administrativa, da centralidade de infraestruturas institucionais, da centralidade comercial e da centralidade demográfica em Tefé é o de compreender o raio de alcance territorial das relações estabelecidas por Tefé na periferia da formação socioespacial.

O conhecimento destas relações pode suprir a tentativa de delimitação dos fluxos inerentes à centralidade de Tefé que permitem a sobrevivência da população tefeense e da região inserida neste espaço de fluxos. Contribuindo assim para o entendimento do impacto da globalização neste espaço opaco amazônida, objetivo deste estudo.

De acordo com os dados dos Quadros 3, 4 e 5 observa-se o raio de alcance dos fluxos estabelecidos por Tefé a partir da análise das funcionalidades de suas respectivas centralidades divididas para o melhor entendimento destas relações (Quadro 6)¹¹⁴.

As dimensões territoriais que interligam Tefé aos diferentes cenários econômicos provêm da cidade possuir uma singularidade, ou seja, os processos espaciais pelos quais a cidade passou e passa são singulares, no entanto, não ocorreram de modo isolado, articula-se com uma particularidade inerente ao estado do Amazonas, que, por conseguinte, está articulada com uma universalidade pertinente a totalidade em si (OLANDA, 2010).

---

¹¹⁴ O Quadro 6 é produto dos resultados obtidos nos quadros 3, 4 e 5 construídos a partir de entrevistas e solicitações formais de dados e informações das instituições, empresas e firmas por intermédio de seus representantes legais e autoridades competentes que forneceram os subsídios para a elaboração destes respectivos quadros demonstrativos pertinentes à centralidade tefeense.

Quadro 6 – Fluxos estabelecidos pela centralidade tefeense

Unidades Territoriais	Fluxos da Centralidade de Tefé	Quantidade
Cidades	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Carauari, Itamarati, Santo Antônio do Iça, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Amaturá, Coari, Tonantins, Benjamin Constant, Eirunepé, Tapauá, Ipixuna, Beruri, Ipixuna, Envira, Guajará, Codajás, Anori, Anamã, Caapiranga, Tabatinga, Manaus, Santo Antônio do Iça, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo, Goiânia, Brasília, Belém, Porto Alegre.	37
Estados	Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Acre, Amapá, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal, Ceará, Maranhão, Paraná.	19
Países	Portugal, Holanda, Estados Unidos, Alemanha, Peru, Colômbia, Espanha, Reino Unido, Irlanda, Moçambique, Togo, Cabo Verde, Angola, Haiti.	14

Fonte: Levantamento próprio.

O contato pertinente às relações estabelecidas com estes outros subespaços, territórios, empresas, pessoas e indústrias é um instrumento integrador e modernizador da sociedade tefeense. Ressalta-se que a base da economia tefeense advém das instituições estatais, do comércio e dos serviços, o comércio basicamente é estruturado pelas atividades do circuito inferior e não se moderniza com frequência¹¹⁵. As instituições estatais se modernizam com ação do Estado em espaços de quatro anos¹¹⁶, as escolas são reformadas, repartições ganham computadores e móveis novos; em outros órgãos, novos funcionários

¹¹⁵ O dono de uma franquía da rede de perfumes “Boticário” em Tefé relatou que logo no início de suas atividades com a loja, o seu primeiro cliente longe de seus laços de família, entrou no estabelecimento apenas dois meses após a inauguração. Acrescenta que as pessoas ficavam “assustadas” com uma loja moderna, refrigerada, com funcionários uniformizados, fora do calor úmido da cidade e oferecendo perfumes gratuitamente com as amostras dos produtos.

¹¹⁶ Justamente o período das eleições municipais e estaduais.

iniciam suas atividades ou são transferidos de outras repartições, com experiências extra-regionais e uma vivência diferente dos tefeenses.

Logo, quando as instituições se modernizam também modernizam a cidade, pois esta não possui condições suficientes para se modernizar sem a ação institucional estatal, excetuando as empresas de grande capital de giro como os postos de gasolina com seus serviços de conveniência e as indústrias-serviços; assim como as famílias com condições de renda e poder aquisitivo que providenciam suas modernizações tecnológicas, culturais e sociais. A informação é crucial neste momento, a padronização dos estilos, da moda, dos comportamentos, da arquitetura que estrutura o urbano e da organização social é modificada.

Com a globalização as cidades mudam e com elas as relações sociais e as próprias pessoas, se tornam mais modernas, influenciadas pela inserção da técnica e da informação. Quem não as entende tende a se excluir da sociedade. Observa-se este fenômeno com as dificuldades de muitas pessoas, jovens e idosas, em trabalhar com os bancos eletrônicos, ou expressos, nas instituições financeiras em Tefé. Os bancos Bradesco, a Caixa e o BB direcionam estagiários apenas para informar e treinar os clientes para as operações novas e utilizar as suas respectivas modernizações. Por exemplo, como o cliente deve utilizar a biometria, como retirar o cafezinho gratuito da moderna cafeteira e assustadora para muitos, como retirar a senha de chamada dos computadores, como manusear o elevador, etc.

A individualização do mundo começa nas relações sociais impostas pelas instituições e empresas no anseio de melhorar a oferta de seus serviços que atendem a sociedade. Bauman (2001, p.8) alega que “a submissão à sociedade é uma experiência libertadora”, estas relações sociais advindas de uma técnica e de novas formas de se entender e executar as atividades que antes eram entendíveis modificam não apenas as atividades, mas as próprias pessoas que a utilizam. Dessa forma, sem a cidade prover de uma população com poder aquisitivo ou meios de produção que providencie uma autonomia econômica confortável e um acesso mais fácil às técnicas e às tecnologias contemporâneas, a cidade e suas relações ficam dependentes do poder modernizador

advindos das ações de reformulação estrutural e física do Estado que supre as instituições e indiretamente as outras relações adjacentes às atividades institucionais¹¹⁷.

A sociedade de Tefé é constituída por funcionários públicos, profissionais liberais, pequenos empresários, comerciantes, enfim, pequenas profissões, com demandas limitadas, gerando pequeno consumo e pequenas alterações. Se a economia da cidade dependesse apenas de sua real capacidade particular para prover autonomia, seria impossível a Tefé desempenhar seu papel econômico, político e social para o Médio Solimões que desempenha. Desta forma, a cidade depende de sua região de influência e dos municípios inseridos no seu raio de relações pertinentes à sua centralidade para sobreviver; e estes municípios dependem de Tefé manter suas relações de produção, baseada no consumo e na circulação.

Santos (2008 [1981], p.66) comenta que pelas profissões e atividades menores quase não precisarem de investimentos, possuem pequena produtividade que impede a acumulação e a evolução para um tipo moderno de comércio ou de indústria. Não há progresso, assim como não há problemas em possuir pequenas profissões e atividades. Logo, Becker (2013) pode estar correta, quando afirma que não existe desenvolvimento na Amazônia. Entretanto, este estudo evidencia que exista um desenvolvimento relativizado, lento e exíguo, adequado aos padrões diferenciados em escala e relações econômicas desta região. Pode-se afirmar que há sobrevivência econômica e social vinculada à instância política. A força do consumo de Tefé e de sua capacidade de circulação na rede de transportes e comunicação é estabelecida no conjunto de atividades regionais que Tefé sedia e preside, e não apenas da cidade em si. Estas atividades são necessariamente urbanas, pois a agricultura e a pecuária neste setor da Amazônia são de subsistência, sendo a floresta mais valorizada pelas políticas ambientais que preferem preservar e conservar a produzir e desenvolver.

O “estado-floresta” que se configura o Amazonas não providencia dinamismo econômico para o setor agropecuário o que diminui a sua capacidade de prover substituição das importações de alimentos por uma produção autônoma destes produtos. As

---

¹¹⁷ Neste Sentido, Santos (2008 [2002], p.144) alega que: “Na união vertical, os vetores da modernização são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam porque a ordem que criam é em seu próprio, exclusivo e egoístico benefício. Se aumenta a coesão horizontal, isso se dá a serviços do mercado, mas tende a corroer a coesão horizontal que está a serviços da sociedade civil como um todo”.

instituições e seus funcionários públicos assim como as atividades adjacentes pertinentes a eles contribuem fundamentalmente para a sobrevivência das cidades do Médio Solimões. Quanto maior o número de funcionários, maior o consumo e o crescimento da circulação. Santos (2008 [1981] alega que:

As rendas elevadas e fixas dos servidores públicos dão origem a uma massa salarial de um certo volume, cuja participação, numa economia local frequentemente oscilante e incerta, é relevante. Até certo ponto, essa massa salarial assegura a criação e a manutenção de certas atividades, e pode-se afirmar que ela constitui um fator positivo, de certo modo espontâneo, para o desenvolvimento da economia local. Quanto maior o número de funcionários e de atividades administrativas, melhor para o desenvolvimento da cidade. (...) Todas as obras governamentais relacionadas com os serviços públicos da cidade nela estimulam, indiretamente, novas criações. Assim, a construção de um hospital ocasiona automaticamente o estabelecimento de médicos particulares, enfermeiras e, às vezes, mesmo laboratórios anexos; isso faz crescer o “poder” social da cidade. A instalação de serviços públicos ocasiona movimentos de mão de obra em direção à cidade. Aparecem serviços sociais e, de forma espontânea, casas comerciais aí se implantam. Os trabalhos de abertura de vias de comunicação favorecem as indústrias de construção. A presença de energia elétrica, de água, de rede de distribuição permite a instalação de um embrião de indústria. Uma cidade que não possui um mínimo de servidores públicos não pode ter pretensões quanto ao desenvolvimento (SANTOS, 2008 [1981], p.112/113).

Desta forma, a centralidade tefeense é vinculada às infraestruturas e às instituições que demandam a partir da aglomeração de funcionários públicos uma massa salarial que constitui um fator de atração para empresas, pessoas e firmas que constituem o comércio e as atividades diversas. A cidade se beneficia e a região concomitantemente. Ressalta-se assim, que os fluxos que compõem a centralidade tefeense configuram-se como os meios de produção mais relevantes para economia e autonomia da cidade. Uma especialização do lugar, vinculado ao seu papel dinamizador da circulação na rede de transportes e comunicação do Médio Solimões foi direcionada. Agindo como entroncamento comercial e exercendo uma polarização às cidades adaptadas a sobreviver com o escasso, com o distante, ao limitado e ao precário. Assim, as funcionalidades da centralidade de Tefé a configuram como um centro de serviços, comércio e assistência institucional às populações

deste subespaço amazônida no Solimões. A sua potencialidade intrínseca (COSTA, 2008a)¹¹⁸ se baseia nos fluxos desta centralidade.

Porém, há uma debilidade geral no nível de trocas, a introdução de elementos modernos em uma economia tradicional realizada sem planejamento, de maneira imediatista, que permitiu “saltar etapas” (QUEIROZ, 2012b), ou seja, procedimentos econômicos e estruturais foram ignorados prejudicando a harmonia destas relações. Isto intensifica a estagnação econômica e prejudica o desenvolvimento regional.

Cabe ressaltar que não há uma simultaneidade dos meios geográficos na relação entre Tefé e os atores de sua região de influência; isto é, ocorre o desenvolvimento de cidades em detrimento de outras, já que estas outras não contam com os suportes e subsídios infraestruturais e institucionais que promovem o consumo e a circulação como as de cidades que possuem o papel de liderança como Tefé, cidade mais antiga e urbana na região do Médio Solimões.

A ocorrência desta simultaneidade de tempos e espaços nos municípios do Médio Solimões é advinda da influência e do poder econômico e social do seu grande pólo, Manaus, que impõem uma macrocefalia pouco salutar ao desenvolvimento das cidades da calha do Solimões; o dinamismo presente nas relações entre estas cidades distantes não se compara à rapidez dos fluxos e a conectividade de Manaus com as relações da economia-mundo. Uma política de promoção regional e de equipamento de centros intermediários poderia suprir uma modernização da economia e da sociedade com objetivo de produzir uma competitividade e evitar o “dirigismo e o protecionismo” vinculado ao pólo industrial que possui atividades econômicas mais dinâmicas (SANTOS, 2008 [1981], p.176). Logo, as cidades do Médio Solimões dependem do dinamismo de Tefé, cidade polarizadora e intermediária, para não permitir que suas atividades conjuntas proporcionem a preponderância dos efeitos de estarem condicionadas a “espaços economicamente letárgicos” frente ao poder e atuação das atividades de Manaus. No entanto, é justamente isto que ocorre.

---

¹¹⁸ Potencialidades intrínsecas (recursos naturais, posição na rede de fluxos, infraestrutura e outras), bem como as migrações de capitais produtivos (COSTA, 2008a, p. 243).

George (1980), Perroux (1967) e Santos (2008 [1981]) descrevem que não há condições de transposição da teoria dos pólos de crescimento para os países subdesenvolvidos, pois em países industriais a teoria está baseada nos conceitos de regiões polarizadas, o que não existe necessariamente países subdesenvolvidos. Nessa perspectiva, Tefé, cidade que mantém e irradia fluxos por intermédio de seu comércio e serviços, polariza de maneira restrita sua região de influência e cidades circunvizinhas a elas. Em tempos de globalização, uma cidade não industrial como Tefé pode criar condições de sobrevivência econômica, com pequenos, mas relevantes focos de desenvolvimento e crescimento efetivo. Convém refletir, no entanto, sobre o papel dos surtos econômicos que podem ocorrer eventualmente e corroborar para um crescimento temporário. Como ocorrido com a criação na década de 1980 da Empresa Amazonense de Dendê (EMADE)¹¹⁹ ou a descoberta de um *cluster* de petróleo nas redondezas do município, necessitando, desta forma, a contratação de pessoal, a aquisição e administração de novas infraestruturas. De certa forma, em regiões tão carentes e pobres estas pequenas ações, projetos, iniciativas e programas promovem um grande impacto econômico na sociedade, mesmo que não perdurem suas infraestruturas, o enriquecimento técnico e cultural se realiza.

Uma polaridade incompleta é direcionada. Se a análise se detiver na evolução cronológica da organização espacial dos fluxos, Tefé nos séculos XIX e XX aproximava-se da proposta de regionalização elaborada por Bernard Kayser (1966, p.694) chamada Bacia Urbana, ou seja, uma área vasta onde as relações são presididas por uma metrópole incompleta, “uma cidade grande, média ou pequena, preside as relações de uma região geralmente vasta”. Frequentemente estas relações são desiguais, pois a cidade pede mais do que a região pode dar. Existindo uma solidariedade que é resultada da fraqueza industrial e do papel crucial do comércio e dos serviços nas relações (SANTOS 2008 [1981], p.176).

Kayser (1966) ao analisar Libreville na África Central comenta sobre a vida regional de sua bacia urbana sendo prejudicada e economicamente limitada pela escassez de equipamentos rodoviários, pela “monoprodução” de subsistência e pela vida conservadora dos africanos. Isto lembra em parte da geografia do Médio Solimões

---

¹¹⁹ Ver citação 36.

amazônida. Onde as rodovias são inexistentes. A mandioca para a produção de farinha é uma tradição da agricultura regional de subsistência, ou seja, uma agricultura familiar, assim como a população é muito conservadora em relação a seus meios e modos de produção, criando uma resistência à modernidade e perpetuando as tradições, valores e costumes conservadores desta região frente ao dinamismo cultural e econômico do mundo contemporâneo.

Kayser afirma que como em uma bacia onde os rios tendem a se direcionar ao mesmo ponto levados pela força da gravidade, seu modelo de regionalização representa uma bacia, onde os fluxos pertinentes às atividades econômicas e sociais tendem a se direcionar ao mesmo lugar, no caso a metrópole incompleta. Este modelo muito se adéqua ao estudo de um subespaço inserido na maior bacia hidrográfica do mundo, a Amazônia.

Evidencia-se que a Bacia Urbana de Tefé refletiu as tendências de um capitalismo regionalizado amazônida, onde a geografia do desenvolvimento sem uma industrialização apenas mostra os reflexos das atividades e do desempenho de uma cidade global, Manaus. Com demandas diferentes do capitalismo global de espaços luminosos onde preponderam com mais densidade as características do meio técnico-científico-informacional. Ressalta-se que os espaços opacos, onde estas características são rarefeitas, se tornam razoavelmente desprezados pelo grande capital, porém, estes subespaços não deixam de ser anexados aos interesses da economia-mundo seguindo o inexorável movimento capitalista de anexação de territórios.

No entanto no final do século XX e início do XXI os ventos globalizatórios pertinentes a um mercado mundial em expansão, produto do inexorável avançar das relações capitalistas no mundo moderno sopram em direção a região do Médio Solimões tendo Tefé como um “moinho de vento” que capta estas influências pertinentes de cidades longínquas e de relações luminosas frente as suas empreendidas em espaço opaco.

A Região de Influência Urbana (REGIC) não coincide mais com sua antiga bacia urbana (SANTOS, 2009 [1981], p.136), isto é válido para Tefé, no sentido de que suas relações urbanas e rurais, da cidade com a região assim como da região com a cidade e destas com o estrangeiro se desenvolvem de maneira assimétrica. O grau de integração de Tefé com sua região de influência é relativizado, pois muitas cidades já realizam trocas e transações comerciais, quando possuem acesso a tecnologias de informação e comunicação

(TIC). Estabelece-se assim uma integração relativizada com o mundo moderno que influência o desenvolvimento e a integração desta bacia urbana com o meio geográfico contemporâneo, o meio técnico-científico-informacional. A ausência de dinamismo e as deficiências nas relações intrarregionais, permitiram que Tefé não polarizasse completamente sua área de influência. Santos (2008 [1981]) chama de “Zonas não completamente polarizadas”, ou seja, exercem um comando incompleto em sua área de influência.

O advento da globalização ou a face atual do capitalismo promove que estas “lacunas” ou “zonas de influência incompletas” nas relações entre os municípios sejam preenchidas com as relações disponibilizadas pela economia-mundo vinculadas aos equipamentos virtuais e às TICs. Logo, uma nova dinâmica se apresenta no cenário econômico e social amazônida vinculada a uma globalização econômica mundial aprimorada e uma regionalização deficiente.

Cataia (2001) chama de “ortopedia territorial” à composição do território por sistemas técnicos que são produzidos e sobrepostos como que em camadas técnicas chamadas “próteses” que permitem as ações humanas no território. Desta forma, o Estado amplia o conjunto de redes das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), necessárias para ação dos grupos hegemônicos transnacionais; assim como amplia o das Novas Ortopedias Territoriais, necessária à ação nacional destes grupos (CATAIA, 2001; RAMALHO, 2006). Como um novo arranjo do binômio governo-iniciativa privada discutida por Ianni (1981), o Estado e os grupos hegemônicos não se dissociam, agem de forma produtiva ou especulativa.

A manutenção da vida em regiões de acesso, logística e desenvolvimento demográfico complexo exige não apenas planejamento, mas raízes culturais que permitam que pessoas e sociedades se desenvolvam neste subespaço. Isto gera um desenvolvimento relativizado. Pierre George (1980, p.327) afirma que não existem regiões organizadas em países subdesenvolvidos apenas delimitadas por regiões naturais e, sobretudo por bacias fluviais. Neste sentido, devido a uma polarização incompleta da própria capital Manaus no Médio Solimões, evidencia-se que uma regionalização a partir de Tefé seja condicionada pelo seu papel na irradiação e atração de fluxos que permitem a circulação neste subespaço, no entanto uma circulação condicionada por uma modernização incompleta.

2.3.1 – Modernização incompleta e centralidade intermediária

De acordo com o IBGE (2014) Tefé é configurada no nível 8 na classificação de “Centralidade de Gestão do Território (2013)” (Mapa 6).

Mapa 6 – Nível de Centralidades (2013)

Fonte: IBGE, 2014. Adaptado pelo autor.

Esta classificação constitui categorias distribuídas em 9 níveis; as categorias de 1 a 7 são ocupadas por 508 municípios, enquanto que a categoria em que Tefé se encontra constitui-se de 718 municípios, e a única categoria subsequente a de Tefé, a nível 9, possui 978 municípios (Tabela 14).

Tabela 14 – Número de municípios, segundo os níveis de centralidade

Níveis de centralidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Número de municípios	2	1	6	11	84	153	251	718	978

Fonte: IBGE (2014). Adaptado pelo autor.

Segundo os autores desta pesquisa do IBGE, já se esperava que grande parte dos municípios brasileiros se enquadrasse nos níveis de centralidade mais baixos pelo fato da

presença e atuação de níveis mais elementares de instituições públicas: “salienta-se o fato de que o nível mais elementar na gestão do território (nível 9) já é indicador de uma importância de centralidade, já que menos da metade dos municípios brasileiros (39,6%) se qualificou como centro de gestão” (IBGE, 2014, p.105). O Brasil conta em 2014 com 5.570 municípios e 2.204 destes se classificaram nesta pesquisa do IBGE. Isto mostra que grande parte dos municípios não conta com centralidades estruturadas que permitam uma gestão territorial significativa para ter sido classificada nesta pesquisa institucional.

Longe dos dois grandes centros de gestão territorial brasileiros, São Paulo e Brasília (IBGE, 2014) e até mesmo de sua capital Manaus, Tefé é o maior centro urbano de um subespaço letárgico e obsoleto aos interesses do grande capital contemporâneo. No entanto, as normas globais de produção e mercado impõem uma remodelação no seu papel administrativo e funcional como nó de rede de circulação na região do Médio Solimões.

Muitos centros urbanos classificados no nível semelhante a Tefé, nível 8, estão localizados nas proximidades de Manaus compondo a Região Metropolitana de Manaus (RMM), como Presidente Figueiredo, Manacapuru, Itacoatiara. No entanto, Maués, Coari e Parintins não fazem parte da RMM, porém estão mais próximas deste espaço de fluxos manauara do que Tabatinga, Humaitá e Tefé.

Estas cidades próximas a Manaus são beneficiadas pelos fluxos irradiados pela metrópole em razão das atividades do Pólo Industrial de Manaus (PIM) e de sua Zona franca (ZFM) que permite um desenvolvimento regional a partir da produtividade industrial emanada desta que é a maior área luminosa amazonense. As cidades que se encontram no Médio Solimões, Tefé e Coari, e no Alto Solimões, Tabatinga, são centros urbanos produtos de uma seletividade da modernização, vinculada principalmente pela posição estratégica de seus respectivos sítios. Estas cidades produzem centralidades que propiciam a Manaus gerir parcialmente sua região de influência, o que Santos (2008 [1981]) chama de polarização incompleta. Cidades intermediárias que direcionam uma descentralização da macrocefalia direcionada pela capital amazonense.

Silveira (1999, p.364) afirma que “a metropolização é um processo que não se restringe ao crescimento de grandes cidades, mas significa também a possibilidade de impor o tempo da metrópole em todo o território. E o tempo significa informação”. A possibilidade de uma cidade estar próxima de um centro de produtividade global, como

Manaus, detentora do maior PIB da região Norte e da Amazônia Mundial¹²⁰, cidade com a sétima maior população do Brasil em 2014, abrigando em seu distrito industrial, grandes corporações mundiais que somadas às 600 indústrias, que empregam mais 130 mil funcionários e empresas das áreas de eletroeletrônica, veículos de duas rodas, produtos ópticos, produtos de informática, indústria química entre outros¹²¹, impõem a norma e o tempo do mundo e confere às cidades de sua região metropolitana a absorção e os impactos da temporalidade e a racionalidade deste centro luminoso.

Dentre as cidades da região do Médio Solimões que apresentam classificação na pesquisa citada do IBGE (2014) apenas Tefé e Coari se apresentam, e no penúltimo nível categórico. Coari apesar de sua produção petrolífera e gasífera, o que lhe confere amarras verticais para o escoamento e gestão da produção e necessidade das relações com escritórios de cidades distantes, se vincula à Manaus de várias formas como o gasoduto, pelos dutos de fibra ótica, as redes de transportes e de informações vinculados às atividades da Petrobras. Tefé, no entanto, possui como grandes instrumentos de relações com a metrópole macrocéfala amazônica o seu mercado consumidor e sua capacidade de dinamizar a circulação da produção e distribuição das mercadorias e serviços para as regiões do Alto Solimões, das cidades dos rios Japurá, Juruá e Jutai, enfim Alto Amazonas, a partir da rede transportes e serviços existentes em sua região de influência.

Elo de circulação e nó de rede, Tefé viabiliza a circulação material e imaterial com uma infraestrutura restrita, como visto anteriormente, a cidade não possui um porto fluvial, apenas um entreposto, seu aeroporto atende as demandas de forma sobrecarregada¹²². No entanto, mesmo extrapolando sua capacidade de gestão da circulação regional na borda do território nacional, a cidade atua “perspicazmente” no seu papel intermediador das relações da região em que está inserida com as demais por intermédio das ações e normas político-organizacionais.

---

¹²⁰ A Amazônia mundial é um termo utilizado neste estudo para distinguir a Amazônia Legal ou brasileira, e legitimar o território amazônico em si, constituído dos países que também possuem em seus territórios parcelas da grande selva, além do Brasil são eles: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Suscetível aos interesses ambientais e capitalistas que têm a Amazônia mundial como um território de todos, mas este mesmo território é utilizado como recurso e mesmo objeto na maioria dos projetos de exploração de seus recursos naturais e minerais com apoio do Estado e de grandes corporações mundiais.

¹²¹ Disponível em: <http://www.suframa.gov.br>; acessado em 03/12/2014.

¹²² E por isso passa obras de ampliação e melhoria de infraestruturas são sempre necessárias.

Neste sentido, Benko (2002, p.51) enfatiza que “por mais humilde que seja um lugarejo, um local urbano é sempre o centro de uma periferia numa rede mais fina” (BENKO, 2002, p.52). A centralidade periférica exercida por Tefé na Amazônia do Médio Solimões a proporciona atuar como elo desta população urbana e regional com o mercado global, conforme discutido na centralidade demográfica anteriormente.

O sobrecarregar e o extrapolar das funcionalidades atinentes à Tefé na gestão do território permite obstar o avanço inexorável da “globalização absoluta” em regiões periféricas onde este processo possui menos complexidades, impactos sociais, econômicos e estruturais vinculados às singularidades do lugar. Santos (1994) afirma que este avanço do processo globalizatório se apóia em uma unicidade técnica que se completa com uma unicidade organizacional, unicidades estas decorrentes de uma ordem global que contextualiza de forma rarefeitas e desconexas em espaços opacos como o Médio Solimões, comprometendo o trabalho conjunto das formas de produção, assim como a intercambiação, a distribuição e o consumo de centros globalizados e mundiais que se relacionam, ou tentam, com Tefé, em tempos de globalização espaços “escuros” estão vulneráveis a esta situação. O avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs) objetos próprios da teleação¹²³ reforça a hierarquia dos pontos de verticalidade e dos centros de comando nestes subespaços de borda.

Dias (1995, p.152) disserta que:

“A ligação direta e instantânea de certas localidades da Amazônia com os principais centros econômicos do país tornou, em parte, desnecessária a mediação anteriormente realizada pelos degraus inferiores da hierarquia urbana. Novas redes em relação com novas formas organizacionais de produção marginalizaram centros urbanos que tiravam sua força dos laços de proximidade geográfica. Ao mesmo tempo, a implantação de grandes projetos de exploração mineral, fortemente dotados de redes de transportes, de energia e de telecomunicações, introduziu uma nova ordem econômica e social que, alterando a ordem preexistente, representou o crescimento e a extensão da desordem. (...) as redes de telecomunicações veiculam também a ordem da ilegalidade. Sem dúvida, a Amazônia Ocidental é bem conhecida como cenário de múltiplas atividades ilegais: contrabando de materiais eletrônicos e de ouro, refinamento e tráficos de drogas. A análise da repartição dos fluxos de informação confirma a existência de alguns centros urbanos – que servem como nós de rede – (por exemplo, Tefé e Tabatinga), fortemente

---

¹²³ Formas organizacionais elaboradas em centros de comando e “teletransmitidas” a lugares longínquos (SILVEIRA, 1999, p. 303).

articulados por vias aérea e fluvial à Colômbia e ao Peru (DIAS, 1995, p.152/153).

As relações empreendidas por Tefé não foram vinculadas, como aborda Dias (1995), pelas atividades de um grande projeto de mineral, este sim, cenário de um processo de urbanização do território amazônida paraense. No caso de Tefé, este cenário de uma urbanização vinculada a uma modernização seletiva decorre primordialmente pelo próprio contexto histórico-territorial do sítio tefeense como ponto crucial na circulação desta fração territorial da formação socioespacial. A posição de Tefé não se enquadra na fronteira em si, como Tabatinga, mas na “Borda” do território nacional (IBGE, 2013a, p.32). Por este motivo instituições se estabeleceram na cidade com intuito estratégico de atender em seus serviços tanto ao centro amazonense quanto às regiões mais próximas à fronteira. O Exército Brasileiro, por exemplo, mantém como parte de sua 16ª Brigada de Infantaria em Tefé o histórico 17º Batalhão de Infantaria de Selva (17º BIS) e a 16ª Base Logística de Selva; para apoiar as atividades “da” fronteira e não “na” fronteira onde a situação organizacional e as missões de operacionalidade são diferentes. Grande parte das instituições federais assim como as religiosas como a Prelazia foram estabelecidas na Borda nacional situada em Tefé a partir deste contexto operacional.

Inerente a uma periferia urbana, no entanto na escala regional, destino de muitas mercadorias contrabandeadas e drogas traficadas, as ações e constituições de redes clandestinas e ilegais desenvolvem-se na região de influência de Tefé, como citado por Dias (1995), atualmente pode-se somar a estas redes ilegais o tráfico humano e de informações. Estas situações justificam a presença em Tefé de forças militares com instalações, pessoal qualificado e equipamentos vinculados aos objetos próprios do meio técnico-científico-informacional, geridos e operados à distância que veiculam e integram este território a uma rede maior com dimensões mundiais de operacionalização assim como de manutenção de suas instalações, como: antenas, radares, logística, equipamentos de comunicação sofisticada, enfim de sua infraestrutura utilizada.

O uso dos recursos de teleação e das TICs em Tefé, mesmo que institucionais e em sua minoria privadas, intensificou suas relações com outros centros nacionais. No entanto, os fluxos que integram também são os fluxos que constroem diferenças territoriais e sociais. A presença de instituições públicas em um território em que entidades privadas são menos presentes configura funcionalidades a estas instituições de diversas hierarquias estatais atuarem como agentes de organização espacial e de gestão territorial. Neste

sentido, são fundamentais no sentido de integrar e gerar uma centralidade urbana criando, concomitantemente, um núcleo de tomada de decisão e por este motivo reunindo instrumentos de poder a esta fração territorial (IBGE, 2014).

Assim, evidencia-se que a singularidade que permite diferenciar Tefé de outros centros amazonenses que possuem o mesmo nível de centralidade (nível 8) e gestão do território se configura no papel de gerir um subespaço distante da capital macrocéfala amazonense, Manaus, mantenedora dos fluxos que subsidiam sua região metropolitana dinâmica e importante para economia brasileira. A posição estratégica de Tefé no Médio Solimões permitiria um progresso dos transportes e das comunicações que beneficiariam outros centros urbanos contribuindo para a descentralização do comando local da parcela técnica da produção regional e mesmo nacional.

Assim, Tefé seria o elo de pequenas cidades constituintes de sua região de influência, bem como, realizaria esta funcionalidade com cidades locais de outras regiões do Amazonas afastadas e privadas da modernização que permite a integração destes lugares ao meio geográfico contemporâneo. Por intermédio das relações institucionais, demográficas e comerciais de Tefé as normas e organizações globais são chamadas a adaptarem-se às singularidades destes lugares adjacentes, membros de uma totalidade em movimento.

Formas diversas de organização e de objetos se desenvolvem adaptados para permitir a fluidez em cidades sem estruturas suficientes para abarcar os fluxos materiais e imateriais atinentes ao mercado global. Segundo Bielschowsky (1960,p.89) “as medidas de organização podem fornecer resultados apreciáveis sempre que forem adaptadas à capacidade de organização regional”. Neste sentido, ressalta-se que por não ter um porto, as entidades privadas de Tefé adaptaram balsas-porto¹²⁴ na tentativa de mitigar o problema; sem cabos de fibra ótica que provê um bom serviço de internet, os provedores privados em Tefé buscam artifícios de uso da Web via satélite assim como as instituições públicas que também fazem uso desta técnica. Alguns exemplos, já vistos, de agentes privados que utilizando técnicas adaptadas, por vezes pretéritas, permitem que a globalização adentre

---

¹²⁴ Ver Figura 17.

nestas frações distantes do mundo, se adaptando ao lugar, construindo nas cidades, cenários de formas e tempos distintas de um capitalismo que age com um único motor.

As instituições como as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho; Ministério do Trabalho e Emprego; INSS; IBGE; Secretaria da Receita Federal; Secretaria Estadual de Educação; Universidade do Estado do Amazonas; Polícia Militar; Força Aérea, Marinha e Exército; assim como diversas outras discutidas no capítulo anterior, modernizam suas estruturas periodicamente sofisticando seus equipamentos e treinando/atualizando seu pessoal com cursos de aperfeiçoamentos que utilizam métodos e racionalidades metodológicas pertinentes ao mundo moderno. Ações de âmbito nacional providas das sedes destas instituições, como ministérios, secretarias e instâncias presidenciais, promovem uma compartimentação política, econômica e social do espaço.

“Uma empresa pública ou uma instituição centralizada é dividida em um enxame de organizações parcializadas, cujo papel é executar as ações pragmáticas e codificadas próprias da modernidade atual” (SILVEIRA, 1999, p.261). Neste sentido, as instituições públicas sediadas em Tefé constituem agentes de uma modernização contemporânea, se adaptam em suas atividades cotidianas e em suas demandas operacionais e administrativas às condições infraestruturais inerentes à periferia amazônica do Médio Solimões a qual problemas de interrupções e racionamentos de energia elétrica¹²⁵, logística complexa, limitação de serviços de manutenção de equipamentos, reduzida disponibilidade de mão de obra qualificada assim como diversos outros, condicionam uma modernização direcionada pelas circunstâncias das configurações territoriais corroborando para uma modernização incompleta.

Damiani (2006, p.137) discute que o “processo modernizador não se realiza da mesma forma em todos os lugares, nas pequenas cidades se apresentam mais residualmente”. Santos (2008 [1979], p.25) fala em “modernizações” às “transformações sucessivas da organização do espaço”. Para Silveira (1999, p.434) muitos conhecem mais o nome, “modernização”, do que a existência. A geógrafa afirma que “o processo de modernização significa, entre outras coisas, uma cristalização do capital em técnicas

---

¹²⁵ Para exemplificar esta situação, em 2007 houve 1.074 ocorrências de interrupções de energia elétrica na cidade; em 2008 foram 559; em 2009 ocorreram 599 e em 2010 foram 561 vezes que o fornecimento de energia elétrica foi interrompido problema presente em todos os 62 municípios do estado do Amazonas (QUEIROZ, 2012b, p.168; QUEIROZ, 2011).

novas” (SILVEIRA, 1999, p.328); enfatiza que “o processo pelo qual um território incorpora dados centrais do período histórico vigente que importam em transformações nos objetos, nas ações, enfim no modo de produção” chama-se modernização (SILVEIRA, 1999, p.22).

As necessidades de expansão do capital providenciam a aceleração do processo que permite as relações de ordem global de onde provêm as normas e as formas da unicidade técnica e do motor único (SANTOS, 2011 [2000]). Estas formas-conteúdo de um tempo contemporâneo dinâmico e detentor de uma racionalidade provida do período técnico-científico-informacional são as formas de racionalidades operadas pela economia-mundo a qual as instituições públicas se adaptam como representantes de uma formação socioespacial em constante aprimoramento com as técnicas, normas e organizações mundiais. Este é o motivo primordial para o qual as instituições estatais se modernizam e, concomitantemente, modificam as relações pertinentes às cidades a qual fazem parte, assim como as relações regionais, subsequentemente, pois “não é a região que faz a cidade, mas a cidade que faz a região” (HAESBAERT, 2010, p.86), já que cabe às relações e circuitos financeiros e comerciais empreendidos configurarem como instrumentos de dinamicidade que desenvolve a economia regional submetida às relações da globalização hegemônica.

Santos (1994) afirma que “a modernização incompleta é, a cada momento histórico, um traço das transformações do espaço que é muito mais sensível nos países subdesenvolvidos” (SANTOS, 1994, p.47). O geógrafo discute que em países subdesenvolvidos a modernização “exige dos países periféricos um esforço de equipamento mais extenso e intenso do que as modernizações precedentes” e analisa:

Esse esforço reclama uma enorme massa de recursos utilizados na construção das infra-estruturas econômicas, de tal maneira que o processo de incorporação do país à globalização dá-se em detrimento dos investimentos sociais exigidos por uma demografia e uma urbanização galopantes. Como somente poucas firmas podem realmente utilizar, em escala nacional, as infra-estruturas assim instaladas, a modernização conseqüente é seletiva, deixando fora dos benefícios uma parcela importante da atividade urbana e da população (SANTOS, 1994, p.47).

Esta modernização seletiva advinda também de um desenvolvimento desigual e combinado atribui a determinadas porções do território um maior aporte de infraestruturas que providenciam às entidades privadas maior eficácia no exercer de suas atividades. Desta

forma, para subespaços com poucas infraestruturas o esforço para modernizar-se é maior. Persistem formas-conteúdo obsoletas e deficientes frente à modernização atual que abrigam fragmentos de uma divisão territorial do trabalho pretéritas. Tefé se configura como uma cidade regional em uma região em que coexistem estas diferentes temporalidades de uma divisão territorial do trabalho que converge para com o que Santos (2008 [1994]) chama de “Dialética do território”, o confronto dialogado entre o velho e novo, o local e o global, as verticalidades e as horizontalidades (SILVEIRA, 1999, p.400).

Desta forma, a região do Médio Solimões não absorve a modernização contemporânea integralmente, configura-se como um espaço resistente e “rebelde” aos avanços das técnicas e normas de uma divisão territorial do trabalho contemporânea. Neste contexto, uma modernização incompleta se desenvolve a partir da negação da ordem global pela incipiência de infraestruturas e de racionalidades locais. A continuidade de formas-conteúdo anteriores precarizam o estabelecimento de formas-conteúdo atuais deliberando diversas formas, umas importadas e outras inerentes ao lugar.

Outra variável que permite a ocorrência de uma modernização incompleta na região de Tefé é o limitante advindo do poder de consumo da população vinculada à renda assalariada que subsidia o funcionamento do comércio e das atividades de serviços. Com a renda limitada o poder aquisitivo se restringe, em grande parte, vinculado à ausência de grandes indústrias e de mega projetos estatais que veiculam investimentos significativos aos aportes da modernização contemporânea. A análise das centralidades efetuadas neste Capítulo 2 desta tese exhibe e identifica os atores respectivos da emissão de fluxos intrarregionais. Com as rendas limitadas, limita-se concomitantemente o mercado. Baseado nestas circunstâncias, Myrdal (1965) discute limitantes da renda e desigualdades baseadas na sua ideia da causação circular e acumulativa:

“os movimentos de capital tendem a produzir efeitos semelhantes no aumento da desigualdade. Nos centros de expansão, o aumento da demanda dará um impulso no investimento que, por sua vez, elevará as rendas e a procura, e causará um segundo fluxo de investimentos, e assim por diante. A poupança aumentará em decorrência das rendas mais altas, mas tenderá a ficar inferior aos investimentos, no sentido de que a oferta de capital teria de satisfazer uma ativa demanda. **Nas outras regiões, a falta de um novo impulso expansionista tem como consequência o fato de a demanda de capital permanecer relativamente fraca, mesmo quando comparada ao volume de poupanças, e será pequeno, porque as rendas também são e tendem a declinar**” (MYRDAL, 1965, p.54).

Neste sentido, exemplificam-se em Tefé o caso de dois grandes projetos de condomínios fechados organizados no ano de 2012 por intermédio de uma parceria de construtoras de Manaus e empresários locais com apoio da Caixa Econômica Federal. Esta parceria de entidades privadas teve o intuito de investir crendo que a clientela composta de funcionários públicos assalariados, profissionais liberais e comerciantes não apenas de Tefé, mas da região, atenderia a demanda. No entanto, as obras foram interrompidas pela lentidão e mesmo estagnação do processo de aquisição dos lotes e casas pela clientela constituída de rendas limitadas. A clientela se esvaiu e as entidades parceiras seguiram com o procedimento de vendas dos lotes, já que as casas a serem construídas pela Caixa Econômica Federal não possuem prazos para serem finalizadas. O empreendimento continua, porém no ritmo de espaços letárgicos.

Figura 39 – Empreendimentos imobiliários em Tefé

Fonte: Levantamento próprio/ Dez 2014.

Reflete-se sobre a inflexibilidade do mercado quando os fatores estruturais que abastecem seu potencial de realização social e circulação econômica são limitados, no entrelaçar das contradições das relações horizontais estabelecidas regionalmente se encontram as resistências dos lugares. Estas resistências tornam estes lugares com poder aquisitivo limitado, resistentes à expansão de uma modernização que exige capital financeiro, informação, técnica e infraestrutura. Porém, a expansão capitalista não se omite aos obstáculos, ao contrário, se adapta, a partir das lógicas singulares que cada lugar possui. No exemplo citado em Tefé identifica-se esta adaptação ao mercado local, quando

a parceria de entidades privadas primeiramente venderia casas, porém, como as vendas se estagnaram, foi direcionada a venda de lotes das casas, como estagnaram de novo, os lotes e as casas estão sendo oferecidos atualmente em várias parcelas com o apoio de uma flexível instituição financeira federal a “Caixa”.

Os “espasmos” econômicos advindos de uma modernização incompleta podem ser compensados, mas não suprimidos pelas estruturas institucionais presentes em Tefé um deles é o uso da internet e de seus benefícios de integração comercial, financeira e de serviços. Como produto destas relações de produção serviços avançados típicos de um capitalismo moderno e globalizado não se estabelecem integralmente.

Produtos, serviços e bens podem ser adquiridos e acessados de maneira restrita por intermédio do uso da internet pertencente às instituições estatais, pois contam com equipamentos modernos, realizada na maioria das vezes por seus próprios funcionários. Por conseguinte, as instituições públicas em suas operacionalidades e estruturas internas, nas suas atribuições de disseminação de ordens e diretrizes, na organização e gestão do território direcionadas a partir das relações entre sedes e filiais providenciam um axioma análogo em regiões periféricas se comparadas às relações de corporações e empresas que ocorrem em espaços em que o grande capital atua de maneira hegemônica intensificando as modernizações.

O atual estágio histórico do capitalismo, a globalização, possibilita que as modernizações bem como os elementos e características do meio técnico-científico-informacional sejam difundidos mundialmente e se façam presentes em diversos lugares do mundo. Apesar de todos os lugares serem influenciados e impactados pelo processo “globalizador” capitalista econômico e social, admite-se que a globalização não é global, porém providenciam espaços globalizados (SANTOS, 2011 [2000]); SANTOS e SILVEIRA, 2001; SASSEN, 1998; BENKO, 2002).

O resultado deste processo de globalização é a fragmentação do território devido às resistências e singularidades inerentes a cada fração desta totalidade. Formas e tempos se multiplicam frente ao avanço da homogeneização da produção, das normas, da política, do consumo e da cultura.

Envolto a este contexto se encontram as funcionalidades de estruturas urbanas intermediárias (DAMIANI, 2006, p.136) atuando nas amarras que entrelaçam os espaços

luminosos ou grandes cidades que admitem as modernizações suscetíveis ao inexorável processo de globalização capitalista; e os espaços opacos ou o conjunto de pequenas cidades que admitem suas realidades tradicionais preexistentes, absorvendo em um ritmo próprio os processos acumulativos da modernidade. Estes “entes intermediários urbanos”, assim como Tefé, atuam como um elo que influencia a partir, de sua dinamicidade no trato desta intermediação, os setores econômicos, sociais, políticos e culturais dos subespaços a que estão contextualizados (Figura 40).

Figura 40 – Regiões Intermediárias de articulação urbana no Amazonas

Fonte: REGIC/2008/ IBGE. Adaptado pelo autor.

No entanto, a fragmentação do território vinculado, em parte, pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs), que permeiam as bases da modernização contemporânea, possibilita que exista o desenvolvimento de potenciais econômicos e técnicos nas “miríades de periferias” existentes na formação socioespacial. Centros urbanos favorecidos pelo que Santos (2008 [1979], p.310) chama de fatores de “dispersão espacial”, ou seja, “impulsos decorrentes da difusão de novos modelos de informação e de consumo” que serão contempladas e mantidas pelas acessibilidades destes centros à aglomerações urbanas de nível mais baixo. No entanto, estas aglomerações urbanas ou cidades locais não respondendo às necessidades de suas demandas dirigir-se-ão às cidades

intermediárias, que oferece diversificadamente os mesmos produtos e serviços demandados. Santos discorre neste sentido:

Com efeito, no atual período tecnológico, a cidade regional, chamada ainda de cidade “média”, torna-se cidade intermediária. Seu poder de comando e sua influência diminuem e ela se torna, cada vez mais, um relé da metrópole. Antes tratava-se de verdadeiras cidades regionais, que dispunham poder de comando certo sobre a área circundante. O isolamento, devido à não integração dos transportes, as reforçava em seu papel de verdadeiros núcleos distribuidores de bens e serviços e polarizadores da produção. Mas agora, enquanto a produção industrial tende a se concentrar em um pequeno número de cidades e sobretudo na metrópole, a revolução dos transportes facilita o encaminhamento direto dos produtos aos centros de transformação e/ou de exportação, e assegura uma melhor difusão dos produtos fabricados. A cidade regional se vê privada de seu antigo monopólio e seus privilégios e torna-se a cidade intermediária (SANTOS, 2008 [1979], p.311).

Neste contexto, a Metrópole Manaus, capital do estado, utilizando dos benefícios da rede dentrítica de transportes distribui as mercadorias e produtos diretamente para as cidades locais do Médio e Alto Solimões que compram e consomem. A cidade regional, Tefé, se encontra diminuída em seu poder de abastecimento outrora bem mais amplo. A capacidade das cidades locais do Médio Solimões se comunicarem com Manaus e mesmo a outros centros nacionais como São Paulo e Fortaleza é favorecida pelo acesso à internet, telecomunicações e aos meios de transportes disponibilizados pelas empresas que aprimoram e diversificam as formas de pagamento e de entrega a estes lugares longínquos, no entanto acessíveis via o poder do consumo e do capital.

Uma situação análoga pode ser exemplificada quando discutido o comércio de farinha de mandioca citado anteriormente neste capítulo, na análise da “Centralidade Comercial” tefeense. O caso do empresário Roberval dos Santos Takafaz proprietário do “Flutuante Takafaz Ltda”, outrora grande comerciante de farinha na região e que trocou de ramo devido ao rearranjo da compra da farinha pelos comerciantes advindos de Manaus, maiores clientes do produto. Em determinado momento do ano de 2010 estes comerciantes começaram a comprar diretamente dos produtores da agricultura familiar de mandioca que produz a farinha chamada “Farinha do Uarini”, substituindo a intermediação anteriormente efetuada com o Sr. Takafaz que comprava dos agricultores e vendia em Tefé para comerciantes de todas as cidades locais circunvizinhas que abasteciam seus estabelecimentos comerciais deste produto em Tefé, cidade regional. Esta intermediação comercial foi interrompida pelo aprimoramento da comercialização subsidiada pelos novos

modelos tecnológicos, de informação e consumo. O grande mercado de farinha intensificou-se em Manaus, e Tefé passou a efetuar as funcionalidades de uma cidade intermediária neste processo, ou seja, os clientes de Manaus passaram a se dirigir diretamente ao produtor.

A cidade regional que presidia as relações em uma vasta área definida por Bernard Kayser (1966) como Bacia Urbana diminuiu sua operacionalização na região de influência de Tefé a partir da difusão de modelos de comercialização vinculados às técnicas e informações do meio técnico-científico-informacional. Este modelo de regionalização de Kayser foi gradativamente dimensionado a funcionalizar via as conexões pontuais externas de informações e serviços vinculados às redes. Estas se desenvolveram no Médio Solimões devido ao desenvolvimento de “manchas entre pontos luminosos” produtos do desenvolvimento de formas híbridas de racionalidades verticalizadas que promoveram o que Santos (2009 [1996], p.166) chama de “acontecer hierárquico” “que resulta das ordens e das informações de um lugar realizando-se como trabalho em outro”, “é um resultado das tendências à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados” (SANTOS 2009 [1996], p.167).

O espaço do acontecer solidário que estabelecidos na proposição de lugar de Santos (1994b) possibilita o uso de solidariedades que permite valores diversos e se apresenta sob três formas: o acontecer homólogo, o acontecer complementar e o acontecer hierárquico. Santos distingue o “acontecer homólogo” pertinente às áreas “que se modernizam mediante uma informação especializada, gerando contiguidades funcionais”, e o “acontecer complementar” sendo “aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades” (SANTOS 2009 [1996], p.166). No acontecer homólogo e complementar as informações utilizadas tendem a se generalizar horizontalmente. Enquanto que o acontecer hierárquico o cotidiano é comandado por uma informação privilegiada, “que é segredo e poder” (SANTOS 2009 [1996], p.167). No acontecer homólogo e complementar a contiguidade é o fundamento da solidariedade, no entanto, no acontecer hierárquico as relações podem ser pontuais, independe da contiguidade.

Desta forma, “o acontecer homólogo e complementar definem as horizontalidades, enquanto o acontecer hierárquico definem as verticalidades, que são os novos recortes territoriais na era da globalização” (SANTOS 2009 [1996], p.168). Esta territorialidade do acontecer histórico está em movimento contínuo, a escala da contextualização dos

subespaços “deixa de ser uma noção geométrica para ser condicionada pelo tempo” (SANTOS 2009 [1996], p.168).

A passagem de uma bacia urbana para uma configuração de rede permite entender a primazia das normas e da política em lugar da primazia das formas e da técnica. Esta última se enquadra nos modelos de comercialização contígua dos tempos do “regatão”, entre meados do século XIX e final do século XX no Médio Solimões, como discutido no primeiro capítulo desta tese, eram comerciantes que levavam mercadorias a serem negociadas/permutadas nos “beiradões” do Solimões e de seus diversos afluentes a partir de Tefé.

Com o início das operações dos primeiros aviões “Catalina” e “Albatroz” pelo Correio Aéreo Nacional e pela empresa Cruzeiro do Sul na década de 1940¹²⁶, bem como a normatização e regulação do território para admitir os objetos próprios das telecomunicações incentivadas pela Prelazia de Tefé aliadas as ações do “II Plano Nacional de Desenvolvimento” na década de 1970, a rede dentrítica se modernizou, mas não deixou de existir. Esta coexiste com a malha aérea moderna e rápida em Tefé beneficiando todas as cidades da região. A antiga organização espacial da bacia urbana se encolheu a partir do aumento de relações de cidades da região do Médio Solimões com agentes externos à região, no entanto não deixou de existir para muitos dos habitantes das mais de 107 comunidades tradicionais de todo o grande rio Tefé e dos outros rios da região, que remam por vezes dias, para comprarem mercadorias necessárias no cotidiano como manteiga e diesel na cidade ou para realizar consultas médicas, advocatícias, odontológicas, fisioterapêuticas, contabilistas, concentradas em Tefé, muitos destes caboclos tradicionais amazônidas nunca foram a outra cidade que não seja Tefé¹²⁷.

Desta forma, a simultaneidade do “acontecer hierárquico” se difundiu no mundo a partir do processo globalizador, “regionalizando suas estratégias de circulação, acumulação e dominação” (HAESBAERT, 2010, p.10) integrando estes subespaços aos modelos capitalistas das finanças e dos serviços, modificando as centralidades e as periferias, possibilitando que as metrópoles em suas ações e normas estejam presentes em cidades de diversas dimensões políticas, territoriais e econômicas. A integração do mundo pelo capital

---

¹²⁶ Entrevista concedida por Maria Marly Oliveira de Queiroz. Professora e Geógrafa. Tefé, 27 out. 2014.

¹²⁷ Entrevista concedida por Dr. Claudemir Queiroz. Historiador e advogado. Tefé, 4 dez. 2014.

imaterial e pela “energia” da informação permitiu o reconhecimento de espaços escuros e esquecidos, mas não isolados, relativamente integrados ao modo de produção capitalista hegemônico, a globalização.

Se o avanço capitalista globalizatório ampliasse seu raio de ação em busca de novos mercados negligenciando ou excluindo povos de subespaços periféricos este mesmo sistema capitalista não iria perdurar. A globalização capitalista absorve todos os povos, utilizando seus distintos recursos disponíveis diferentemente. Seus meios de produção podem ser originados e mantidos pelo Estado e este também atua como agente primordial do capitalismo nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos neste período atual.

“A periferia está no pólo”, as regiões periféricas não são mais subestimadas e desprezadas, ao contrário a própria economia-mundo valoriza estas regiões que são integradas a esta globalização, porém de maneira relativa. Seu desenvolvimento e suas relações são diferentes, mas mantém muitas populações com outros padrões de desenvolvimento sobrevivendo.

Na totalidade, onde as convivências e as relações são fundamentais, encontram-se espaços opacos convivendo com espaços luminosos, subespaços produtivos convivendo com subespaços de consumo que apesar disso não deixam de ser produtivos. A totalidade se modifica num arranjo complexo do espaço que engloba a realidade social e comunitária, verticalizada e horizontalizada. Ocorre uma integração de meios geográficos de tempos e espaços diferentes convivendo em um só lugar. A emergência de uma análise da realidade que considere uma globalização “relativizada” na periferia se faz presente, providenciando as bases para a discussão da sobrevivência destes subespaços em relação à globalização “absoluta” dos espaços luminosos, uma análise de uma integração relativizada amazônica é o que será discutido e analisado na próxima etapa deste estudo.

CAPÍTULO 3. INTEGRAÇÃO RELATIVIZADA

*Soldados engravatados marcham uniformizados com suas máscaras sociais.
Hasteando a bandeira da mentira e usando o silêncio e a moral
como armas de uma guerra contra o vazio, o tédio
e as fugas psíquicas que suas concupiscências lhe impõem.
O troféu da vitória será o domínio do orvalho,
que o amanhecer irá aniquilar.*

(QUEIROZ, 2009, p.7)

Discutir a integração territorial não se limita a entender a distribuição das estradas de rodagem, de ferro, hidrovias, aerovias e a circulação das normas e das decisões políticas aos pontos distantes dos grandes centros políticos, econômicos e administrativos da formação socioespacial. Mas analisar como “o resultado das atividades econômicas de uma região repercutem em outras regiões” (SANTOS, 2008 [1979], p.287). Porém, em tempos de globalização em que a “compartimentação do território se dá como fragmentação deste” (SANTOS, 2011 [2000]), p.81) as regiões se integram, fragmentando-se. Um mosaico de espaços luminosos e opacos, de espaços do mandar e do fazer, espaços letárgicos e inteligentes vinculados aos determinantes da circulação da informação e da técnica a partir das finanças e serviços¹ que se difundem na totalidade da formação socioespacial.

Este capítulo discute e analisa a premissa de que os fluxos que a centralidade tefeense efetua neste período técnico-científico-informacional na região do Médio Solimões promovem uma integração deficiente ao processo da globalização e ao meio geográfico contemporâneo, o meio técnico-científico-informacional, decorrente da ação rarefeita dos dados constitutivos da época: i) a unicidade da técnica; ii) a convergência dos momentos; iii) a unicidades do motor (SANTOS, 2011 [2000]); 1999). Uma integração deficiente desenvolvida como produto próprio da dialética do território, ou seja, o confronto dialogado entre o velho e novo, o local e o global, as verticalidades e as horizontalidades (SILVEIRA, 1999, p.400).

A integração territorial relativizada se estabelece pelas dinâmicas econômicas e sociais de uma modernização incompleta e subsidiadas pelos elementos primordiais da

---

¹ Neste sentido, Smith (1988) afirma que: “enquanto nós, como teóricos, podemos ter drásticos problemas conceituais em realizar uma integração do espaço e da sociedade, o capital parece realizá-la na prática, diariamente. O que ele realiza de fato é a produção do espaço na sua própria imagem, e a exploração dessa idéia levará a uma mais completa integração do espaço e da sociedade na teoria do desenvolvimento desigual” (SMITH, 1988, p.19).

globalização representadas pelas finanças e os serviços (SASSEN, 1998) compondo formas distintas deste processo globalizador.

Este estudo admite a ideia de integração relativizada como uma articulação territorial de cidades sob o contexto de uma modernização incompleta. Esta integração ocorre em um cenário socioespacial de uma globalização relativizada, ou seja, um processo globalizatório onde as cidades e/ou regiões contam com poucos agentes corporativos e empresas para realizarem as atividades, sendo desta forma, dependentes das iniciativas do Estado.

As instituições públicas em espaços opacos, como o Médio Solimões, realizam um papel econômico e financeiro muitas vezes análogo ao de empresas em espaços luminosos, agindo como um meio de produção que dinamiza e faz fluir a vida econômica e social dos municípios. As atividades vinculadas aos atores estatais de gestão e desenvolvimento propiciam a integração destes espaços letárgicos à modernização contemporânea e à organização reticular que envolve em sua trama a dialética do território difundido a partir das redes. As redes permitem que os fluxos materiais e imateriais circulem entre pontos geográficos verticalizados assumindo diferentes formas particulares às condições espaciais disponibilizadas pelos objetos técnicos existentes em cada lugar (SANTOS, 2008 [2002]).

No Médio Solimões, e particularmente em Tefé, evidencia-se que a globalização relativizada se estabeleça pela funcionalidade das redes, comunicando as ações globais às locais, e pela ação do Estado, agente de fomento econômico e de modernização técnica e social, permitindo a financeirização do território e o movimento de capitais do trabalho coletivo advindo dos assalariados estatais.

As finanças e os serviços estruturados pela técnica e a informação, comandados por teleação permitem uma ação global e uma modernização social e econômica, tendem a executar suas atividades de forma limitada em subespaços inseridos em uma globalização relativizada, onde os elementos de infraestruturas, tecnologia, pessoal qualificado e capital disponível são incipientes. Este cenário acarreta prejuízos à economia e deficiências à integração territorial, dificultando o acesso pleno deste subespaço outrora presidido por Tefé ao meio técnico-científico-informacional que como afirmou Santos (1999) “é a cara da globalização”.

Presume-se que são as deficiências pertinentes aos fluxos da centralidade de Tefé, vista como uma cidade intermediária neste subespaço opaco, o que possibilita uma

integração relativizada, friccionando a divisão territorial do trabalho pretérita com a divisão territorial do trabalho atual. Ou seja, ocorre uma integração debilitada ao processo da globalização que envolve e impacta as regiões do mundo de forma diferenciada.

Cidades interligadas por redes e sub-redes expõem seus limitados potenciais econômicos ao mercado global participando, conseqüentemente, dos fluxos pertinentes à contratação de produtos, serviços e finanças que alicerçam o grande capital mundial. Estas cidades passam a se relacionar com cidades distantes criando uma ruptura à hierarquia tradicionalmente instituída em suas regiões. As cidades regionais permitiam a fluidez e a dependência econômica e social dos centros urbanos hierarquicamente inferiores constituintes da sua região de influência, lugares centrais (CHRISTALLER, 1966 [1933]) que em tempos de globalização metamorfosearam-se em cidades intermediárias.

O “acontecer hierárquico” advindo das verticalidades das relações globalizadas enseja mudanças permitindo que as antigas centralidades, como a irradiada por Tefé para com as cidades da região de sua influência, sejam diminuídas e até perdidas como veremos posteriormente com o caso da cidade de Carauari. Ressalta-se que todas as cidades da região do Médio Solimões foram originadas dos desmembramentos do território original de Tefé, como visto no primeiro capítulo desta tese.

Corrêa (2006, p.263) discute que os impactos da globalização são manifestados “de diferentes modos em razão de suas demandas e suas contradições, e por intermédio de diversos agentes, e não exclusivamente das grandes corporações”. Esta integração permite uma refuncionalização dos centros da rede urbana, tanto pela admissão de “novas funções não centrais e ligadas diretamente à produção no campo”, quanto pela transformação destes centros pequenos por atividades advindas de fora e exercidas internamente que conferem uma “especialização produtiva ao núcleo preexistente”. Exemplificando esta situação na hinterlândia tefeense cita-se a Indústria de Bacalhau da Amazônia em Maraã e Fonte Boa e a indústria madeireira para exportação em Jutai.

Segundo Corrêa (2006, p.267) ocorre uma “singularidade funcional, entendida como características que são simultaneamente de diferenciação no âmbito da economia global e da integração a esta mesma economia. A centralidade, ao que tudo indica, pode ser ampliada”.

Neste sentido, cidades locais que pertencem à região de influência de uma cidade hierarquicamente superior na rede urbana se relacionam com centros localizados a longa distância a partir das especializações produtivas vinculadas ao acesso virtual e/ou

financeiro com mercados distantes, integrados pela rede global, ao grande mercado funcionalizado pelo motor único da globalização. Situação análoga envolvendo as cidades citadas com Tefé, centro urbano regional deste subespaço.

A centralidade na periferia se torna uma centralidade integrada aos lugares centrais, porém relativizadamente. Neste contexto, Corrêa (2006) discute:

A distribuição espacial das atividades engendradas pela globalização obedece a uma combinação que envolve, de um lado, uma lógica própria às corporações, que não exclui a natureza da atividade a ser implantada, e, de outro, as possibilidades de cada lugar, que incluem as suas heranças e a ação empreendedora de grupos locais. As pequenas cidades, criadas em um contexto socioespacial pré-globalização, devem se adaptar às novas demandas externamente formuladas (CORRÊA, 2006, p.270).

Desta forma, a busca de pequenas cidades, como Marañ, Fonte e Jutai na região de Tefé, para uma adaptação ao período contemporâneo, ou seja, a procura e o esforço maior por uma modernização que contemple suas novas necessidades criadas pelas novas funcionalidades, que se transformam continuamente atendendo os aportes tecnológicos que providenciam obsolescências sucessivas dos objetos técnicos necessários para mantê-las integradas e conectadas às redes que ligam ao mercado global. Isto promove o que Silveira (1999, p.249) chama de “corrida dos lugares” funcionalizada nas regiões e nascida nas políticas, regulamentações e normas de expansão das corporações globais:

As organizações próprias das divisões territoriais do trabalho pretéritas transformam-se diante dos fragmentos dos novos tempos organizacionais depositados na região. Sob o impulso de teleações, boa parte da modernização regional torna-se estranha e contribui para um relativo esvaziamento das funções da cidade regional. Em tempos de aceleração, a caducidade de uma função, na trama de eventos, impele a caducidade do arranjo existente no lugar e do seu *status* do espaço da verticalidade. Daí a existência de uma verdadeira *corrida dos lugares* para acolher, continuamente, parcelas da nova divisão do trabalho. Essa corrida é também para atingir funções duradouras que ocupem o lugar das funções efêmeras (SILVEIRA, 1999, p.429).

Discute-se neste terceiro capítulo a perda da força da centralidade efetuada por Tefé em sua região frente ao avanço dos agentes da globalização, pela ação de objetos técnicos perfeitos que compõem verticalidades unidas pela teleação e tecnologia de informações e comunicação disponibilizada às cidades pequenas ou regionais de toda e qualquer região que propiciam conectividade ao mundo. O resultado é uma integração territorial que ignora as próprias fronteiras territoriais, culturais, as identidades e tradições.

A centralidade de núcleos urbanos produz mais centros e estes outras centralidades, assim como mais periferias múltiplas e relativizadas. Damiani (2006, p.144) afirma que envolto a este processo de multiplicação de centros e periferias o modo de produção capitalista usufrui “da divisão social do trabalho que se desdobra em uma divisão territorial do trabalho em que momentos diferentes do processo estão se realizando em diferentes lugares, pondo, assim, diferenças sociais e econômicas”. Logo, as divisões territoriais do trabalho pretéritas se friccionam com novos contextos de uma divisão territorial e social interna do trabalho na região adaptada às singularidades dos lugares a partir de uma ordem externa, ligada ao acontecer hierárquico e à divisão internacional do trabalho contemporâneo, promovendo diferenças, porém não desigualdades, particularmente no Médio Solimões.

A integração em espaços opacos sob uma globalização relativizada, e por isso uma integração relativizada une interesses econômicos e financeiros fragmentando hierarquias urbanas. Sposito e Jurado da Silva (2013, p.129) estudando processos análogos na região de Presidente Prudente discutem essas conexões:

Hierarquias urbanas foram “quebradas” pelo avanço da informatização da economia e se passa a engendrar uma rede de cidades de múltiplos circuitos, com base em interações diversas que conectam os centros pequenos a locais cada vez mais distantes, sem necessariamente passar pela metrópole e /ou outros centros de gestão da economia, a exemplo das capitais regionais (SPOSITO e JURADO DA SILVA, 2013, p.129).

Neste fragmento, a discussão enfatiza a exclusão de cidades regionais do contexto de relações efetuadas por cidades locais ou pequenas com cidades pertencentes a outros circuitos. Os autores denotam uma rede de múltiplos circuitos. Situação que reflete a geografia das redes neste tempo de globalização. Corrêa (2012, p.210) discorre sobre situação análoga afirmando que “a inserção de um centro urbano em diversas redes geográficas traz à tona o problema de suas posições relativas em cada rede”. Desta forma, evidencia-se que cidades locais podem se inserir em diversas redes sobrepostas e “multifacetadas” exercendo várias funcionalidades. Mesmo que sejam apenas funcionalidades pertinentes ao consumo de uma parcela de sua população, acabam por interagir e participar da unicidade e da dinâmica produzida pelo motor global capitalista.

Cidades que possuem um potencial econômico intrínseco e que realizam relações ínfimas com cidades circunvizinhas, promovendo, entretanto, relações econômicas e sociais importantes com cidades distantes, exibem o alto grau de relação efetivada a partir

de uma integração relativizada, como o caso de Coari base da “Província Petrolífera do Urucu” no Médio Solimões. Pesquisas comentadas no capítulo anterior desta tese, como a de Oliveira (2008), mostram que estes pontos estratégicos à economia nacional/global, como Coari e mesmo a emergente Carauari, não contribuem significativamente para o desenvolvimento de suas próprias regiões, apenas contribuem produtivamente para o mercado global. Faces de uma integração relativizada que traz aportes negativos à economia regional.

Neste sentido, Sassen (1998, p.72) comenta que:

Aquelas cidades que são locais estratégicos na economia global tendem, em parte a desconectar-se de sua região. Esse fenômeno também entra em conflito com uma proposta fundamental do conceito tradicional relativo aos sistemas urbanos: a de que esses sistemas **promovem a integração territorial das economias regionais e nacionais** (SASSEN, 1998, p.72).

Por conseguinte, cidades como Coari participam muito pouco da dinâmica econômica interurbana em suas próprias regiões (OLIVEIRA, 2008), possibilitando, à Tefé, ainda presidir, a manutenção das operacionalidades da circulação técnica financeira, pela presença dos bancos, e administrativa pela presença das instituições públicas e infraestrutura aeroportuária que subsidiam o movimento deste espaço de fluxos, espaço este constituído por elementos modernos e novos bem como por elementos velhos e débeis às relações globais e hegemônicas.

Temporalidades diferentes em cidades tão próximas e pequenas, dimensões impostas em velocidades virtuais dos agentes hegemônicos da economia-mundo que proporcionam a estas cidades como Coari possuírem mais *status* que as cidades regionais como Tefé. Por conseguinte, constituem espaços escuros ao desenvolvimento regional e a integração territorial, beneficiando sim a fragmentação do território e o empobrecimento de sua população a partir de fluxos fragmentadores ou desvirtuosos à integração e ao desenvolvimento regional.

Sendo assim, mesmo na admissão da ideia de que o capitalismo contemporâneo seja um período ligado aos constituintes do meio técnico-científico-informacional da globalização atual, muitas temporalidades, racionalidades, técnicas, ideias, capitais, serviços, centralidades, periferias, espaços, regiões, territórios e totalidades se submetem aos variados contextos difundidos e hibridizados pela conjuntura do conflito entre a ordem global e a ordem local.

A integração relativizada objetiva discutir as nuances derivadas das diversas formas de um mesmo processo, a globalização, em seus enfoques e bases que fragmentam e compartimentam territórios e se protagonizam como um processo da produção do espaço. A integração relativizada se baseia na comunicação e na relação de cidades obsoletas com as cidades luminosas que se realiza via a subjugação das hierarquias urbanas e territoriais tradicionais criando rupturas com “cidades-elos” históricos na dinâmica do desenvolvimento regional e da organização territorial da formação socioespacial.

Tefé se configura como uma destas cidades-elos que se enfraqueceu em suas relações regionais, produto de uma integração relativizada imposta pelas rarefações do meio técnico-científico-informacional e da conjuntura estrutural proveniente de uma modernização incompleta. A corrida dos lugares se aprimora nestes tempos de globalização, permitindo a subespaços letárgicos como o Médio Solimões sofrer modificações em suas estruturas funcionais; isto permite a ação de agentes globalizados e hegemônicos a partir de atividades até então estranhas ao lugar, configurando a este subespaço presidido regionalmente por Tefé, maior centro urbano da região, a dinamizar e reestruturar uma nova divisão territorial do trabalho onde a solidariedade vertical possibilita o crescimento de cidades menores sob a luz e organização de ordens externas.

Presume-se que mesmo desprovidas dos objetos técnicos e da racionalidade vertical necessária para funcionalizar suas novas relações, estas pequenas cidades do Médio Solimões, integrantes da região de influência de Tefé, adentram ao meio técnico-científico-informacional e ao processo globalizador. Por conseguinte, absorvidas pelos chamados inerentes à corrida dos lugares estas cidades enfraquecem as relações com a cidade regional, Tefé, gerando impactos suscetíveis à dinâmica e ao desempenho da economia da região influenciando o desenvolvimento regional.

Quais são estes impactos gerados pela integração relativizada? Como se processam? Quais as consequências para Tefé, configurada como centro urbano regional do Médio Solimões, vinculadas ao avanço da globalização neste subespaço opaco?

Nos capítulos anteriores foram discutidos os momentos e marcos que propiciaram a gênese da centralidade tefeense em seus contextos históricos e em suas funcionalidades atinentes aos agentes e à dinâmica estabelecida. Fluxos fundamentais para a produção e circulação no Médio Solimões, irradiados a partir de Tefé. O objetivo deste capítulo terceiro é analisar os elementos e variáveis que propiciam uma integração deficiente ao

meio geográfico contemporâneo neste período de globalização, uma integração relativizada. Sendo assim, esta respectiva análise tem como intuito de compreender a dinâmica das relações de cidades inseridas em territórios obsoletos, quando das atribuições técnicas e ao interesse do grande capital, mas que mesmo assim, participam da dinâmica da globalização como centros urbanos estratégicos na formação socioespacial, na absorção e submissão de ordens, nas ações e ao consumo pertinente a atual divisão territorial do trabalho.

3.1 – Dos agentes de uma integração relativizada na região de Tefé

Os municípios que compõem a região de influência de Tefé possuem em seu contexto histórico uma questão análoga, todos foram originados a partir dos desmembramentos territoriais ocorridos na formação histórica do território tefeense, processo que pôde ser acompanhado no capítulo primeiro desta tese assim como foi realizada a discussão da Região de Influência de Tefé no capítulo segundo deste estudo. Ressalta-se que esta região de Tefé é composta pelos municípios de Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Jutai, Tonantins, Marã e Japurá (Figura 10 do capítulo 2).

A rede de cidades que compreende Tefé, Alvarães e Uarini é chamada pelo IBGE como Microrregião de Tefé. Alvarães é o município mais próximo de Tefé situando a 30 km desta, se não fosse o grande lago que conta com 14 km² de largura onde operam lanchas, balsas, e embarcações diversas que compõem um tráfego intenso durante todo o dia entre Tefé e a Vila de Nogueira situada do lado oposto do lago, a cidade poderia ser ligada diretamente a Alvarães.

---

² De acordo com dados utilizados pela Prelazia de Tefé e Exército Brasileiro.

Figura 41 – A prefeitura e a praça principal de Alvarães bem como o porto em Nogueira e a estrada que liga esta Vila de Tefé à cidade de Alvarães

Fonte: Levantamento próprio, janeiro/2015.

Atualmente, utiliza-se uma estrada entre a vila de Nogueira e a cidade de Alvarães, além da via fluvial pelo Solimões para ir de Tefé a Alvarães, município que possui 14.088 habitantes³ e 5.911,768 Km². Apenas uma pequena enseada separa esta cidade do curso do rio Solimões sendo suscetível ao tráfego dos navios e balsas que descem e sobem o grande rio beneficiando a circulação local. No entanto, o cotidiano da cidade ainda depende de Tefé para serviços institucionais vinculados à educação, saúde, comércio e atendimento aeroportuário.

O outro município da microrregião é Uarini com 11.891 habitantes e 10.246,237 km², a produção da farinha desta região de Tefé leva seu nome, “Farinha do Uarini”. No entanto, o município depende inteiramente dos recursos estatais como seu principal meio de produção. A cidade se situa dentro do “lago” do rio Uarini e por isso, assim como Tefé, não se encontra às margens do Solimões, situação que confortabiliza os que se relacionam com a cidade por estarem afastados dos pormenores “desagradáveis” do Solimões.

---

³ Censo IBGE/2010.

Figura 42 – As palavras “Terra da Farinha” recepcionam quem chega a Uarini

Fonte: Levantamento próprio, janeiro/2015.

Subindo o Solimões encontra-se o município de Fonte Boa que possui a segunda maior população da região de influência de Tefé com 22.817 habitantes e 12.110,929 km². Este município é famoso pelo seu festival de Boi Bumbá elencado pelas gremiações “Corajoso” e “Tira Prosa”. Possui a maior produção de pescado da região, sendo o “Frigorífico Pescador Ltda” um grande intermediador do mercado de peixes. Destaca-se o projeto da “Indústria de Bacalhau da Amazônia” que poderá se constituir como instrumento de beneficiamento do pescado em Fonte Boa, no entanto, ainda em fase de instalação nesta cidade. Esta produção pesqueira se esvai frente à relativa eficiência administrativa e a gestão dos objetos técnicos e políticos que proporcionam aos recursos públicos representarem ainda o carro chefe da economia da cidade.

Figura 43 – Avenida principal de Fonte Boa, seu aeroporto, o porto e o “Frigorífico Pescador” ao lado do prédio da Indústria de “Bacalhau da Amazônia”

Fonte: Levantamento próprio, janeiro/2015.

O aeroporto de Fonte Boa é um dos poucos homologados para operacionalização no Médio Solimões, além do aeroporto de Tefé. Realiza elos fundamentais com outros aeródromos do interior amazonense, entretanto, não possui nenhuma empresa aérea estabelecida na cidade. Baseada em Tefé, a empresa aérea “Amazonaves” realiza voos fretados entre Fonte Boa, Manaus e Tefé. A “MAP Linhas Aéreas” possui interesse em se estabelecer na cidade aguardando autorização para início de suas atividades, o mesmo ocorre em relação a Tefé.

A cidade está exposta ao grande rio Solimões possuindo um porto bem estruturado para o embarque e desembarque de cargas e passageiros utilizados pelos grandes navios que ligam Tabatinga na tríplice fronteira com a metrópole Manaus; situação que exclui Tefé do trajeto de embarque e desembarque destes fluxos de transporte, devido ao tráfego intenso entre Tefé e Manaus que afugenta outras empresas a concorrerem pelas linhas entre Manaus e Tefé⁴. Por este motivo os grandes navios com trajeto entre Tabatinga e Manaus não ancoram por Tefé e a maioria dos municípios do Médio e Baixo Solimões, ou seja, devido a concorrência.

---

⁴ Entrevista concedida por Sr. Luís. Responsável pelo Entrepasto comercial de Tonantins. Tefé, 13 jan. 2015.

a partir de sua sede em Tefé inserindo-se assim no raio de relações de municípios da hinterlândia tefeense. No entanto, as relações comerciais entre Tefé e Tonantins são rarefeitas, pois de acordo com as empresárias Magda Cury⁶ e da comerciante Cristiany de Castro Lima⁷ Tefé não faz parte de nenhum cenário de relações comerciais e serviços com Tonantins mesmo relações educacionais, médicas e consultorias advocatícias, contábeis, odontológicas, etc. Nestes casos, Tabatinga, São Paulo de Olivença e mesmo Manaus são os principais parceiros destas relações. Fato contraditório, mesmo com a inserção na área influência de Tefé ratificada nos documentos pertinentes à Divisão Urbana Regional do IBGE (2008)⁸.

Figura 45 – O Terminal Hidroviário, o sortido comércio, grande ponte de madeira e a Igreja de São Francisco em Tonantins

Fonte: Levantamento próprio, janeiro/2015.

Tonantins está exposta às correntes do “veloz e jovem” rio Solimões e por isso um grande Terminal Hidroviário está em fase de conclusão para funcionamento. A cidade possui as características organizacionais diferentes percebíveis na organização de seus

⁶ Entrevista concedida por Magda Cury. Empresária e proprietária do “Lojão Central” e “Hotel Rei Davi”. Tefé, 12 jan. 2015.

⁷ Entrevista concedida por Cristiany de Castro Lima. Proprietária da Lan House e Serviços “Colc. Net”. Tefé, 12 jan. 2015.

⁸ Foram solicitados argumentos ou justificativas oficiais via documentos formais direcionados às agências do IBGE em Tefé, Manaus e Rio de Janeiro para uma argumentação expressa sobre a inserção de Tonantins na Região de Influência de Tefé. No entanto, nenhuma das agências respondeu oficialmente, apenas por telefone e conversas informais seus responsáveis forneceram respostas incabíveis.

estabelecimentos comerciais e mesmo dos objetos geográficos, além das enormes pontes de madeira chama atenção o comércio sortido de mercadorias ofertado em um único estabelecimento comercial. Não há farmácias e lojas de eletrodomésticos, tudo é oferecido em um só ponto comercial, há diversidade de produtos desde remédios até brinquedos e produtos alimentícios assim como material de escritório, papelaria e eletrônicos diversos, como filmes DVDs, celulares e utensílios domésticos, incluindo móveis, livros e revistas em apenas uma loja. Tonantins é o último município da Região de Influência de Tefé subindo o rio Solimões.

No rio Japurá a hinterlândia tefeense abrange o município de Maraã, com 17.528 habitantes e 16.910,373 km², que se apresenta como uma cidade agradável com uma orla ampla e bem conservada.

Figura 46 - Orla de Maraã, a “Indústria do Bacalhau da Amazônia” e a sala de pré-secagem da produção com mantas de bacalhau.

Fonte: Levantamento próprio, janeiro/2015.

A “Indústria de Bacalhau da Amazônia” tem na cidade o mais produtivo estabelecimento⁹ apoiado pelo pescado advindo da “Colônia dos Pescadores Z-32” que pesca em áreas de Manejo do Pirarucu e vende a produção para a “Indústria de Bacalhau

---

⁹ Apenas Fonte Boa e Maraã contam com instalações desta indústria. Fonte Boa apesar da infraestrutura maior não possui produção, ao contrário de Maraã, que somente em 2014 produziu 70 toneladas de Bacalhau da Amazônia.

da Amazônia” entidade que abrange financiamentos de hierarquias públicas diferentes como o FINEP na escala federal, a Secretaria de Produção do Estado do Amazonas (SEPROR) na escala estadual e a Prefeitura Municipal de Marã na escala local. Em Marã se configura como um trabalho bem organizado que gera empregos e renda beneficiando, concomitantemente, as potencialidades intrínsecas deste subespaço. As perspectivas de produção, segundo o Gerente Geral Ronaldo Ferreira de Souza¹⁰ é iniciar a produção de empanado e picadinho de peixe além de ração orgânica para possível exportação direta, no momento a produção pode ser comercializada apenas no estado do Amazonas, onde restaurantes e frigoríficos manauaras compram e muitos turistas acabam por levar a seus países de origem.

Após Marã, Japurá é a segunda cidade subindo o rio com mesmo nome, possui 7.326 habitantes e 55.791,837 km², um ótimo exemplo de uma pequena cidade para um grande município o que é comum no Amazonas. A cidade possui um bom aeroporto que opera apenas voos fretados, no entanto, representa um bom elo de alternativa para a aviação na fronteira.

Figura 47 – Pista do aeroporto de Japurá e a rampa de acesso à cidade.

Fonte: Levantamento próprio, janeiro/2015.

---

¹⁰ Entrevista concedida por Ronaldo Ferreira de Souza. Gerente Geral de Unidade de Beneficiamento de Pescado de Marã. Tefé, 8 jan. 2015.

No rio Juruá a hinterlândia tefeense abriga o município de Juruá que conta com 10.802 habitantes e 19.400,697 km². Seu aeroporto é mais bem estruturado em relação aos municípios de Fonte Boa e Japurá. Todavia não está homologado; como a fiscalização é mínima, muitos voos em Manaus são autorizados para operarem como se o destino fosse Fonte Boa que é homologado e, no entanto, se dirigem para Juruá.

As relações sociais em Juruá assim como Marabá são agradáveis, típico de lugares que ainda valorizam a contiguidade das relações, a solidariedade da vizinhança e da informação compartilhada, onde a esfera da ação, ou psicoesfera (SANTOS, 1999) se realiza de maneira ainda a fortalecer os elos agradáveis das relações comunitárias horizontalizadas. Talvez isto torne perceptível um ritmo próprio na cidade que caracteriza os subespaços letárgicos. Envolto a riqueza do grande rio Juruá, paraíso dos pescadores de tartarugas no período das praias em pleno verão amazônida, Juruá se configura como um ponto espacial de referência para as inúmeras comunidades da região.

Figura 48 – O aeroporto de Juruá, sua orla, o centro poliesportivo e de convenções.

Fonte: Levantamento próprio, janeiro/2015.

3.2 – Agentes de integração à globalização e ao meio geográfico contemporâneo na região de Tefé

Para o reconhecimento dos agentes da globalização na região de Tefé pretende-se analisar os meios de produção das cidades e identificar os serviços e agentes pertinentes a

globalização atual, principalmente aqueles vinculados aos serviços e finanças instrumento da técnica e da informação contemporânea (SASSEN, 1998; SANTOS, 2011 [2000]).

O principal meio de produção destas cidades da hinterlândia de Tefé e da própria Tefé como discutido no capítulo anterior são os recursos advindos do Estado provenientes dos salários dos funcionários públicos das instituições públicas nas diversas hierarquias subsequentes. O grande empregador da população ativa ainda são as prefeituras¹¹ e estas atividades adjacentes que movimentam o comércio e os demais serviços em suas diversas especificidades.

Ressalta-se que a integração relativizada se configura como uma integração territorial sob condicionantes de uma modernização incompleta e uma globalização relativizada. Presume-se que os agentes deste processo de integração a promovem tanto ao curso da globalização quanto ao meio geográfico contemporâneo, o meio técnico-científico-informacional.

Para o melhor entendimento deste processo de integração relativizada, serão discutidos e considerados como instrumento de análise: i) as finanças representadas pelos bancos existentes em cada cidade da hinterlândia tefeense assim como as financeiras; ii) as telecomunicações no que concerne a telefonia móvel, ou seja, as operadoras de celulares, dos provedores de internet e Lan houses; iii) Profissionais liberais, infraestrutura hoteleira e serviços comerciais franquizados; iv) transportes envolvendo o setor fluvial e aéreo e; v) educação na oferta de cursos particulares nas diferentes instâncias de ensino.

Estes agentes a serem analisados pertencem ao meio técnico-científico-informacional porque foram fundados como nós de eixos de produção e circulação de energia, no período dos transportes aéreos e das telecomunicações em tempo real (SILVEIRA, 1999, p.395). Configuram-se como agentes de inserção deste subespaço amazônida via suas operacionalidades a este meio geográfico e ao capitalismo atual, integrando-o ao processo de globalização.

---

¹¹ Quanto maior o nível de qualificação profissional que o indivíduo possuir melhores as chances de mobilidade profissional dentro das instâncias hierárquicas do funcionalismo público. Possibilitando a admissão para hierarquias estaduais e federais superiores, ou seja, as prefeituras abarcam os funcionários da população local com menos qualificação muitas no intuito de suprir as promessas clientelistas efetuadas durante as campanhas políticas pelos respectivos candidatos.

3.2.1 – As finanças

A integração de espaços opacos ao processo de globalização está baseada na contradição inerente ao modo de produção capitalista atual, que não permite desenvolver plenamente o potencial produtivo dos lugares. Costa (2008a, p.22) comenta que “a globalização incorporou inovações tecnológicas que proporcionaram ao capitalismo um enorme desenvolvimento”. No entanto, a contradição atinente à insuficiência mundial de demanda não permite que a produção seja integralmente absorvida, ao contrário das duas revoluções industriais anteriores, onde se buscou resolver o problema da demanda global, mediante a redução da jornada de trabalho e ampliação do setor de serviços, neste período contemporâneo setores a serem ocupados não existem mais e os novos empreendedores capitalistas não estão suscetíveis a reduzir a jornada de trabalho.

A globalização permitiu que o capitalismo se limitasse frente aos obstáculos criados por sua própria dinâmica, que “se expressa entre o caráter social da produção e a apropriação privada dos seus resultados” (COSTA, 2008a, p.21). Na falta de compradores para a produção todo o sistema entra em crise, as finanças representam uma saída para abrandar e, concomitantemente, potencializar esta situação de crise perpétua do sistema capitalista. Da mesma forma as finanças permitem prover instrumentos de aquisição da produção por sujeitos sociais subsidiados pelos “produtos e serviços” financeiros, integrando-os ao mercado globalizado contemporâneo.

As tecnologias permitiram uma globalização da produção cujas características representam uma terceira revolução industrial no modo de produção capitalista, novos ramos como tecnologias da informação, microeletrônica, robótica, biotecnologia, engenharia genética, nanotecnologia e inteligência artificial fazem parte desta nova indústria que rompe com os ramos anteriores da segunda revolução industrial como metal-mecânica, o químico e o plástico (COSTA, 2008a, p.25).

A globalização financeira assim como a globalização da produção está ligada ao processo de internacionalização da produção¹². O uso das tecnologias de informação e

---

¹² “As instituições financeiras, que nos países centrais já estavam ligadas aos trustes e cartéis, seguiram o caminho das corporações transnacionais produtivas em sua aventura de criação de valor fora das fronteiras nacionais. Internacionalizaram suas atividades, facilitadas pelo fato de que as corporações produtivas necessitavam de instituições financeiras sólidas que possuísem flexibilidade para atuar em escala mundial. O

comunicação (TICs) permitiu à atividade financeira a diversificação de seus serviços, tais como: swaps, mercados de câmbio, títulos, ações, derivativos em geral, etc. Geridas de forma especulativa caracterizam os mercados financeiros globalizados. Os bancos tradicionais após uma reconfiguração de suas funções e competências efetuam operações que beneficiaram a especulação financeira, como a securitização do crédito e o financiamento do mercado de títulos. O Estado também foi influenciado pela globalização financeira, os novos agentes econômicos financeiros facilitaram aos Estados a aquisição de créditos a juros elevados criando uma ruptura aos procedimentos anteriores baseados na emissão de títulos públicos a taxas de juros baixos. Logo os Estados endividados e suas políticas econômicas ficaram submetidos aos ditames da esfera financeira.

As finanças representam uma “miragem” para a busca de um ponto de equilíbrio na balança que envolve as contradições capitalistas e o intuito de absorverem os capitais excedentes que buscam nas possibilidades do pólo financeiro uma forma de reproduzirem produtivamente. O que, no entanto, potencializa a crise perpétua do capital. Talvez a globalização seja o fim de um ciclo do capitalismo, encerrando com esta terceira revolução industrial, ou talvez o início de uma metamorfose do capital (CHESNAIS, 1998; COSTA, 2008a).

Os avanços tecnológicos que proporcionaram as transferências eletrônicas, depósitos instantâneos, operações de saques, o uso de cartões de crédito e empréstimos eletrônicos fluem em sintonia com a modernização normativa que o Estado facilitou para as operações financeiras nas últimas décadas corroborando para uma rede financeira mundial. Desde o fim dos acordos de Bretton Woods¹³, que não retirou o dólar como

---

desenvolvimento dos negócios financeiros ganhou uma dinâmica particular com a formação do mercado de eurodólares, especialmente em função do reduzido grau de regulação na praça de Londres, onde centralizava-se este mercado. Na nova conjuntura, os bancos multiplicaram suas sucursais pelo mundo afora e construíram uma nova arquitetura financeira internacional baseada na privatização da liquidez internacional” (COSTA, 2008a, p.28).

¹³ Objetivo de Bretton Woods em 1944 foi de organizar o sistema econômico internacional criando o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o planejamento da estabilidade financeira no mundo pós guerra; e o Banco Mundial ou Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) que aportaria recursos para sanar a devastação decorrente da segunda grande guerra. Para alicerçar uma referência do câmbio e das reservas mundiais estabeleceu o dólar como moeda de referência, fixado em ouro. Os países podiam ter flexibilidade de variação de 1% para cima ou para baixo da paridade e só poderiam ultrapassar esse patamar em casos de desequilíbrios graves. O acordo teve fim em 1971 quando os EUA suspenderam a conversão do dólar em relação ao ouro para uma possível valorização da moeda e da confiança, os países passaram a adotar as taxas de câmbio flutuantes, instrumento que posteriormente possibilitou a livre mobilidade de capitais, base para as transações financeiras (COSTA 2008a, FERGUSON, 2008; SILVEIRA, 1999).

referência monetária mundial¹⁴ esta rede financeira foi consolidada. Raffestin cita Jean Labasse para designar esta rede como “o conjunto hierarquizado e estruturado dos escritórios dirigidos e animados pela sede central de um grande estabelecimento” (LABASSE apud RAFFESTIN, 1993, p.216). Esta “invasão do território pelo dinheiro” é originada pela circulação geral advinda da globalização financeira e também da produção, já que as finanças atualmente também são produtivas e diversificam seus serviços agindo como um “adiantamento de capital” para economias de firmas, famílias e instituições.

O maior agente destas finanças em Tefé e em sua região são os bancos e as financeiras que drenam as rendas dos assalariados, aposentados e funcionários do comércio por intermédio de seus serviços para as sedes destes bancos. Atuam coletando estas rendas em parceria com diversas empresas comerciais assim como empresas aéreas, de veículos terrestres e fluviais; oferecendo serviços como fundos privados de pensão, créditos imobiliários, auxílio maternidade, cartão de crédito e empréstimos consignados que são procurados pela clientela dos bancos.

Os agentes financeiros existentes em Tefé que permitem a esta presidir as relações nesta fração do território são significativos frente a sua hinterlândia. Esta centralização de capital é decorrente das infraestruturas de fixos herdadas no decorrer da conjuntura histórica e econômica proporcionada pela dinamicidade de sua centralidade neste subespaço letárgico (Tabela 15).

---

¹⁴ Graças às políticas de estabilidade monetária de Reagan e Thatcher, ou seja, EUA e Reino Unido, respectivamente, que transformaram o dólar no instrumento regulador da globalização financeira bem como as modificações políticas e econômicas nos anos de 1970 que instituíram o neoliberalismo em política de Estado.

Tabela 15 – Número de agências de Bancos, banco postal, financeiras e lotéricas na região de Tefé¹⁵

Municípios	Bancos	Banco Postal	Financeiras	Lotéricas
Tefé	4	1	9	3
Alvarães	1	1	1	1
Uarini	1	1	0	1
Fonte Boa	1	1	1	1
Jutaí	1	1	1	1
Tonantins	1	1	0	1
Maraã	1	1	0	1
Japurá	1	1	0	1
Juruá	1	1	0	1

Fonte: Confeção própria com base na pesquisa de campo, janeiro/2015.

Benko (2002, p.73) discute que:

“A relação de dominação entre as cidades não depende do número de organismos financeiros e de sedes de grandes empresas que se acham concentrados numa mesma localidade, mas sim, essencialmente, da maneira como são administrados e das potencialidades de controle que detêm. Essa a razão pela qual a hierarquização aumentada e intensificada do sistema urbano que conhecemos atualmente não se deve apenas à concentração espacial progressiva de centros financeiros e de redes sociais em algumas cidades. Sua supremacia se exerce mais, ao contrário, pela centralização dos capitais” (BENKO, 2002, p. 73).

Desta forma, a centralização de capitais não se deve apenas a presença de um banco ou de outras atividades pertinentes às instituições financeiras, mas também às atividades adjacentes e derivadas desta “financeirização do território”, ou seja, à capacidade de diversificação pertinentes a estes créditos e das relações sociais e econômicas que se constitui o capital.

Sassen (1998, p. 18) comenta que “o rápido crescimento da indústria financeira e de serviços altamente especializados gera não apenas empregos técnicos e administrativos de alto nível, como também empregos que não exigem qualificação e que apresentam baixa remuneração.” Isto provoca desigualdades interurbanas vinculadas aos agentes de grandes indústrias financeiras da nova economia urbana. “Os setores de serviços especializados e de finanças contêm potencialidades para a realização de lucros infinitamente superiores

¹⁵ Não foi considerado os “Expressos Bancários” distribuídos nas lojas e mercearias, pois sua presença e operacionalidade nos estabelecimentos comerciais é transitória e instável assim como a disponibilidade que certos estabelecimentos comerciais oferecem para funcionalizar serviços bancários no pagamento de contas.

àqueles obtidos por setores econômicos mais tradicionais” (SASSEN , 1998, p 18). O comércio tradicional e os serviços de baixa qualificação necessários para a manutenção das necessidades da população e úteis à saúde da economia urbana perdem espaço no mercado contemporâneo. Desta forma, a presença de bancos e instituições creditícias se faz necessário para uma economia urbana moderna e forte.

Assim, corretoras de imóveis, serviços de financiamento, crediários de mercadorias e utensílios assim como consórcios tanto de automóveis e motocicletas quanto de barcos e motores utilizados em parcelamentos de longo prazo florescem em Tefé frente a ausência destes serviços e produtos nas cidades da hinterlândia tefeense. Fluxos de uma centralidade inserida na periferia regional amazônida e que beneficiam todas as cidades de sua hinterlândia.

Os bancos e financeiras configuram-se como atores de uma grande indústria financeira mundial que cresce à medida que as atividades tradicionais da economia urbana se estagnam e perpetuam a crise capitalista do excesso de produção frente a uma demanda limitada de consumo.

A presença das lotéricas e do Banco Postal nas cidades da hinterlândia de Tefé é hegemônica (Tabela 15). O banco postal é uma agência com operações limitadas do Banco do Brasil presentes nas agências dos Correios em todo território nacional. Outro exemplo de uma agência limitada de bancos são as lotéricas que representam o acesso aos serviços da “Caixa” e, concomitantemente, de outros bancos privados ausentes nesta região, onde se realizam pagamentos de contas públicas e boletos de contas privadas além de realizar depósitos, sempre limitados, para agências de outras regiões e estados. Elos técnicos de integração à circulação geral da globalização financeira os bancos postais e as lotéricas são agentes limitados de uma globalização que nesta fração do território se dá de maneira relativizada.

Em Tefé os bancos Bradesco, Banco do Brasil, Caixa e o Banco da Amazônia efetuam um papel fundamental na incorporação de conteúdos técnicos, científicos e informacionais nos processos produtivos. Como discutido no capítulo anterior, exercem uma centralidade nos pagamentos de salários de funcionários públicos municipais de prefeituras de municípios da hinterlândia tefeense assim como no repasse de recursos federais e estaduais a estes entes citadinos circunvizinhos de Tefé.

“A financeirização do território permite que os bancos realizem uma rede creditícia refuncionalizando e re-hierarquizando os lugares. O sistema financeiro contribui para a estruturação do território globalizado e fragmentado das verticalidades” (SILVEIRA, 1999, p.238). Na região de influência de Tefé existem três Agências do Banco Bradesco: Tefé, Fonte Boa e Jutai. Os postos de atendimentos (PAs) do Bradesco estão presentes em Alvarães, Uarini, Juruá, Maraã, Japurá e Tonantins, esta última não está subordinada a Tefé, estando fora da jurisdição da Agência Tefé (Figura 49). Nas PAs existe um gerente e caixas eletrônicos que realizam operações de saques, transferências, pagamentos de contas, mas não realizam depósitos e não existem “Box” conhecidos também como “caixas”, atendentes do banco para clientelas maiores. Logo, a “dependência” da agência de Tefé é justificada¹⁶.

Figura 49 – Fluxos de integração relativizada do Bradesco

Fonte: Confecção própria com base em informações da Agência Bradesco de Tefé, janeiro/2015.

Ressalta-se que o Bradesco supre as demandas necessárias de dinheiro nas Lotéricas, que são anexos da CAIXA nas cidades da hinterlândia tefeense para pagamentos dos benefícios dos programas sociais repassados aos respectivos beneficiários. Por sua vez a matriz da CAIXA envia remessas de dinheiro ao Bradesco e este supre as lotéricas,

¹⁶ Entrevista concedida por Rozana Gomes Caldas. Gerente de Pessoa Jurídica do Banco Bradesco Tefé. Tefé, 27 jan 2015.

demonstrando a necessidade deste suporte técnico-normativo que provê credibilidade às parcerias bancárias.

Devido Tefé ser um centro urbano de maiores proporções no Médio Solimões e por isso detentor de unidades institucionais de tomadas de decisões, a cidade acaba por centralizar a maioria das operações mais complexas, ou seja, as potencialidades e a administração que proporcionam maior centralização de capitais, como conferiu Benko (2002), produzem uma relação de dominação nas relações interurbanas regionais. Tefé atua como um elo integrador destas cidades aos aportes da globalização financeira devido à relativa capacidade de gestão destas unidades do Bradesco, inclusive as agências de Fonte Boa e Jutai, de efetuarem uma operacionalização autônoma e independente de Tefé.

O Banco do Brasil possui um papel fundamental na questão do uso dos bancos e o sistema fiscal, ou seja, de pagamentos de recursos e impostos públicos. Além de disponibilizar em todas as cidades da região de Tefé um Banco Postal que é um anexo do Banco do Brasil nos Correios. A Agência de maior nível operacional do interior do estado do Amazonas está sediada em Tefé, a dependência das cidades da hinterlândia em relação a Tefé, por estas contarem apenas com bancos postais, anexos do Banco do Brasil nos correios, é maior do que a do Bradesco em função dos repasses aos municípios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (Figura 50).

Assim como o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU); Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) serem pagos na agência de Tefé (Tabela 3 do capítulo anterior). Os pagamentos dos funcionários públicos municipais, inclusive da Câmara Municipal também são direcionados pelo Banco do Brasil em Tefé. Milhões de reais são mobilizados nestas transações¹⁷.

No entanto, nos bancos postais distribuídos em todos os municípios da hinterlândia tefeense, não se realiza depósitos, não possui gerentes, ou seja, representantes do Banco do

---

¹⁷ Entrevista concedida por Marcos Gil Monteiro Cabral. Supervisor da Agência do Banco do Brasil de Tefé. Tefé, 27 jan. 2015.

Brasil, o gerente da Agência dos Correios é o responsável pelas operações bancárias, realiza-se apenas pagamentos de boletos e saques limitados.

Figura 50 – O Banco do Brasil em Tefé: agente integrador no repasse aos municípios de sua hinterlândia do ICMS e do FPM

Fonte: Confeção própria com base em informações da Agência Banco do Brasil de Tefé, janeiro/2015.

Nestes tempos em que o dinheiro é “automizado” (SANTOS , 2000) permitindo a fluidez e tornando a rede financeira invisível, mas integradora, representantes das prefeituras devem se deslocar a Tefé, em viagens custosas e longas, para realizarem procedimentos burocráticos de recolhimento de suas respectivas remessas para, posteriormente, retornarem a seus municípios após o recebimento no Banco do Brasil. Enfim, neste período técnico, científico e informacional global não há uma técnica absoluta, esta “unicidade da técnica”, é relativizada, base de uma integração relativizada.

Santos (2000, p.30) afirma que existe “uma forma de vocação às mais diversas combinações de vetores e formas de mundialização” e não uma mundialização absoluta da técnica. Os lugares se adaptam mais perfeitamente a certos vetores resistindo a outros. Isto compõe o cenário de “globalizações” que se desenvolvem a partir dos mesmos agentes e/ou atividades econômicas e sociais por todo o globo. Como o Estado continua forte e normativo, esta globalização relativizada se insere nas regiões do globo a partir de mecanismos controlados e regulados por este e articulados pelas empresas e bancos, como

na Região de Influência de Tefé. Isto provoca uma modernização nos lugares vinculada às atividades bancárias, no entanto, uma modernização incompleta, pois as operações que dela deveriam ser oriundas e facilitadas o são de maneira relativa.

Desenvolve-se uma solidariedade vertical advinda de operações distantes a Tefé, como o direcionamento de remessas do FPM de Brasília; e uma solidariedade horizontal, pois as relações na vizinhança ainda se mantêm e se estabelecem via a solidariedade de informações horizontais, em que todos têm acesso. O uso da teleação não age integralmente à sociedade apresentando deficiências no seu uso técnico, a necessidade do deslocamento de representantes municipais a Tefé fortalece sua centralidade e limita a capilaridade e ação da rede financeira mundial. Diferentes graus de globalização se desenvolvem entre territórios luminosos e letárgicos (SILVEIRA, 1999, p.251) devido à maior rigidez de sua estrutura técnica, política, jurídica e mesmo estrutural como na região de Tefé.

Santos (2000, p. 105) define as verticalidades em um território como “um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos, o sistema de produção que serve desse espaço de fluxos é constituído por redes, exigente de fluidez e sequiosos de velocidade” (SANTOS, 2011 [2000], p.106). Observando a dinâmica dos agentes bancários no Médio Solimões há a prerrogativa da existência de uma rede que se adéque às atividades produtivas hegemônicas, neste caso atividades financeiras e econômicas da globalização atual. Como é o caso da dinâmica proveniente das relações do Banco da Amazônia em Tefé.

O Banco da Amazônia iniciou suas atividades em Tefé no mês de agosto de 2014, decorrente da política de ampliação da capilaridade das suas operações. Esta ampliação contou com o provimento de 1 bilhão de reais no desenvolvimento regional amazônica, destes 600 milhões foram para o Pólo Industrial de Manaus e 50 milhões para a Agência de Tefé o que propiciou a irradiação de fluxos financeiros focando projetos de clientes tanto de pessoa física ou jurídica, já que grande parte de seus investimentos eram direcionados às pessoas jurídicas. O Banco da Amazônia, antigo BASA, passou a diversificar suas fontes de financiamento de longo prazo, inclusive com recursos internacionais. Ampliou sua responsabilidade sócio-ambiental, por meio de programas corporativos, bem como o patrocínio de ações culturais, esportivas e sociais (BARBOSA, 2014, p.98).

Trata-se de um relevante agente contemporâneo da globalização financeira no Solimões, sofisticado, moderno e ávido por negociações imediatas; este banco conta com 13 agências no Amazonas. Sua respectiva agência de Tefé possui 14 municípios em sua jurisdição institucional (Figura 51). Ao contrário dos outros bancos que contam com anexos como o Banco do Brasil e a Caixa, ou Postos de Atendimento e mesmo Agências como o Bradesco, a metodologia atual de gestão das atividades operacionais do Banco da Amazônia nos municípios a partir de Tefé são as visitas institucionais da gerência nas respectivas cidades.

Figura 51 – As relações da Agência do Banco da Amazônia de Tefé

Fonte: Confecção própria com base em informações da Agência do Banco da Amazônia de Tefé, Janeiro/2015.

Os fluxos irradiados pela agência de Tefé são relevantes, o gerente geral Sr. Mauro Lima afirma que há muita demanda na agência, projetos de financiamentos entre 10 e 300 mil reais são mais comuns, no entanto, há operações prospectadas de 4 e 5 milhões de reais¹⁸.

Agente de integração vertical o banco conta com recursos estrangeiros e do Fundo Constitucional de Financiamentos do Norte (FNO) oriundo da Constituição Federal de

¹⁸ Entrevista concedida por Mauro Evando Lopes de Lima. Gerente Geral do Banco da Amazônia em Tefé. Tefé, 27 jan. 2015.

1988 consubstanciada pela Lei 7.827 que subsidia juridicamente os benefícios de deflação (juros negativos); carência e longo prazo; atendendo prioritariamente a indústria, reforma/modernização, instalações, aquisição de máquinas/equipamentos, capital de giro, turismo, prestação de serviços, construção civil, etc. (BARBOSA, 2014, p.98).

As viagens e deslocamentos de representantes do Banco da Amazônia na região de Tefé utilizando metodologias que consubstanciam pessoas e interesses de forma presencial e direta sem o uso de tecnologias de comunicação mostra a força da divisão territorial do trabalho pretérita, a resistência provocada pelo espaço preexistente. Em contrapartida, a busca pelo cliente nos municípios exhibe a força da racionalidade hegemônica frente os entes de um espaço banal, o espaço de todos que agrega, neste caso, o espaço dos lugares pretérito em fricção com o espaço de fluxos¹⁹ que atribui às redes um papel integrador, mesmo levando informações e normas estranhas ao lugar, impositoras de decisões distantes que inserem a partir desta verticalidade os interesses globais de produção. Descontinuidades são traçadas frente ao avanço da atividade financeira aos municípios mais distantes da Amazônia, onde somente o lento transporte fluvial providencia a inexorável “invasão” dos comportamentos e procedimentos globalizados dos espaços da rapidez. O Banco da Amazônia é um exemplo notório de um agente enveredado sob a lógica de um “destacamento avançado” da racionalidade, da técnica e da informação contemporânea.

A CAIXA é uma instituição financeira que disponibiliza de serviços e produtos do sistema financeiro que estão diretamente ligados ao Banco Central (BACEN), ou seja, às atribuições e benefícios do governo federal. Como visto no capítulo anterior, existem agências da Caixa em Tefé, Coari e São Paulo de Olivença, no entanto, a centralização de capitais em Tefé providencia uma hegemonia nos fluxos e na diversidade de operações disponíveis.

Todas as cidades da região de Tefé possuem lotéricas que representam anexos com operações limitadas da Caixa Econômica Federal. Entretanto existe o desejo de muitos administradores públicos dos municípios da hinterlândia de Tefé contar com uma Agência

---

¹⁹ Castells (2001) enfatiza que estes espaços, dos lugares e de fluxos, coexistem, mas em tempos de globalização friccionam-se.

da CAIXA em seus municípios, no intuito de prover “diretamente” esta ligação com os serviços e produtos desta instituição financeira²⁰.

A CAIXA é considerado um “banco popular”, pois atua diretamente nas remessas de benefícios pertinentes a programas sociais do governo federal. Desta forma, a demanda de clientes e serviços direcionados via estas operações é significativa e muitas vezes extrapola e sobrecarrega a capacidade de gestão dos procedimentos atinentes, principalmente, ao atendimento ao público, geralmente pessoas humildes, indivíduos que se esforçam para contemplar sua cidadania. Uma instituição que representa muito bem os espaços letárgicos e opacos, pois sua operacionalidade contraria a articulação e flexibilidade necessária para um banco moderno e sofisticado neste subespaço de logística complexa. Uma integração complexa via infraestruturas e pessoal restritos que compromete os direcionamentos dos procedimentos de forma efetiva, principalmente nas lotéricas das cidades da hinterlândia tefeense.

Já foi dito que a CAIXA necessita da parceira com o Bradesco para realizar o pagamento dos benefícios sociais nas cidades da hinterlândia tefeense; isto gera um certo desconforto para os administradores públicos, já que acarreta muitos problemas. Para exemplificar esta limitação e rarefação de um bom serviço das lotéricas neste subespaço amazônida cita-se o pagamento dos benefícios do seguro defeso e da Bolsa Família da população de Fonte Boa, Jutai e Tefé, onde beneficiários pernoitam para receber seu pagamento. Muitas vezes a lotérica não possui o dinheiro suficiente como ocorreu em Jutai, e outras como ocorreu em Fonte Boa a lotérica não abre as portas, repelindo pescadores e ribeirinhos que viajam horas e muitas vezes dias em busca de seu benefício em um destes centros urbanos deficientes na estruturação técnica e mesmo normativa de suas operações (Figura 52).

---

²⁰ Entrevista concedida por Osiel Assunção. Secretário de administração e finanças do município de Juruá. Juruá, 20 jan. 2015.

Figura 52 – Fila para o recebimento de benefícios na lotérica de Jutai e as lotéricas de Juruá e Fonte Boa

Fonte: Levantamento próprio, janeiro/2015.

No entanto, a agência da CAIXA em Tefé se configura como um agente de integração ao sistema financeiro destas cidades da sua região de influência que, por conseguinte, possuem lotéricas e responsabilidades urbanas com seus entornos, promovendo centralidades baseadas nos fluxos dos pagamentos destes benefícios sociais federais. Esta instituição financeira sediada em Tefé é responsável pelo suporte operacional e, principalmente de numerário financeiro para estas lotéricas, sediadas nas cidades de Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Jutai, Juruá, Marã e Japurá. Nestas lotéricas, além dos jogos da loteria vinculados ao governo federal, realizam-se saques, depósitos, pagamentos de boletos bancários, inclusive de outros bancos privados, e operações de consultas simples. Não existe um representante local da CAIXA, sendo o proprietário da lotérica responsável pela gestão desta²¹.

---

²¹ Entrevista concedida por Francisco Lira de Souza Neto. Gerente da agência da CAIXA em Tefé. Tefé, 30 jan. 2015.

Figura 53 – Fluxos de suprimento monetário às Lotéricas da CAIXA de Tefé

Fonte: Confeção própria com base nos dados da Caixa/Tefé, janeiro/2015.

Os agentes da globalização financeira utilizam de grande criatividade na diversificação das formas de difusão e oferta de seus serviços financeiros, é o caso das “Financeiras”, agentes de “creditização do território” presentes em centros de centralização de capital como Tefé. Proporcionam a circulação financeira a segmentos sociais que muitas vezes não possuem acesso aos produtos da atividade financeira.

Tefé conta atualmente com 9 financeiras (Tabela 15) que criam fluxos com as cidades de sua hinterlândia, já que muitas destas não contam com estes serviços. Costa (2013, p. 111) afirma que essas instituições financeiras e a oferta de crédito são fomentadas pelas redes de informação e os sistemas de comunicação orbitais que juntamente com as redes sociais que envolvem pessoas próximas e distantes e as redes técnicas a qual utilizam meios e recursos para a organização destas captações financeiras ofertam seus respectivos serviços financeiros.

Contel (2006, p.252) chama de “hipercapilaridade das finanças” ao “processo de diversificação e capilarização dos fixos geográficos que servem para realização da intermediação financeira no território, a banalização da finança”. A hipercapilaridade seria o resultado da topologia atual do sistema bancário subsidiado pelos novos sistemas técnicos fixos e portáteis, “canais eletrônicos” financeiros, instrumento da invasão da racionalidade hegemônica vinculada à globalização financeira.

Os expressos ou caixas eletrônicos, os pontos de recebimento de cartão de crédito e débito, redes de *internet banking*, centrais de atendimento telefônico são exemplos destes canais eletrônicos financeiros classificados por Contel (2006) como “todos aqueles meios que permitem que uma operação financeira entre dois ou mais atores seja realizada” (CONTEL, 2006, p.253). Estes instrumentos agem no aumento da produtividade bancária e da relação com o cliente assim como modificadores da relação do sistema bancário com o território (Idem).

Costa (2013) analisou em seu estudo as financeiras de Lábrea, município no sul do Amazonas, em relação às drenagens de recursos pertinentes aos aposentados e pensionistas do INSS. A autora focou outros municípios também como Tefé, Tabatinga e Parintins. A geógrafa chama de “pontos de representação” às barracas e varandas de residências utilizadas pelas financeiras como estabelecimento para a realização de acordos de financiamento nestas cidades. Isto mostra que mesmo com o uso de sistemas técnicos e de informações a organização destas instituições em espaços opacos se difere da organização vinculada às normas e regulações de espaços luminosos. O avanço destes agentes na periferia promove a integração destes subespaços à globalização financeira, com estruturas adaptadas e suscetíveis a outros problemas estruturais, como interrupção de energia elétrica e escassez de pessoal qualificado para atendimento, caracterizando uma integração relativizada.

Em Tefé os proprietários das financeiras priorizam a localização de seus estabelecimentos na proximidade de bancos e mesmo próximos a outras financeiras, oferecem créditos e realizam pagamentos de boletos bancários, o que descentraliza os fluxos dos bancos assim como as lotéricas e o banco postal. Nesta mesma rua tefeense, existem firmas que propõem a consulta no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e SERASA para o auxílio no condicionamento do crédito caso esteja negativo, se ocorrer algum problema na solicitação do empréstimo, agentes criativos da atividade financeira (Figura 54).

Não é raro a polícia de Tefé autuar estelionatários que utilizam do desconhecimento de pessoas leigas aos procedimentos bancários como aposentados, pensionistas e funcionários públicos desinformados no uso de terminais eletrônicos bancários e dos processos necessários para a realização de empréstimos nas financeiras, estes criminosos acabam cometendo crimes de estelionato e mesmo furtos ou roubos de dinheiro.

Figura 54 – As financeiras na mesma rua do Banco Bradesco ao lado de uma firma de consulta e recondicionamento ao crédito vinculada à Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL)

Fonte: Levantamento próprio, janeiro/2015.

A financeira “Tefé Crédito Ltda” é a mais procurada em Tefé por ser a mais antiga (Figura 54). O Sr. Mario Jorge, gerente da financeira, alega que o empréstimo consignado, descontado em folha de pagamento tanto para funcionários do Estado como para aposentados e pensionistas é o mais significativo. Funcionários públicos federais utilizavam bastante estes serviços, no entanto, os funcionários do Exército foram suspensos para a realização de empréstimos; atualmente estes utilizam apenas bancos estatais. Dentre as cidades da hinterlândia tefeense o Sr. Mario afirma que Maraã, Uarini e Alvarães são as que enviam o maior número de clientes para esta financeira. Estipula que somada a quantia de seus 8 concorrentes atuais as financeiras em Tefé movimentam entre 8 e 9 milhões de reais por ano²².

As financeiras operam subsídios de bancos privados suscetíveis à oferta dos melhores juros disponíveis no momento para uso e repasse do empréstimo ao cliente, ou seja, são intermediárias da atuação de outros bancos privados assim como o Bradesco, mas que não tenham estabelecimento na região. O banco que oferece juros de empréstimos mais baixos e por isso é o mais utilizado em Tefé pelas operações das respectivas

²² Entrevista concedida por Mario Jorge Matos Fonseca. Gerente da Tefé Crédito Ltda. Tefé, 30 jan. 2015.

financeiras é o banco Pan Americano. Estes agentes “fertilizam” monetariamente o mercado com recursos financeiros que beneficiam a circulação e, indiretamente, a modernização/integração desta população ao meio geográfico contemporâneo e à globalização contemporânea.

As finanças modificam as cidades modernizando-as, influenciando o comportamento daqueles que podem usufruir desta atividade. O financiamento de veículos é um exemplo notório. Como visto no capítulo anterior (ver Quadro 5 e Figura 24) a “Cometa Motocenter” se configura como a empresa mais lucrativa de Tefé, possuindo filiais em todas as cidades do rio Solimões. Apresenta um plano de financiamento pelo chamado “Banco Honda”, oferecendo consórcios, parcelamentos e vendas no cartão de crédito e débito. Uma moderna e sofisticada estrutura financeira que permite a venda de 60% dos veículos por intermédio de consórcio além de 30% das motos e 20% dos carros financiados pelo Banco Honda²³.

A empresa de motocicletas “Fely Motos” em Tefé, no entanto, apresenta proposta aos clientes baseados na metodologia “caso a caso”, flexibilizando a venda de acordo com as condições dos clientes, geralmente agricultores e comerciantes já que seu principal produto é uma motocicleta triciclo de carga assim como motos de fabricação nacional da empresa “Souza Motos” e “Motocar”, ou seja, mais baratas que as marcas “Honda” e “Hyundai” vendidas pela Cometa Motocenter. A gerente da Fely Motos, Sr^a. Marília Santos comenta que 50% das vendas são realizadas no cartão de crédito e no crediário da loja, existem muitos clientes de Alvarães, Uarini, Marañ, Japurá e Juruá revelando a centralidade que integra a população dos demais municípios da região de Tefé modernizando seus equipamentos e inserindo-os às normas da globalização financeira²⁴.

A discussão dos agentes de uma integração relativizada na esfera financeira a partir de Tefé no Médio Solimões permite o reconhecimento dos agentes privados que operam em decorrência das ações de agentes públicos. Evidencia-se uma globalização relativizada pela atuação de agentes estatais no mercado e na sociedade, já que somente o Bradesco é um banco privado. Dentre os quatro bancos sediados em Tefé todos efetuam fluxos que

---

²³ Entrevista concedida por Jean Carlos Filho. Gerente Comercial da Cometa Motocenter Ltda. Tefé, 27 jan. 2015.

²⁴ Entrevista concedida por Marília Santos. Gerente da Fely Motos Ltda. Tefé, 27 jan. 2015.

potencializam sua centralidade, que neste subespaço são fundamentais para integrar e proporcionar uma modernização, mesmo que incompleta, às cidades de sua região de influência ou como o caso do Banco da Amazônia até mesmo fora desta região.

Uma globalização que nesta fração do território se revela com uma menor atuação e decisões das entidades privadas, sendo estas suscetíveis e subordinadas às instituições financeiras estatais propiciando que a produção, a circulação, a distribuição e a informação sejam ligadas às ações institucionais e de fomento financeiro do Estado e não das corporações; uma globalização relativizada (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.257) que produz dentre sua gama de consequências uma integração territorial relativizada.

3.2.2 – Os serviços

As redes globais interligam o mundo e permitem a dinâmica da globalização econômica subsidiada pelos avanços das técnicas que envolvem tanto as telecomunicações como o uso desta pela população. A informação se torna fundamental para a utilização produtiva destes elementos modernos que compõem a configuração territorial contemporânea.

O dinheiro invisível e as informações de lugares distantes se deslocam na velocidade da luz via as infraestruturas necessárias para seu movimento global. O capital apropriando-se das inovações científicas materiais e imateriais como os satélites, os objetos técnicos perfeitos e as informações segredos atinentes à política e à economia que deveriam ser úteis para o bem estar da humanidade permite o beneficiamento do dinheiro e do poder nas relações capitalistas, bases para o avanço da globalização econômica e da dispersão territorial da técnica, da informação e da racionalidade hegemônica que, “cartesianamente”, domina as relações globais.

Em função da necessidade de ampliação dos mercados inerente ao avanço do capital os usos dos sistemas técnicos telecomunicacionais são adaptados para funcionar em qualquer parte do mundo, mesmo naquelas regiões que possuem o mínimo de infraestruturas estatais e corporativas necessárias para operacionalização destas ações de exploração mercadológica capitalista. Isto pode ser observado nos objetos técnicos das telecomunicações e informação existentes nos lugares distantes da Amazônia, onde o uso de sistemas técnicos via satélite ou rádio possibilitam o funcionamento de telefones convencionais, portáteis ou celulares, rurais e internet. Há dessa forma uma substituição

dos enormes investimentos em infraestruturas que poderiam ser direcionados pelo setor público ou privado, representados pela difusão dos objetos geográficos e fixos pertinentes ao uso de tecnologias como a fibra ótica e sistemas avançados de telecomunicações muito utilizados nos centros pertencentes a subespaços luminosos com maior densidade técnica²⁵.

Desenvolvem-se desta forma, uma hierarquia territorial a partir dos pontos de verticalidade, proporcionando funcionalidades aos territórios que se reconfiguram frente ao objetivo de atender os preceitos e normas dos centros de decisões e comandos localizados a distância. Uma integração vertical que propicia uma inserção dos elementos da globalização em subespaços nem sempre preparados a recebê-los integralmente. Um acontecer hierárquico que submete os territórios à convergência dos momentos, ao motor único e à unicidade da técnica.

A globalização relativizada tem como característica a menor presença de corporações nas ações que proporcionam meios de produção vinculados às entidades privadas. Isto decorre em função do capitalismo se beneficiar e se adaptar das potencialidades regionais, o que se poderia evidenciar que existem assim “capitalismos regionalizados”, ou seja, onde há reprodução do modo de produção capitalista sob os vetores de acumulação das potencialidades intrínsecas de cada local no globo. Permitindo que existam outras globalizações, ao invés somente da ação dos vetores da modernidade e das formas-conteúdo da globalização absoluta, criando conjunturas onde o processo desta globalização se alie às condições sociais e econômicas das divisões territoriais do trabalho existentes previamente em cada local.

Estas formas diversas de alianças de agentes locais ao mercado global e ao sistema econômico hegemônico compõem o cenário de integrações territoriais relativizadas. Submetendo de maneiras e formas diferentes as culturas, povos e economias ao motor único, permitindo assim uma unicidade relativa da técnica e à fluidez dos momentos, que

---

²⁵ Castells (1999, p.196) discute que a “rede de fibra ótica e sistemas avançados de telecomunicações tornaram-se uma condição necessária para a competição entre cidades na economia global. Assim, no mundo inteiro, áreas-chave de negócio estão sendo dotadas de equipamento de telecomunicação de ponta, formando o que Graham e Marvin chamam de “nós globais”; isto é, áreas específicas que se conectam com áreas equivalentes em qualquer lugar do planeta, ao mesmo tempo em que estão frouxamente integradas, ou não integradas em absoluto com a hinterlândia que as cerca”.

via as tecnologias que proporcionam o tempo real, selecionam os que podem e os que não estão suscetíveis a usufruir do conhecimento e do acontecer instantâneo.

Um dos meios para que esta integração se realize são os serviços ligados às telecomunicações. As firmas e instituições deste setor criam as amarras “frouxas” deste segmento, ou seja, os serviços existem para viabilizar a fluidez nas comunicações e informações advindas de empresas nacionais com participações internacionais. No entanto, a qualidade do serviço oferecido por estas empresas nestas regiões submetidas a uma modernização incompleta é discutível. Desta forma, as telecomunicações integram, mas também fragmentam os territórios, o que deveria auxiliar na troca e acesso de informações, acaba por permitir que empresas dificultem e mantenham territórios semi-isolados pela má qualidade de suas operações. Castells (2003, p.218) adverte:

Embora os sistemas de telecomunicações tenham melhorado ultimamente na maior parte do mundo, persiste uma disparidade substancial entre países, e entre regiões deles, tanto na qualidade da infraestrutura quanto em teledensidade. A transmissão por satélite e a telefonia sem fio poderiam permitir contornar a expansão lenta da infraestrutura tecnológica tradicional, mas os recursos financeiros e humanos para tal investimento no desenvolvimento estão ausentes na maior parte do mundo. A falta de educação e a falta de infraestrutura informacional deixam a maior parte do mundo dependente do desempenho de um pequeno número de segmentos globalizados de suas economias (CASTELSS, 2003, p.218).

Este “pequeno número de segmentos globalizados” se configura como os agentes da globalização, firmas e empresas que em sua inerência capitalista de acumulação e centralização comandam os serviços de telecomunicações ofertados de forma a “conquistar” mercados e territórios, ou seja, clientes. Mesmo que as infraestruturas não estejam estabelecidas e muito menos que a população tenha conhecimento suficiente para o uso e manutenção de equipamentos concernentes aos produtos ofertados estas empresas avançam e utilizam o consumo deliberado, impulsionado pela indústria da informação e publicidade, como forma desta expansão.

Estabelece-se uma “corrida dos lugares” (SILVEIRA, 1999), isto é, uma preparação dos lugares para acolher parcelas novas da nova divisão do trabalho. Logo, o poder do capital insere motivações de “conquista” de territórios, estas motivações são fundamentadas pelo poder de consumo desta população assalariada que mesmo sem as infraestruturas necessárias para o bom funcionamento de serviços de telecomunicações adquirem estes.

Estes clientes assalariados da região de Tefé são o foco e objetivo de muitas empresas que se adentram no Solimões acima ampliando o mercado e proporcionando acesso aos bens e serviços telecomunicacionais capitalistas globais da atualidade. São agentes de uma integração territorial que efetuam suas atividades sob os condicionamentos da globalização que levam à fragmentação territorial no mesmo processo.

As infraestruturas técnicas e comando dos serviços de telecomunicações de 21 municípios dos 62 existentes no Amazonas estão centralizados em Tefé (ver Quadro 4 do capítulo anterior). Tefé possui 4 empresas operadoras de celulares que são as maiores do Brasil representando um elo para a manutenção das antenas de todos os 21 municípios, muitos fora de sua hinterlândia, mas inserida no raio de ações dos técnicos sediados em Tefé (Quadro 7).

A empresa “VIVO” é a única empresa de telefonia móvel que está presente em todos os municípios da região de Tefé. A empresa “OI”, que é a grande gestora e preside o comando de toda infraestrutura das telecomunicações no Amazonas, está presente com serviços da telefonia móvel em 3 municípios da região de Tefé são eles: Alvarães, Uarini e Jutai. A empresa “TIM” está presente em apenas 2 municípios desta região: Tonantins e Juruá. A empresa “CLARO” opera apenas em Tefé.

A qualidade do serviço de telefonia celular em Tefé não contempla as necessidades dos seus usuários e clientes, devido à excessiva demanda frente às infraestruturas operacionais e à facilidade do acesso da população aos equipamentos tanto ligados ao telefone celular em si quanto aos acessórios (softwares e hardwares) que possibilitam a maior aquisição de aparelhos telefônicos móveis, comprometendo esta qualidade dos serviços oferecidos pelas empresas operadoras. A obsolescência planejada e perceptiva²⁶ são intensificadas com as inovações tecnológicas e a competitividades das empresas de telefonia celular. Logo, a “descartabilidade” dos equipamentos e acessórios é volatilizada com o grau de acessibilidade que a população possui para com as informações pertinentes

---

²⁶ Obsolescência planejada, ou seja, a fabricação de bens de consumo sem durabilidade, que se torna obsoleto prematuramente, como computadores, eletrodomésticos (TVs, geladeiras, fogões, liquidificadores, etc.), e veículos (motocicletas, carros, tratores, caminhões, aviões, barcos e lanchas, etc.). A obsolescência perceptiva convence o consumidor a jogar fora as coisas que ainda são perfeitamente úteis, mudando a aparência das coisas, como os celulares, computadores (softwares principalmente), na moda em geral (calçados, roupas, etc.), nos móveis, na estética em si. (LEONARD, 2005)

ao uso e lançamento de novos aplicativos e modelos de aparelhos celulares. Quanto maior a quantidade de celulares em operação, pior a qualidade dos serviços ofertados devido tanto à demanda quanto às infraestruturas aquém da capacidade de gerir tal demanda. Isto ocorre em Tefé, já que em cidades como Jutai e Marañ a qualidade dos serviços é melhor tanto na recepção quanto no envio de mensagens e chamadas.

Quadro 7 – Empresas operadoras de celular na região de Tefé

	Tefé Alvarães Uarini Fonte Boa Jutai Tonantins Marañ Japurá Juruá
	Tefé Alvarães Uarini Jutai
	Tefé Tonantins Juruá
	Tefé

Fonte: Confeção própria com base na pesquisa de campo, janeiro/2015.

Outro serviço das telecomunicações que representam os agentes globais na região de Tefé são empresas que oferecem serviços de TV digital via satélite, além de interligar seus usuários aos canais vinculados às grandes corporações da telecomunicação mundial também proporcionam informações e equipamentos que inserem seus usuários em muitos cenários da racionalidade hegemônica. A empresa “SKY” possui clientes em todos os municípios da região de Tefé. A “Claro HDTV” não está presente apenas em Marañ. A “OI TV” possui usuários em Tefé, Fonte Boa, Jutai e Marañ e a “Via Embratel” possui clientes apenas em Tefé e Tonantins (Quadro 8).

Quadro 8 – As empresas de TV Digital na região de Tefé

Tefé	Tefé	Tefé	Tefé
Alvarães	Alvarães	Fonte Boa	Tonantins
Uarini	Uarini	Jutaí	
Fonte Boa	Fonte Boa	Maraã	
Jutaí	Jutaí		
Tonantins	Tonantins		
Maraã	Japurá		
Japurá	Juruá		
Juruá			

Fonte: Confeção própria com base na pesquisa de campo, janeiro/2015.

Figura 55 – Representantes de Antenas SKY e parabólicas em Fonte Boa e Maraã, respectivamente, e filiais da Rede Amazônica em Tonantins e Fonte Boa.

Fonte: Levantamento próprio, janeiro/2015.

A paisagem composta por casas de madeiras, ruelas e muitas vezes igarapés cortando o centro urbano das cidades pertencentes à hinterlândia tefeense possui também como característica interessante as antenas parabólicas e de TV digital que constroem um cenário típico de uma modernização incompleta componente de uma integração relativizada (Figura 55).

Estes agentes das telecomunicações são fundamentais na apresentação de produtos, lugares e hábitos pertencentes a espaços luminosos e mesmo lugares distantes e exóticos

aos seus usuários. Esta apresentação por eles vinculada causa interesse e mesmo “vislumbramento” por muitos dos que assistem as programações dos diversos canais digitais ofertados. Famílias podem ter ao seu dispor “babás eletrônicas” nos canais infantis; profissionais liberais se atualizam vendo programas de assuntos ligados a Engenharia, Geografia, História, Letras, Direito e Antropologia. Cozinheiras ou empreendedores podem obter informação de arte culinária e decoração, administração de negócios e mesmo a busca de conhecimentos aleatórios com fins de enriquecimento cultural.

Componentes criativos do capital, pois quando o programa que disponibiliza o sossego de crianças termina os pais podem comprar estes mesmos programas ou “babás eletrônicas” no “pay per view”, dispositivo que permite a compra de programações e mesmo pacotes de programas exclusivos via cartão de crédito ou boleto. Se o usuário possuir os meios materiais e de poder aquisitivo pode comprar temporadas exclusivas do seu programa preferido ou documentário “científico” de seu interesse e receber os DVDs ou Blue Rays pelos Correios. Enfim, as empresas de TVs Digitais e dos canais oferecidos pelas antenas parabólicas geralmente a lugares onde há pouca disponibilidade de canais abertos funcionalizam um papel de difusão do consumo neste período da diminuição das distâncias permitindo a inclusão destes indivíduos telespectadores ao mercado de produtos internacionais de programas de TV, acessórios, vestuário, utensílios, equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos, veículos e principalmente informação.

Em uma metáfora interessante Tim Wu (2012) discute:

Para as indústrias da informação, que agora respondem por uma parte cada vez maior do PIB americano e do mundo, a próxima década será caracterizada pelo formidável esforço de ocupar territórios, de arrancar os concorrentes de seu hábitat. Mas não se trata de uma matilha de lobos expulsando outra de um vale primitivo. Embora possa soar extravagante, a disputa em questão está mais para ursos-polares combatendo leões pelo controle do mundo. Cada animal, insuperável em seu elemento natural - o uso polar no gelo e na neve, o leão nas planícies abertas - irá ocupar uma porção na Terra onde não desenvolveria seus negócios de forma natural. A única estratégia praticável será uma campanha de mudança climática, e os ursos polares buscarão cobrir de neve a maior parte do mundo, enquanto os leões tentarão transformar em savanas as margens da tundra. Isso parece um absurdo, contudo para estes poderosos predadores, é apenas a lei da natureza (WU, 2012, p.347).

A indústria da informação que o autor se refere são as empresas oriundas da Internet²⁷ que vêm convertendo o mercado mundial aos condicionantes de seu hábitat natural que se caracteriza por ter “uma rede com caminhos claros e livres entre dois pontos quaisquer, permitindo o acesso mais fácil ao consumidor” (WU, 2012, p.47), onde quer que este consumidor esteja. Em contrapartida, defendendo e agindo preventivamente contra esta expansão estão as empresas telefônicas e de cabos, acreditando na posse e funcionamento das infraestruturas, fiação e dispositivos sem a qual a internet não existe agem em parceria com os Estados para a continuidade de seus serviços e atividades neste setor.

Esta é a “guerra da informação” e a “batalha pelos territórios” travada pela indústria da informação que tem a Internet o seu teatro de guerra principal. No atual período técnico-científico-informacional a internet representa o instrumento de difusão primordial das ideias, mercadorias, valores, capitais e mesmo costumes que traz consigo as normas, racionalidades e formas da globalização. Castells (2003, p.56) afirma que a Internet transformou “a prática das empresas em suas relações entre fornecedores e compradores, em sua administração, em seu processo de produção e em sua cooperação com outras firmas, em seu financiamento e na avaliação dos mercados financeiros”. Empresas privadas ou coletivas, empreendedores se organizam em *start ups* para permitir fluidez aos negócios, no entanto, em territórios sob a dinâmica de uma globalização relativizada, onde há pouca, ou quase nenhuma iniciativa de empreendedorismo via WEB de agentes privados devido a Internet ser cara e de uso complexo, estas formas de organização social e empresarial se esvaem.

Nestes subespaços, como o Médio Solimões, a Internet é tida e utilizada mais como meio de comunicação e de relações sociais e profissionais do que propriamente meio de negócios, apesar de também o ser. Não há o “enxame” de empreendedores como é visto nos espaços onde a velocidade e o preço da Internet são melhores. Logo, empresas consolidadas e tradicionais no país em seus devidos ramos, ou seja, empresas externas à região de Tefé que se adéquam às configurações virtuais e às relações da indústria de serviços ligadas aos meios das telecomunicações atuam e permitem os negócios entre dois atores virtuais, utilizando-as como “meios eletrônicos de serviço” nesta região.

---

²⁷ Lideradas pelo Google (WU, 2012, p.47).

O objetivo destas empresas em questão não é apenas a conquista de clientes, mas visto as dificuldades de inserção neste mercado e mesmo de integração a este meio mais precário, estas empresas buscam conquistar territórios agindo como instrumento de uma integração territorial frente às necessidades da população destes territórios opacos. Observa-se isto no ramo das telecomunicações pertinente ao setor de serviços quando observado a atuação das operadoras de celulares e TV Digital (Quadro 7 e 8 anteriores) na região de Tefé, onde as empresas “VIVO” de telefonia celular e “SKY” de TV digital destoam em relação a sua presença maciça nos territórios dos municípios da hinterlândia tefeense. Desta mesma forma sites de empresas aéreas, de grandes lojas de departamentos e de eletrodomésticos assim como faculdades e cursos a distância são conectadas criando relações com a população da região de Tefé.

Castells (2003, p.56) afirma que “os usos adequados da Internet tornaram-se uma fonte decisiva de produtividade e competitividade para negócios de todo o tipo”. Na região de Tefé, as lan houses são as formas de difusão dos meios eletrônicos de serviços mais acessíveis à população, já que grande parte desta não possui condições financeiras e nem de equipamentos de assinar um pacote com um provedor e dispor da Internet em seus domicílios. Mesmo sob estas circunstâncias Tefé sobressai dos outros municípios quando da posse de equipamentos que permitem o uso da Internet (Mapa 7).

Para se entender este processo discute-se as lan houses na região de Tefé, onde muitas representam uma modernização das papelarias tradicionais, instrumento de integração teleativos da população a serviços institucionais e virtuais que neste período contemporâneo poderiam ser considerados básicos. Entretanto, as condições materiais propiciam à população pouca acessibilidade em decorrência da falta de infraestrutura e conhecimento no uso dos equipamentos e navegação pelos sites da Internet.

Mapa 7 – Domicílios com computador e acesso à internet no Amazonas

Fonte: IBGE, Censo 2010.

As Lan Houses possuem um grande papel na prestação de serviços e informações à população, funcionam como um posto de atendimento para assuntos diversos para pessoas de todas as classes sociais. “O moderno nem sempre é o novo” (SANTOS, 2008 [1994]) talvez por isso muitas pessoas e empreendedores não se assustem com os equipamentos sofisticados necessários para operacionalização de uma Lan house, já que as operações que estes equipamentos realizam não são novas, são as realizadas anteriormente, porém modernizadas pelo avanço tecnológico das telecomunicações virtuais como: a) cópias de documentos coloridos e preto e branco; b) digitalização (scanner) e plastificação de documentos; c) elaboração de *curriculum vitae* e requerimentos; d) impressão de fotos e documentos; e) pesquisas escolares; f) acesso a redes sociais e jogos virtuais; g) criação e envio de e-mails.

Mesmo o Estado, via as instituições públicas, se adéqua às modernizações em busca da instantaneidade, da redução de custos e de pessoal. Estas instituições públicas disponibilizam seus serviços na Internet permitindo que os interessados a acessem em qualquer ponto onde há o serviço da WEB, e as lan houses são os postos de atendimento destas instituições para aqueles que não possuem o serviço adequado da Internet ou mesmo computadores e equipamentos de acesso aos sites. Observando os serviços oferecidos por uma lan house na distante Tonantins na hinterlândia tefeense, percebe-se os inúmeros tipos

de assistências direcionadas que assessoram a população, muitos destes vinculados às instituições públicas que na ausência destas são intermediados e direcionados pela lan house local como: i) segunda via de contas públicas; ii) agendamento eletrônico em instituições federais como na Polícia Federal e INSS; iii) criação e consulta do CPF; iv) verificação de antecedentes criminais; v) impressão de boletos bancários entre outros disponíveis. Além disso, em várias lan houses das cidades da região de Tefé há a oferta de produtos de perfumaria e acessórios que “potencializam as receitas e atraem mais clientes”²⁸. Em outras cidades como Uarini e Alvarães são oferecidos juntamente com os diversos serviços da lan house consulta veterinária e serviços de “Pet Shop” (Figura 56).

Figura 56 – Lan houses de Tonantins, de Alvarães, Maraã e Fonte Boa.

Fonte: Levantamento próprio, Janeiro/2015.

Em Tefé, as lan houses se adaptam para o melhor acondicionamento de seus clientes, cidade com atmosfera cosmopolita pela presença de pessoas de vários estados brasileiros e de outros países em relação às cidades vizinhas, atuando como funcionários das instituições públicas, membros das diversas igrejas e turistas visitantes à antiga Ega. A busca de uma padronização física e de serviços decorrentes das necessidades dos clientes faz manifestar uma busca para adequação às normas, à velocidade e as regulações do

²⁸Entrevista concedida por Cristiany de Castro Lima. Proprietária da Lan House e Serviços “Colc. Net”. Tefé, 12 jan. 2015.

mundo globalizado, ou seja, a adequação à racionalidade hegemônica ligada à unicidade da técnica (Figura 57).

Figura 57 – Estrutura interna de Lan Houses de Tonantins e Fonte Boa em comparação com Tefé

Fonte: Levantamento próprio, Janeiro/2015.

Uma solidariedade vertical que busca em lugares distantes e mesmo nos países estrangeiros novas formas e modelos de organização das lan houses bem como equipamentos que providenciem melhor qualidade em função do preço. Para exemplificar, uma hora de Internet em Tonantins e Fonte Boa custa 1 real, enquanto que em Tefé, a melhores Lan Houses custam 16 reais a hora ou 12 reais com uma Internet com velocidade mais lenta, por existir mais opções de Lan Houses os preços variam e a qualidade do serviço também²⁹.

Tefé possui 11 Lan houses (Tabela 16), muitas delas compram um pacote básico de um provedor local, em torno de 190 reais, o que configuraria um serviço domiciliar é vendido e distribuído como se fosse um serviço comercial acarretando pouca qualidade e velocidade ao serviço ofertado por estas Lan Houses. Isto ocorre devido à ausência de fiscalização e mesmo à demanda proveniente das necessidades das pessoas de setores

---

²⁹ Estes valores são apresentados em janeiro de 2015.

urbanos mais distantes e carentes em utilizar esta via de telecomunicações indispensável atualmente.

Tabela 16 – Provedores e Lan houses na região de Tefé

Municípios	Número de Provedores	Número de Lan houses
Tefé	12	11
Alvarães	1	1
Uarini	2	2
Fonte Boa	2	2
Jutaí	1	1
Tonantins	1	1
Maraã	1	1
Japurá	1	1
Juruá	1	1

Fonte: Levantamento com base na pesquisa de campo, janeiro/2015.

É neste sentido que os serviços de Internet são representantes perfeitos da globalização, pois integram aqueles que possuem acesso aos objetos técnicos telecomunicacionais, condições financeiras e conhecimento de manuseio na navegação, este último envolvendo não apenas o conhecimento pragmático, mas também do idioma global, o inglês assim como de linguagens técnicas e *gírias* atinentes aos usuários da Internet.

Os provedores da Internet em Tefé providenciam os serviços não apenas às lan houses, mas às instituições públicas também. Muitas destas possuem seu próprio provedor como as instituições estaduais e federais. No entanto, com o avanço das empresas que providenciam os serviços da Internet em Tefé, muitas licitam ao invés de manter a sua própria estrutura de provedor o que requer investimentos em instalação e manutenção técnica. A “Ruralweb”³⁰ é uma empresa que atua em Tefé e provê o serviço virtual aos

---

³⁰ A “Ruralweb Telecomunicações Ltda.” é uma empresa com 100% de capital nacional e esta autorizada pela ANATEL a prestar serviços de comunicação multimídia em todo o território brasileiro. Atua no mercado desde 2003. Atendem clientes residenciais, empresas e projetos governamentais, lan houses, provedores, pequenos negócios e grandes corporações a quase 5.000 pontos em 6 países da América Latina. Localizada em Belo Horizonte, onde possuem três plataformas ligadas a dois satélites (Disponível em: <http://www.ruralwebtelecom.com.br/planos-de-internet-via-satelite.php>; acessado em 05 nov 2014).

domicílios, empresas e instituições municipais, estaduais e federais. Outras empresas como a “Eganet” e a “Lindinet” possuem bem mais clientes; juntas estas duas empresas possuem mais de 800 clientes, no entanto, a Ruralweb possui mais instituições e serviços de banda larga de alta qualidade, oferecendo serviços de 64 Kbps a 10 Mbps. Esta empresa representa notoriamente os serviços avançados da globalização em Tefé onde possui mais de 80 antenas em janeiro de 2015.

Ressalta-se que por detrás destas empresas existem agentes globais que propiciam seus serviços locais em Tefé e nacionais como a Ruralweb. Wu (2012, p.240) afirma que “a Internet funciona numa infraestrutura que não pertencem aos usuários. O proprietário é sempre outra pessoa”, segundo Rosenildo Queiroz³¹, proprietário de lan house, a empresa que disponibiliza todos os sinais dos provedores tefeenses é proveniente do Canadá. Um único agente agindo em uma solidariedade vertical, caracterizada pela atuação e investimentos estrangeiros canadenses, e uma solidariedade horizontal, caracterizada com a reprodução local, em Tefé, de uma operacionalidade dita comum, cotidiana em suas práticas. Uma rede de relações que configuram o acontecer hierárquico atuante da globalização contemporânea, relações que evidenciam o meio técnico-científico-informacional em Tefé.

Uma das formas desta solidariedade horizontal oriunda da solidariedade vertical da Internet são os Tickets e cartões de Wi Fi, correspondentes a “Internet pré-paga”, muito utilizada em Tefé e Alvarães; assim como pelos hóspedes de alguns hotéis em Jutai, onde se pode comprar uma senha e utilizar os serviços da Internet por um determinado período de tempo, 1 ou 2 horas, nas proximidades do local da venda a preços populares, como 5 a 10 reais por este período de tempo. Os espaços onde estes cartões WI FI funcionam por intermédio dos celulares, Lap Tops e computadores, praças, ruas e domicílios localizados nas proximidades do local da venda se configuram como “ilhas luminosas e espaços inteligentes” dentro destas cidades.

A Internet é importante para diversas atividades no setor de serviços em Tefé, no entanto uma das mais importantes está no ramo educativo que tem na “educação a distância” uma rentável e inclusiva forma de modernização seletiva e integração

---

³¹ Entrevista concedida por Rosenildo Queiroz da Silva. Proprietário da Lan House Babalú Net. Tefé, 4 fev. 2015.

relativizada, pois nada substituiu o papel do professor e de uma sala de aula atuante. No entanto, assim como nos municípios da hinterlândia de Tefé, os cursos de graduação e pós-graduação se fazem presente, principalmente, pelas metodologias telecomunicacionais oriundas da Internet (Tabela 17).

Tabela 17 – Faculdades a distância atuantes na região de Tefé

Municípios	Número de Faculdades a distância	Número de cursos de graduação	Número de cursos de pós-graduação
Tefé	11	18	12
Alvarães	2	2	1
Uarini	2	2	2
Fonte Boa	4	3	4
Jutaí	2	2	2
Tonantins	1	2	1
Maraã	2	2	2
Japurá	1	2	1
Juruá	2	3	1

Fonte: Levantamento com base na pesquisa de campo, janeiro/2015.

Em Tefé, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), iniciativa do Estado que leva cursos de graduação e pós-graduação baseados na parceria com o governo federal e municipal, provê os equipamentos e a administração municipal os mantém, os professores são advindos de parcerias com universidades que apóiam o projeto direcionando profissionais em determinadas áreas de estudos dos cursos oferecidos. A UAB mantém parceria no momento com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) que direciona dois cursos a distância: Artes Plásticas e Ciências Agrárias; e no período de férias escolares a Plataforma Freire do MEC apóia esta instituição no curso de graduação em Pedagogia. Atualmente, o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) oferece 5 cursos de graduação a distância³². A UAB possui provedor próprio, a “OI Escola”, e equipamentos modernos estabelecidos em uma escola municipal onde se encontram tutores para o encaminhamento didático-pedagógico dos cursos.

³² São eles: Gestão Pública; Filosofia da Educação; Informática na Educação; Educação Musical e História e Cultura Afro-brasileira.

Muitas pessoas de outros municípios se deslocam para estudar nessas e diversas outras faculdades a distância sediadas em Tefé. No entanto, existe esta forma de ensino a distância em suas cidades também, mas estes estudantes da hinterlândia se dirigem a Tefé pela maior infraestrutura das bibliotecas disponíveis e da própria Internet. Dentre as faculdades mais presentes nas cidades da região de Tefé estão: UNIP, UNIASSELVI, UNISUL, UNIVALE, UNOPAR, FATESP, CESPA, UFLA, FACNORTE, Grupo Saber, UEA, UFAM e IFAM.

Para o encaminhamento de conhecimentos para manuseio não apenas da Internet como para entendimento dos mecanismos operacionais de hardwares e softwares os cursos técnicos de informática se fazem presentes nesta região. Os cursos técnicos particulares só existem em Tefé, totalizando 5 centros de formação técnica, e oferecem diversos outros cursos de inserção profissional³³. Nos municípios da hinterlândia, o Centro de Tecnologia do Amazonas (CETAM) está presente em todos e encaminha cursos que servem como instrumento de ampliação do conhecimento e da consciência cidadã em territórios distantes como Informática e Contabilidade. Para ilustrar um instrumento de uma integração relativizada nos rios da região de Tefé ligada aos cursos técnicos cita-se o Barco-escola “Samaúma 2” da “Rede SENAI” (Figura 58). Viaja por pelo menos quatro municípios amazônidas por ano, quando ancorado em Tefé ministra cursos em oficinas embarcadas de Tecnologia da informação, Panificação e Confeitaria, Mecânica e manutenção industrial a diesel e de popa; além das aulas desembarcadas nas salas de instituições municipais aprimorando cursos de mecânico de motocicletas, costureira, mestre de obras, e principalmente, em informática, provendo os alunos inscritos em metodologias contemporâneas do conceituado SENAI³⁴.

---

³³ Dentre os ofertados em Tefé os de maior demanda são: Técnico em informática; Técnico em enfermagem; Técnico em radiologia; Técnico em contabilidade; Técnico em segurança do trabalho; Técnico em gestão ambiental; Técnico em gastronomia; Técnico em eletricidade; Inglês; Rádio e TV; Cabeleleiro; Confeiteiro; Padeiro; etc.

³⁴ Jornal Tefé News. Ano 2. Nº 15. 5 a 17 de janeiro de 2015.

Figura 58 – O Barco-escola Samaúma 2, uma sala de aula da UAB em Tefé, uma proposta de mestrado em Fonte Boa e um acadêmico virtual numa lan house tefeense.

Fonte: Levantamento próprio, Janeiro/2015.

A Internet representa um agente da modernização incompleta, atuando em um cenário político, econômico e social que exhibe a incapacidade de agentes estatais e mesmo privados na promoção de vetores de uma modernidade “consistente”, no entanto isto não impede a sua atuação e a oferta de seus serviços que integram parcialmente a população ao meio geográfico contemporâneo. O Estado age como o leão de WU (2012) regulando e exigindo infraestruturas, enquanto que os “ursos polares” tentam provocar uma mudança climática que beneficie os fluxos entre as redes com “caminhos claros e livres entre dois pontos quaisquer” avançam nestes espaços opacos facilitando o acesso das populações dos rincões do mundo aos produtos capitalistas que ofertam conforto, técnica e informação maquiando a verdadeira condição humana dos habitantes destes territórios. Uma modernização incompleta é direcionada e uma integração ao mundo moderno e ao meio técnico-científico-informacional é realizada, no entanto, uma integração relativizada.

A Internet permite que as pessoas tenham acesso às informações necessárias para a ampliação “dos conhecimentos” e aprofundamento via os cursos de graduação e pós-graduação diversos e novos, muitas vezes tautológicos dentro de uma mesma proposta epistemológica, de um mesmo conhecimento, provenientes de um “mercantilismo do ensino”, onde o “Estado abandona uma boa parcela da sua função educadora e abre as portas a novas solidariedades da privatização” (SILVEIRA, 1999, p.318). Não só em prol

da ciência que neste período de globalização se confunde com os interesses do capital criando empresas educadoras que ao invés de alunos procuram clientes e parceria com firmas de serviços e publicidade; organizando um “mercado dos saberes” que envolvem valores sociais e a busca da racionalidade única da modernização e do capitalismo hegemônico, atuando tanto nas periferias das grandes cidades quanto nas periferias regionais como a região de Tefé no Solimões amazônica.

As diversas especializações profissionais existentes no mundo moderno, causa e efeito da ampliação do rol de necessidades que envolvem o cotidiano das empresas, instituições e das pessoas permitem que os novos agentes do terciário contemporâneo sejam relevantes no mercado e na economia global atual. Silveira (1999) discute:

Todavia, os novos terciários não estão integrados apenas por contabilistas, economistas, banqueiros, engenheiros e analistas de sistemas, mas também por advogados, consultores fiscais, consultores de organização, psicólogos, sociólogos, fisiologistas, desenhistas gráficos, especialistas em cerimonial, turistas, hotelaria e gastronomia, arquitetos e semiólogos, ergônomos, especialistas em automação, infógramos, engenheiros em telecomunicações, entre outros. Esses quadros fazem parte daquilo que Schachar (1983, p.86) define como “uma nova tecnocracia dirigente, formada por profissionais altamente qualificados, envolvidos nos negócios, no governo ou em organismos internacionais”. E o mesmo autor (Schachar, 1983, p.86-87) acrescenta que, com alta mobilidade e formação educacional similar, eles possuem uma visão semelhante do mundo e pensam em termos globais (SILVEIRA, 1999, p.318).

Os profissionais liberais constituem uma tecnocracia politicamente útil e poderosa economicamente exercendo um papel social fundamental. Dantas (2007, p.23) afirma que se tem a “materialização de uma nova diferenciação espacial característica de um novo padrão de acumulação mundial, ocupando o terciário, graças a seu crescimento e diversificação, um papel fundamental na regulação sócio-econômica”. Graças à “indústria dos serviços” as empresas atendem ao mesmo tempo um mercado consumidor e empresarial, agindo de forma a contribuir para a indústria e ao que Sassen (1998, p.140) chama de “Serviços corporativos” serviços no setor comercial, jurídico, consultorias, etc. Sassen (1998, p.89) argumenta que “nesse setor de prestação de serviços ocorre um processo de produção que se beneficia da proximidade de outros serviços especializados”. Exemplifica o caso da produção de um instrumento financeiro que exige “contribuições dos setores de contabilidade, publicidade, assistência jurídica, consultoria econômica, relações públicas, *design* e projetos gráficos”.

Neste sentido, um advogado em Tefé necessita de uma gama de profissionais como contadores, secretários, investigadores policiais, um Fórum Público e infraestruturas institucionais para agir em conformidade e paralelo aos serviços destes outros prestadores de serviços e instituições, pois a proximidade destes elementos apoiados pelos avanços tecnológicos permite inclusive servir seus clientes a distância, no caso da hinterlândia. Entretanto a natureza de seu serviço depende da composição orgânica do território, permitindo flexibilidade e rapidez num processo de produção que gera diversos outros empregos como estagiários, seguranças, motoristas, programadores, serviços gerais, recepcionistas e secretários profissionais, detetives particulares, entregadores mototaxistas, etc. Atividades profissionais que muitas vezes compõem a base de funcionamento destas especializações profissionais do mundo contemporâneo e que sem elas o exercício pleno da profissão não flui ou desenvolve.

Esta estrutura de empregos da divisão social do trabalho reflete diretamente na composição dos fluxos e na configuração da divisão territorial do trabalho deste período técnico-científico-informacional. Insere territórios que possuam em sua configuração territorial condições de abarcar atividades locais, nacionais e globais. Diversas escalas espaciais se inserem no raio de ação destes profissionais propiciando um fluxo de relações que norteiam as atividades destas empresas, das instituições públicas e das pessoas que a necessitam. A centralidade e a “polaridade” se configuram em razão da existência de uma capacitação territorial e um dinamismo pontual quando inserido em subespaços letárgicos como Tefé no Médio Solimões (Tabela 18).

Os profissionais liberais considerados neste momento da pesquisa são os que atendem de forma autônoma sem vínculo às entidades e instituições públicas como os profissionais da saúde que atendem independente dos hospitais públicos e os advogados que não atendem à Defensoria Pública, por exemplo, e mesmo os engenheiros quanto à Secretaria de Obras. O caso de Alvarães, Uarini e Japurá exibem a carência destes serviços particulares na região o que potencializa o papel de Tefé na oferta destes serviços para os que podem pagar (Tabela 18). Ressalta-se que estes municípios possuem Hospitais Públicos de baixa complexidade e assistência direta ou com Tefé ou mesmo com Manaus; trabalham em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas (SUSAM) e o Sistema único de Saúde (SUS) que enviou médicos cubanos advindos de um acordo bilateral entre os dois países (Brasil e Cuba) para algumas cidades como Juruá e Marã.

Tabela 18 – Profissionais Liberais na região de Tefé³⁵

Municípios	Tefé	Alvarães	Uarini	Fonte Boa	Jutaí	Tonantins	Maraã	Japurá	Juruá
Advogados	24	0	0	3	1	1	1	0	1
Contabilistas	8	0	0	1	0	0	0	0	1
Médicos	14	0	0	0	0	0	0	0	0
Dentistas	8	0	1	5	2	1	1	0	0
Bioquímicos	2	0	0	0	1	0	0	0	0
Psicólogos	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Veterinários	2	0	1	1	0	0	0	0	0
Engenheiros	6	0	0	0	1	0	1	0	0

Fonte: Levantamento com base na pesquisa de campo, janeiro/2015.

Enfatiza-se que a atuação de médicos peruanos e bolivianos nas cidades da região de Tefé, e principalmente em Tefé é uma constante. Neste subespaço carente há a necessidade de médicos devido à demanda significativa de enfermos e a baixa procura por profissionais brasileiros para se estabelecerem nestas cidades; os serviços destes profissionais sul americanos estrangeiros são bem vindos atuando assim nos hospitais públicos e clínicas particulares. Desta forma, o papel destes profissionais da saúde se maximiza, muitos atuam sem o reconhecimento do Conselho Regional de Medicina. A porosidade territorial (ARROYO, 2001) e os vetores da globalização que permitem a comunicação e a informação instantâneas possibilitam que os fluxos de serviços, ideias, informações e capital reestruturem o território; isto propicia o desenvolvimento de uma rede social que se estrutura gerando confiança aos migrantes peruanos e bolivianos que se envolvem nesta rede fortalecendo-a e ampliando o raio de atuação de seus serviços (QUEIROZ, 2012a, p.82). A mão de obra especializada destes profissionais soma-se ao setor de serviços de um terciário cada vez mais rico de exercícios profissionais nas cidades.

Santos (2007 [1982] p.31/32) discute “o espaço que se une e se separa” diz que “com a mundialização da sociedade, o espaço, tornado global, é um capital comum a humanidade. Entretanto, sua utilização efetiva é reservada àqueles que dispõem de um

³⁵ Os contadores são formados em Ciência Contábeis e os contabilistas possuem apenas o curso técnico, é fato que os técnicos presidem os contadores que só assinam, mas em subespaços opacos os contabilistas possuem mais clientelas do que os contadores e por isso não sofrem coerção nem fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade quando atuam sem a assinatura de um contador em seus escritórios.

capital particular (...) a noção de propriedade privada de um bem coletivo é reforçada”. Os profissionais liberais, com conhecimento e diploma de unidades acadêmicas e técnicas constituem-se como representantes do uso da informação e das técnicas científicas mundiais, agentes de uma globalização que onde quer que atuem, movimentam pessoas, ideias, capital e dados assim como necessitam de infraestruturas e comunicações. Agem como agentes avançados da globalização em subespaços opacos e periféricos, participam de um processo de integração destes subespaços a uma globalização relativizada.

Em Tefé estes profissionais possuem firmas que atendem a população não apenas ofertando seus serviços, mas criando empregos e capital de giro que funcionalizam um meio de produção especializado importante para a economia da cidade. Os fluxos, fortalecidos pela escassez e mesmo ausência destes profissionais nas cidades da hinterlândia tefeense, condicionam uma demanda e clientela estável, construindo formas atípicas daquelas onde as relações são fundamentadas no dinheiro e em contratos formais visando à prestação de serviços destes profissionais. Uma relação de confiança baseada na solidariedade contígua se estabelece.

Para exemplificar, muitas vezes pescadores e agricultores, comerciantes ribeirinhos e garimpeiros, não podem pagar pelos serviços em dinheiro aos profissionais liberais, mas pagam com produtos fabricados ou pescados por eles em seu local de trabalho, produtos como um saco de farinha de mandioca, um feixe de vassouras, um grande peixe como um tambaqui ou pirarucu etc. A solidariedade horizontal preenche as lacunas das relações disponibilizadas e inseridas pela solidariedade vertical compondo uma trama de relações que compõem a dialética do território. Situações típicas em lugares onde o capital é restrito e as relações contíguas vencem muitas vezes as ordens e regulamentos suscetíveis às penalidades civis e criminais. Muitos clientes como garimpeiros pagam seus serviços para profissionais liberais em ouro, agricultores pagam com animais silvestres muitas vezes protegidos por lei, assim como madeiras de lei e mercadorias diversas por vezes contrabandeadas como bebidas destiladas e perfumes. Isto configura uma permuta que ignorando a forma de pagamentos de contratos, se adéqua às formas e possibilidades dos pagamentos disponibilizados por esta população, permitindo que o capital circule, porém de diferentes maneiras, corroborando para que as relações profissionais baseadas na permuta se institucionalizem e se legitimem, fugindo dos padrões baseados nas normas e regulamentos de contrato baseados no dinheiro do capitalismo hegemônico. No entanto, a mercadoria ou bem permutado não deixa de constituir um capital e mesmo um lucro.

Isso corrobora para a reprodução deste cotidiano e da consuetudinarietà inerente ao lugar e ao indivíduo deste. Reflete-se assim, que o uso equitativo do dinheiro, das técnicas, da informação, dos transportes e das comunicações não é um bem comum da humanidade, apenas poucos o usufruem (SANTOS, 2007 [1982], p.32).

Nestas circunstâncias, a circulação provida dos serviços de profissionais liberais providencia a estes uma demanda que os possibilita uma organização empresarial, utilizando para isto vários tipos de empregados e profissionais para atender a demanda e os fluxos estabelecidos. Para exemplificar, cita-se as clínicas jurídicas em Tefé, existentes num total de três, que atendem não apenas a hinterlândia tefeense como todo aquele, pessoa física ou jurídica, que contrate os serviços para atuarem em qualquer parte do território nacional a partir de situações e interesses no Médio Solimões. É o caso de escritórios jurídicos, como do Dr. Claudemir Queiroz, composto por 4 advogados que estabelecem relações com estados como Pernambuco, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo assim como casos de situações jurídicas envolvendo relações com outros países como Espanha, Holanda e Cuba.

Relações com outros estados também são estabelecidas pelas clínicas bioquímicas, onde muitos exames de maior complexidade são enviados e efetuados para cidades como Curitiba, Paraná, e posteriormente, reenviados para Tefé numa parceria empresarial benéfica a ambas as partes. Em situações análogas trabalham os dentistas com serviços de prótese mais complexas e algumas clínicas estéticas e médicas.

Não há clínicas particulares de profissionais liberais nas cidades da hinterlândia de Tefé. No entanto em Tefé existem 3 clínicas jurídicas; 2 clínicas bioquímicas; 6 clínicas médicas; 5 clínicas odontológicas; 1 clínica veterinária e 1 clínica psiquiátrica. A demanda existente nestas firmas permite a adaptação aos objetos da modernidade como o uso de cartão de crédito e débito, parcelamento direcionado em poucas prestações em casos mais caros, além da busca de uma padronização da estrutura física pertinente aos conceitos contemporaneizados de organização e apresentação dos escritórios.

Quanto a esta estruturação física de serviços, cabe a discussão sobre os serviços de hospedagem das pessoas que elencam os fluxos estabelecidos com Tefé e mesmo da rede de hospedagem existente na sua hinterlândia no atendimento da demanda destes fluxos (Tabela 19).

Tabela 19 - Rede de hospedagem da região de Tefé

Municípios	Número de Hotéis	Número de Pousadas
Tefé	13	16
Alvarães	6	3
Uarini	4	3
Fonte Boa	3	9
Jutaí	10	15
Tonantins	3	1
Maraã	3	6
Japurá	5	1
Juruá	3	5

Fonte: Levantamento com base na pesquisa de campo, janeiro/2015.

Denotam uma ausência de investimentos e mesmo de padrões que seguem as normas e regulamentos da rede hoteleira de espaços luminosos. Em razão da operação de poucos aeroportos que provê diminuta demanda e que envolve clientes mais exigentes financeiramente ficando as redes de transportes fluviais com hegemonia na produção de fluxos interurbanos. Com clientes menos favorecidos financeiramente, mais humildes e serenos, diminuem as pretensões de modernização que estes hotéis e pousadas deveriam seguir periodicamente. Isto se agrava com a ausência de cidadãos mais conscientes e solicitadores de melhores acomodações que deveriam ser oferecidas. Além de Tefé, Jutaí apresenta uma rede de serviços de hospedagem moderna em relação às cidades vizinhas.

A quantidade limitada de objetos de restauração (CRUZ, 2001) representados pelos restaurantes, lanchonetes e praças de alimentação nas cidades da região de influência de Tefé contribui para a limitação dos fluxos de capitais de giro em seu comércio e nos serviços oferecidos, esta falta de opções e diversidade influencia a economia já exígua por limitação de meios de produção disponíveis.

Sassen (1998, p.157) argumenta quando discute a concentração e diversidades das cidades contemporâneas:

“a globalização não se constitui apenas em termos do capital e da nova cultura corporativa internacional (finanças internacionais, telecomunicações, fluxos de informações), mas também em termos das pessoas e das culturas não-corporativas. Existe também uma estrutura composta de baixos salários, empregos e atividades não-profissionais que

constituem parte fundamental da chamada economia corporativa” (SASSEN, 1998, p.157).

A atuação de agentes exógenos adaptados à realidade local pode ser representada no ramo de publicidade em Tefé onde duas gráficas e quatro firmas de publicidade procuram suprir a demanda da região. Fonte Boa conta com três pequenas firmas, assim como Juruá e Uarini conta com uma em cada cidade.

Para suprir a demanda de publicidade das rádios e jornais na região os carros de som são utilizados como instrumento de difusão de informações cotidianas e pontos de publicidade de firmas, eventos locais e regionais. Tefé possui cinco destes prestadores de serviços com carros de som, Fonte Boa e Jutai contam com menor número de veículos em relação a Tefé.³⁶

Estes carros de som trazem benefícios quanto ao direcionamento de informações muitas vezes importantes para a população que não tem tempo para ouvir rádio ou saber dos acontecimentos da sociedade local. Porém, este serviço acarreta muitos incômodos à população entre eles a poluição sonora e o transtorno no trânsito, já que os carros se locomovem devagar nas ruas. Engarrafam o trânsito urbano que em Tefé já se encontra complexo pela grande quantidade de veículos existentes na cidade que ainda possui ruas estreitas. Segundo estimativa de Edvaldo Souza, diretor do DETRAN em Tefé, a cidade conta com 10 mil motos e 3 mil carros aproximadamente em janeiro de 2015³⁷ (Tabela 20).

Os carros de som provocam situações que acarretam prejuízo às relações sociais, professores chegam a interromper as suas aulas bem como reuniões em entidades públicas e privadas são interrompidas para esperarem o carro passar com alto volume seus anúncios (QUEIROZ, 2009b, p. 65).

---

³⁶ Nestas cidades não existem profissionais na prestação deste serviço como em Tefé, alguns são radialistas e atuam com os carros de som todos os dias possuindo uma clientela significativa. Em Fonte Boa e Jutai os prestadores deste serviço trabalham quando possuem clientes o que é esporadicamente, em Tefé estes profissionais são assíduos em suas atividades.

³⁷ Entrevista concedida por Edvaldo Souza. Diretor do DETRAN de Tefé. Tefé, 10 fev. 2015.

Tabela 20 – Frota de Veículos na região de Tefé (2013)

Município	Número de veículos
Tefé	8.696
Fonte Boa	1.054
Jutaí	446
Alvarães	431
Tonantins	380
Uarini	363
Maraã	336
Juruá	290
Japurá	160

Fonte: Confecção própria com base em informações do site: [www. ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br); acessado em: 20 mar 2015.

Figura 59 – Carros de som em Tefé, trânsito lento devido à passagem de um dos carros de som em Tefé; abaixo a direita, carro de som em Fonte Boa.

Fonte: Levantamento próprio, janeiro/2015.

Os carros de som em Tefé, Fonte Boa e Jutaí se adéquam ao que Silveira (1999, p. 318) chama de “mecanismos invasores” de publicidade, ela afirma serem “formas diretas de comunicação com pessoas reais, esses mecanismos são estratégias publicitárias que, conhecendo informações pessoais e utilizando métodos de persuasão, penetram no espaço privado dos consumidores potenciais”. Em Tefé, além dos carros de som transitarem com alto volume nas ruas os interlocutores, cumprimentam e falam os nomes das pessoas e firmas próximas aonde estão circulando, invadindo assim a privacidade e mesmo atrapalhando o exercício profissional de muitos outros.

Os mototaxistas representam outro serviço que atende as demandas dos profissionais liberais, mas possuem baixos salários. Na ausência de transportes públicos³⁸ na área urbana destas cidades amazônidas, os mototaxistas desempenham um papel fundamental na locomoção não apenas de passageiros, mas de carga, servindo como mensageiros e até na substituição dos serviços de limpeza urbana, já que muitos são contratados para jogar os lixos domiciliares no lixão da cidade. Muitos são ligados com atividades ilícitas como o tráfico de drogas, prostituição e crimes diversos assim como em períodos eleitorais são pagos para elencarem as carreatas das campanhas eleitorais corroborando ao clientelismo inerente a estes subespaços periféricos.

Tabela 21 – Mototaxistas na região de Tefé

Municípios	Número de mototaxistas	Tipo de organização social	Número de organizações sociais
Tefé	1000	Associação	4
Alvarães	580	Associação	3
Uarini	200	Associação	3
Fonte Boa	800	Associação	3
Jutaí	184	Sindicato	1
Tonantins	180	Associação	2
Maraã	150	Associação	1
Japurá	30	Não Há	0
Juruá	80	Associação	2

Fonte: Levantamento com base na pesquisa de campo, janeiro/2015.

Em Tefé, há um acordo entre as quatro associações da cidade que estabelece o número máximo de 1000 vagas para atender a demanda já que nem todos os mototaxistas profissionais atuam concomitantemente³⁹. Além de Tefé, Fonte Boa e Alvarães possuem muitos mototaxistas cadastrados em suas respectivas associações. Jutaí é o único município

³⁸ Como discutido no capítulo anterior, somente os agricultores e moradores da área rural de Tefé possuem transporte público regular, no entanto na área urbana do município não existe.

³⁹ Há situações onde jovens e indivíduos sem carteira de habilitação alugam o colete de um mototaxista cadastrado em alguma associação da cidade, o uso capacete não permite o reconhecimento deste condutor não cadastrado na associação respectiva. Este tipo de situação leva a muitos crimes cometidos por estes condutores ilegais como assaltos e estupros, proporcionando uma imagem pejorativa aos mototaxistas em Tefé e sua região.

da região de Tefé que possui um Sindicato como organização social indicando maturidade nas relações sócio-profissionais.

Figura 60 – Sindicato dos mototaxistas de Jutai e cenas cotidianas destes profissionais em Tefé.

Fonte: Levantamento próprio, janeiro/2015.

As normas e regulações de uma sociedade que segue as diretrizes e leis que deveriam ser aplicáveis e respeitadas não são seguidas em Tefé e suas cidades de influência. Motocicletas com mais de três pessoas na garupa, com excesso de mercadorias e peso bem como crianças sem capacetes são cenas que compõem o cotidiano em Tefé e as cidades que compõem a hinterlândia. Isto configura um comportamento inadequado para a organização do trânsito urbano; a polícia não adverte e somente quando há batidas ou *Blitz* do DETRAN estas situações são penalizadas. Face de uma modernização incompleta vinculada a uma racionalidade alternativa, elementos que compõem uma integração relativizada.

A globalização permite a inserção de pessoas ao mercado de trabalho via a criatividade, como as *start ups* vinculadas as tecnologias de informação e comunicação que ultrapassam fronteiras a partir de serviços úteis a sociedade contemporânea; e o *franchaising* ou licenciamento de franquias, “cuja materialização pode ser considerada uma nova forma de relação entre frações hierarquizadas do capital” (COSTA, 2008a, p.128).

O capital se muta frente às imbricações dos agentes e elementos da globalização nos diferentes territórios do mundo; os investimentos em produção e comercialização que eram necessários no passado podem ser substituídos pelo conhecimento e informação oferecidos pela empresa detentora da rede de franqueados, que viabiliza o poder imaterial

da grife para os clientes e permite as relações hierarquizadas que guarda uma parcela dos rendimentos do franqueado para a empresa franqueadora dominante. Assim, empresas alcançam lugares distantes de suas sedes assumindo escalas planetárias a partir dos meios de comunicação e informação. O capital que antes era direcionado aos investimentos na produção, pode ser investido no que Costa (2008a, p.129) chama de “financeirização da riqueza” corroborando para a especulação financeira mundial.

Tefé possui franquias de empresas de perfumes e cosméticos como Boticário e Natura; de veículos como Honda e Hyundai representados pela Cometa Motocenter; de TV digital como a SKY assim como outros serviços como firmas de vigilância privada e de lojas de móveis. Tefé é a única cidade de sua região que possui estas empresas franqueadas, sediando a operacionalização de empresas de cosméticos na região que não possuem lojas ou sedes comerciais em sua configuração empresarial como a Avon e a Mary Kay.

A Cometa Motocenter Ltda, maior empresa de Tefé em lucratividade, possui filiais em todas as cidades de sua região de influência, como se não bastasse, em um mercado com rendas tão limitadas, estas filiais possuem outras filiais ou ramificações dentro da mesma cidade, o que acontece em Fonte Boa, Jutai, Marã, Alvarães e a própria Tefé. São firmas com nomes fantasia diferentes do pólo Cometa Motocenter, trabalham com os veículos mais populares da Honda na forma de consórcios com valores das prestações mais acessíveis aos clientes o que providencia uma clientela constituída por jovens e aposentados assim como agricultores e pescadores.

Esta conectividade pertinente aos fluxos empreendidos entre a Cometa Motocenter de Tefé com todas as filiais das cidades de influência só é possível em razão da rede de transportes fluviais que beneficia a circulação de mercadorias, bens e pessoas em toda a região. Embarcações como navios, balsas, lanchas grandes, médias e pequenas e as tradicionais catraias, canoas com motor rabeta característica dos ribeirinhos da Amazônia cortam e perfazem os fluxos que alimentam a circulação nesta fração da formação socioespacial (Tabela 22).

Tabela 22 – Fluxos fluviais na região de Tefé com destino a Manaus e Tefé ⁴⁰

Fluxos Fluviais	Frequência semanal	Número de Empresas Fluviais
Tefé – Manaus	16	19
Alvarães – Tefé	185	8
Alvarães – Manaus	2	2
Uarini – Tefé	21	5
Uarini – Manaus	2	2
Fonte Boa – Tefé	8	8
Fonte Boa – Manaus	8	15
Jutaí – Tefé	8	8
Jutaí – Manaus	6	15
Tonantins – Tefé	3	3
Tonantins – Manaus	5	15
Japurá – Tefé	4	4
Japurá – Manaus	2	2
Maraã – Tefé	5	5
Maraã – Manaus	2	2
Juruá – Tefé	3	2
Juruá – Manaus ⁴¹	1	5

Fonte: Levantamento com base na pesquisa de campo, janeiro/2015.

Os navios que operam entre Tefé e Manaus constituem o grande fluxo que permite a Tefé ser um pólo de atração de passageiros de sua região de influência para irem para a capital Manaus. No entanto, muitos navios ligam estas cidades da região de Tefé a Manaus, esvaziando a função de comando de Tefé e permitindo que esta funcione apenas um papel de cidade intermediária consubstanciando as relações entre as cidades pequenas de sua hinterlândia e a grande capital macrocéfala Manaus.

Os municípios do Alto Solimões possuem maiores frequências com Manaus e não com Tefé, uma característica de uma integração relativizada, ou seja, com o aumento dos

⁴⁰ Considerados empresas com barcos, lanchas e balsas de cargas entre os respectivos municípios.

⁴¹ A frequência comum é quinzenal, mas em muitos meses o número de viagens alcança uma por semana por isso este direcionamento.

fluxos entre estas cidades e outras hierarquicamente maiores, há um esvaziamento de comando da cidade regional, no caso Tefé. As cidades de Tonantins, Jutai e Fonte Boa se relacionam intensamente com as cidades do Alto Solimões. O fato de estarem expostas ao grande rio Solimões, o rio Amazonas da Amazônia Ocidental, possibilita o investimento por parte do governo estadual de infraestruturas melhores do que Tefé, somente Jutai não possui um porto estruturado, porém Tonantins e Fonte Boa possuem terminais hidroviários. Os barcos, navios e lanchas que percorrem entre Tabatinga e Manaus passam por estas cidades da região de Tefé, no entanto não passam por Tefé nem na subida e nem na descida do rio Solimões, se direcionam direto para Manaus na descida ou direto para Tabatinga na subida. Devido o intenso fluxo de navios, balsas e embarcações que realizam a linha entre Tefé e Manaus, Tefé não é mais rentável para essas empresas que realizam a linha entre Manaus e Tabatinga onerando os custos concorrenciais na disputa estabelecida e oferecida a estas cidades.

Um mercado diferente se apresenta derivado desta competitividade por clientes no Alto Solimões. Muitos destas empresas que operam nesta região possuem navios com serviços diferenciados no “rio mar” muitos com nova configuração de transportes amazônicos como a “Diamante” que oferece outro modelo de estrutura em relação às convencionais (Figura 61). Outros oferecem até serviços bancários com a presença de um “Expresso ou caixa eletrônico” em suas dependências.

Assim, a busca pelo cliente, representados pelos passageiros e proprietários de cargas comerciais promove uma modernização das instalações físicas com o intuito de disponibilizar meios que submetam as empresas concorrentes a uma adequação que se equipare as empresas com o maior poder aquisitivo de modernização. Isto proporciona a diferenciação dos valores e dos custos das diversas embarcações que viajam de Manaus até Tabatinga passando pelo Médio Solimões, mas não ofertando seus serviços a grande parte das cidades que compõem a Região de Influência de Tefé.

Figura 61 – Dois dos navios do Alto Solimões que não passam por Tefé, mas atendem Tonantins, Jutai e Fonte Boa na região de Tefé em direção a Manaus

Fonte: Levantamento próprio, janeiro/2015.

Nos últimos anos houve uma redução tanto de empresas aéreas operando em Tefé quanto no uso dos aeroportos da região de Tefé. Há aeroportos em Tefé, Japurá, Fonte Boa e Juruá, existia em Jutai, mas deixou de operar devido a uma administração pública que não soube mantê-lo em operação.

Tabela 23 – Fluxos aéreos na região de Tefé

Fluxos Aéreos	Frequência Mensal	Número de Empresas Aéreas
Tefé – Manaus	72	4
Fonte Boa - Tefé	3	1
Fonte Boa – Manaus	3	1
Juruá – Tefé	5	2
Juruá – Manaus	4	1
Japurá – Tefé	3	1
Japurá – Manaus	3	1

Fonte: Levantamento com base na pesquisa de campo, janeiro/2015.

Os voos de cidades da região de Tefé são fretados e não possuem regularidade, excetuando os contratados pelos bancos e pelos correios. O aeroporto municipal de Juruá só opera quando há voos fretados, este trecho tem como destino Carauari com escala em

Juruá. No Aeroporto Municipal de Fonte Boa os voos são pertinentes ao frete dos Bancos e Correios. No Aeroporto Municipal de Japurá os voos possuem os mesmo objetivos. A empresa tefeense “Amazonaves Ltda.” opera para Fonte Boa, Juruá e Japurá mais frequentemente, no entanto, a “RIMA Táxi Aéreo” opera para Juruá e Tefé quando há passageiros que geralmente se dirigem a Carauari.

O Aeroporto de Juruá não é homologado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e por isso não é reconhecido pela INFRAERO para as operações de voos regulares. Entretanto, os voos que se dirigem para Juruá na verdade são autorizados como se fossem para Fonte Boa que é homologado. Isto permite que nos levantamentos dos fluxos realizados no Médio Solimões pelo IBGE Fonte Boa apareça significativamente (Mapa 8).

Mapa 8 – Ligações aéreas de passageiros, segundo os fluxos principais no Amazonas (2010)

Fonte: IBGE, 2013c, p.23.

Uma característica de espaços escuros, e por isso carentes de fiscalizações e acompanhamentos institucionais que providenciem vigilância e qualidade no uso dos objetos geográficos técnicos e infraestruturais locais, é o fato de muitos voos clandestinos operarem na região. Isto corrobora para a porosidade e fluidez territorial sob condicionantes ilegais, no entanto são fatores promotores de fluxos que refletem na dinâmica econômica e social dos municípios da região. Isto ocorre principalmente nos

aeródromos de Japurá, Fonte Boa e Juruá assim como aviões anfíbios que efetuam voos fretados no lago de Marañ.

3.3 – Ilacões de uma integração relativizada

A análise de uma integração territorial com vetores de uma modernização incompleta na Região de Influência de Tefé, isto é, uma “integração relativizada” foi direcionada com o objetivo de conhecer os agentes irradiadores dos fluxos que, a partir de Tefé, permitem o avanço da globalização neste subespaço amazônica.

As atividades ligadas às finanças e os serviços corroboram para que estes vetores da globalização proporcionem a inserção desta fração territorial a participar da dinâmica e dos ditames da economia-mundo vinculados ao arranjo atinente à técnica e à informação que estruturam o meio técnico-científico-informacional. Empresas comerciais apoiadas pelo Estado compõem este cenário de uma globalização relativizada sobre os condicionantes e exigências de um mercado mundial que se amplia em direção às periferias das formações socioespaciais que possuam potencialidades a serem anexadas no processo produtivo capitalista.

A leitura efetuada da dinâmica das relações destas respectivas atividades originadas em Tefé para com sua região de influência levou ao reconhecimento e classificação de dois fluxos que caracterizam uma integração relativizada nesta região, são eles: i) fluxos virtuosos que beneficiam e promovem uma integração e o desenvolvimento regional; ii) fluxos fragmentadores que dificultam e mesmo obstruem a integração promovendo uma desarticulação territorial que suscita o desenvolvimento destas cidades a partir destes fluxos.

3.3.1 - Dos fluxos virtuosos na região de Tefé

Os fluxos virtuosos são os que permitem uma integração territorial e fortalecem os laços e relações que subsidiam o desenvolvimento econômico e social numa região, proporcionando não apenas crescimento econômico e inserção social das cidades pertencentes a esta, mas, elementos que promovem cidadania e dignidade a suas respectivas populações. Ramificações da modernização contemporânea que imbricam no espaço levando os resultados econômicos e sociais positivos de um lugar para outros por intermédio das ações políticas e técnicas empreendidas.

A letargia e mesmo “agonia” das populações dos espaços escuros, privadas de informações e técnicas contemporâneas provenientes dos benefícios e vantagens dos objetos técnicos e geográficos originados pelas tecnologias e disponibilizados pelas conjunturas políticas e econômicas, são interrompidas com os “flashes” de luminosidades advindos de espaços com densidade de objetos e elementos do meio técnico-científico-informacional. Aqui estão mais presentes e intensos os efeitos da atuação de infraestruturas e da organização social vinculada às ordens e normas de uma racionalidade construída a partir da acumulação de capital ou de relações sociais lucrativas para o desenvolvimento deste vínculo e somente deste.

A presença de objetos técnico-geográficos em um território produz resultados que influenciam a realidade local. No entanto, nem sempre o território admite resultados similares, ou seja, os objetos possuem diferentes desempenhos em diferentes cenários territoriais, muitas vezes, assumindo competências e funções a qual não estavam planejados a exercer. Estes objetos presentes em cidades com posição estratégica e distantes dos grandes centros econômicos como Tefé efetuam um papel ambíguo tanto para o qual foi planejado quanto para reproduzir um cenário de modernização que se faz menos presente em territórios carentes de objetos modernos.

Baudrillard (2012 [1968], p.132) afirma que “o sistema de produção atual se opõe, ao mesmo tempo em que nele trabalha, a um avanço técnico real (e por este meio a uma reestruturação das relações sociais)”. A densidade de objetos técnico-geográficos⁴² existentes em Tefé advindos pela presença de instituições públicas e das atividades adjacentes a estas estabelecem entes comerciais, de serviços e também entes sociais dinamizadores da economia, que em uma cidade regional como Tefé promove relações sociais mais modernizadas e adaptadas a este “avanço técnico real” em relação às cidades de sua hinterlândia. Estes objetos permitem uma melhor adesão das finalidades políticas e econômicas advindas da economia-mundo que necessita além de estruturas convenientes para sua operacionalização também de uma racionalidade que condiz com os anseios do grande capital em avançar e usufruir das potencialidades intrínsecas destes territórios pouco atraentes às grandes corporações mundiais e ao capitalismo contemporâneo.

---

⁴² Analisados no segundo capítulo desta Tese.

É quando “os espelhos se tornam janelas” metaforicamente a reflexão do uso e exploração das potencialidades intrínsecas de cada lugar para consubstanciar as relações locais com as finalidades globais. As iniciativas de agentes estatais ligados às firmas ou demandas mundiais propiciam a exploração de recursos disponíveis das cidades da região de Tefé, permitindo que janelas sejam abertas para a economia-mundo. Desta forma, estas cidades passam a se relacionar diretamente com outras cidades hierarquicamente superiores na escala urbana, propiciando a Tefé perder parcelas de sua tradicional centralidade.

São fluxos virtuosos que tem nos aportes da globalização um meio de integração, e no trabalho executado, um instrumento de desenvolvimento baseado nos mecanismos e objetos pertinentes ao meio técnico-científico-informacional. Entende-se desta forma que estes subsídios da globalização, representados pela padronização das técnicas, normas e ações que embasam a racionalidade hegemônica do acontecer hierárquico, acabam por propiciar uma integração territorial. Entretanto, este avanço globalizador enfrenta resistências que não impedem e nem mesmo retardam o inexorável movimento de dominação e submissão do capitalismo moderno. Estas resistências acabam por delinear e produzir novas formas e muitas vezes outros conteúdos do processo de globalização, globalizações relativizadas originadas por um processo de integrações relativizadas.

Os elementos que constituem o meio técnico-científico-informacional permitem a fluidez no espaço de informações e técnicas que promovem o desenvolvimento de setores e a criação de meios de produção baseados nos transportes velozes e nas comunicações em tempo real que diminuem a distância entre os espaços e mesmo o tempo. Neste sentido, Santos (1999, p.11) afirma que:

Rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos se impõem, do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados, das formas de organização, das relações sociais etc. Consequência, mais estritamente geográfica, diminui a arena da produção, enquanto a respectiva área se amplia. Restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo (SANTOS, 1999, p.11).

Para exemplificar este cenário de modernização e integração que modificam o espaço e a produção deste cita-se os caso de Jutai e Maraã. A empresa “RO Ferreira Maceno Ltda” trabalha com a venda de madeira advinda de áreas de manejo das Unidades

de Conservação de Jutai município da hinterlândia tefeense. Procedimentos industriais no trato com a madeira, que propiciam ser exportada, são utilizados com o uso de técnicas e informações que permitam o aprimoramento de relações com empresas compradoras de outros países como Canadá, Japão⁴³ e países vizinhos. A empresa possui filiais/depósitos em Tefé e Tabatinga assim como operacionaliza a produção a partir de Manaus. Madeiras como Ipê, Jatobá, Roxinho (Violeta), Maçaranduba são as mais comercializadas internacionalmente, madeiras que na região são pouco valorosas. Procedimentos como efeito solar, estocagem de prateleira e estufa são necessários para a comercialização internacional e efetuados pela empresa em Jutai⁴⁴.

Figura 62 - Estocagem de prateleiras e recepção da empresa madeireira de Jutai

Fonte: Levantamento próprio, jan/2015.

Em Maraã, município no rio Japurá pertencente à hinterlândia tefeense, a “Indústria de Bacalhau da Amazônia”, como discutido anteriormente, é uma iniciativa que envolve as três hierarquias estatais com o fim de adequar o produto advindo do pescado das Unidades de Conservação do município na geração de emprego e renda à comunidade e ao estabelecimento de fluxos virtuosos ao desenvolvimento e à integração. As instalações foram construídas com apoio da SUFRAMA e SEPROR e se baseiam em Maraã e em Fonte Boa, porém apenas Maraã possui produção. Uma iniciativa que viabiliza o diálogo dos trabalhadores da Colônia de Pescadores Z-32 e do manejo nas áreas de Pesca como o Pantaleão no rio Japurá. Em torno de 4.200 peixes ou 150 toneladas foram utilizados para

⁴³ A produção de tacos de pisos de madeira é o objetivo das empresas canadenses e japonesas.

⁴⁴Entrevista concedida por Ocimar Ferreira. Gerente/Proprietário da “RO Ferreira Maceno Ltda”. Jutai, 15 jan. 2015.

produzir 70 toneladas de bacalhau da Amazônia em 2014⁴⁵ em Maranhã. Procedimentos necessários para o trato do pescado são atendidos com o intuito de estabelecer uma qualidade internacional e assim promover a exportação. Com o objetivo inicial de suprir parte da merenda escolar no Amazonas a principal demanda da indústria são as escolas da SEDUC, no entanto o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) também adquire e revende em pequenas quantidades nas feiras da capital bem como são comprados pelo Frigorífico Amazonas e alguns restaurantes de Manaus. Sem a autorização legal para comercializar para fora do país a indústria vende para estes estabelecimentos que revendem o produtos em forma de pratos oferecidos em restaurantes ou mesmo direcionados a quem quer que queira comprar, inclusive turistas estrangeiros que compram em pequenas quantidades.

Figura 63 – A sala de secagem e a câmara de estocagem do Bacalhau da Amazônia em Maranhã e, abaixo, as instalações ainda sem produção de Fonte Boa.

Fonte: Levantamento próprio, jan/2015.

Estes dois casos exemplificam agentes e iniciativas presentes em municípios da região de Tefé com objetivos comerciais que visam relações extrarregionais difundindo seus produtos e se adequando às normas e procedimentos que permitem adentrar aos

---

⁴⁵Entrevista concedida por Ronaldo Ferreira de Souza. Gerente Geral de Unidade de Beneficiamento de Pescado de Maranhã. Tefé, 8 jan. 2015.

mercados mundiais. Fluxos virtuosos são estabelecidos. Isto permite que estas empresas se comuniquem e evoluam no diálogo comercial e econômico, viabilizando emprego e renda que, somadas a políticas públicas eficientes, promovem integração e desenvolvimento.

A circulação se intensifica a partir destas iniciativas e do aparecimento de especializações produtivas presentes no Solimões; movimento este inerente ao processo capitalista vinculado à sua crise perpétua que exige mais demanda para a produção se desenvolver. Mesmo que estas ações se desenvolvam em razão da existência de recursos naturais disponíveis, são nos processos técnicos e nos suportes geográficos da informação que ela se expressa. Santos (1999, p.11) chama a esta convocação e exigência de mais circulação de “circulo virtuoso” que depende da fluidez das redes e da flexibilidade dos regulamentos. Estas questões na região de Tefé são condicionadas às limitações dos espaços letárgicos, no entanto funcionalizam uma circulação útil ao desenvolvimento frente à escassez de meios de produção existentes.

Dessa forma, a globalização se realiza por forças pretéritas e envelhecidas do comércio nestes municípios. Ressalta-se que em Tefé, o “Frigorífico Frigopeixe Ltda” é uma empresa que articula, sob os mesmos contextos políticos e econômicos, relações extrarregionais permitindo fluxos que ultrapassam fronteiras nacionais como discutido no capítulo anterior.

A integração dos lugares à globalização é realizada pela acessibilidade do lugar e das pessoas à globalização, os espaços de lugares e de fluxos ficam condicionados a esta prerrogativa. Mesmo que o desempenho e funcionamento dos objetos técnicos e dos subsídios necessários para sua operacionalização como a informação e a técnica sejam deficientes como no caso da Amazônia da região de Tefé no Médio Solimões o que estrutura a integração relativizada à globalização atual.

As cidades se hierarquizam urbanamente mais pela funcionalidade de fluxos imateriais do que materiais, novas cidades criadas sobre antigos centros urbanos proporcionam uma hierarquia urbana corporativa, que em regiões opacas são construídas por ação do Estado e apoio de empresas e/ou demandas significativas. Envolvidas em um cenário de uma modernização incompleta estas iniciativas como da Indústria do Bacalhau da Amazônia, da Empresa RO Macedo de Jutai e do Frigorífico Frigopeixe em Tefé representam agentes de flexibilização do capitalismo atual. Trabalhando com clientes

distantes e utilizando nesta periferia os recursos disponíveis para a produção, expondo assim os diferentes graus de globalização existente.

Heidrich (2004, p.17) discute que:

enquanto a política local interessa aos agentes hegemônicos como uma possibilidade de adequação da cidade à globalização, às classes populares e às pessoas do lugar, interessa a consolidação de um espaço de garantia do emprego e da qualidade de vida. A solidariedade existente em função da convivência dos grupos no mesmo território torna-se relativa, à medida que o uso de novas tecnologias possibilita a substituição da contigüidade física pelo tempo compartilhado no espaço de fluxos (HEIDRICH, 2004, p.17).

As populações dos municípios e, principalmente, das Unidades de Conservação existentes em seus territórios na região de Tefé, almejam perspectivas de emprego e renda, enquanto que as cidades buscam alternativas de exploração de seus potenciais econômicos via agentes que invistam em infraestrutura e tecnologia para criar novas formas e meios de produção. Os objetos técnico-geográficos disponibilizados possibilitam a contemplação destes anseios inserindo estas populações e seus territórios nesta dinâmica que envolve mercados e agentes mundiais via um planejamento estatal e políticas viabilizadoras desta relação. No caso do Bacalhau da Amazônia o Estado é a base tanto do investimento vinculado ao capital da SUFRAMA que possui participação das empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) tanto da Secretaria de Produção do estado do Amazonas (SEPROR). Enquanto, que em Jutai a exploração da madeira também está ligada ao Estado com o auxílio das Unidades de Conservação da “Área de Preservação de Manejo Sustentável de Pequena Escala do Rio Jutai” e à oferta destes produtos via os agentes de publicidade que encerram contratos com clientes distantes.

As relações modernizadoras pertinentes às redes revelam que a força dos lugares se afirma com a imposição da globalização. Estas cidades se “refuncionalizam” com os aportes da globalização, os tempos do acontecer hierárquico e do trabalho rudimentar de outrora passam a coexistir. As antigas rugosidades são perturbadas pelas ações de fluxos materiais e imateriais proporcionando novas valorizações ao espaço de fluxos construído e dinamizado pelas redes que nele atuam. Mesmo obedecendo a motivações distantes o espaço de fluxos integra verticalmente e leva as ordens e as normas da racionalidade hegemônica que gradativamente, dependendo da circulação, busca homogeneizar as racionalidades preexistentes.

No entanto, como discutido anteriormente, os serviços e as finanças são as atividades econômicas que potencialmente mais irradiam fluxos dinamizadores da economia via os elementos auxiliares da ciência, da técnica e da informação. Funcionam apenas com a eficiência de infraestruturas que forneçam transportes rápidos como transportes aéreos e lanchas modernas na Amazônia; telecomunicações em tempo real e o estabelecimento de eixos de produção e circulação de energia.

É neste sentido que Tefé ainda exerce forte influência, no entanto não mais a dependência que as cidades possuíam a ela outrora. Novas formas de organização do espaço promoveram a partir dos objetos de teleação um relativo esvaziamento das funções da cidade regional. O espaço das verticalidades permite o arranjo de suas relações a partir da existência de novas formas da divisão do trabalho, o que Silveira chama de corrida dos lugares (SILVEIRA, 1999, p.429). É neste contexto que os fluxos virtuosos permitem uma melhor conjuntura de atuação frente às funções provenientes da divisão territorial do trabalho pretérita. Ou seja, os fluxos virtuosos existentes na região de Tefé permitem a inserção deste subespaço à nova divisão territorial do trabalho regional e, concomitantemente, por se configurar num âmbito globalizado, à divisão internacional do trabalho que se realiza de maneira a atender uma hierarquia urbana corporativa e mundial.

É neste sentido que a integração relativizada se realiza como uma forma de inserção deste subespaço nesta divisão territorial do trabalho contemporânea utilizando modernizações envelhecidas e caducas em cidades obsoletas numa tentativa e numa proposta de refuncionalização destes núcleos urbanos com raízes em significados produtivos e formas que não atendem as novas e modernas evocações da economia. Perpetuando a situação de baixa competitividade econômica e uso das limitadas economias das cidades e de seus potenciais produtivos na divisão do trabalho contemporâneo.

A cidade de Tefé admite as modernizações e atividades globalizadas, ou seja, finanças e serviços baseados na informação e na técnica, devido à funcionalização das instituições públicas existentes em razão de sua posição estratégica no Médio Solimões.

Presume-se que quando as instituições dinamizam subespaços onde as entidades privadas são menos presentes, ou seja, em subespaços contextualizados sob uma globalização relativizada e uma modernização incompleta, estas organizações estatais assumem funções primordiais à integração territorial.

Além de possuírem potencialidades flexibilizadoras do mercado local permitindo que outros setores do comércio e de serviços se desenvolvam via as necessidades de suas operacionalidades, estes órgãos estabelecem relações à distância, externas à região e às cidades nelas inseridas, permitindo a conectividade com outros mercados e, concomitantemente, outras formas de “fazer” e “realizar” o cotidiano em sociedades centrais e luminosas.

A partir de Tefé, o abreviar das relações entre sedes e filiais destas instituições ou a diminuição das distâncias via os procedimentos administrativos e burocráticos pode ser melhor entendido. Esse movimento pode ser analisado por meio dos fluxos pertinentes, por exemplo, às instituições como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (Mapa 9). Na estrutura organizacional do INSS toda a região Norte do Brasil está subordinada a Brasília⁴⁶, assim como a região Centro-Oeste, pois estas não possuem Superintendências Regionais sediadas em cidades de seu respectivo território.

Neste sentido, a rede do INSS, em seu nível institucional superior, não acompanha a forma da rede urbana brasileira, ou seja, não atende a tradicional hierarquia das centralidades urbanas regionais, mantendo regiões inteiras subordinadas a sede institucional de gestão representada por Brasília no Distrito Federal. Para exemplificar, observa-se o caso de Diamantina em Minas Gerais que sedia uma Gerência Executiva mesmo sendo de acordo com a Regic (2007) um Centro de Zona (IBGE, 2014, p.27). Tefé como Centro Sub-Regional B assume a responsabilidade de gestão do INSS e dos 9 municípios que compõem sua região de influência, Manaus como Metrópole e capital do estado do Amazonas também possui uma Gerência Executiva da mesma hierarquia e funcionalidade que Tefé possui.

Tefé possui uma Gerência Executiva do INSS, que equivale a um nível intermediário entre as agências e as Superintendências Regionais, e por isso possui potencial de atração de pessoas que se deslocam no intuito de utilizar os serviços

---

⁴⁶ Em 2013, o INSS dispunha de cinco Superintendências Regionais, sediadas nas cidades de Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Florianópolis (SC) e São Paulo (SP), 100 Gerências Executivas e 1.381 Agências, localizadas em 1.227 municípios distribuídos por todo o Território Nacional. De acordo com o referido Decreto, as Superintendências Regionais articulam as Gerências Executivas, que por sua vez supervisionam as Agências. Tem-se por norma que, quanto mais complexos e diversificados forem os serviços prestados pela unidade, maior a sua importância na estrutura do INSS e para os próprios cidadãos. Estes, em muitos casos, têm que se deslocar de seus municípios de residência para aqueles que oferecem o serviço buscado. (IBGE, 2014, p.26).

demandados por esta Gerência Executiva, rompendo os fluxos que deveriam ser direcionados à capital Manaus.

Mapa 9 – INSS: estrutura e ligações (2013)

Fonte: IBGE, 2014, p.27. Adaptado pelo autor.

Como sede de Gerência Executiva, o INSS em Tefé articula uma região de influência composta por mais outros oito extensos municípios no Médio Solimões e se insere em uma rede maior e mais complexa coordenada pelas Superintendências Regionais. Devido à população reduzida frente às enormes dimensões territoriais constata-se que na Região Norte, “as relações população/Gerência Executiva e população/Agência são próximas às observadas nas demais Grandes Regiões, apesar de esta contar com relativamente menos Gerências Executivas e Agências” (IBGE, 2014, p.30).

Desta forma, a agência da previdência social em Tefé possui a mesma hierarquia da sua capital Manaus, semelhantes a outras 98 agências deste tipo. Comparando com os 1.227 municípios que possuem agências elementares da previdência social, Tefé possui

uma responsabilidade de gestão significativa demandando assim outros fatores de centralidade devido às enormes distâncias amazônicas, custos e meios de transportes. Costa (2013, p.93) discute o caso do município de Carauari, a qual mesmo não sendo inserido na região de influência de Tefé, sua população utiliza os serviços previdenciários ofertados pela Agência do INSS de Tefé. Manaus, distante de Carauari no rio Juruá, propicia aos que se deslocam para serem atendidos em sua sede, alto custo de transporte, quando utilizado o meio aéreo e não regular, bem como a distância remete um longo tempo para o transporte fluvial. Assim, os beneficiários se deslocam para Tefé criando fluxos de pessoas em busca dos serviços previdenciários em detrimento a Manaus.

Analisando o desempenho de Tefé nesta relação institucional do INSS com a sede em Brasília, observa-se que há uma ruptura da hierarquia tradicional urbana. Tefé se liga diretamente a Brasília, ao invés de Manaus, cidade de hierarquia superior imediata a qual está submetida de acordo com o Regic 2007 (2008), estabelecendo um rol de procedimentos administrativos e burocráticos vinculados ao acontecer hierárquico; operacionalizado via os sistemas de objetos técnicos que somados à estrutura tecnológica disponibilizada possibilita a comunicação entre lugares distantes, Tefé e Brasília, ignorando a contiguidade operacional advinda da hierarquia urbana preteritamente estabelecida.

Esta situação expõe a centralidade institucional de Tefé neste subespaço amazônica, como comentada no capítulo anterior. No entanto, mostra duas formas de relações urbanas análogas às dinâmicas das cidades. A centralidade periférica na formação socioespacial brasileira representada por Tefé expõe suas relações externas de maneira a valorizar o território em sua posição estratégica na borda territorial e manter a presença de serviços importantes para o Estado neste subespaço distante dos grandes centros. Este cenário propicia às cidades como Tefé exercerem, de uma maneira mais intensa, as ligações e atividades com centros distantes e mesmo assim continuarem sua gestão territorial contígua e pretérita que possui as hierarquias urbanas como base de suas relações (Mapa 10).

Mapa 10 – Ligações regionais do INSS a partir de Tefé

Fonte: IBGE, 2014. Adaptado pelo autor.

Carauari relaciona-se institucionalmente com Tefé apesar de estar sob a influência de Manaus assim como outras cidades do sul do Amazonas como Eirunepé, Itamarati e Lábrea localizadas fora da região de influência de Tefé e que utilizam os serviços do INSS em Tefé. Isto se observa nos fluxos e jurisdições territoriais de outras instituições como a Receita Federal e a Justiça Federal (Mapas 11 e 12).

A Secretaria da Receita Federal é subordinada ao Ministério da Fazenda, responsável pela administração dos tributos de competência da União e aqueles incidentes sobre o comércio exterior. Esta instituição pública possui uma Agência em Tefé que é subordinada a uma Delegacia em Manaus que submete a uma Superintendência em Belém. Neste caso, Tefé exerce um papel intrarregional significativo, pois o estado do Amazonas conta apenas com seis Agências da Receita Federal⁴⁷, administra assim sua hinterlândia somada aos municípios fora de sua região situados no sudoeste do Amazonas, Eirunepé e Itamarati, e Coari⁴⁸ (Mapa 11).

⁴⁷ Nas Cidades de Humaitá (Centro Local), Manacapuru (Centro Local), Maués (Centro Local), Parintins (Centro Sub- Regional B), São Gabriel da Cachoeira (Centro Local) e Tefé (Centro Sub-Regional B) (IBGE, 2014, p.40).

⁴⁸ Ver Quadro 3 do Capítulo anterior.

Mapa 11 – Ligações da Secretaria da Receita Federal no Amazonas

Fonte: IBGE, 2014. Adaptado pelo autor.

Mapa 12 – Ligações da Justiça Federal no Amazonas

Fonte: IBGE, 2014. Adaptado pelo autor.

A Justiça Federal em Tefé possui um papel crucial, pois o Estado do Amazonas possui apenas duas Subseções judiciárias uma em Tefé e outra em Tabatinga (Centro de Zona A). Cada estado brasileiro recebe na estrutura da Justiça Federal a denominação de

Seção Judiciária, composta por Subseções Judiciárias que equivalem às “Comarcas”, que abrangem os municípios vizinhos a partir dos municípios-sedes facilitando o deslocamento dos judiciários. A viabilidade do deslocamento dos respectivos profissionais desta instituição é relevante para reforçar as posições centrais exercidas pelos municípios que articulam pequenas redes locais, fato que no passado permitiu a elevação de Tefé à cidade em 1855, como visto no primeiro capítulo desta Tese. Ressalta-se que os estados do Acre e Roraima, com exceção de suas capitais, não possuem Subseções judiciárias refletindo “a baixa densidade demográfica que não justificaria a introdução de um novo nível institucional nas respectivas Seções Judiciárias estaduais” (IBGE, 2014, p.40).

Com enfoque nestas três instituições evidencia-se a dinâmica nas relações entre sedes e filiais que permitem a execução e o planejamento territorial que reflete os interesses de uma integração via as necessidades do Estado. Este último como agente gestor do território e como parceiro indireto dos interesses globais, por exemplo, quando contrata fornecedores externos que, por sua vez, vêm nas atribuições institucionais, normadas pelo Estado, um instrumento para se adentrarem em regiões como o Médio Solimões. Isto possibilita delimitar regionalizações institucionais e áreas de desenvolvimento de serviços vinculados às atividades operacionais estatais, e concomitantemente, vinculadas aos atores pertencentes às redes globais.

Uma integração territorial se efetua, refletindo em espaços opacos as ações e os produtos do trabalho de regiões luminosas. Esta integração realizada e subsidiada pelos fluxos pertinentes às instituições públicas gera empregos, serviços, renda e mobiliza o comércio assim como o consumo, como visto no capítulo anterior.

São fluxos virtuosos que beneficiam o desenvolvimento e a integração territorial destes espaços opacos e letárgicos à dinâmica da economia contemporânea, modernizando e contemporaneizando a sociedade, provocando um choque de racionalidades, normas e ações vinculadas a objetos técnicos de diferentes temporalidades; compondo uma integração relativizada, friccionada e restrita ao meio geográfico e à globalização capitalista atual.

Santos (2011 [1979], p. 25) afirma que “a integração política significa integração econômica”. É comum que os poderes públicos concedam recursos suplementares às regiões ou cidades onde o capital se acumula. Cataia (2014)⁴⁹ afirma que “toda infraestrutura é seletiva”, baseado nesta afirmação, admite-se que estas infraestruturas advindas das instituições públicas instaladas seletivamente no território condicionam derivações das modernizações, a qual nestes espaços letárgicos se condicionam seu desempenho a atuarem em uma modernização incompleta e seletiva que permitem a disseminação dos nexos verticais das tarefas produtivas hegemônicas nestes espaços da lentidão. Por conseguinte, difundem os condicionantes e normas pertinentes aos atores mundiais capitalistas de uma globalização relativizada no Médio Solimões, processando como resultado uma integração relativizada.

Como consequência de uma modernização incompleta as instituições informatizadas, ou seja, que possuem suas atividades vinculadas ao uso da internet, são muitas vezes submetidas a conectividades lentas à WEB em Tefé e nas cidades de sua região; é o caso da UEA, dos serviços jurídicos do Fórum, do DETRAN, das instituições financeiras, e de muitas entidades privadas como empresas aéreas e as próprias *lan houses* que oferecem estes serviços nas cidades.

Santos (1994) discute que “a socialização propiciada por uma rede diferenciada de firmas e agentes à disposição dos processos produtivos complexos da cidade facilita o consumo até nas camadas mais pobres” (SANTOS, 1994, p.120). Esta “socialização contraditória” muito próxima à realidade tefeense e das cidades circunvizinhas permite a inserção na economia urbana de consumidores de camadas sociais inferiores. Indivíduos que podem comprar e acessar o mercado disponibilizador de produtos e serviços pelos meios que lhe couber, por um *site* da internet acessado em uma *lan house* privada em funcionamento no centro urbano ou na casa do vizinho ou mesmo em uma instituição pública como uma escola. “A concentração urbana e de consumo propicia a ilimitada necessidade de aquisição de bens e serviços” (SANTOS, 1994, p.121) ingredientes para a operacionalização dos equipamentos informatizados que viabilizam a comercialização, circulação e, concomitantemente, a produção de bens e mercadorias para serem

---

⁴⁹Notícia fornecida pelo Prof. Dr. Márcio Cataia como membro da Banca de defesa de Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação do Curso de Doutorado em Geografia Humana, São Paulo, dezembro de 2014.

distribuídos pelas firmas em âmbito mundial a preços acessíveis às camadas populares do planeta.

Os obstáculos de custos, distância e logísticos são vencidos frente ao poder de consumo da população. O avanço dos serviços bancários, para pagamentos de boletos ou depósitos de compras pela internet, e da financeirização do território que permite o uso do cartão de crédito e mesmo empréstimos por financeiras coadjuvantes dos bancos, possibilita a inserção de muitos, embora de forma indireta, ao mercado global. Juntamente a isto se acede à modernização de procedimentos relativos aos fluxos inerentes aos serviços e finanças, que aliadas à informação e à técnica do meio geográfico contemporâneo, personificam as características marcantes da globalização hegemônica. Fluxos virtuosos que beneficiam a integração e o desenvolvimento atuam nesta fração da formação socioespacial.

3.3.2 – Dos fluxos virtuosos regionais às relações reticulares globais

Atualmente, a facilidade dos indivíduos com poder aquisitivo das cidades se conectarem via dispositivos de teleação são relevantes. Isto permite a conexão com redes mundiais diferenciadas, mesmo em regiões com tecnologia restrita como o Solimões. Santos (1994, p.118) comenta que “quanto mais os territórios são cortados por estradas, tanto mais a produção e os homens se concentram em poucos lugares. A cidade é um grande meio de produção material e imaterial, lugar de consumo, nó de comunicação”. Existem poucas estradas no Médio Solimões e nenhuma interurbana, porém os fluxos são constantes, pelos navios e aviões, a necessidade de fluir rompe obstáculos naturais e burocráticos. Para as poucas e pequenas cidades e, concomitantemente, grandes municípios territoriais amazonenses no Médio Solimões; novas formas de modernizações se confluem gerando novas formas de atrasos e técnicas híbridas. Dessa forma, a presença de instituições que beneficiam o suporte técnico e infraestrutural de meios de teleação se torna significativa na conectividade de subespaços letárgicos. O corpo profissional institucional que compõe o mercado consumidor de assalariados nestas cidades se assemelha, metaforicamente, a “sementes espaciais” que brotam florescendo o consumo necessário para o funcionamento das atividades variantes e adjacentes às instituições, criando firmas, comércio e infraestruturas de restauração como restaurantes, hotéis e locais de entretenimentos subsidiados pelo recurso financeiro estatal.

estas pequenas cidades na periferia nacional exercem um papel significativo para a gestão da formação socioespacial e para a sobrevivência das populações inseridas em sua área de influência.

Evidencia-se que toda a região do Médio Solimões é influenciada pelo dinamismo cambaleante de Tefé refletindo na limitada capacidade da cidade em gerir sua região de influência nestes tempos de globalização. As relações de Tefé com sua hinterlândia geram “lacunas” que podem ser preenchidas ou supridas com a substituição ou o surgimento de relações com cidades distantes relações. O surgimento de novas relações das cidades pequenas para com outros centros urbanos externos possibilita a explicação da emergência de “novo trabalho”, “atividades inovadoras que criam uma divisão do trabalho mais complexa” (TAYLOR, 2010, p. 2812; IBGE, 2014, p.15). Exemplos como a Indústria de Bacalhau da Amazônia em Marã e Fonte Boa e a empresa RO Macedo em Jutai e o Frigorífico Frigopeixe são ilustrantes desta situação.

Taylor (2010) discute em sua complementaridade à Teoria dos Lugares Centrais, estudo que originou a “Teoria dos Fluxos Centrais”, que quando inserida em uma dinâmica delimitada pela hinterlândia as cidades são dependentes de outras hierarquicamente superiores para aquisição de bens e serviços que não são acessíveis no local. No entanto, sob a dinâmica de uma rede a cidade cria autonomia de seu entorno e se relaciona com cidades de diversas escalas, criando atividades inovadoras e “novo trabalho”.

Cabeleiros, arquitetos, publicitários, promotores de eventos, técnicos em consertos e manutenção de telefones celulares, cuidadores de idosos, jornalistas, limpadores de CDs, DVDs e Blue Rays, enfim, atividades existentes nas cidades da região de Tefé que se configuram como exercícios profissionais importantes no cotidiano, muitos nem reconhecidos, porém necessários para a manutenção de firmas, pessoas e instituições neste início de século XXI. “Novos trabalhos” que se estabelecem nas pequenas cidades do Médio Solimões advindas de necessidades novas e relações urbanas externas constituídas pela informação e pelas técnicas típicas da globalização. Em um futuro próximo estas atividades já estarão obsoletas e outros tipos de “novos trabalhos” surgirão repetindo o ciclo da obsolescência e substituindo-as.

Por intermédio das redes constituídas pelas unidades e atividades das empresas, funcionalizam uma organização espacial vinculada às ações do mercado via a inserção das

diversas cidades e aglomerações urbanas ao mercado de consumo e o aproveitamento de seus recursos provindos dos respectivos potenciais intrínsecos de cada localização. Acabam por se adaptar para o melhor aproveitamento destes potenciais, criando uma dialética territorial (SANTOS, 2008 [1994]) que envolve as novas dinâmicas organizacionais destas firmas e das antigas formas e forças dos padrões espaciais prévios.

Neste sentido, frações do território permanecem com a dinâmica da organização centro-periferia, com prosseguimento de relações de uma solidariedade horizontal contígua. Enquanto outras frações estabelecem conexões diretamente com mercado globalizado, corroborando para uma solidariedade vertical. A porosidade e a fluidez territorial (ARROYO, 2001) são sumariamente direcionadas nestas relações realizadas em diversas escalas territoriais, a qual obstáculos espaciais são contornados pelas formas de planejamento e organização das redes dos agentes econômicos. Os relacionamentos à distância se configuram como “pontes” entre cidades de pequenas e grandes hierarquias urbanas, influenciadas pela mobilidade do capital que se intensifica a partir das inserções destas cidades pequenas em redes eletrônicas e de telecomunicações, assim como do uso de seus potenciais econômicos, mesmo que restritos e pequenos, na circulação de bens, serviços e pessoal (IBGE, 2014).

Mariano (2007, p.127) disserta que “apesar da globalização ser um fenômeno mundial, seus impactos são locais e regionais, impulsionando mudanças que se desenvolvem de diferentes formas e com intensidade variada”. Desta forma, aglomerações urbanas que possuem capacidade de desenvolver infraestrutura técnica e social para acolher e estabelecer fluxos dos agentes econômicos hegemônicos reconfiguram suas centralidades, pois se conectam com o mercado global produzindo diferenças regionais e desigualdades no “interior do tecido urbano”. A corrida dos lugares (SILVEIRA, 1999) se estabelece e as desigualdades técnicas se consolidam.

Sendo assim, fragmentações regionais são viabilizadas via a ruptura dos antigos esquemas centro-periferia estabelecidos na organização da formação socioespacial pretérita, proporcionando que regiões e cidades se relacionem diretamente com redes globais (TAYLOR, 2010; VERBRUGGEN, 2008).

As hinterlândias ficam submetidas às ações de atores que veiculam e integram diferentes formas de atividades e serviços às redes globais configurando-se como redes

geográficas. Desse modo, analisar as relações que compreendem as comunicações entre cidades hierarquicamente diferentes e distantes não se enquadra ao modelo tradicional da Teoria dos Lugares Centrais de Christaller.

De acordo com Corrêa (2012, p. 210), a “Teoria dos lugares Centrais não descreve uma rede urbana, mas apenas a rede de centros enquanto locais de distribuição varejista de produtos industriais e prestação de serviços”. Benko (2002, p.51) chama a Teoria dos lugares centrais de um “esquema estruturalista, o tamanho, o leque de atividades de um “lugar central” depende de seu lugar na rede urbana hierarquizada (...) o sucesso dos centros urbanos depende da mediocridade de sua periferia. Mediocridade que é relativa”.

Neste período de um capitalismo globalizatório e de uma socialização urbana contraditória todo pequeno centro, principalmente em regiões de densidades demográficas e técnicas baixas como a Amazônia, gera uma centralidade, muitas vezes partindo de uma configuração proto-urbana⁵⁰. As cidades possuem autonomia que muitas vezes não condiz com o avanço referente à globalização. No entanto, mesmo que os agentes de redes menores resistam ou não possuam formas e conteúdos de integração à totalidade econômica, a integração se realiza de forma relativizada.

As relações ultrapassam os limites das hinterlândias e das responsabilidades territoriais de cidades hierarquicamente superiores na rede urbana. Benko (2002, p.53) discute sobre a limitação da Teoria dos Lugares Centrais quando esta não consegue explicar porque o desempenho econômico das cidades rompe hierarquias espaciais estabelecidas pelo Estado e afirma que “certas cidades se saem melhor que outras porque “merecem”, porque a vida econômica (ou cultural) é aí mais ativa (...). A partir daí, a hierarquia espacial passa a ser resultado e não causa” (BENKO, 2002, p.53).
Complementa:

A grande fraqueza da teoria da hierarquia dos lugares centrais é, seguramente, o pressuposto do espaço homogêneo. Em um espaço homogêneo, a estruturação de uma hierarquia urbana (pelo mercado, os efeitos externos ou a decisão administrativa) faz-se com efeito plausível. O problema é que as regiões, e ainda menos as nações, não são homogêneas umas em relação às outras (BENKO, 2002, p.53).

---

⁵⁰ Como é o caso de várias comunidades localizadas no rio Tefé, beneficiadas com a venda de farinha, porém com uma população que oferece resistência ao consumo como a aquisição de bens e serviços.

Apesar de existirem redes urbanas hierarquizadas em regiões contextualizadas sob uma modernização incompleta, a constituição social dessas cidades é diferente, configurando territórios heterogêneos. Isto permite diferenciar Tefé, que possui sua centralidade articulando fluxos virtuosos à integração e ao desenvolvimento regional, de outras cidades com potencial econômico maior na região do Médio Solimões como o município de Coari, visto anteriormente, que possui o segundo maior PIB do estado, mas não direciona desenvolvimento regional, considerado como um “Centro Local” é o segundo maior centro urbano do Médio Solimões não estando na Região de Influência da cidade de Tefé e sim de Manaus.

O maior centro urbano do Solimões, Tefé, é por sua vez, o maior dinamizador econômico e social da região e por isso preside as relações institucionais e políticas sendo um instrumento de integração de toda a região à formação socioespacial. Mesmo tendo sua centralidade diminuída, devido a possibilidade de ligações eletrônicas e comunicacionais das cidades de sua influência com outros centros urbanos distantes e hierarquicamente superiores, é em Tefé que há a confluência de decisões institucionais e administrativas que influenciam as outras cidades da região, inclusive muitas que não pertencem a sua área de influência como exemplificado com os fluxos das instituições públicas anteriormente.

“Os processos pertinentes a Teoria dos Lugares Centrais não criam desenvolvimento econômico porque não incluem nenhum mecanismo local para expandir a atividade econômica” (TAYLOR, 2010, p.2812). Refletindo esta ilação juntamente com o pensamento de Myrdal (1965, p.54) quando este discute que “a demanda do capital permanece fraca (...) porque as rendas também são”, pois as rendas fracas não providenciam consumos relevantes para atração de empresas maiores e mais modernas, evidencia-se que em Tefé estas “rendas”, vinculadas às instituições públicas, propulsoras da economia local e regional, são instrumentos de integração e desenvolvimento regional. Por conseguinte, as cidades vizinhas se vinculam ao poder de atração limitado destas rendas institucionais em Tefé para acessar, contiguamente, esta modernização e os produtos advindos de um mercado consumidor superior a destas cidades, ou seja, se beneficiam de relações urbanas externas tefeenses e por isso precisam das relações com esta cidade intermediária.

Taylor (2010, p.2809) apresenta dois processos distintos inerentes às relações urbanas externas das cidades contemporâneas, a *town-ness* e a *city-ness*. Baseado nos

estudos de Hohenberg e Less (1985) que propôs sistemas duais para se estudar as relações externas urbanas, respectivamente: o sistema local central e o sistema em rede; e em Castells (2001) com sua distinção de espaços de lugares e espaços de fluxos. Este autor afirma que a Teoria dos Lugares Centrais aborda e cuida razoavelmente de relações hierárquicas, mas é deficiente para a compreensão das relações não-hierárquicas. Assim, distingue dois processos, um baseado nas relações de um centro urbano com a hinterlândia; e o outro que se trata de um sistema de relações urbanas externas, o primeiro subsidiado pela Teoria dos Lugares Centrais e o segundo pela proposta de complementaridade a esta primeira teoria o que intitulou de Teoria dos Fluxos Centrais. Taylor (2010) argumenta:

Às relações externas que ligam uma localidade urbana a sua hinterlândia utilizamos o termo “*townness*”. Argumentamos que, uma vez que todas as localidades urbanas possuem hinterlândias, elas são produtos de *town-ness*, mas a importância desse processo variará ao longo dos centros urbanos. Geralmente, quanto maior a área urbana, menos ela será constituída pelo *town-ness* e mais pelo segundo processo de relações urbanas externas: *city-ness*. Esse processo representa as relações entre cidades que são largamente horizontais e vão além da hinterlândia. *Town-ness* é descrita pela teoria das localidades centrais (mais especificamente pelo princípio de mercado de Christaller) e é modelado como hierarquias urbanas, enquanto que o *city-ness* é descrito pela teoria dos fluxos centrais e é modelado como redes urbanas (TAYLOR, 2010, p. 2809/2810).⁵¹

O autor enfatiza que todo centro urbano, visto como um processo e não como um lugar, se constitui de ambos os processos, tanto *town-ness* quanto *city-ness*; afirma que o processo enveredado pela Teoria dos Lugares Centrais é simples em comparação com a Teoria dos Fluxos Centrais. Taylor discute que as relações de um centro urbano com a sua hinterlândia providenciam estabilidade não propensa a súbitas mudanças econômicas. Entretanto, em uma economia mutável rapidamente, como a economia globalizada, pouco suscetível aos processos hierárquicos de *town-ness*, ou seja, no processo de *city-ness*, há oportunidades de crescimento por intermédio de relações interurbanas mais completas e complexas.

---

⁵¹ The external relations that link an urban place to its hinterland we term ‘town-ness’. We argue that, since all urban places have hinterlands, they are products of town-ness but the importance of this process will vary across urban places. Generally, the larger urban places are less constituted by town-ness and more by the second urban external relations process: city-ness. This process represents intercity relations that are broadly horizontal and beyond the hinterland. Town-ness is described by central place theory (more specifically, by Christaller’s marketing principle) and is modelled as urban hierarchies, whereas city-ness is described by central flow theory and is modelled as urban networks (TAYLOR, 2010, p. 2809/2810).

Dessa forma, a Teoria dos Fluxos Centrais trata dos fluxos não locais em um lugar urbano criando uma mistura cosmopolita de pessoas, mercadorias e ideias, “incorporando um processo interurbano sob o modelo de redes que interliga as cidades em diferentes regiões definindo um amplo “hinterworld”⁵² (TAYLOR, 2010, p. 2812). Um centro sob o processo de *town-ness* pode ser rapidamente alterado para a hegemonia do processo de *city-ness*, transformando a economia de simples e local para complexa e não local. Para que isso ocorra é necessária a atuação de empresas que inserem, consequentemente, as cidades no raio de suas transações. No entanto, em regiões como o Médio Solimões a atuação destas empresas fica vinculada ao dinamismo das rendas institucionais da população, ou seja, as instituições fazem o papel das empresas que a estas ficam condicionadas efetuando um papel adjacente tendo o Estado o papel primordial no que tange da propulsão e da produção de capital e consumo.

Neste sentido, segundo Taylor (2010, p.2814) as empresas seriam os agentes do processo, assumindo as concorrências e competitividades do mercado mundial para os vários serviços oferecidos como jurídicos, contabilidade, publicidade, etc. No entanto, estes “novos trabalhos” que são efetuados nas pequenas cidades da região de Tefé são propulsados pelo mercado assalariado institucional o que denota que há uma integração ao processo de globalização, sendo esta globalização relativizada, pela menor presença corporativa nas ações inerentes ao processo o que providencia diferentes vetores de propulsão, ao invés das empresas o que se instrumentaliza como agente primordial são as instituições públicas vinculado ao papel do Estado. Dessa forma, uma integração relativizada se configura.

Em Tefé ou nas cidades de sua influência, o cabeleleiro que abriu sua firma atualmente possui máquinas chinesas de cortar cabelo assim como vários produtos de beleza com marcas internacionais e importadas; publicitários com seu equipamento tecnológico que inclui novíssimos *softwares* e *hardwares* “descartáveis”; assim como o arquiteto, profissão sofisticada na periferia equatorial que utiliza de linguagem e metodologias internacionais em seu ofício. Atividades profissionais estruturadas em informações, técnicas e equipamentos de mercados especializados a distribuir seus serviços

---

⁵² City-ness incorporates an interurban process, a network process that links together cities across different regions: this defines a broad hinterworld (Taylor, 2004), beyond the hinterland (TAYLOR, 2010, p. 2812).

e produtos ao todo o globo. Há também comerciantes representantes e também profissionais autônomos que não possuem firmas, atuando como agentes de disseminação dos produtos destas grandes empresas. Acabam por exercer o mesmo papel dos regatões do século XIX distribuindo e levando produtos e mercadorias, serviços e informações para o interior da região de Tefé no Médio Solimões, adaptando os lugares e modificando as relações cotidianas, denotando o processo de enfrentamento do “acontecer hierárquico” das “cidades econômicas” para com o “acontecer homólogo” das “cidades dos notáveis”⁵³.

Refletindo sobre o propósito do primeiro capítulo desta Tese, o entendimento da formação histórica da centralidade tefeense, verifica-se que o processo de relações urbanas externas ou *City-ness* da Teoria dos Fluxos Centrais já ocorria em tempões pretéritos, ocorrida em relações de uma “globalização pretérita” com diferentes formas de relacionamentos mercantilistas e posteriormente potencialmente capitalistas. Estas relações proporcionaram a Tefé ser considerado o “empório comercial do Solimões” no século XIX, decorrente, principalmente, pela atuação de agentes comerciais ingleses, espanhóis e portugueses resultantes da colonização amazônica. Posteriormente, foram os holandeses que se relacionaram com Tefé de maneira econômica e social significativa a partir das ações missionárias, formas de desenvolver a cidade via as ações da Igreja Católica, particularmente dos espiritanos, primordialmente franceses e a seguir os holandeses. Atualmente, um grande exemplo das relações externas que a cidade efetua é decorrente pelo Instituto Mamirauá, que como discutido no segundo capítulo, exerce uma conectividade extrarregional com atores e instituições mundiais. Atualmente, este processo está presente em outros municípios com vigor devido à intensificação dos fluxos advindos do processo de globalização levando ao enfraquecimento da centralidade tefeense e a inserção de novos atores, normas, comportamentos e racionalidades às cidades da região de influência de Tefé.

A existência de instituições híbridas com apoio estatal e privado, fundos internacionais e de Organizações não governamentais (ONGs) permite compreender a dinâmica da integração relativizada em Tefé vinculada à seletividade de uma

---

⁵³ Cidade dos notáveis, conforme denominação de Milton Santos (SANTOS, 2009 [1996]), onde as personalidades marcantes eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, que ainda mantém, através dos festivais culturais realizados na cidade, uma notoriedade muito grande por parte da população que compõe a sociedade local.

modernização incompleta e à fricção da coexistência de racionalidades, objetos técnicos e do acontecer hierárquico, complementar e homólogo.

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é uma instituição que possui relações regionais, nacionais e mundiais⁵⁴. Um agente de globalização e por isso do capitalismo atuando de maneiras diferentes em Tefé. Realiza atividades de pesquisa, educação ambiental, turísticos e trabalho participativo nas áreas protegidas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Além dos fornecedores de produtos e serviços materiais e imateriais provenientes de relações efetuadas em diversas escalas políticas e territoriais vinculados à manutenção das atividades do Instituto que gere a Unidade de Conservação (UC) a instituição irradia relações urbanas externas importantes em Tefé.

Reflete-se sobre a argumentação de Taylor (2010, p. 2815) quando argumenta que “as unidades que interessam para o processo dual da Teoria dos Fluxos Centrais não são as cidades, por si só, mas duplas de cidades”⁵⁵. Desta forma, observa-se a partir dos dados levantados dos financiadores do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) e discutidos anteriormente (ver Figura 20 do capítulo anterior); as relações urbanas externas institucionais que inserem duas cidades em contextos de *city-ness*, construindo um sistema de ligações urbanas constituídas de elementos sociais e econômicos não locais com pessoas, ideias, bens e comportamentos que compõem um mosaico cosmopolita em um subespaço opaco (Figura 64).

A partir das atividades realizadas pelo Instituto Mamirauá evidencia-se que as relações pertinentes ao processo de *city-ness* em Tefé são operacionalizadas; conforme visto na análise da “Centralidade Institucional” no capítulo anterior.

---

⁵⁴ Para melhor compreensão ver no Capítulo 2 o Quadro 4, a Figura 19 e a Figura 20.

⁵⁵ Note that our units of interest are not cities *per se*, but rather city dyads (TAYLOR, 2010, p. 2815).

Figura 64 – Diagrama dos fluxos urbanos externos provenientes do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) em Tefé

Fonte: IDSM/2012. Organizado pelo Autor.

Utilizando aportes da globalização como o conhecimento científico, técnico e informacional, relações extrarregionais semelhantes ao do IDSM são também efetuadas em Tefé pela Universidade do Estado do Amazonas, como o convênio com o governo cubano para o exercício profissional das faculdades de Física, Biologia e Química, relacionando Tefé e Havana; os Hospitais públicos com financiamentos federais, estaduais e municipais contratam continuamente médicos peruanos e bolivianos (QUEIROZ, 2012a, p.67) formando redes sociais de cooperação entre Tefé e Cuzco assim como Santa Cruz de La Sierra e Tefé; a Igreja Católica estabelece fluxos de missionários portugueses, africanos, espanhóis e irlandeses pertencentes aos Espiritanos, diocesanos e Irmãos Franciscanas de Maria para atuarem na Prelazia de Tefé; assim como outras igrejas como a “Mormom” que possui relações com sua sede nos EUA; ou seja, relações são efetuadas entre cidades estrangeiras e mundiais, porém vinculadas a instituições, e não a empresas especializadas em serviços avançados como no teatro europeu analisado por Taylor (2010) como objeto de estudo baseado nas relações dos escritórios destas grandes corporações. No entanto,

para operacionalizar estas relações são necessários equipamentos de comunicação e informação bem como pessoal qualificado⁵⁶ com conhecimentos técnicos e científicos pertencentes às instituições. Esta diminuta participação de entidades privadas e grande atuação de instituições públicas nas relações entre as cidades caracterizam uma globalização relativizada, bem como, uma integração relativizada.

Desta forma, evidencia-se que as instituições operacionalizadas para gerir Áreas Protegidas e/ou Unidades de Conservação (UCs) no Amazonas podem ser configuradas como agentes da globalização no Médio Solimões realizando fluxos urbanos em escalas regionais, nacionais e mundiais. Como é o caso do Instituto Mamirauá em Tefé e outros órgãos responsáveis pela gestão das respectivas UCs existentes no Amazonas.

Como todo processo capitalista estas ações normatizadas por instituições mundiais propiciam impactos ao cotidiano local. O manejo realizado nestas Áreas Protegidas para a exploração dos recursos naturais como no Mamirauá com o objetivo de desenvolver uma economia sustentável é uma operação que muitas vezes utiliza agentes externos. Atividades vinculadas ao estudo e comércio de peixes ornamentais, manejo de pesca como do pirarucu e jacaré, turismo, manejo madeireiro e principalmente as pesquisas científicas da flora e fauna vinculadas a grandes centros científicos internacionais se configuram como “novos trabalhos” frente à utilização e exploração dos potenciais intrínsecos econômicos e mesmo sociais.

Desta forma, as normas e regulamentos contratuais da organização de recursos humanos permitem uma rotatividade contínua de cientistas e estudantes do mundo inteiro que somadas aos fluxos de turistas da “Pousada Uacari” que partem necessariamente de Tefé para a reserva proporciona uma atmosfera cosmopolita. Como consequência do acontecer hierárquico, as diferenças técnicas e estruturais se apresentam sob a forma de prédios modernos e infraestruturas que destoam da paisagem tradicional da zona urbana tefeense. Para citar alguns exemplos, o Instituto Mamirauá⁵⁷ possui um dos melhores

---

⁵⁶ Todos os exemplos citados incluem pessoas com alto grau de conhecimento, como os professores cubanos detentores de doutorados em grandes universidades mundiais inclusive de países da antiga União Soviética. O mesmo para os médicos bolivianos e peruanos que possuem conhecimentos que providenciam técnica e informação científica inerente à globalização, sendo bem aceitos em qualquer cidade da Amazônia que necessite, devido a baixa presença de médicos, destes profissionais da saúde.

⁵⁷ Ver Figura 19.

serviços de internet de Tefé, conta com laboratórios e a melhor biblioteca da cidade além de energia sustentável advinda de placas fotovoltaicas que fornece energia elétrica de forma parcial para contemplar suas necessidades. Atuando como um verdadeiro “tecnopolo”, utilizando a pesquisa no processo produtivo proveniente do manejo e da manutenção de um quadro de assalariados subsidiado por instituições diversas, tais como: Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, organismos internacionais e empresas inclusive vinculadas ao próprio Mamirauá como a sua Loja de artigos turísticos no centro da cidade e a Pousada Ecoturística Uacari considerada um dos melhores destinos ecoturísticos do mundo localizada dentro da respectiva Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Desta forma, o Mamirauá é uma instituição ímpar em Tefé que funcionaliza um papel de “aglomeração econômica” com a inserção de prestação de serviços e logísticos utilizando e ofertando à população uma gama de empregos administrativos, de serviços gerais, assistentes, pesquisadores, estagiários, agentes de educação ambiental, entre outros. Dinâmicas relações que criam fluxos constantes entre as bases de operações com a grande sede em Tefé, onde uma gama de infraestruturas apóia as atividades como flutuantes, barcos, voadeiras, veículos diversos e um conjunto de equipamentos típicos do meio técnico-científico-informacional.

Instituições como o Mamirauá e as demais que administram e gerem UCs se beneficiam da geografia político-ambiental do estado do Amazonas. O ordenamento territorial direcionado neste estado tornou sua configuração semelhante ao de um “estado-floresta”. As Áreas Protegidas instituídas na Constituição de 1988 permitiu a organização de Unidades de Conservação de diversas tipologias⁵⁸. Cada unidade de conservação está sujeito a um tipo de gestão, restringindo ou não o seu uso para fins científicos ou educativos, é o caso das reservas florestais e biológicas e as estações ecológicas; enquanto outras permitem mais flexibilidade quanto ao uso com fins de lazer e visitação como os parques nacionais, estaduais e municipais (CRUZ, 2001, p.63). O Amazonas possui 98% de seu território ainda preservado, e destes, 23,5%, ocupado por Unidades de Conservação

---

⁵⁸ Os territórios foram delimitados e seus ecossistemas foram protegidos legalmente em forma de Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, Reservas Florestais, Estações Ecológicas, Áreas Naturais Tombadas, Áreas de Proteção Ambiental (APA), Reservas Extrativistas (RESEX), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), etc.

e Preservação restringindo o uso do território para o cultivo de produtos agrícolas e para a produção pecuária (VERÍSSIMO et al, 2011). Ressalta-se que de acordo com o IPEA (2012) 16% da população amazonense se encontra no campo, dos 27 estados brasileiros é a 20ª produção agrícola nacional (CASTRO, 2012), ou seja, evidencia-se que a produção agrícola é influenciada pela restrição do uso do território.

Por conseguinte, a racionalização organizacional do território em prol de um desenvolvimento sustentável instituído a partir das UCs se configura como uma adaptação dos meios de produção regional à lógica capitalista de acumulação racionalizada, pois esta organização territorial acaba por permitir a atuação de agentes vinculados ao grande capital devido à agregação de valor aos recursos manejados nas UCs. Isto se caracteriza em um modelo territorial excludente, já que “a garantia da velocidade e da fluidez do período se baseia em restrições de uso do território” (SILVEIRA, 1999, p. 287). A modernização técnica aumenta a viscosidade material do território, somada às modernizações pontuais vinculadas às telecomunicações institucionais, como do Mamirauá, por exemplo, ocorre uma integração vertical que inclui novamente o território, permitindo que atores institucionais de Tefé e de outras cidades não apenas regionais, mas mundiais efetuem os papéis de fornecedores e demandantes.

Silveira (1999, p.324) comenta que as formas organizacionais turísticas se tratam da “venda de fragmentos geográficos para o consumo turístico”. Dessa forma, reflete-se sobre os impactos do ecoturismo⁵⁹ na região, um turismo com uma organização diferente e longe do consumo de grande maioria da população local, já que oferecem serviços de elevado padrão em comparação com os hotéis de luxo urbanos. Cruz (2001, p.65) comenta que entre os benefícios que o ecoturismo realiza considerados pelo poder público federal estão: i) a diversificação da economia regional, por meio de micro e pequenos negócios; ii) geração de empregos; iii) fixação da população no interior; iv) melhoria do transporte, comunicação e saneamento; v) alternativas de arrecadação para as UCs, etc. Neste contexto, o ecoturismo empreendido no Mamirauá que atende um rol de serviços

---

⁵⁹ “O ecoturismo é restritivo não apenas no que se refere à forma como ele se apropria dos espaços, mas também no que se refere à demanda. Por movimentar contingentes menores de pessoas do que o turismo de massa, o ecoturismo acaba por ter um custo, para o consumidor, mais elevado que o das viagens que mobilizam grandes contingentes de pessoas. O preço mais elevado de uma viagem ecoturística, se comparada a uma viagem dentro do chamado turismo de massa, faz das práticas de turismo ecológico, um segmento do turismo relativamente elitizado” (CRUZ, 2001, p.68).

destinados a receber e abrigar pessoas advindas de países diversos, principalmente europeus, se torna um agente de modernização em Tefé. No entanto, isto se realiza em uma reserva ambiental protegida por lei e pelo Estado.

Haesbaert (2010, p. 140) denomina “contenção territorial”, isto é, “às estratégias políticas do chamado biopoder que refere-se sobretudo ao controle da circulação, à ação sobre o direcionamento e a intensidade de fluxos”. O autor comenta que em nome de um poder sobre a vida pode-se tentar controlar ou conter o deslocamento das populações, “em nome do fim da difusão de condições sociais e culturais estigmatizadas como perigosas ou inferiores, pretendo controle do alastramento de epidemias” a normatização do território é realizada a partir de fins políticos e econômicos. É notório que moradores de UCs recebam Bolsa Floresta e ajuda institucional para residirem nas comunidades inseridas nestas áreas muitos destes inclusive desaprovam, pois não podem pescar nem plantar livremente em nome do manejo que restringe seus hábitos caboclos de trabalhar a lavoura, a pesca e a caça. No entanto, a grande maioria se agrada com o fato de poder pescar e plantar e agregar valor ao produto legalizado (ALMEIDA, 2014).

Em nome de políticas sustentáveis estas áreas protegidas brasileiras se configuram como áreas submetidas a um processo de desterritorialização, sofrendo um processo de exclusão territorial. Haesbaert (2010, p.141) afirma que devido a estas dinâmicas vinculadas a contemporâneas políticas ambientais “excluem-se territórios ou se quisermos criamos territórios excluídos” pelo fato de ser retirado a possibilidade de usufruto social direto. O professor explica que isto decorre devido a um processo que atua na “definição de grandes espaços naturais protegidos e completamente vedados ao usufruto social em sentido direto, pautado em prática que legitima o discurso dualista de uma “preservação natural” de caráter irrestrito” (HAESBAERT, 2010, p.141).

A exclusão social proveniente de processos capitalistas globalizatórios se realiza no Médio Solimões na circunscrição das áreas de atuação de instituições que trabalham com políticas e contextos ambientais. Estabelecem relações externas urbanas e provocam uma desarticulação regional direcionada pela restrição do usufruto social desta fração territorial pelos moradores. Tefé é a base para que se realize as relações extra-locais o que providencia impactos na estabilidade da contiguidade regional por intermédio dos fluxos de financiamentos, pesquisadores e de manutenção/aquisição de equipamentos modernos do Instituto Mamirauá e outras como a Catuá-Ipixuna e a Flona.

Normas e ações vinculadas a uma política ambiental mundial de preservação e conservação se instalam e atuam no Médio Solimões a partir do exercício das instituições sediadas em Tefé. Isto direciona uma integração aos modelos ambientais internacionais que utilizam a contenção territorial ou uma desterritorialização em nome da conservação, com foco no desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento econômico. As legislações advindas do Estado nacional principalmente a partir da Constituição de 1988 normatizam o processo, porém os estados e municípios também colaboram para as estruturas jurídicas e territoriais.

Este processo está vinculado ao que poderíamos chamar de um capitalismo territorial periférico que corrobora para o inerente papel de integrar pelo capital e por isso acaba por fragmentar o território em nome de um desenvolvimento econômico alternativo. Neste sentido, parte-se da produção focada a explorar as potencialidades intrínsecas de cada lugar, mas que na verdade pertence ao mesmo modelo de acumulação que possui como agentes principais os sujeitos internacionais; estes compram a produção dos manejos tanto de pesca quanto madeira a partir de agentes intermediários locais. Isto funcionaliza uma fluidez da economia global e permite a inserção de atores locais ao mercado de atuação de atores globais, ou seja, os primeiros intermediam mercadorias e produtos para distribuição nos mercados globais.

Pode-se citar o exemplo das relações do Frigorífico Frigopeixe⁶⁰, uma empresa de Tefé que compra pescado advindo do manejo de pirarucu de Áreas Protegidas e intermedia para firmas que tem por finalidade a exportação tanto para Colômbia via Tabatinga quanto para a Europa via Manaus (ALMEIDA, 2014). De acordo com o pesquisador Ailson Cunha⁶¹, muitos peixes ornamentais advindos do rio Tefé e do Mamirauá são estudados e direcionados para intermediários em Manaus sendo levados e vendidos para países como o Japão, adquirindo preços bem superiores ao seu valor no Brasil. Em outro exemplo, o Sr. Edilson Ferreira⁶² da empresa “Macedo Madeireira” que possui sede em Jutai e uma filial em Tefé, afirma que toda a madeira vendida em Tefé é advinda de manejo das UCs de

---

⁶⁰ Ver Figura 28, Tabela 7 e Quadro 5.

⁶¹ Entrevista concedida por Ailson Cunha. Professor de Geografia e ex-pesquisador no IDS. Tefé, 22 jan. 2013.

⁶² Entrevista concedida por Sr. Edilson Ferreira. Gerente da “Macedo Madeireira”. Tefé, 3 jan. 2014.

Jutaí sendo legalizadas para venda. Muitos turistas acabam por comprar e levar esta madeira par seus estados e países, já que possui autorização legal para comercialização.

Enfim, a agregação de valor do bem natural que o configura como mercadoria inserida em um processo capitalista de valorização dos produtos da floresta é um instrumento do capital que utiliza as políticas de preservação e conservação para normatizar o território e regulamentar sua produção via contenções territoriais, que instrumentalizados por Instituições como o Mamirauá e outros gestores de UCs, produzem fluxos de origem externas. Um “capitalismo verde” em uma globalização relativizada com instituições funcionalizando o papel de intermediação às empresas que inserem a lógica hegemônica do capital e da acumulação. A geografia organizacional construída sobre normas estranhas ao lugar e regulada pelo Estado permite a expansão capitalista e assim uma integração relativizada destes lugares à globalização.

O caso do manejo de recursos naturais providencia situações análogas em várias UCs no Solimões, como na Floresta Nacional de Tefé, unidade de conservação situada ao sul do território tefeense. O Chefe da FLONA-Tefé Astrogildo Martins esclarece que entre as culturas desenvolvidas na Flona estão a farinha de mandioca, meliponicultura (mel), castanha (manejo), açaí, seringa, óleos vegetais, madeira (manejo), artesanato de madeira morta: marchetaria, manejo de recursos aquáticos: manejo do pirarucu e peixes ornamentais⁶³. Além do cultivo, estes produtos também possuem o propósito de serem comercializados para agregarem valor para produção “sustentável”. Muitos deles são inseridos em redes de atores comerciais que atuam em mercados globais, efetuando em escalas diferentes de produção relações com agentes mundiais.

A sociedade cosmopolita discutida por Taylor (2010) decorrente do encontro de ideias, pessoas, informações e mercadorias inserido em processos interurbanos que promovem a inserção do não local ao local permite uma integração em contextos diferenciados dos cenários hegemônicos da globalização. Um choque entre a solidariedade espontânea e vivida, da vizinhança e contiguidade, do trabalho partilhado dos caboclos urbanos e própria dos ribeirões e a solidariedade organizacional advinda da razão técnica, das normas e das regulamentações jurídicas, sociais e territoriais que se submetem aos

---

⁶³Entrevista concedida por Astrogildo Martins. Chefe da Floresta Nacional de Tefé/ICMbio.Tefé, 24 out. 2013.

atores mercantis superiores organizados em redes globais, movidos por metas e previsões para o ganho de produtividade possibilita o encontro das horizontalidades e verticalidades. Talvez neste choque providencie os vetores para que as modernizações não se completem, enfrentando resistências. Para exemplificar, discute-se a partir disso o contraste entre os moradores de Tefé e dos funcionários do Mamirauá; estes são reconhecíveis no cotidiano urbano das cidades, chamados de “macaqueiros”, são cientistas, estudantes e profissionais advindos dos mais diversos lugares do país e do mundo que em seus comportamentos sociais revelam que o choque de racionalidades pode significar diferenças de comportamento, vestuário e hábitos, porém não desigualdades.

Instituições como o Instituto Mamirauá, o INSS, as UCs com suas respectivas entidades gestoras, a Igreja Católica, a UEA, promovem a integração horizontal e vertical em Tefé influenciando toda a região a que está inserida, de maneira que todas funcionem parcialmente. Tefé continua como um rumo importante para aqueles indivíduos das cidades inseridas em sua região de influência, tanto no que tange assuntos institucionais semelhantes aos disponibilizados na capital Manaus, como é o caso do INSS, da Justiça Federal e Receita Federal, quanto nas infraestruturas existentes como hospitais e ao aeroporto que ligam as “cidades” na selva aos demais serviços, lugares e provisões sociais.

“Cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção. É uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas” (CAMARGO, 2009, p.39). A integração ao modo de produção capitalista, ao pensamento universal e à racionalidade social e econômica preponderante se dá de diversas formas, algumas de maneira absoluta outras de forma relativizada. Subespaços como o Médio Solimões amazonense se integram à globalização expondo seus potenciais e seus valores. Neste sentido, coube a Tefé ser o elo de alicerce às relações urbanas externas.

A vida econômica e social da população inserida nas cidades da hinterlândia tefeense tem sido influenciada pelo acesso destas cidades ao mercado externo via relações urbanas baseadas na informação e na tecnologia, influenciado e modernizando as operações mercantis e financeiras. Inserindo novas formas de realizar “trabalhos” vinculados às novas necessidades impostas pela modernidade que se articula via as funcionalidades de objetos perfeitos e técnicos do meio técnico-científico-informacional.

3.3.3 – Fluxos fragmentadores e solidariedade verticalizada no Médio Solimões

A presença dos fluxos virtuosos advindos das operações de transportes aéreos e fluviais modernos operantes na região de Tefé; dos empreendimentos comerciais com fins de exportação utilizando os recursos naturais disponíveis nos municípios; dos serviços dos profissionais liberais e principalmente os ligados à internet e às finanças, não obedecem integralmente a uma prerrogativa organizacional e política consistente que possam convergir às diretrizes e normas da economia global o que permitiu a livre ação do capital e das ações de agentes da globalização de “uma maneira mais frouxa” (SANTOS, 2001). Como é o caso da participação das empresas que exploram o mercado de hidrocarbonetos na região sob a liderança da Petrobras e HRT.

Conjetura-se que a presença da indústria petrolífera em municípios vizinhos à região de Tefé, pertencentes ao Médio Solimões como Coari e Carauari, não inseridos na região de influência de Tefé, gerou fluxos desvirtuosos à integração e prejudiciais ao desenvolvimento regional influenciando na dinâmica que envolve a centralidade tefeense. Caracterizados pela incidência de uma fragmentação territorial e da estruturação de um processo de integração relativizada gerador de pontos escuros, onde os reflexos e a difusão de resultados econômicos e sociais benéficos ou virtuosos são exíguos criando fluxos não integradores e dissociadores de uma conjuntura social contígua e de relações pouco suscetíveis a resultados vantajosos ao desenvolvimento da região.

Como discutido no segundo capítulo deste estudo, Coari sedia a base de operações da Província Petrolífera de Urucu pertencente à Petrobras que possui seu território atrelado ao de Tefé, e por isso, Tefé também recebe royalties⁶⁴ desta produção (Tabela 24). Ressalta-se que além de Tefé e Manaus mais 16 municípios do Amazonas, 17 municípios do Pará e 3 do Amapá recebem royalties gerados pelas atividades da Petrobras na Amazônia. O Ministério de Ciência e Tecnologia recebem royalties advindos das atividades da Petrobras em Urucu beneficiando pesquisas científicas e o desenvolvimento tecnológico atinente à indústria de petróleo e gás natural via o Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural (GARCIA, 2010b, p.128).

---

⁶⁴“O conceito de royalties na indústria de petróleo está ligado à compensação financeira pela sua exploração. Sobre a lavra de petróleo, xisto e a extração de gás já existiam indenizações aos Estados, Território e Municípios desde a vigência da lei que instituiu o monopólio do petróleo e criou a Petrobras (Lei nº 2004/53)” (GARCIA, 2010b, p.128).

Tabela 24 - Royalties de Coari, Tefé e Manaus

Ano	Municípios		
	Coari	Tefé	Manaus
2010	299.821.716,15	187.193,85	86.872.250,84
2011	356.104.850,76	19.149.528,24	123.618.109,88
2012	427.588.578,87	8.195.839,30	153.931.466,88
2013	463.712.398,71	9.349.101,91	121.378.431,09
2014	491.315.326,53	6.024.499,05	54.098.959,29
Total	2.038.542.871,02	42.906.162,35	539.899.217,98

Fonte: Confecção própria com base nos dados disponíveis em: www.anp.gov.br; acessado em: 10 fev 2015.

Os royalties são compensações indenizatórias àqueles territórios, estados e municípios, que sofrem ação de exploração produtora de perturbação hostil gerando impactos ambientais e sociais. A entidade exploradora se responsabiliza a realizar os investimentos em infraestruturas cabíveis ao saneamento, saúde, segurança, educação e transportes. Esta compensação contribuiria para a construção de um ambiente municipal agradável, sustentável e coerente que lhe conferiria qualidade de vida digna. Subsídios para a criação de fluxos virtuosos ao desenvolvimento e à integração. Neste sentido, Coari é o município brasileiro que mais recebe royalties da Petrobras em função de sua produção de petróleo terrestre e ocupou a 13ª posição dos municípios brasileiros que se beneficiaram com os recebimentos de royalties em 2010 (GARCIA, 2010b, p.130).

No entanto, em Coari assim como muitas prefeituras de municípios no Brasil onde ocorre o uso dos recursos advindos dos royalties para realizar os pagamentos da folha de funcionários públicos municipais e outros encargos administrativos que não cabem às funções e objetivos primordiais a que os royalties foram delimitados. Admitir estes recursos, que deveriam suprir os investimentos na melhoria da qualidade de vida das populações dos territórios impactados pelas consequências das explorações gasífera e petrolíferas, como receita pública prejudica o encaminhamento integral destes benefícios exploratórios na contemplação de seus objetivos junto à sociedade. Este fato somado à

transferência das competências fiscalizatórias e auditoriais do Tribunal de Conta da União (TCU) para o Tribunal de Contas do Estado (TCE) que possui procedimentos menos exigentes no acompanhar dos direcionamentos dos recursos dos royalties nos municípios como Coari⁶⁵ promove a má aplicação dos valores dos royalties. Isto beneficia a ação dos políticos apoiados em interesses nefastos que promovem corrupção e mau uso tanto do dinheiro público quanto dos royalties.

As empresas exploradoras dos recursos naturais e econômicos como a Petrobras e suas terceirizadas em Coari se asseguram ter no provimento dos royalties, para sanar os impactos por elas direcionados aos lugares, um instrumento que lhes isenta de maiores responsabilidades. Desta forma, ignoram as situações complexas como a corrupção da administração pública, o aumento da criminalidade associada em parte à maior estrutura urbana que promove fluxos de migrantes e desempregados, a especulação imobiliária e financeira, entre tantos outros efeitos sociais que deliberadamente atingem estas sedes operacionais de grandes projetos petrolíferos e gasíferos. A administração de fluxos fragmentadores e desvirtuosos é ignorada pelos agentes que tendem a ser indiferentes a estes impactos, pois admitem realizar sua parcela de responsabilidade com o provimento dos royalties, estes sim cabíveis de sua obrigatoriedade jurídica, política e social. Se fossem administrados com cautela e com planejamento poderiam diminuir os impactos das consequências destes fluxos.

Estas empresas seguem as normas e procedimentos de um modelo econômico racionalmente instituído para a reprodução capitalista, ou seja, a prevalência de interesses corporativos em detrimento dos interesses públicos ligados ao desenvolvimento do território e de sua constituição social e econômica. Santos (2000, p.107) discute que o modelo econômico direcionado pelos espaços de fluxos atinentes a agentes da globalização tende a se reproduzir mesmo sob topologias específicas “o modelo econômico é planejado para ser em sua ação individual, indiferente a seu entorno”. Dessa forma, tende a evoluir sob a égide de uma racionalidade hegemônica e de um relógio universal. São empresas, como a Petrobras e suas terceirizadas que subsidiam os demais serviços e por isso são representantes da organização de uma globalização ordenadora do espaço, agindo de forma a assegurar uma solidariedade vertical. Santos (2011 [2000], p.108) considera que:

---

⁶⁵ Entrevista concedida por Alexei Chaves. Agência da SEFAZ em Coari. Coari, 27 mar 2015.

As verticalidades são, pois, portadoras de uma ordem implacável, cuja convocação incessante a segui-la representa um convite ao estranhamento. Assim, quanto mais “modernizados” e penetrados por essa lógica, mais os espaços respectivos se tornam alienados. O elenco das condições de realização das verticalidades mostra que, para sua efetivação, ter um sentido é desnecessário, enquanto a grande força motora seria aquele instinto animal das empresas mencionado, há décadas, por Stephan Hymer e agora multiplicado e potencializado a partir da globalização. As verticalidades realizam de modo indiscutível aquela idéia de Jean Gotmman (...) segundo a qual o território pode ser visto como um recurso, justamente a partir do uso pragmático que o equipamento modernizado de pontos escolhidos assegura. (SANTOS, 2011 [2000]), p.108).

Mesmo possuindo o segundo PIB do Amazonas e o 19º da Região Norte (Tabela 2 do capítulo anterior) Coari possui um IDH menor que Tefé (Tabela 24). O aprimoramento e manutenção das relações com agentes distantes promovem um abrandamento e enfraquecimento das ligações e associações que poderiam ser virtuosas com as cidades de seu entorno, propiciando uma queda no nível de trocas que subsidiam a integração regional. Ditas relações são geradas a partir de um ente urbano potencialmente superior em recursos econômicos e objetos técnico-geográficos para outros que contam menos ou mesmo não contam com estes aportes.

Manaus, por contar com infraestruturas e sediar os *bureaux* das empresas que representam os agentes das normas e decisões que permeiam as relações da produção de Coari, passa a presidir estas operações, descentralizando ou mesmo substituindo Tefé, como capital regional do Médio Solimões. Isto é possível graças à capacidade da capital estadual de responder às exigências materiais e imateriais pertinentes às operações e demandas advindas da malha de empresas, pessoas e instituições que constituem as redes necessárias para as comunicações estruturantes e provedoras das relações verticalizadas que unem Coari em sua produção gasífera e de hidrocarbonetos à economia-mundo.

Desta forma, Coari se condiciona a não agregar valor nem local, nem regionalmente (OLIVEIRA, 2008), estagnando o desenvolvimento regional e as relações intrarregionais urbanas, produzindo fluxos fragmentadores do território e desvirtuosos ao desenvolvimento econômico e principalmente social do Médio Solimões.

Estudos na região envolvendo os reflexos do uso dos royalties nos indicadores sociais a partir de Coari, como de Santana (2015) na área educacional, mostram que “uma

receita orçamentária maior em relação aos demais municípios circunvizinhos não garante melhores colocações frente aos indicadores de educação”, o mesmo ocorre em outros setores.

Figura 65 – Equipamento de extração de óleo e gás assim como o “Cristo” ornamentando a praça de Coari; e o “Terminal Aquaviário Coari” a jusante de Tefé no rio Solimões.

Fonte: Levantamento próprio, março/2015.

A realidade político-social do município compõe-se de escândalos de corrupção ligados a desvios de dinheiro relativos aos royalties e de outros recursos destinados aos serviços público-institucionais que atendem a população, bem como de crimes cometidos por gestores públicos vinculados à exploração sexual, compra de votos e peculato, periodicamente elencados nos noticiários nacionais e regionais; estas ações nefastas são uma constante em Coari. A cidade está envolta aos altos índices de violência, tráfico de drogas e contrabando, presididos por um grupo de “protocidadãos” ou um “lumpemproletariado” com integrantes ávidos ao poder ligados aos royalties milionários.

Analisando comparativamente alguns dados de Tefé, o maior centro urbano da região do Médio Solimões; e Coari, o maior centro econômico da região; observa-se o diferencial entre a “pobre cidade rica” representada por Coari e “rica cidade pobre” representada por Tefé (Tabela 25). A população do município de Coari é maior que do município de Tefé, no entanto, a população urbana de Tefé é superior a de Coari. Mesmo com o incentivo em saúde proveniente dos royalties da Petrobras em Coari, Tefé possui mais estabelecimentos de saúde ambulatorial com médicos e serviços especializados. Coari

supera Tefé em número de escolas, mas não em taxa de analfabetismo, onde Tefé tem menor índice que Coari, assim como Tefé possui menos pessoas com mais de 15 anos que não sabem ler e nem escrever em relação a Coari que é subsidiada pelo “Programa Alfabetização Solidária” a qual a Petrobras é patrocinadora oficial atendendo concomitantemente o município de Carauari (GARCIA, 2010b, p.119). Apesar da maior circulação de pessoas em Coari devido às funcionalidades das diversas empresas terceirizadas da Petrobras e mesmo maior população, Tefé supera a quantidade de pessoal ocupado assalariado, bem como o número de empresas atuantes, mesmo que o salário médio mensal em Coari seja três vezes superior ao de Tefé.

Tabela 25 – Tabela comparativa entre Tefé e Coari com base no Censo/IBGE 2010

Setores	Coari	Tefé
População	75.965 hab	61.453 hab
População Urbana	49.651 hab	50.069 hab
População rural	26.314 hab	11.384 hab
Estabelecimentos de saúde com atendimentos ambulatorial, médico e outras especialidades (2009)	1	4
IDH	0.586	0.639
Escolas	536	471
Taxa de analfabetismo	17.33 %	13.91 %
Pessoas de 15 anos ou mais sem saber ler e escrever	8.149	5.327
PIB per capita a preços concorrentes	R\$ 18.132,55	R\$ 6.024,62
Empresas atuantes (2012)	527	620
Salário Médio Mensal (2012)	8.6	2.5
Pessoal ocupado assalariado (2012)	2.140	4.621

Fonte: [www. ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br); acessado em: 20 mar 2015.

Em 2013 Tefé contava com 3 agências bancárias (como visto anteriormente em janeiro de 2015 com o estabelecimento do Banco da Amazônia já possui 4 agências), mesmo assim seus numerários ultrapassavam os valores movimentados com as 4 agências de Coari (Tabela 26). Os movimentos do grande capital beneficiam seus protagonistas em lugares distantes, isso argumenta o fato de, mesmo sendo privilegiada pela circulação financeira advinda dos subsídios dos royalties em Coari o desempenho ainda é menor que Tefé que efetua um papel fundamental na circulação de todas as cidades de sua influência e de outras frações territoriais do estado. A solidariedade vertical estabelecida em Coari permite que a circulação e os serviços financeiros de cidades que efetuem uma solidariedade horizontal como Tefé sobressaia frente ao numerário vinculado a estes serviços das instituições financeiras locais.

Tabela 26 – Comparativo dos serviços financeiros entre Tefé e Coari (2013)

Serviços Financeiros	Municípios	
	Tefé	Coari
Depósito a prazo	22.935.082 reais	10.867.336 reais
Depósito à vista – governo	1.408.791 reais	315.363 reais
Depósito à vista – privado	22.371.720 reais	9.795.407 reais
Número de agências	3	4
Obrigações por recebimento	18.458 reais	9.335 reais
Operações de crédito	88.344.663 reais	61.853.563 reais
Poupança	35.373.130 reais	23.275.142 reais

Fonte: www.ibge.gov.br; acessado em: 20 mar 2015.

Se a análise levar em conta, por exemplo, os maiores contribuintes do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços) no Amazonas, observa-se que a Petrobras possui a primeira e a nona colocação em 2010 e as grandes empresas internacionais vinculadas ao Polo Industrial de Manaus (PIM) são as grandes protagonistas das demais posições (Quadro 9) exibindo a força da produção das empresas globalizadas no estado.

Quadro 9 – Maiores contribuinte de ICMS no Amazonas (2010)

Ordem	Empresas
1	Petróleo Brasileiro S.A
2	Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda
3	LG Electronics da Amazônia Ltda
4	Moto Honda da Amazônia Ltda
5	Sony Brasil Ltda
6	Semp Toshiba Amazonas S.A
7	Philips do Brasil Ltda
8	Arosuco Aromas e Sucos Ltda
9	Petrobras Distribuidora S.A

Fonte: disponível em: www.sefaz.gov.am.br; acessado em: 24 mar 2015.

Evidencia-se que Tefé gera, em grande parte, fluxos virtuosos e se beneficia deles enquanto Coari gera, em grande parte, fluxos desvirtuosos e se prejudica pelas ações destes. Por conseguinte, estes fluxos de capital advindo dos royalties poderiam ser virtuosos à integração e ao desenvolvimento, como já se mostraram na década de 1990 quando Coari obteve êxito no desenvolvimento social e econômico. No entanto, devido aos interesses obscuros de agentes públicos locais⁶⁶ e da falta de interesse de agentes

⁶⁶ O Prefeito afastado Adail Pinheiro foi condenado por inúmeros crimes praticados enquanto detentor do cargo de administrador público, neste momento se encontra preso em Manaus por exploração sexual de

corporativos mundiais no desenvolvimento do entorno do local da produção, Coari enfrenta uma crise proveniente da falta de uma fiscalização efetiva em relação ao controle dos gastos públicos. Isto reflete na capacidade de gerar desenvolvimento regional e mesmo uma socialização dos resultados econômicos que viabilize uma integração territorial. Em 2014 o Ministério Público Estadual chegou a pedir intervenção do município frente ao “caos” político e social existente devido à corrupção.

Coari como um “Centro Local” de acordo com a Regic 2007 (2008) assume um papel contraditório frente ao seu poder econômico. Isto porque reflete as consequências negativas provenientes da globalização capitalista em subespaços periféricos onde o território é utilizado como recurso, e mesmo objeto de exploração capitalista, propiciando que os princípios da legitimidade institucional e da cidadania sejam ignorados. A partir de Tefé a força do território de todos se exhibe; esse território capaz de abrigar àqueles que nele se refugiam para oferecer o uso de seus fixos que proporcionam os fluxos tefeenses; esse território normado (SANTOS, 1994b) que representa por intermédio das instituições e da limitada, mas importante presença do Estado via suas instituições e infraestruturas, a oportunidade de efetuar uma solidariedade horizontalizada para com os outros municípios vizinhos corroborando para sua força econômica e ratificando seu papel como centro regional do Médio Solimões.

No caminho do percalço político e institucional iniciado pelas atividades da Petrobras em Coari e Tefé e amparados pelas normas e ações provenientes do binômio governo-iniciativa privada (IANNI, 1978), que elencam as parcerias com interesses globais nos recursos gasíferos na Amazônia, a empresa Hight Technology Resolution (HRT Oil & Gás) adentra ao cenário de exploração de hidrocarbonetos no Médio Solimões com o início de suas atividades em 2010 na região de Tefé.

---

crianças e desvios de dinheiro público. Juntamente com seus parceiros que exerciam as secretarias de Administração e Ação Social a qual também foram presos pela Polícia Federal na formação de uma organização criminosa que fraudava licitações e desvios de recursos federais. A “Operação Vorax” da Polícia Federal identificou e prendeu em 2014 muitos políticos em Coari e no Amazonas foi amplamente exibida nos noticiários das emissoras de TV e jornais do Brasil. O sucessor de Adail na Prefeitura de Coari, Igson Monteiro, possui denúncias de uso de dinheiro público para fins próprios. (ANDRADE, 2014a; 2014b). Em janeiro de 2015 a população incendiou a casa de Igson em Coari indignados pelo atraso no pagamento dos programas sociais e de funcionários municipais, este renunciou posteriormente a este fato. O presidente da Câmara dos Vereadores é o terceiro representante o chefe do Executivo desde prisão de Adail Pinheiro, situação que não surpreende nestas prefeituras dos municípios do Médio Solimões, apenas Uarini não passou por situações semelhantes ligadas a saída do prefeito por motivos de corrupção.

Estas atividades foram realizadas com base nas antigas pesquisas geológicas e sísmicas iniciadas em 1955 quando a Petrobras perfurou 17 poços configurando a “Bacia Sedimentar do Solimões” e continuadas em 1958 quando os rios Tefé, Javari, Jutai, Juruá, Purus, Ipixuna e Gregório sofreram perfurações de poços estratigráficos. Em 1978 gozando dos avanços das modernizações tecnológicas e estratégias que aprimoravam a metodologia de aquisição, processamento e interpretação de dados geofísicos; somada à *crise do petróleo* que elevou o preço do barril a partir da decisão dos países produtores no Oriente Médio em 1974, o Estado brasileiro ampliou os investimentos em pesquisa e exploração com o objetivo de aumentar a produção de petróleo nacional (GARCIA, 2010b).

Figura 66 – Bacias Geológicas da Amazônia com destaque para Bacia Sedimentar do Solimões

Fonte: GARCIA, 2010b, p.26. Adaptado pelo autor.

Distante 10 quilômetros da sede municipal de Carauari a Petrobras instalou a base de apoio em Porto Gavião em 1975. Em 1977 o levantamento sísmico levou a descoberta de sedimentos paleozoicos, o lugar recebeu o nome de “Província de Gás do Juruá”, iniciando a produção diária em 1978 com 360.000 m³ de gás e 40 barris de óleo condensado à profundidade de 2.622 metros, neste momento com o nome de “Província Gaseífera do Juruá”. Comprovadas as potencialidades de sedimentos paleozoicos como produtores de hidrocarbonetos, outras pesquisas foram organizadas orientando novas descobertas de gás na região do Solimões. No início da década de 1980 houve a descoberta de acumulações de gás em Jutai, outro município da região de Tefé. Em 1984 iniciaram as

pesquisas sismográficas entre Tefé e Coari, e em 12 de outubro de 1986 “jorrou petróleo na Amazônia” destruindo o mito e as condenações deliberadas pelo geólogo americano Walter Link de uma região incapaz de exploração petrolífera em 1960. Situado a 10 quilômetros das margens do rio Urucu um dos muitos afluentes do rio Solimões, a leste da cidade de Carauari e próximo a Tefé, 620 quilômetros de Manaus, o 1-RUC-1AM primeiro poço comercial de petróleo da Amazônia, a profundidade de 2.491 metros com 950 barris diários de óleo e 22.000 m³ de gás. Em 22 de julho de 1988 se inicia a exploração comercial na Província de Gás e Petróleo de Urucu com potencial de 50 milhões de barris de petróleo. As operações da estação produtora RUC-6 se realizavam a partir do rio Tefé onde no grande lago de Tefé se transferia o óleo para balsas maiores. Em 8 de junho de 2001 é inaugurada a “Província Petrolífera de Urucu” que aprimora a produção até os dias atuais (GARCIA, 2010b).

Em 2010 a empresa HRT Oil & Gas adquiriu através de leilão 21 blocos do território amazonense que pertenciam à Agência Nacional do Petróleo — ANP para estudos e exploração de gás natural e petróleo. A TNK-BP adquiriu 45% dos direitos exploratórios destes 21 blocos, adquiridos pela HRT em parceria a PETRA outra empresa brasileira. A “GEOQUASAR”, empresa de estudos sísmicos, e a “RM”, subsidiária da HRT, apoiaram as sondagens e levantamentos mais detalhados da região dando continuidade aos estudos da década de 1970, a existência de gás e óleo já era confirmada no território, no entanto a especulação dirigiu a informação que poderia ser em quantidades maiores que o Urucu⁶⁷ (QUEIROZ, 2012b, p.111).

A organização de audiências públicas em Tefé com o intuito de discutir as ações da HRT e as consequências para a população no rio Tefé⁶⁸, decorrentes da instalação da mega estrutura a ser estabelecida para o início das operações gasíferas e futuramente petrolíferas foram realizadas⁶⁹. Com altas demandas de reivindicações e solicitações por parte da

---

⁶⁷ Segundo a fala do Presidente da HRT Márcio Mello em fevereiro de 2011: “acreditamos que naquela reserva há 800 milhões de barris. Na bacia do Solimões, sempre há 60% de óleo e 40% de gás, ou 60% de gás e 40% de óleo”, disse Márcio Rocha Mello. A produtividade esperada em Tefé é maior que a das reservas de Urucu, em Coari, algo em torno de 2,5 mil barris por dia, segundo as estimativas. E esse será apenas o primeiro poço”. Disponível em: http://acritica.uol.com.br/manaus/empregos-previstos-exploracao-petroleo-AM_0_430756955.html; acessado em: 15 de março de 2015.

⁶⁸ Vários projetos como do “Barril Verde” e inúmeros outros de cunho social e sustentavelmente coerentes foram apresentados e dificilmente encaminhados, porém muitos outros ficaram por se realizar.

⁶⁹ Neste momento, ribeirinhos reclamavam sobre os banzeiros ou ondas provocadas na passagem das lanchas no rio Tefé que inundavam suas casas na beirada dos lagos e afluentes do rio Tefé. Outros denunciavam a

população tefeense e mesmo amazonense, representada pelos líderes da sociedade civil local, os dirigentes da HRT decidiram transferir a base de operações de Tefé para Carauari⁷⁰ onde a população, menos exigente e organizada nas solicitações estruturais e sociais; assim como investidos de mais interesses no estabelecimento da empresa em seu município, acatou todas as iniciativas de reestruturação e refuncionalização da cidade direcionadas pela HRT, bem como seus respectivos impactos ambientais, sociais, políticos e econômicos.

A “Província Gaseífera do Juruá”, criada e sediada em 1978 em Carauari, é mais antiga que a Província Petrolífera de Urucu, criada em 2001. O conhecimento geológico e sísmico e da potencialidade já comprovada ampliava os esforços de instalação e mesmo pagamento de royalties ao município de Carauari pela HRT. Ressalta-se que Carauari foi desmembrado do território de Tefé em 1911 (Figura 7 do capítulo anterior) sendo um município do Médio Juruá atrelado economicamente aos fluxos e relações significativas com Tefé. Com uma população de 25.774 habitantes e um território de 25.767,675 km² (Censo IBGE /2010) se dinamiza frente aos interesses corporativos ligados à exploração de seu potencial gasífero no Juruá, supostamente maior que da Província do Urucu sediada em Coari. Ressalta-se que ambas as províncias e bases geológicas provedoras destes recursos são atreladas ao território tefeense e por isso afetam e influenciam política e economicamente o município de Tefé.

Um surto de crescimento econômico se iniciou a partir de 2011 em Carauari, 50 milhões de reais e 800 trabalhadores foram contratados em Tefé e Carauari, a partir dos fluxos de trabalhadores e técnicos advindos de Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades do país o que intensificou e fermentou a vida de relações na pequena cidade. Mesmo sem produção ou perspectiva desta, a “onda de consumo” proveniente das necessidades das pessoas diversificou seu comércio, seus serviços e suas infraestruturas

---

exploração e venda ilegal de areia e madeira para a HRT aos policiais federais. Outros mais, representantes de movimentos sociais, solicitavam argumentos para o estabelecimento desta grande empresa com sua mega estrutura que iria modificar as relações e o cotidiano dos caboclos ribeirinhos e dessa forma pediam a contrapartida econômica e social aos seus membros.

⁷⁰ A mesma situação ocorreu na década de 1980 com a Petrobras, quando da transferência da base de operações de Tefé para Coari, mas nesta ocasião os motivos foram advindos dos obstáculos criados pelos gestores públicos, já que não houve audiências públicas do âmbito a qual foi organizada pela “Agenda Positiva” no caso da HRT em 2010.

aumentaram concomitante aos investimentos na construção de fixos e contratação de pessoal⁷¹.

A quantidade de competências e funções que a cidade adquiriu com o decorrer do processo de instalação da empresa HRT permitiu a inserção de atributos do acontecer hierárquico, relações que compreendiam uma gestão técnica com aportes mais complexos ligados à manutenção e operacionalização de objetos perfeitos e na sistematização administrativa, financeira, de comunicações e informações que caracterizam as relações da economia-mundo funcionalizadas pelos instrumentos pertinentes ao meio técnico-científico-informacional. Isto contribuiu para a exclusão de Carauari da Região de Influência de Tefé e sua elevação na hierarquia urbana de “Centro de Local” a “Centro de Zona B” possuindo Itamarati como único município de sua influência e estando diretamente influenciada por Manaus. Ressalta-se que Coari, ao contrário de Carauari, é ainda categorizada como “Centro Local” na Região de Influência de Manaus, macrocéfala capital amazonense. Coari é um município do Médio Solimões que teve seu desmembramento do território de Tefé em 1848 (Figura 7 do capítulo anterior), ou seja, pertence à mesma região de Tefé, o Médio Solimões; no entanto, devido às exigências de gestão de suas atividades econômicas, depende de agentes administrativos, institucionais e corporativos globalizados e por isso sediados em Manaus.

Santos (2011 [2000], p.68) reflete situações análogas:

Quando uma grande empresa se instala, chega com suas normas. Quase todas extremamente rígidas (...). Cada técnica propõe uma maneira particular de comportamento, envolve suas próprias regulamentações e, por conseguinte, traz para os lugares novas formas de relacionamento. O mesmo se dá com as empresas. É assim que também se alteram as relações sociais dentro de cada comunidade (...) Um pequeno número de empresas que se instala acarreta para a sociedade como um todo um pesado processo de desequilíbrio. Todavia, mediante o discurso oficial, tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade. Daí a crença de sua indispensabilidade, fator da

---

⁷¹ As especulações constantes provenientes da empresa HRT entusiasmavam ainda mais os investidores para com a cidade. A empresa especulava que o bom desempenho dos trabalhos iniciais de perfuração na Bacia do Solimões a fez “antecipar para agosto de 2011 a extração do primeiro óleo do local, antes previsto para 2012. De acordo com o presidente da empresa, Márcio Mello, 2,5 mil barris diários no primeiro poço da companhia, o HRT1, seria totalmente adquirido pela Petrobras. Mais dois poços deveriam ser perfurados em 2011, um em maio e outro em junho. Nas primeiras semanas de julho seria declarada a comercialidade do poço HRT1, informava Mello. “Vamos começar nossa produção antecipadamente no mês de agosto com um teste de longa duração que deve durar de 6 a 8 meses”, dizia” (QUEIROZ, 2012b, p.111).

presente guerra dos lugares e, em muitos casos, de sua atitude de chantagem distante do poder público, ameaçando ir embora quando não atendidas em seus reclamos. Assim, o poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado. À medida que se impõe esse nexo das grandes empresas, instala-se a semente da ingovernabilidade, já fortemente implantada no Brasil, ainda que sua dimensão não tenha sido adequadamente avaliada. À medida que os institutos encarregados de cuidar do interesse geral são enfraquecidos, com o abandono da noção e da prática da solidariedade, estamos, pelo menos a médio prazo, produzindo as precondições da fragmentação e da desordem (SANTOS, 2011 [2000]), p.68/69).

Desta forma, estas empresas petrolíferas no Médio Solimões e, concomitantemente na região de Tefé, representam a inserção ou mesmo a integração destas frações territoriais à racionalidade arraigada nas regras e normas da globalização hegemônica. Gerando desequilíbrios que levam à fragmentação e a desordem econômica e social. Inserem estes municípios à guerra dos lugares, na busca pela adequação mais rápida e pronta a estas normas e regras rígidas advindas das exigências de empresas com mercados mundiais. Estabelecendo uma solidariedade verticalizada que muitas vezes mais deprecia a condição social e econômica de suas populações do que privilegia com os aportes de uma globalização perversa, e nestes casos, avassaladora.

Benko (2002, p.148) discute que “a concentração espacial é fonte de economia considerável que pode tornar-se deseconomia pelo crescimento acelerado dos centros”. A acelerada intervenção do capital nestes territórios opacos como Coari e Carauari perpetrados pela construção de equipamentos e infraestruturas⁷²; assim como a contratação de pessoal, muitos sem a devida experiência e qualificação, exhibe a pouca densidade técnica do lugar que dificulta, inicialmente, a eficiência dos aportes da globalização que levam a uma produtividade menor ou mesmo, como no caso de Carauari, uma produtividade nula até então. A densidade informacional pertinente à produção sobressai à verdadeira capacidade de produtividade do lugar.

Os investimentos em pesquisas e infraestruturas e a intensificação dos fluxos de capital levaram muitos comerciantes e empresários a investirem na cidade de Carauari que sofreu um surto rápido de crescimento econômico e mesmo desenvolvimento. Entretanto,

---

⁷² No caso de Carauari foram realizadas obras para a ampliação do aeroporto e construção de aeródromos/heliportos na selva; portos para ancoragem de balsas embarcações; depósitos de materiais e instalações de equipamentos e pessoal, escritório de administração e representação de empresas terceirizadas, etc.

corroídos pela má gestão pública dos recursos provenientes da empresa HRT, gradativamente este surto foi se desvanecendo e os que investiram na cidade viram seus lucros diminuírem até se extinguírem por completo.

Um “surto falho” vinculado à produção gasífera da HRT propiciou a Carauari ser, atualmente, mais um município amazônida que pertencia à região de Tefé e que, atualmente, possui como principal meio de produção os repasses dos tributos públicos e da renda dos assalariados assim como os demais municípios da região. A fragmentação do território proporcionado pelo surto falho corroborou a aproximação de Carauari com municípios do Sul e Sudoeste do estado, frente ao melhor acessibilidade a Eirunepé e os estados do Acre e Rondônia onde muitos produtos abastecem o município com melhores preços do que via Solimões. Isto proporcionou a diminuição dos fluxos comerciais com Tefé.

Fluxos fragmentadores e desvirtuosos atuaram alterando a hierarquia urbana desta região influenciando o espaço de fluxos e mesmo o espaço dos lugares que deliberavam a Tefé uma posição de cidade gestora do território nesta fração da Amazônia. Representam impactos da globalização configurados com o avanço e intensificação de fluxos prejudiciais à integração plena e ao desenvolvimento regional coerente.

Carauari e Coari se apresentam como pontos verticalizados em que as ordens exógenas forçam os lugares a obediência via o poder do capital proporcionando a eclosão de outras pelejas e discordâncias entre estas forças externas e internas ao lugar. Desenvolve-se assim, “uma dialética entre a heterogeneidade do território e a tendência homogeneizadora do mercado que resulta numa hierarquização espacial” (SILVEIRA, 1999, p.166). A baixa capacidade de gerir objetos e técnicas estranhas ao local proporciona um baixo controle organizacional e administrativo; com funções mínimas a cidade é gerida por agentes distantes e contextualizada por uma modernização “feitichizada” vulnerável às atividades das empresas exploradoras que tendem a substituir os lugares a serem explorados. Isto acontece quando os recursos se esgotam ou seu capital se valoriza para permitir a aquisição de novos *clusters* de exploração petrolífera em outro local do globo.

Carauari mostrou que somente os fluxos que construíram as infraestruturas e que promoveram a especulação da produção ainda inexistente promoveram um surto de crescimento e mesmo desenvolvimento relativo, uma integração relativizada. O poder do capital se mostra ágil quando bem gerido em suas circunstâncias políticas e sociais, os

fluxos advindos de uma globalização relativizada caracterizados pela baixa densidade técnica e diminuta racionalidade capitalista inerente aos subespaços periféricos proporcionam uma solidariedade verticalizada frente à dinâmica de sistemas de engenharia que direcionam o funcionamento de objetos técnicos úteis à produção.

Os aportes da globalização integram territórios ao sistema global obstruindo uma solidariedade horizontal da produção, ou seja, uma cooperação contígua dos resultados econômicos e sociais. Sassen (1998, p.72) afirma que “aquelas cidades que são locais estratégicos na economia global tendem, em parte, a desconectar-se de sua região”, ou seja, estes sistemas e modelos econômicos impostos nas cidades não promovem integração territorial. A análise desta autora baseia-se em razão à globalização absoluta de espaços luminosos, cidades globais que se comunicam a partir das relações de seus agentes da globalização atuantes neste cenário. No entanto, no cenário de uma globalização relativizada, a afirmação desta autora também se realiza, pois a integração relativizada se direciona a partir de cidades que agem funcionalizando uma solidariedade verticalizada, beneficiando lugares e agentes distantes ao local, produzindo relações fragmentadoras e desvirtuosas ao desenvolvimento regional.

Sendo assim, fluxos fragmentadores são desarticuladores dos setores produtivos entre cidades com economias escassas como as do Médio Solimões e pertencentes à hinterlândia tefeense. Desta forma, são negligenciadores de uma perspectiva de recrudescimento da economia e dos fluxos virtuosos que trazem o fermento da integração e da igualdade.

CONCLUSÃO

*Contos, histórias e memórias,
com certeza foram melhores do que a lucidez.
Sempre carregamos as noites
e descansamos nossos ombros no refúgio do amanhecer.
Sempre lapidamos o desejo
para que se encaixe com o medo que nos impede de vencer.
Sempre corremos dos sonhos que se apresentam risinhos para a loucura do viver.*
(QUEIROZ, 2009a, p.50)

Discutir a integração territorial da região do Médio Solimões a partir de uma leitura de Tefé no Amazonas foi o objetivo desta tese. A análise da centralidade operacionalizada pela dinâmica dos elementos espaciais que criam os fluxos e integram as cidades da hinterlândia tefeense a uma globalização relativizada permitiu a compreensão do papel de Tefé como um elo em uma integração relativizada ao meio técnico-científico-informacional.

A gênese e configuração da centralidade de Tefé no Médio Solimões resultaram de um longo período histórico marcado pela presença de diversos agentes, como missionários, exploradores, viajantes, cientistas e indígenas. Estes agentes contribuíram para que o movimento de mercadorias, pessoas, ideias e informações estruturado em função da posição de Tefé na rede de comunicação e transporte se tornasse um centro de atração e difusão de fluxos que compõem uma centralidade relevante na periferia amazônica. Isto permite a Tefé contribuir como eixo de relações econômicas e sociais neste subespaço da Amazônia em razão de suas infraestruturas e instituições acumuladas no decorrer de mais de dois séculos de história desde a fundação da vila de Ega em 1755.

Os processos pertinentes à valorização do território tefeense foram de âmbitos mundiais, nacionais e locais; diferentes escalas envolveram desde as atribuições da demarcação de limites do Tratado de Madri e Santo Idelfonso até as ações políticas que intensificaram uma dinâmica vinculada aos interesses nacionais e regionais, muitos dos quais submeteram o território a uma fragmentação. Contradições foram direcionadas, pois muitos destes municípios criados não possuíam estruturas suficientes para gerar sua autonomia econômica, inclusive Tefé, o município originário, se submetendo à ação conjunta do meio de produção regional disponível que promoveu a “autonomia integrada” das cidades do Médio Solimões. Este meio de produção se configura principalmente na

circulação vinculada à massa salarial dos funcionários públicos, já que a coleta de drogas do sertão e demais recursos não trouxeram nenhum benefício significativo à autonomia econômica dos municípios no decorrer de suas histórias.

Tefé possuía um vasto território no século XIX, o município foi dividido em 14 outros municípios distribuídos no Sudoeste do Amazonas, em toda a extensão do rio Juruá bem como do Alto e Médio Solimões em um período de 133 anos. A valorização de Tefé foi condicionada pela sua posição na rede de transportes e comunicação amazônida, situa-se na região central do rio Solimões e do estado do Amazonas, na foz dos rios Tefé e Japurá. Esta posição estratégica já fora utilizada pelos espanhóis, portugueses, ingleses e holandeses no passado e atualmente pelos brasileiros para manter suas instituições e sua presença no intuito de assegurar a soberania em meio à porosidade e fluidez territorial estabelecida na borda amazônida.

Validou-se a ideia que Tefé e, concomitantemente, sua região, se beneficia das funcionalidades advindas dos fluxos empreendidos, pois Tefé preside esta região de forma a polarizar, embora de maneira incompleta, as relações neste subespaço. O estudo das centralidades institucional (subdividida em institucional administrativa e infraestruturas institucionais), comercial e demográfica permitiu discernir o raio destes fluxos e a circunscrição regional formada pelas atividades pertinentes aos elementos espaciais de Tefé. Isto revelou que a verdadeira influência de Tefé sob os âmbitos institucionais e administrativos alcança cidades de outras subregiões do estado do Amazonas como o Sudoeste do estado, Médio e Alto Juruá e do Alto, Médio e Baixo Solimões. Relações com cidades, estados e países foram identificados exibindo a trama de distintos espaços que agentes presentes em Tefé realizam.

Evidenciou-se que os fluxos que compõem a centralidade tefeense configuram-se como os meios de produção mais relevantes para economia e autonomia da cidade. Uma particularidade do lugar, vinculada ao seu papel dinamizador na circulação na rede de transportes e comunicação do Médio Solimões, foi configurada, agindo como entroncamento comercial e exercendo uma polarização às cidades adaptadas a sobreviver com o escasso, com o distante, ao limitado e ao precário. Conclui-se que as funcionalidades da centralidade de Tefé a configuram como um centro de serviços, comércio e assistência institucional às populações deste subespaço amazônida. A sua

potencialidade intrínseca está baseada nos fluxos associados a esta centralidade no Solimões.

Os fluxos tefeenses se atrelam aos fluxos emanados de agentes mundiais que adentram na região via os condicionantes do capitalismo contemporâneo, a globalização. Normas e ordens externas, advindas e organizadas por estes agentes detentores de uma racionalidade hegemônica, vinculada à rapidez e ao uso de objetos perfeitos que comandam principalmente as finanças e os serviços contemporâneos, funcionalizam setores operacionalizados pelos instrumentos do meio técnico-científico-informacional.

Tefé, o maior centro urbano de um subespaço letárgico, é um município submetido a uma modernização incompleta. As normas globais de produção e mercado impõem uma remodelação de seu papel administrativo e funcional como nó de rede de circulação no Médio Solimões. Validou-se a ideia que Tefé acumula as funções de cidade regional e intermediária confluindo tempos e divisões territoriais do trabalho distintas, espaço compartimentado com o objetivo de funcionalizar as ordens e normas que providenciam a valorização do território normado que viabiliza o estabelecimento de agentes relevantes à dinâmica econômica dos entes urbanos de sua região.

Verificou-se que os serviços modernos atrelados à globalização são operados a partir de Tefé, permitindo estabelecer conexões com sua região. Destacam-se:

- i) Meios de transportes rápidos como aviões e lanchas modernas de cargas e passageiros, proporcionando a Tefé servir às cidades de sua influência beneficiando como um pólo às instituições e firmas que necessitem de suas infraestruturas;
- ii) Telecomunicações com velocidade instantânea que permitem os serviços bancários e de outras formas de instituições financeiras, lan houses, cursos à distância, o trabalho de profissionais liberais inclusive de assistência técnicas de equipamentos modernos suscetíveis à obsolescência;
- iii) Comércio com vias à exportação de recursos naturais e minerais que promovem uma imposição do tempo de cidades mundiais e distantes nestes territórios opacos.

A partir da circulação presidida em Tefé configura-se uma “ilha de produtividade relativa” vinculada às ações de agentes globalizados que representam a manifestação de uma modernização incompleta e seletiva; o acontecer hierárquico se realizando em um espaço opaco. A informação se acumula em pontos privilegiados, lugares ou pontos racionalizados situados em cidades obsoletas em relação aos interesses do grande capital como Tefé, Jutai, Maraã e Fonte Boa. Pontos de uma solidariedade vertical confluída e adaptada a obedecer às ordens estranhas e distantes realizando trabalhos complexos aos seus cotidianos quase ignorados pela economia-mundo. São valorizadas em função do interesse de firmas que utilizam seus recursos naturais regionais caracterizadas pela escassez e trabalhadas por indústrias com contextualizações técnicas e organizacionais significativas à economia local e regional, mas obsoletas quanto à economia globalizada que preza a competitividade e com um viés de uma modernização que possa contemplar uma significativa acumulação de capital às empresas mundiais.

Deduz-se que as cidades da região de Tefé se configuram como lugares de “tempos esparsos”, em que os vetores pertinentes ao meio técnico-científico-informacional e à racionalidade hegemônica inerente à globalização se fazem presentes em menores proporções. Os grandes centros urbanos densos em ordens e normas, técnicas e informações, fiéis ao relógio universal, referência para a rapidez e a precisão do cálculo e do lucro, acabam por acelerar e direcionar uma compressão do tempo, estes são os lugares de “tempos comprimidos”. Espaços da contiguidade detentores de tempos esparsos da região de Tefé se friccionam com os espaços das verticalidades atribuidores de tempos comprimidos. Isto permite uma dialética espacial, integrando e fragmentando os subespaços em função das atividades dos agentes da globalização (empresas, firmas, profissionais liberais, etc.) que levam consigo os tempos comprimidos aos lugares de tempos esparsos.

A integração territorial se realiza com a repercussão de atividades econômicas de um subespaço em outro; na região da Amazônia do Médio Solimões estas repercussões se apresentam como “flashes” de espaços luminosos que refletem nestes espaços escuros. Neste sentido, tecidos do meio geográfico contemporâneo que constroem uma modernização incompleta se irradiam atendendo a uma capacidade limitada de se adentrar no espaço, devido à condição das distâncias amazônicas, dos custos logísticos e da precariedade infraestrutural que propicia desempenhos limitados vinculados às

funcionalidades de seus elementos espaciais. Isto promove fluxos deficientes, que criam obstáculos a seus objetivos primordiais, pois são limitados, descontínuos e por isso “fluxos incompletos”.

Os fluxos tradicionais atinentes à divisão do trabalho pretérito já não implicam/envolvem autonomia econômica e social, muitos levam à dependência e à decadência, pois não produzem “novos trabalhos” perpetuando o desemprego e a limitação da renda, obedecem às ordens que ignoram as necessidades do lugar, sendo este detentor de densidade técnica e informacional mínima. Sendo assim, com a difusão das tecnologias de comunicação e informação, as cidades da região de Tefé adquirem técnicas que lhe conferem “autonomias dependentes”, técnicas estranhas ao lugar e que necessitam de infraestruturas existentes de forma limitada nestas cidades, ligadas ao suprimento de energia, aos provimentos telecomunicacionais, disponibilidades de equipamentos de teleação e da fluidez de transportes eficientes. Isto permite a incompleta realização de atividades pertinentes aos serviços que geram fluxos modernos, como por exemplo, baseados na internet que suprem exercícios profissionais especializados atinentes aos setores de saúde, jurídicos, contábeis e administrativos institucionais, funcionam desde que subsidiados por estes fatores técnicos e infraestruturais que criam, concomitantemente, as bases para “novos trabalhos”.

Verificou-se que o funcionamento destes serviços em Tefé possibilita a influência e dependência de muitas cidades de sua região às sedes operacionais de bancos, firmas e instituições públicas estabelecidas em Tefé, centro regional neste subespaço. No entanto, muitos agentes destas cidades vizinhas, com acesso aos cenários que compõem serviços modernos da economia-mundo, não mais se relacionam de forma preponderante com Tefé assumindo compromissos diretamente com outros agentes provenientes de cidades distantes com posição superior na hierarquia da rede urbana. Desta forma, Tefé deixa em parte de ser a cidade regional e assume as funções de cidade intermediária detentora de funcionalidades específicas em tempos de globalização e neste período técnico-científico-informacional. Há um enfraquecimento de sua centralidade devido o acesso de agentes das cidades de sua hinterlândia aos componentes de comunicação e procedimentos financeiros realizados à distância.

Conclui-se que Tefé age de maneira a integrar relativamente sua região, assumindo competências de uma cidade regional e de uma cidade intermediária em instâncias

espaciais diferentes, pois absorve competências ambíguas devido aos desempenhos deficientes de sua rede de transportes e comunicações. Aspectos de uma integração relativizada que efetua sob os condicionantes da precariedade e insuficiência operacional de seus objetos e fluxos, isto é, uma dinâmica econômica e social submetidos às limitações impostas por uma modernização incompleta.

A partir desta análise geográfica esta pesquisa evidencia dois movimentos simultâneos de uma integração relativizada na região de Tefé no Médio Solimões:

1) **Primeiro movimento - Cada cidade ou município da região de Tefé se conecta diretamente com o mundo quebrando a hierarquia urbana tradicional.** Estas relações acontecem em setores ligados ao comércio de recursos regionais e serviços. Exemplifica-se com as atividades do comércio de exportação de madeira em Jutai; da produção da Indústria do Bacalhau da Amazônia de Maraã; do Frigorífico Pescador Ltda em Fonte Boa. São pertinentes a uma globalização relativizada, pois contam com participação efetiva do setor público, possuem vetores de uma modernização incompleta atuante, onde produção, circulação, distribuição e a informação são funcionalizadas com o apoio estatal e menos corporativas. Relacionam-se direta ou indiretamente com agentes distantes usufruindo da receita de suas operações fundamentais para difundir no local as ordens e normas inerentes ao acontecer hierárquico e à racionalidade hegemônica que utilizam a técnica e a informação como instrumentos de manejo da política globalizada imposta ideologicamente nestes espaços opacos. Neste contexto, exemplificam-se também as relações institucionais, principalmente administrativas e científicas, exercidas pelo Instituto Mamirauá (IDSM) com sede em Tefé que se assemelham as relações de *city-ness* de Taylor (2010); principalmente pelos laços que envolvem serviços avançados entre Tefé e grandes centros urbanos mundiais como o acesso e contratação de cientistas estrangeiros e provimento, operação e manutenção de equipamentos modernos e sofisticados de comunicações e transportes.

2) **Segundo movimento - As cidades da região ainda precisam de Tefé para realizar atividades econômicas e sociais,**

mantendo a hierarquia tradicional da rede urbana. O impacto da globalização nos territórios periféricos da região de Tefé se realiza gerando uma “globalização seletiva” condicionada por uma modernização incompleta que propicia à grande parte desta população regional ser menos atingida pelos inexoráveis ventos de uma globalização absoluta do capitalismo atual. A contiguidade e a força de uma solidariedade que ainda reflete a divisão do trabalho pretérito e envelhecido vigoram fortemente em muitas regiões da formação socioespacial como grande parte da região de Tefé. Lugares arraigados nos contextos consuetudinários que reforçam a identidade e a força do acontecer homólogo e complementar. Pessoas convivem com a incapacidade do espaço em absorver o “ocidente globalizado em suas formas puras (financeira, econômica e cultural), áreas onde a globalização é relativizada” (SANTOS, 2011 [2000], p.153). Verificou-se que todas as cidades da região de Tefé são dependentes do provimento dos serviços financeiros dos bancos e lotéricas; aos transportes aéreos; aos serviços contábeis, jurídicos, médicos, odontológicos e administrativos institucionais complexos, assim como ao ensino técnico e superior. Constatou-se que o município de Tonantins, por ser o município mais distante de Tefé, mas pertencente a sua região de influência, busca sanar sua demanda pelos serviços providos por Tefé em cidades próximas como Tabatinga e Santo Antônio do Iça. No entanto, a influência ao maior centro urbano do Solimões, Tefé, existe apesar da dependência ser menor. Este segundo movimento de uma integração relativizada se adéqua ao processo de *town-ness* de Taylor (2010), onde as relações da hinterlândia com o centro urbano são realizadas segundo a Teoria das Localidades Centrais vinculado ao princípio de mercado de Christaller (1966). Taylor (2010, p.2809) discute que “quando maior a área urbana, menos ela será constituída pelo *town-ness* e mais pelo segundo processo de relações urbanas externas: *city-ness*”, regida pela Teoria dos Fluxos Centrais. Neste sentido, as áreas urbanas das cidades no Amazonas possuem pequenas dimensões em relação ao tamanho de seus municípios, ou seja, grandes territórios com pequenos centros urbanos. Tefé pode empreender relações de *city-ness* com outros centros; por sua vez, Jutai, Fonte Boa e Marã

também realizam conexões com outras cidades. Todavia, grande parte das populações das cidades constituintes da região de influência de Tefé, inclusive as citadas, ainda depende de suas vantagens representadas pelos fixos e fluxos que estreitam seus laços com a modernidade. Mesmo que estas sejam envelhecidas e limitadas pelas interrupções e racionamentos de energia elétrica, infraestruturas de habitação e hoteleira submetidas a especulações monetárias e a limitação de objetos de restauração assim como ausência de saneamento básico e de transporte público coerentes. As verticalidades se diluem, porque as forças da solidariedade as impedem de criar raízes nas cidades do Solimões.

Desta forma, evidenciou-se que uma integração territorial limitada restrita ao processo da globalização e ao meio o meio técnico-científico-informacional é viabilizada por Tefé às cidades que compõem sua hinterlândia no Médio Solimões. Decorrente da ação rarefeita da globalização que difunde e preza a homogeneidade da técnica, a instantaneidade dos momentos e a ação do motor único, assim como da dialética do território que “consiste no confronto dialogado entre o velho e novo, o local e o global, as verticalidades e as horizontalidades (SILVEIRA, 1999, p.400).

A análise da centralidade periférica de Tefé e da integração relativizada providenciou as bases para se compreender a existência de uma alteração da força e direção dos fluxos desta centralidade, influenciada pelos atalhos modernos da teleação que permitem aos agentes da globalização se adentrar em qualquer mercado consumidor do globo e assim na sua parcela técnica da produção. Validou-se a ideia de um enfraquecimento da centralidade e das funções outrora exercidas por Tefé decorrente do acesso de outras cidades aos serviços e finanças inerentes à globalização. As relações destas cidades puderam se intensificar com a capital Manaus e também com outros centros urbanos distantes. Decorrente à acessibilidade aos serviços de redes de comunicações e transportes exercendo um papel paradoxal, pois também servem como obstáculos por serem funcionalizadas, em grande parte, de técnicas e objetos antigos e lentos promovendo de maneira incompleta os objetivos de relações que deveriam ser rápidas e benéficas aos interesses dos agentes distantes ávidos por expandir seus capitais.

Nestas cidades do Solimões os fluxos materiais são maiores que os fluxos de informação sendo estes últimos os que regem e definem o sistema urbano atual e por isso

mantêm suas posições na hierarquia urbana. Tefé se submete a falta de investimentos do setor privado e mesmo estatal. Administra seu “trabalho morto” efetuando processos de manipulação de rugosidades com as infraestruturas existentes. Reinventando formas-conteúdo arcaicas e fortalecendo a obsolescência técnica do lugar. No entanto, Tefé conta com uma densidade normativa, que pode ser utilizada pelos vetores da verticalidade. A presença das instituições e autoridades notáveis promove uma valorização de uma posição estratégica frente à geografia da modernização contemporânea. Iniciativas provenientes do âmbito privado buscaram alternativas de meios de produção e alianças com firmas mundiais. O Frigorífico Frigopeixe Ltda em Tefé é um exemplo da busca por relações com países andinos, EUA e Europa; a “Pousada Ecoturística Uacari” no Mamirauá dinamiza os fluxos de turistas internacionais com Tefé levando-os até reserva de desenvolvimento sustentável; em Fonte Boa o Festival de Boi Bumbá assim como a Festa do Pirarucu no mês de Março atrai turistas da região e de países vizinhos motivados pela cultura do Boi Bumbá de Parintins, município da região do Baixo Solimões considerada a maior festa folclórica do mundo; o uso de recursos naturais manejados que em Jutai atrai compradores de outros estados e países representam um avanço na sistematização dos recursos como instrumento de inserção de “novos trabalhos”. São exemplos de que “os países e as regiões substantivam o imperativo da fluidez em uma modernização que envolve tanto a renovação das formas envelhecidas, quanto a implantação de formas novas” (SILVEIRA, 1999, p.404). A racionalidade hegemônica apresenta interpretações e manifestações diferentes direcionadas pelos agentes das cidades em contato com a modernização e o meio técnico-científico-informacional. A integração relativizada envolve a participação de cidades a assumirem “parcelas maiores ou menores da racionalidade hegemônica”, produzindo desordem, diferenças e novas funções para as antigas formas de organização do espaço frente às exigências econômicas, sociais e culturais da nova ordem imposta pela globalização.

Estas relações ficam expostas e vulneráveis aos obstáculos que a infraestrutura amazônica oferece aos agentes que se interessam negociar com suas cidades. Obstáculos que se configuram como fatores de relatividade no estabelecimento de relações econômicas contínuas que compõe uma integração relativizada entre as ações destes agentes econômicos representantes da globalização absoluta e as cidades amazônicas da

região de Tefé. Diante destes percalços evidencia-se que uma integração relativizada seja direcionada na região de Tefé pela:

- a) Existência de uma rede transportes complexa (dentrítica e aérea) com vetores preponderantes que limitam sua evolução e perturbam sua fluidez como a infraestrutura portuária somada às condições sazonais das cheias e vazantes dos rios. Outro vetor são as grandes distâncias que elevam os custos e valores dos serviços de transportes às firmas e pessoas locais com rendas limitadas. Assim como a baixa operacionalidade dos transportes aéreos de poucos aeroportos e a inexistência de estradas intermunicipais que não proporcionam condições relevantes aos fluxos empreendidos intra e extrarregionalmente.
- b) Existência de uma rede de telecomunicações e objetos de teleação deficientes que prejudicam e diminuem o desempenho e a continuidade nas comunicações assim como a fluidez e o bom funcionamento das relações e dos fluxos;
- c) A influência de gestões públicas vinculadas a grupos que condicionam e se beneficiam da má administração da máquina pública deteriorando a conjuntura econômica e social necessária para o desenvolvimento e a integração.

Discutiu-se que a integração territorial relativizada se estabelece pelas dinâmicas econômicas e sociais de uma modernização incompleta e subsidiadas pelos elementos primordiais da globalização representadas pelas finanças e os serviços. Estes agentes analisados pertencem ao meio técnico-científico-informacional porque foram fundados como nós de eixos de produção e circulação de energia, no período dos transportes aéreos e das telecomunicações em tempo real. Configuram-se como agentes de inserção deste subespaço amazônida, via as operacionalidades empreendidas ao meio geográfico e ao capitalismo atual, integrando-o ao processo de globalização.

Baseado nestas prerrogativas esta tese discutiu o papel da centralidade de Tefé para a integração territorial e o desenvolvimento regional no inexorável processo da globalização contemporânea.

Pode-se concluir que Tefé, sede de instituições pertinentes aos serviços de telecomunicações e transportes, apesar de ter perdido a força de sua centralidade, amenizando os fluxos que outrora presidia, continua a exercer uma funcionalidade como centro de gestão do território. Isto proporciona àqueles que se dirigem a utilizar seus serviços institucionais e infraestruturas de saúde, educacionais, de transporte aéreo, das instituições financeiras, políticas e vinculadas à sociedade civil um abrigo frente à escassez destes agentes nas cidades na sua região de influência e no interior do estado.

Desta forma, identificou-se “fluxos virtuosos” benéficos ao desenvolvimento regional e à integração territorial coerente, que integram e irradiam a partir de Tefé outros serviços e atividades, “novos trabalhos” adjacentes aos principais, secundários por natureza, muitos nem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, mas úteis na produção de emprego e renda àqueles que não podem se adentrar aos núcleos principais de produção. Estes fluxos virtuosos providenciam o acesso à cidadania e dignidade às populações locais. Ramificações da modernização contemporânea que imbricam no espaço levando os resultados econômicos e sociais positivos de Tefé para outras cidades, municípios e comunidades localizados nos inúmeros rios, afluentes, subafluentes, furos e igarapés, por intermédio das ações políticas e técnicas empreendidas que inserem estas populações e lugares à dinâmica de uma globalização relativizada, permitindo uma integração relativizada.

A presença de empresas globais e suas subsidiárias em municípios circunvizinhos a Tefé e pertencentes ao Médio Solimões, como Coari e Carauari, proporcionou o avanço e estabelecimento de empresas mundiais exploradoras de gás e petróleo de forma rápida nestes municípios. Esta pesquisa chamou de “fluxos fragmentadores ou desvirtuosos” ao desenvolvimento e à integração, pois agem em benefício daquelas empresas que ignoram a vizinhança e o local de produção utilizando-os como instrumentos de exploração comercial e direcionando, sobretudo, fluxos materiais, relativizando a constituição técnica territorial e uma produtividade espacial relevante ao desenvolvimento regional. Estes fluxos desvirtuosos são caracterizados pela incidência de uma fragmentação territorial e da estruturação de um processo de integração relativizada gerador de pontos escuros. Os reflexos e a difusão de resultados econômicos e sociais benéficos ou virtuosos são exíguos, predominando fluxos não integradores e dissociadores de uma conjuntura social contígua e de relações pouco suscetíveis a resultados vantajosos ao desenvolvimento da região.

Durante a análise dos fluxos fragmentadores e desvirtuosos à integração e ao desenvolvimento a pesquisa identificou a vulnerabilidade das populações expostas às ações daqueles que detêm ou são representantes da racionalidade hegemônica. Proponentes dos ditames, das intervenções sociais e culturais de empresas e suas subsidiárias regionais à sua organização consuetudinária, promovendo fragmentação, diferença e desordem nestes lugares detentores de uma racionalidade diferente e mesmo alternativa à racionalidade dita dominante do mundo globalizado. Por intermédio dos modernos objetos de telecomunicações as verticalidades difundem ordens e ideologias sobrepondo aos territórios da horizontalidade, ordens que validam o projeto das empresas e do Estado embutidos desta racionalidade dita absoluta (SANTOS, 2003. p.62). Essa contraracionalidade ou mesmo irracionalidade daqueles que vivem em espaços opacos e da contiguidade perturba as ações dos agentes da globalização, havendo uma fricção com resultados notavelmente prejudiciais aos locais da horizontalidade. Dirigentes das normas e objetos que produzem os ventos globalizatórios, mestres do uso da técnica hegemônica que se baseiam as relações sociais, culturais, políticas e principalmente econômicas do capitalismo contemporâneo, promovem o estilhaçamento territorial e a desintegração dos valores e tradições de lugares submetidos às intervenções destes agentes estranhos que ignoram as virtudes locais.

A pouca ou nula responsabilidade social contida naqueles que dirigem a gestão pública das cidades do Médio Solimões com ações como desvios de recursos e uso inadequado dessas instituições administrativas prejudica a sociedade regional. O problema é a existência e atuação destes “protocidadãos”, indivíduos que se adéquam ao que Santos (2009 [1978], p. 41) chama de “vítimas da urbanização sem industrialização”, membros da unidade problemática do terceiro mundo assim como as ações do “lumpenproletariado” de Marx (MARX, 1978, p.70; MARX e ENGELS, 1980, p.88) ou “protoproletariado” de McGEE (ARMSTRONG e McGEE, 1978; McGEE apud SANTOS, 2009 [1978], p.41) e mesmo os “assalariados marginais” de Quijano (QUIJANO apud SANTOS, 2009 [1978], p.40).

Excetuando o município de Uarini, todos os municípios do Médio Solimões, trocaram de prefeito nos últimos quatro anos. Nos últimos oito anos em Tefé nenhum prefeito finalizou seu mandato, nos últimos quatro anos cinco prefeitos se alternaram no cargo, uma média de um prefeito a cada dez meses. Coari já possuiu mais de oito

dirigentes do executivo nos últimos três anos, muitos são os próprios presidentes da Câmara Legislativa. Enfatiza-se que todos os ex-prefeitos destes municípios estão envolvidos em processo de corrupção e crimes nefastos como exploração sexual de menores, peculato entre outros. Estes membros e as autoridades dos três poderes: executivos, legislativos e judiciários bem como dirigentes de firmas, empresas e membros da sociedade civil não possuem o “princípio de alteridade” e vislumbamento pela ação coletiva em prol do desenvolvimento de suas cidades e regiões. Enquanto estes sujeitos não forem controlados e mesmo repelidos os fluxos desvirtuosos ou fragmentadores continuarão agindo gerando uma perspectiva sombria ao desenvolvimento e à integração na região. Agem como uma endemia que prolifera na população desprovida de elementos que compõem a cidadania como o conhecimento de seus direitos e deveres e mesmo de sua história, perpetuando com seus votos a participação destes protocidadãos nas cidades e promovendo o que Fernandes (2008 [1979]) chama de “resistência social à mudança”; isto é, a dificuldade de retirar os obstáculos que não permitem a superação dos constrangimentos que levam ao desenvolvimento humano.

Procurou-se corroborar a ideia que a racionalidade anti-hegemônica ou alternativa que coexiste à racionalidade dominante da globalização, juntamente com a presença destes indivíduos prejudiciais ao pleno desenvolvimento das instituições em si, não apenas instituições públicas, mas as instituições como normas de comportamento, convenções e códigos de conduta, impedem que cidades como Tefé e de sua região possam se desenvolver efetivamente. Isto as configuraria como cidades importantes, isto é, cruciais zonas de apoio às grandes cidades. Colocaria em xeque o papel de metrópoles como Manaus que em sua macrocefalia amazonense acaba por concentrar os recursos e os investimentos propiciando indiretamente a intensificação da pobreza no interior do estado. Acredita-se que com isso a melhor distribuição dos recursos públicos ou de royalties poderia prover a diminuição das disparidades regionais frente à demanda excessiva de atenção tanto do Estado quanto da iniciativa privada para com a capital Manaus.

Conclui-se, por conseguinte, que a posição geográfica de Tefé, distante 525 km de Manaus, ou seja, fora da região metropolitana da capital e inserida na periferia macrocéfala manauara, corrobora para seu papel dinamizador por intermédio de suas funcionalidades administrativo-institucionais. Assim como do uso de suas infraestruturas que permitem

exercer e presidir a gestão territorial vinculada às atividades inerentes a de um nó de rede no Solimões. Um centro avançado de gestão territorial na borda amazônica.

A verticalização do território permite que o homem em suas ações indissociáveis com os objetos por ele criados possa globalizar a técnica, a informação, a economia e a ciência. Mas não pode globalizar a solidariedade, o respeito e a tradição inserida na alegria de viver inerente de espaços opacos, onde a razão baseada no lucro, no cálculo e na acumulação enfrenta resistências. Quando o mundo moderno e as cidades gigantes se corroerem com o produto e consequências da ganância e no desejo de acumulação típicos da globalização capitalista, o que restará são os territórios distantes, em que as racionalidades verticalizadas e modernas não se enraizaram integralmente, as culturas que vierem a resistir poderão relevar as circunstâncias e corroborar para a ascensão de uma nova racionalidade em que se revele mais uma face do homem, talvez menos sofisticada, no entanto, talvez mais consciente do seu papel na geografia da igualdade, do respeito e da dignidade.

À luz das perspectivas da ciência geográfica espera-se ter contribuído para o entendimento desta fração territorial que tem Tefé como maior centro urbano, por vezes esquecida e por muitos nem mesmo conhecida. Mas, que efetua um grande papel na gestão do território, na manutenção da soberania na borda amazônica e no reconhecimento de uma identidade cabocla que dentre as várias existentes nas “amazônias” foi construída pelas tradições, costumes e valores herdados do encontro de índios, brancos e negros que povoam o vale do “grande rio das Amazonas” no antigo e imponente rio Solimões.

REFERÊNCIAS

- ACUÑA, Cristóbal de. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Tradução: Helena Ferreira, Revisão Técnica: Moacyr Werneck de Castro, Revisão: José Tedin Pinto. Rio de Janeiro: Agir, 1994 [1641].
- AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil: 1865 – 1866**. Tradução de João Etienne Filho. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- AJONAS, Andréia de Cássia da Silva. **Centro e centralidade em Itu**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.
- ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, Luiz Antônio Alves (orgs). **Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- ALMEIDA, Neila dos Remédios. **Análise do manejo de pesca na área do Pantaleão - Maraã**. Monografia de graduação da Faculdade de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas. Orientador: Prof. MSc. Kristian Oliveira de Queiroz, Tefé, 2014.
- ANDRADE, Janaína. Pedido de intervenção: prazo do prefeito encerra amanhã. **A Crítica**. Ano LXIV, nº 22.780. Manaus: 21 ago 2014a.
- ANDRADE, Janaína. Tribunal abre prazo para Adail recorrer. **A Crítica**. Ano LXIV, nº 22.880. Manaus: 29 nov 2014b.
- ANTAS Jr., Ricardo Mendes. **Espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito**. Tese de Doutorado. Departamentos de Geografia, FFLCH, USP, 2001.
- ARMSTRONG, Warwick; McGEE, Terence. G. **Theatres of accumulation: studies in Asian and Latin American urbanization**. Cambridge University Press/Methuen: London/NewYork, 1985.
- ARROYO, Mónica. **Território nacional e mercado externo**: uma leitura do Brasil na virada do século XX. Tese de Doutorado. Departamentos de Geografia, FFLCH, USP, 2001.
- ARROYO, Mónica. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (orgs). **Cidades médias: produção do espaço**. São Paulo: Expressão popular, 2006a.
- ARROYO, Mónica; LEMOS, Amália Inês Geraiges; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Questões Territoriais na América Latina**. Série “Por Uma Geografia Latino Americana”. Buenos Aires: CLACSO, 2006b.
- ARROYO, Mónica. A globalização pensada a partir do espaço geográfico. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia

da.(orgs.). **Espaço e tempo: complexidades e desafios do pensar e fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonia (ADEMADAN), 2009.

ARROYO, Mónica; Zusman, Perla (orgs). **Argentina e Brasil: obstáculos e possibilidades no processo de integração territorial**. São Paulo: Humanitas; Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema de objetos**. Tradução: Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2012 [1968].

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Compendio das eras da Província do Pará**. Belém: Tipografia Santos e Santos Muros, 1838.

BARBOSA, Cristiane. Banco da Amazônia investe R\$ 1 BI no desenvolvimento regional. **Revista Anuário do Polo Industrial de Manaus (PIM)**. Manaus, Ano IV, Edição 04, Junho de 2014.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Revista Território**. São Paulo, ano III, nº 4, jan/jun, 1998.

BATES, Henry Walter. **Uma naturalista no rio Amazonas**. Tradução: Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979 [1876].

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada – vidas contadas e histórias vividas**. Tradução: José Gradel. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECHIMOL, Samuel. **Eretz Amazônia – os judeus na Amazônia**. 3ª ed. revista Manaus: Editora Valer, 2008.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1998.

BECKER, Bertha K. **A urbe amazônida: a floresta e a cidade**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. 3 ed. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002.

BETHEL, Leslie (orgs). **História da América Latina: América Latina Colonial**. Volume 1. Tradução: Maria Clara Cescato. 2ed, 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

BIELSCHOWSKY, Rudolf. **A relatividade na economia – reflexões sobre a necessidade de criar uma teoria de relatividade aplicável às ocorrências econômicas**. Tradução: Wagner Teixeira. Rio de Janeiro: Editora Leitura S.A, 1960.

BILLACRÊS, Máximo Afonso Rodrigues; SCHWADE, Tiago Maiká Muller. Arranjos produtivos no rio Solimões. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA. **Anais**. São Paulo, 2009.

BOLETIM DESEMBARQUE PESQUEIRO. **Monitoramento pesqueiro no Médio Solimões**. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA). Programa de Manejo de Pesca. 2012/2013.

BOLETIM ESPECIAL DA PRELAZIA DE TEFÉ. **Irmão Falco – 50 anos**, jul/2013.

BOXER, Charles, R. **O império marítimo português (1415-1825)**. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CABROLIÉ, Augusto. **A síntese da história de Tefé**. Juiz de Fora: Imprensa Universitária da UFJF, 1983.

CABROLIÉ, Augusto. **Tefé e a cultura amazônica**. Juiz de Fora: Instituto Paulo Freire, 1996.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social. In: ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, Luiz Antônio Alves (orgs). **Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CAPISTRANO DE ABREU, João. **Capítulos da história colonial, 1500-1800**. 7 ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs). **A produção do espaço urbano – agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, José Barbosa. **Desmatamentos, grilagens e conflitos agrários no Amazonas**. 1º Ed. Manaus: Editora Valer, 2010.

CASTRO, Edna (org). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CASTRO, César Nunes de. **A agropecuária na região Norte: oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada; Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1**. Tradução: Roneide Venâncio Majer; atualização para 6ª edição: Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 3**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **The Rise of the Network Society**. Oxford: Blackwell, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges; revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CATAIA, Márcio Antônio. **Território nacional e fronteiras internas – a fragmentação do território brasileiro**. Tese de Doutorado, Departamento de geografia, FFLCH/USP, 2001.

CERETTA, Pe. Celestino. **História da Igreja na Amazônia Central**. Manaus: Biblos/Valer, 2008.

CHESNAIS, François (org). **A mundialização financeira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc, 1966 [1933].

CONTEL, Fabio Betioli. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Laura Silveira. São Paulo, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos**. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos. Vol. 9, N. 16, p. 199-218, 2012.

COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

COSTA, Wanderley Messias da. Ordenamento territorial e Amazônia: vinte anos de experiência de zoneamento ecológico e econômico. In: BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emílio F.; ALVES, Diógenes S. (orgs.). **Amazônia: natureza e sociedade em transformação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

COSTA, Danielle Pereira da. A economia da cidade somos nós. **Envelhecimento populacional e a gestão da previdência social: o Amazonas em foco**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosa Ester Rossini, São Paulo, 2013.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DANTAS, Eustóquio Wanderley Corrêa. Metamorfoses do setor terciário e terciarização contemporânea. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**. Fortaleza, Ano 6, Nº 12, 2007.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de; ARROYO, Maria Mónica; SILVEIRA, Maria Laura (orgs). **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2006.

DANIEL, João. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. Vol. 1 e Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; et al (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DIAS, Leila Christina. A importância das redes para uma nova regionalização brasileira: notas para discussão. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (orgs). **Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização?** São Paulo: Max Limonad, 2004.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; REZENDE, Paulo-Edgar A. (Orgs). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FERGUSON, Niall. **The ascent of Money**. Logon/Chimeria Media: New York, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Global, 2008 [1979].

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica pelas Capitanias do Grão Pará**, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. 2ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **A Amazônia no período colonial (1616-1748)**. Manaus: Departamento de História da Universidade do Amazonas, 1987.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Olhares de Tefé: uma proposta metodológica. In: COELHO, Leni; PONTES, Cilene; BEZERRA, Rita. **Múltiplos Olhares em Educação**. Curitiba: CRV, 2013.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. **Conquista e ocupação da Amazônia: fronteira norte do Brasil**. Revista Eletrônica do Instituto de Estudos Avançados, Vol 16, Nº 45. Maio e Agosto, 2002. Acesso em 15/7/2012.

GARCIA, Rodolfo. **Introdução e notas ao diário do Padre Samuel Fritz**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

GARCIA, Etelvina. **O Amazonas em três momentos: Colônia, Império e República**. 2ª ed. Manaus: Norma Editora, 2010.

GARCIA, Etelvina. **A Petrobras na Amazônia: a riqueza que vem do Solimões**. Manaus: Norma Editora, 2010b.

GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard. **A Geografia ativa**. Tradução: Gil Toledo, Manuel Seabra, Nelson de La Côte, Vincenzo Bochicchio. São Paulo: DIFEL, 1980.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

GOODY, Jack. **O roubo da história: como os europeus se apropriaram das idéias e invenções do Oriente**. São Paulo: Contexto, 2008.

GUERREIRO, António Neto. **Pedro Teixeira e a Conquista da Amazônia**. 1ª Ed. São Paulo: Editora MM, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2 ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global – dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. "Território, Integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social". In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.). **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HOHENBERG, P. M. e LEES, L. H. **The Making of Urban Europe, 1000–1950**. Cambridge, MA: Harvard University Press (1985).

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da fachada atlântica ao âmago da hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientadora: Profª. Drª. Mônica Arroyo. São Paulo, 2007.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra: história social e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1981.

IANNI, Otávio. **O labirinto latino-americano**. Petrópolis: Vozes, 1993.

IBGE. **Atlas do Censo 2010**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a.

IBGE. **Divisão Urbano Regional**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b.

IBGE. **Ligações Aéreas 2010 – redes e fluxos do Território**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2013c.

IBGE. **Regiões de influência das cidades: 2007/IBGE**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. **Produto interno bruto dos municípios: 2010/IBGE**. Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros: 2011/IBGE**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. **Gestão do Território – redes e fluxos do Território**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE//Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2014.

JOBIM, Anísio. **Panoramas amazônicos III – Teffé**. Manaus: TYP Phenix, 1937.

KAISER, Bernard. Les divisions de l'espace géographique dans les pays sous-développés. **Annales de géographie**. Paris, n°: 412, vol.75, p.686-697, nov-dez, 1966. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_0003-4010_1966_num_75_412_17345, acessado em: 20/06/13.

KAISER, Bernard. Reflexions sur le rôle et la place du commerce dans l'élaboration des structures régionales. **Revista Geográfica**. N°: 66, jun, 1967.

KAVELAARS, Cornelis J.B.A. **Entre dois continentes**. Petrópolis: Portal Literário, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução: Sérgio Martins. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 [1970].

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução: Sandra Valenzuela; revisão técnica: Paulo Freire Vieira. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEITE, José Alfredo Américo. **Metodologia de elaboração de teses**. Recife: Editora MacGraw-Hill do Brasil, 1978.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem na América Meridional descendo o rio Amazonas**. Coleção o Brasil visto por estrangeiros. Brasília: Senado Federal, 2000 [1774].

LEMOES, Chélen Fischer de. **O processo sóciotécnico da eletrificação na Amazônia: articulação e contradições entre Estado, capital e Território (1890-1990)**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Orientador: Prof.Dr. Carlos B. Vainer. Rio de Janeiro: UFJF/IPPUR, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. 5ª ed. Lisboa: Presença, 1973.

LEONARD, Annie. **The story of stuff**. New York: Tides foundation & Funders WorkGroup for the Sustainable and Free Range Studios, 2005.

LOUREIRO, Antonio José Souto. **Síntese da História do Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1978.

LOUREIRO, Antonio José Souto. **O Amazonas na época imperial**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

MACHADO, Lia Osório. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540 – 1912)**. Tese de Doutorado do Departamento de Geografia Humana da Universidade de Barcelona, 1989.

MAIA, Alexandre Gori; BUAINAIN, Antonio Marcio. Pobreza objetiva e subjetiva no Brasil. **Confins** [Online], 13 | 2011, posto online em 30 Novembro 2011, Consultado em 14 Setembro 2013. Disponível em: <http://confins.revues.org/7301> ; DOI : 10.4000/confins.7301

MARCOY, Paul. **Viagem pelo rio Amazonas**. Tradução, introdução e notas de Antonio Porro. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e Editora da Universidade do Amazonas, 2001 [1869].

MARIANO, Karina Pasquariello. Globalização, integração e o Estado. **Lua Nova**. nº: 71. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/04.pdf>; acessado em: 10/12/2014.

MARONI, Pablo. **Noticias autênticas Del famoso rio Marañon y mision apostólica de La Compañia de Jesus (...), escribialas por los años de 1738 um misionero de La misma Compañia**. Série Monumento Amazônia. Instituto de Estudios de La Amazonia Peruana; Centro de Estudios Teológicos de La Amazônia. Iquitos (Peru), 1988.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação & violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios sobre a sociologia da história lenta**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã I – crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, Bruno Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas**. Coleção Síntese. Vol I. 4 ed. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1980.

MELLO, Octaviano. **Topônimos amazonenses (nomes das cidades amazonenses, sua origem e significação)**. Série Torquato Tapajós. Impresso nos Estados Unidos do Brasil, 1967.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão Pará e Maranhão: 1751-1759**. 2 ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

MENEZES, Maria Lucia Pires. Cidades e modalidades de controle do espaço e do território na Amazônia Ocidental brasileira. In: ARÁGON, Luís E.; OLIVEIRA, José Aldemir de. **Amazônia no cenário Sul-Americano**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MENEZES, Maria Lucia Pires. Prefeituras apostólicas na Amazônia brasileira. Estado e igreja na nacionalização do território. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona. Vol. XVI, nº. 418 (51). 2012.

MIGUEIS, Roberto. **Uma introdução à geografia do Amazonas**. Boa Vista: Gráfica Real, 2001.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.

MIROW, Kurt Rudolf. **Condenados ao Sub-desenvolvimento (a ditadura dos cartéis)**. Vol II. 2ª Ed. Coleção Retratos do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MONTEIRO, Jorgemar; FAVACHO, Ênio. **O Amazonas na 2º guerra mundial: as notícias e a participação do Norte do Brasil**. Bauru: Editora Canal6, 2011.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. **A capitania de São José do Rio Negro**. (antecedentes históricos e fundação). 4ª Ed. Ilustrada. Manaus: Editora Valer, 2002.

MONTENEGRO, Maria Regitz. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O Circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientadora: Profª. Drª. Maria Laura Silveira. São Paulo, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. A geografia e o processo de valorização do espaço. In: SANTOS, Milton (org). **Novos rumos da geografia brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOREIRA, Rui. Federação e federalismo: estrutura e significado no Brasil. In: PAES, Maria Tereza Duarte; SILVA, Charlei Aparecido da; MATIAS, Lindon Fonseca (orgs). **Geografias, políticas públicas e dinâmicas territoriais**. Dourados: Editora UFGD, 2013.

NEVES, Auriclêa Oliveira das. **A Amazônia na visão dos viajantes dos séculos XVI e XVII: percurso e discurso**. Manaus: Editora Valer, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhem. **Sabedoria para depois de amanhã – seleção de fragmentos póstumos por Heinz Friedrich**. Tradução: Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NOGUEIRA, Ricardo José B. Transporte fluvial e território na Amazônia. In: ARAGÓN, L.E; CLUSENER-GODT, M. **Problemática de uso local e global da água da Amazônia**. Belém: NAEA, 2003.

NOGUEIRA, Ricardo José B. **Caminhos que marcham: o transporte fluvial na Amazônia**. Terra das águas (Revista do Núcleo de Estudos Amazônicos da UNB), Brasília, V.1, N.2, 1999. p.70-83.

OLANDA, Elson Rodrigues. **Sanclerlândia – GO: do Povoado do Cruzeiro às novas centralidades**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Orientadora: Profª. Drª. Maria Encarnação Beltrão Sposito, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Espaço e tempo, compreensão materialista dialética. In: SANTOS, Milton. **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Série educando. 5 ed. Campinas: Papirus, 1995.

OLIVEIRA, José Aldemir de. As cidades amazônicas: a ilusão da busca. In: **Boletim amazonense de geografia**. Manaus: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Manaus, 1995b.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Espacialidades urbanas como urbanização da sociedade: as cidades e os rios na Amazônia brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (orgs). **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina/ Faperj/ Anpege 2008.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (orgs). **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina/ Faperj/ Anpege 2008.

PERROUX, François. O Desenvolvimento. Tradução: José Carlos Garcia Durand. In: PERROUX, François (et al). **Sociologia do desenvolvimento**. Organização: José Carlos Garcia Durand. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PESSOA, Protásio Lopes. **Iº centenário dos espiritanos em Tefé (síntese histórica)**. 1ªed. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 1997.

PESSOA, Protásio Lopes. **História da Missão de Santa Teresa Dávila dos Tupebas – Tefé**. Manaus: Editora Novo Tempo Ltda, 2005.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução: Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, Renan Freitas (Org). **O diário do Padre Samuel Fritz**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas / Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2006.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. **História do Amazonas**. Manaus: Editora Cultural do Amazonas, 2011.

PRATT, Mary. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

QUEIROZ, Dr. Claudemir. **Educação Ambiental: preservar é garantir a vida para todos**. Tefé: Assessoria Jurídica da Prelazia de Tefé; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, fev. 2000.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Ecos psicodélicos – assim dizem os piratas espirituais**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2009a.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **A poluição sonora ocasionada em pontos críticos no município de Tefé**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2009b.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **A rede elétrica na cidade de Tefé como instrumento de análise de integração territorial**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Discutindo geografia: seis artigos sobre a realidade tefeense**. Manaus: BK editora, 2012a.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Entre motores e velas – os racionamentos e interrupções de energia elétrica no Amazonas**. Curitiba: Editora CRV, 2012b.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. A "eterna nova fronteira" e as deficiências da rede elétrica amazônica. X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. **Anais**. Campinas:UNICAMP, out. 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, Mário Lamas. **Território e macrossistema elétrico nacional: relações entre privatização, planejamento e corporativismo**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientadora: Maria Adélia Aparecida de Souza. São Paulo, 2006.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**. Série Memórias da Amazônia. 6ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

REIS, Arthur Cêzar Ferreira. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia**. Manaus: Editora do Governo do Estado, 1966.

REIS, Arthur Cêzar Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

REIS, Arthur Cêzar Ferreira. **História do Amazonas**. Coleção reconquista do Brasil. 2ª série; v.145.2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

REIS, Arthur Cêzar Ferreira. **A conquista espiritual da Amazônia**. 2 ed. Ver. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1997.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição de fronteiras**. Tese de Doutorado em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientadora: Profª. Drª. Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright. São Paulo, 2006.

RIO, Gisela A Pires do. A espacialidade da economia: superfícies, fluxos, e redes. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa (orgs). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SACHS, Ignacy. **Capitalismo de estado e subdesenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1969 [1964].

SANTANA, Paola Verri de. Orçamentos públicos municipais de educação e as rendas do petróleo. XV Encontro de Geógrafos da América Latina - XV EGAL. **Anais**. Havana: Universidad de La Habana, Abr. 2015.

SANT'ANA, Maria Julia Ramos. Reestruturação urbana e centralidade em Bragança Paulista-SP". 1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia da UNESP - Rio Claro – SIMPGEO/SP. **Anais**. Rio Claro: UNESP, Nov. 2008.

SANT'ANA, Maria Julia Ramos. **Centro e centralidade em Bragança Paulista – SP**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2010.

SANTOS, Milton. **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec/Educ, 1994.

SANTOS, Milton. “O retorno do território”, In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (orgs). **Território: Globalização e fragmentação**. São PAULO: Hucitec-Anpur, 1994b.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo, mundo e espaço-mundo. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; REZENDE, Paulo-Edgar A. (Orgs). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SANTOS, Milton. O modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**. Ano IV, nº 6, jan/jun, 1999.

SANTOS, Milton. **O papel ativo da geografia – Um Manifesto**. São Paulo: Laboplan, 2000.

SANTOS, Milton. **Globalização**. São Paulo, Rede Record. Programa Passando a limpo / Rede Record, 2001. Discussão do livro “Por uma outra globalização” do Prof. Dr. Milton Santos. Entrevista concedida por Boris Casoy.

SANTOS, Milton. Região e: globalização e identidade. In: LIMA, Luiz Cruz (Org). **Conhecimento e reconhecimento – homenagem ao geógrafo cidadão do mundo**. Fortaleza: Editora LCR/EDUECE, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2011 (2000).

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do Homem**. 5ª ed. 1ª reimpressão São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007 [1982].

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2008 [1979].

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1981].

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1987].

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [2002].

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. Coleção Milton Santos. 11. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1994].

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 [1978].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 [1996].

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010 [1982].

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. Tradução: Maria Irene de Q. Szmrecsányi, 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011 [1979].

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Tradução: Antonia Déa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. 3. ed. Coleção Milton Santos. 18. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010 [1980].

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010 [2001].

SANTOS, Milton. **O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 [1959].

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 [1985].

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 [1993].

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Tradução: Ronaldo Cataldo Costa; revisão técnica: Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SEPLAN, Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Perfil Econômico dos Municípios do Estado do Amazonas**. Manaus: SEPLAN, 2010.

SILVA, Alexandre Donato da. **Geotecnologias e a problemática dos resíduos sólidos urbanos em Tefé, AM**. Dissertação de Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Prof. Dr. Eduardo da Silva Pinheiro, 2009.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz do Amazonas**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/ UniNorte, 2004.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Território e globalização: impactos em Rondônia – Amazônia meridional. In: ARROYO, Mónica; Zusman, Perla (orgs). **Argentina e Brasil: obstáculos e possibilidades no processo de integração territorial**. São Paulo: Humanitas; Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2010.

SILVEIRA, Maria Laura. **Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN-USP, 1999.

SILVEIRA, Maria Laura. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de Souza (orgs). **Território brasileiro. Usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SMITH, Anthony. **Os conquistadores do Amazonas – quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo**. Tradução: Maria Therezinha M. Cavallari. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 1990.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro, 1988.

SORRE, Maximilien. **Max. Sorre: geografia**. Organização e Tradução: Januário Francisco Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques. Coordenador: Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1984.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

SPIX, Johan Baptiste Von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillip Von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Tradução: Lúcia Furquim Lahmeyer, revista por B.F. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães. 3ª Ed. Vol. III. São Paulo: Edições Melhoramentos/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/ Instituto Nacional do Livro - MEC, 1976 [1938].

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Revista Território**. São Paulo, ano III, nº 4, jan/jun, 1998.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. São Paulo: UNESP, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanização da sociedade e novas espacialidades urbanas. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (orgs). **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina/ Faperj/ Anpege, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs). **A produção do espaço urbano – agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs). **A cidade contemporânea – segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

TAYLOR, Peter James. External urban relational process: introducing central flow theory to complement central place theory. **Urban Studies**. Glasgow: Sage Journals, v. 47, n. 13, p.2803-2818, 2010. Disponível em: <<http://usj.sagepub.com/content/47/13/2803.full.pdf+html>>. Acessado em: 11/12/2014.

THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142005000100003&script=sci_arttext&tlng=es>. Acessado em: 12/11/2012.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Estrutura urbana de cidades médias amazônicas: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Norma Lacerda Gonçalves, 2011.

TRINDADE JR, Saint-Clair da. Amazônia Oriental: cidades, urbanização do território e estratégias de gestão no espaço paraense. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWENSAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (orgs.). **Espaço e tempo: complexidades e desafios do pensar e fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonia (ADEMADAN), 2009.

TRINDADE JR, Saint-Clair da. Cidades médias na Amazônia Oriental – das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo, Vol. 13, nº 2, Nov. 2011.

TRINDADE JR, Saint-Clair da. Políticas públicas, dinâmicas subregionais e particularidades urbanas na Amazônia: entre horizontalidades e verticalidades. In: PAES, Maria Tereza Duarte; SILVA, Charlei Aparecido da; MATIAS, Lindon Fonseca (orgs). **Geografias, políticas públicas e dinâmicas territoriais**. Dourados: Editora UFGD, 2013.

VASCONCELOS, Pedro Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs). **A cidade contemporânea – segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VERBRUGGEN, Raf. The External Relations of Cities in the Low Countries: A Geographical Appreciation of Historical Research on Urban Networks. **Siedlungsforschung. Archäologie - Geschichte - Geographie**. n. 26, 2008, 235-240. Disponível em: <<http://www.lboro.ac.uk/gawc/rb/rb272.html>>; acessado em: 17/11/2014.

VERÍSSIMO, Adalberto et al (orgs). **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP; Lincoln Institute, 2012 (2001).

WU, Tim. **Impérios da comunicação: do telefone à internet, da AT&T ao Google.**

Tradução: Claudio Carina. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SITES

<http://www.aades.am.gov.br/>

<http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/dados/>

<http://www.anp.gov.br/>

<http://www.firjan.org.br>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.idam.am.gov.br>

<http://www.scielo.br>

<http://www.sefaz.am.gov.br>

<http://www.seplan.am.gov.br>

<http://www.suframa.gov.br>

<http://www.teses.usp.br/>

<http://www.transparenciamunicipalam.com.br>

<https://dspace.lboro.ac.uk>